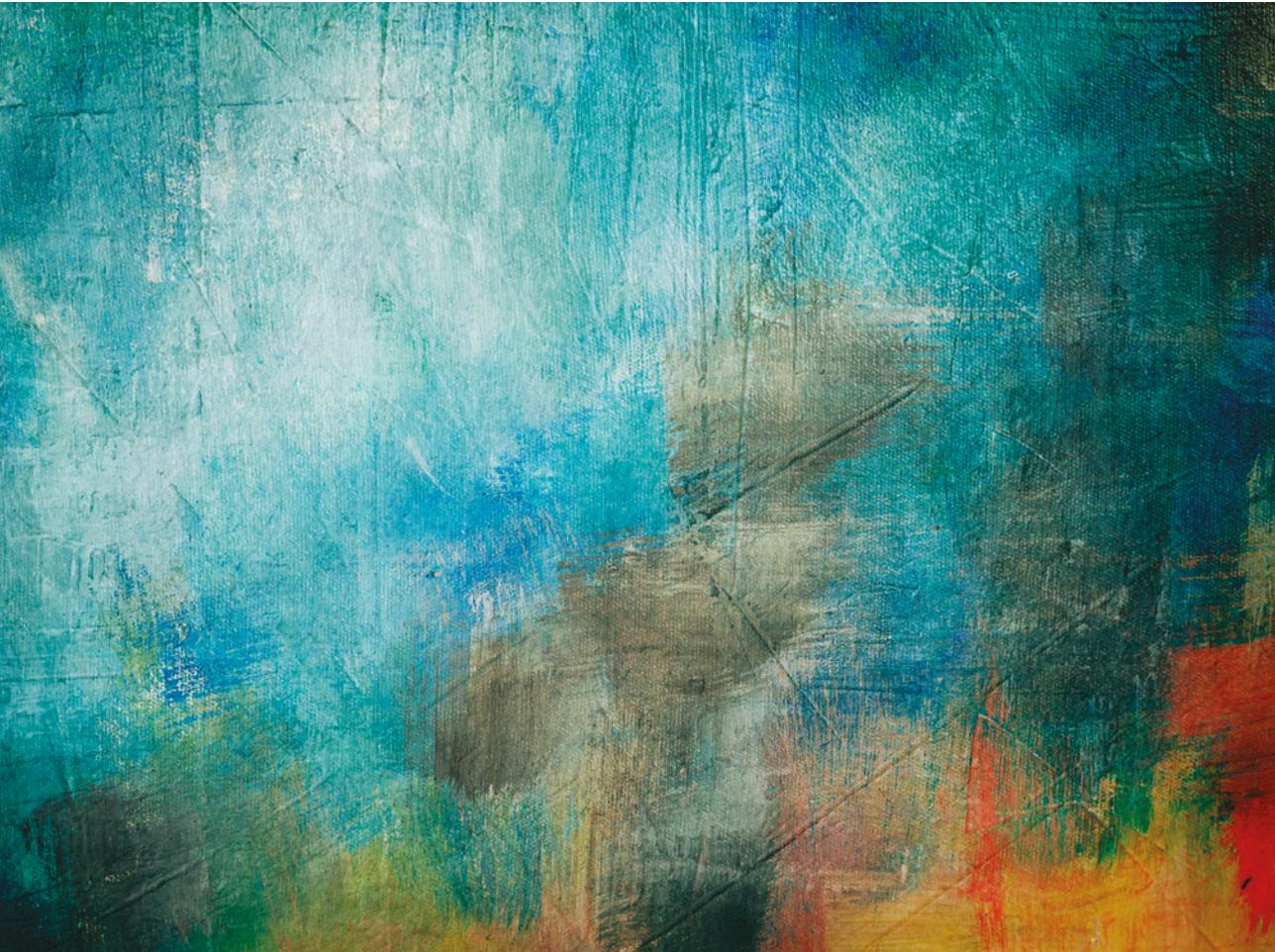


Daniel da Silva Carvalho
Lílian Teixeira de Sousa
organizadores

GRAMÁTICA GERATIVA EM PERSPECTIVA



Danniel da Silva Carvalho
Lílian Teixeira de Sousa
(Organizadores)

GRAMÁTICA GERATIVA EM PERSPECTIVA

2018

Blucher

Gramática Gerativa em Perspectiva

© 2018 Danniel da Silva Carvalho e Lílian Teixeira de Sousa (organizadores)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Gramática gerativa em perspectiva [livro eletrônico]
/ organizado por Danniel da Silva Carvalho e Lílian
Teixeira de Sousa. -- São Paulo: Blucher, 2018.
212 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-337-8 (e-book)
ISBN 978-85-8039-336-1 (impresso)

Open Access

1. Linguística 2. Língua portuguesa - Gramática I.
Carvalho, Danniel da Silva II. Sousa, Lílian Teixeira de

18-1390

CDD 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística

PREFÁCIO

O livro que o leitor tem em mãos, *Gramática Gerativa em Perspectiva*, cumpre, ao mesmo tempo, dois papéis importantes. Por um lado, ele atualiza os leitores interessados pelos estudos em Linguística Formal, apresentando-lhes, além do estado da arte do modelo teórico da Gramática Gerativa, uma coletânea de artigos desenvolvidos dentro desse quadro teórico. Por outro lado, ao reunir esses artigos, este volume também apresenta a seus leitores um conjunto de jovens professores-pesquisadores da Universidade Federal da Bahia que vêm contribuindo de forma relevante e indispensável para o aprimoramento dessa teoria da gramática. Trata-se de uma geração de linguistas de orientação formalista que, embora não tenha testemunhado, ela própria, todas as etapas do desenvolvimento dos estudos sobre a faculdade da linguagem humana, sistematizados pela investigação em Gramática Gerativa desenvolvida desde o início da década de 60, apropriou-se de seus avanços e apostou neles como ferramentas imprescindíveis para a descrição e análise de fenômenos diversos observados em diferentes línguas naturais.

As pesquisas relatadas nas próximas páginas se desenvolveram a partir de perspectivas distintas do quadro teórico gerativista. Pode-se dizer que elas representam, com muita justiça, o trabalho qualificado e diversificado que vem sendo desenvolvido no Brasil dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa. Mais que isso, representam, também, contribuições importantes para o debate, sempre vibrante e motivador, que se estabelece entre os pesquisadores dessa área do conhecimento: as questões colocadas pelos trabalhos que tratam de dados de mudança no espanhol antigo, de dados de aquisição de segunda língua, da relação entre Gramática Gerativa e Dialetoлогия, bem como por aqueles que tratam de fenômenos linguísticos possivelmente relacionados a princípios ou parâmetros das línguas naturais suscitam discussões teóricas que, certamente, só fazem somar, no que concerne ao refinamento do modelo teórico, sempre em construção.

Nesse sentido, a publicação de *Gramática Gerativa em Perspectiva* se dá “no lugar certo, na hora certa”, e quem ganha com isso são os professores, estudantes e pesquisadores vinculados aos cursos de Graduação e Pós-graduação em Letras e Linguística de todo o Brasil, assim como leitores de áreas correlatas que têm na linguagem o seu objeto de estudo.

É hora de aproveitar a leitura!

Ana Paula Scher

SÚMARIO

GRAMÁTICA GERATIVA EM PERSPECTIVA: ESCOPO, OBJETIVOS E ESTRUTURA.....	7
<i>Danniel da Silva Carvalho</i> <i>Lílian Teixeira de Sousa</i>	
O ESTATUTO MORFOSSINTÁTICO DE DEFINITUDE.....	25
<i>Danniel da Silva Carvalho</i>	
REFLETINDO SOBRE AS NOMINALIZAÇÕES: ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS.....	47
<i>Cristina Figueiredo</i>	
A FONOLOGIA FRASAL E O CONCEITO DE REFERÊNCIA INDIRETA.....	77
<i>Juliana Escalier Ludwig Gayer</i>	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERFACE SINTAXE-FONOLOGIA: A EVIDÊNCIA PROSÓDICA.....	107
<i>Lílian Teixeira de Sousa</i>	
VARIAÇÃO NA ORDEM O-V NO ESPANHOL ANTIGO: EVIDÊNCIAS DE UM PROCESSO DE COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICAS A PARTIR DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS.....	133
<i>Carlos Felipe Pinto</i>	
A PESQUISA GERATIVISTA EM AQUISIÇÃO DE SEGUNDA LÍNGUA: UMA REVISÃO.....	159
<i>Samara Ruas</i>	
GRAMÁTICA GERATIVA E DIALETOLOGIA: DOS PRINCÍPIOS E PARÂMETROS AOS ATLAS SINTÁTICOS.....	187
<i>Rerisson Cavalcante de Araújo</i>	
OS AUTORES.....	209

GRAMÁTICA GERATIVA EM PERSPECTIVA ESCOPO, OBJETIVOS E ESTRUTURA

*Danniel da Silva Carvalho
Lílian Teixeira de Sousa*

“...anyone is a generative grammarian [...] who holds that the grammar must be a finite rule system which explicitly characterizes an infinite set of sentences.”
(VAN RIEMSDIJK, 1984, p. 2).

INTRODUÇÃO

A Teoria Gerativa teve seu início entre as décadas de 50 e 60 do século passado, ao postular como conceito de língua um estado de uma Faculdade da Linguagem (FL), a Língua-I. Essa abordagem, denominada biolinguística por assumir que a linguagem pode ser estudada como parte do mundo natural, busca, através do estudo da Faculdade da Linguagem, entender os princípios subjacentes às gramáticas de todas as línguas, como forma de se chegar a *insights* mais profundos sobre a natureza da linguagem e do pensamento humano (CHOMSKY, 1995a). Nessa jornada de pouco mais de meio século, chegou-se a três fatores dentro dos quais a linguagem se desenvolve: (I) carga genética (*endowment*) – aparentemente uniforme entre os membros da espécie, interpreta parte do ambiente como experiência linguística e determina o curso do crescimento e desenvolvimento da FL; (II) experiência – que leva à variação, como no caso de outros subsistemas da capacidade humana e do organismo em geral; e

(III) princípios da arquitetura estrutural e restrições desenvolvidas que não são específicas da linguagem.

O terceiro fator passou a ser mais investigado a partir da abordagem de Princípios e Parâmetros (P&P), que tenta dar conta de propriedades da linguagem em termos de eficiência computacional, e é dividido em subtipos como (a) princípios de análise de dados que podem ser usados na aquisição da linguagem e outros domínios, ou (b) princípios de arquitetura estrutural e restrições de desenvolvimento que atuam sobre uma variedade de princípios de eficiência computacional. Nesse sentido, é importante mencionar a chamada Tese Minimalista Forte (CHOMSKY, 2000), segundo a qual a linguagem é apresentada como um sistema computacional, uma solução ótima para condições de interface que a FL precisa satisfazer, ou seja, a língua é uma forma eficiente de ligar som e sentido, sendo a essas noções atribuído um sentido técnico nos termos de sistemas de interface que atuam no uso e na interpretação de expressões geradas pela língua-I, mais especificamente, a interface articulatório-perceptual – considerando que a fonética acústica e articulatória fornece pistas do que tem sido aprendido de traços fonológicos e propriedades; e a interface conceptual-intencional – que assegura as propriedades dos três fatores.

Com isso, o estudo das interfaces entre os subcomponentes da gramática tem recentemente ocupado um lugar importante entre as pesquisas formalistas, seja na interface sintaxe-semântica, sintaxe-fonologia ou ainda na interface fonologia-processamento da linguagem, entonação-estrutura discursiva, dentre outros. A principal questão norteadora desses trabalhos está no entendimento dos mecanismos gramaticais envolvidos na derivação de fenômenos que relacionam esses subcomponentes e também na forma como esses subcomponentes se relacionam entre si. Pode-se questionar, por exemplo, se a morfologia segue as mesmas regras da sintaxe, se os processos de sândi externo ocorrem por motivação morfossintática ou fonológica, se o léxico existe como um módulo da gramática ou se questões de natureza semântica e/ou discursiva interagem com as propriedades flexionais das sentenças.

O campo de estudos em Gramática Gerativa tem, sem sombra de dúvidas, se ampliado nos últimos anos, em parte devido ao grande progresso em áreas que haviam sido pouco exploradas como um modelo semântico-teórico da verdade e estruturas prosódicas¹, mas também pelo resultado de uma ampla gama de estudos desenvolvidos nessa área sobre uma variedade de línguas. Muitos dos trabalhos realizados nesse campo levantaram problemas não observados

¹ Ver Teixeira de Sousa, neste volume.

anteriormente, assim como revigoraram os estudos de aquisição e processamento. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar uma descrição sucinta dos avanços da teoria, começando por expor alguns conceitos fundamentais e etapas de desenvolvimento. Ao fim, apresentamos a motivação para o livro, assim como seus temas principais.

1. GRAMÁTICA GERATIVA EM PERSPECTIVA: O ESTUDO DA SINTAXE

Podemos afirmar que uma *gramática* consiste em: (a) uma unidade formal complexa, (b) um sistema de regras que relaciona unidades atômicas e também complexas a esta unidade formal, e (c) uma caracterização dos elementos atômicos ou elementares, e como eles se relacionam com o sistema de regras (cf. KISS; ALEXIADOU, 2015).

Chamaremos unidade formal a *sentença*, que pode ser o resultado de um número grande de sistemas de regras. Já os elementos atômicos são os itens lexicais, aos quais são atribuídas certas categorias para que um sistema de regras possa fazer-lhes uso.

No âmbito mais amplo da linguística saussuriana, a sintaxe propriamente dita é negligenciada em seu início, apesar de o movimento estruturalista europeu, conhecido como Escola de Praga, ter estudado as funções pragmáticas dos constituintes da sentença no discurso com sua perspectiva funcional da sentença (cf. FIRBAS, 1957). O empirismo sintático surge através da hipótese de que a estrutura sintática é definível como uma hierarquia de constituintes imediatos. Foi por meio dessa hipótese que a sintaxe começou a florescer na chamada linguística moderna.

É o estruturalismo americano que introduz rigor científico ao modelo, mas concentrou-se, quase exclusivamente, em aspectos morfofonêmicos. Já Harris reconhece, em uma teoria estruturalista de sintaxe, a necessidade de três ingredientes que figurariam, de alguma forma, no modelo sintático gerativo embrionário (HARRIS, 1951, p. 372-373):

- (i) instruções que permitem a qualquer um sintetizar ou prever os enunciados na língua e formam um sistema dedutivo com elementos iniciais axiomáticamente definidos e com teoremas relativos às relações entre eles;
- (ii) instruções que transformam certas sentenças do texto em sentenças de gramaticalidade equivalentes;
- (iii) sentenças que consistem em uma sequência de uma ou mais sentenças subjacentes.

No início da Gramática Gerativa, instruções do tipo (i) ressurgem como regras de estrutura da frase (*phrase-structure rules* - PS rules [CHOMSKY, 1957]) que codificavam as representações sintáticas bem-formadas subjacentes, e aquelas do tipo (ii) preveem suas transformações de forma transparente (resguardando-se as diferenças que o termo *transformação* possui nas duas perspectivas). Dessa forma, transformações generalizadas poderiam combinar dois sintagmas simples, gerando uma sentença complexa (cf. CHOMSKY, 1955/1975), como prevê (iii), cujas premissas se aproximam à abordagem adotada pelos Gramáticos de Port Royal para sentenças complexas (cf. ARNAULD e LANCELOT, [1660] 1992).

A partir desses aspectos formais, a Gramática Gerativa (entende-se *gerativa* como *explícita*), em seu início, é uma continuação de seus antecessores. Mas, este novo modelo rompe com seus precursores estruturalistas no que concerne à identificação do *explanandum* central que Chomsky tem chamado de *Problema de Platão*: o fato de qualquer criança adquirir sua língua materna sem esforço em um curto período de tempo, independentemente da pobreza do estímulo. O que a criança ouve em seu redor é, quantitativamente e qualitativamente, um reflexo muito insipiente do que sua língua é capaz: durante o período crítico da aquisição da língua, a criança provavelmente não ouvirá um único exemplo de muitas construções que ela acabará por produzir e processar sem nenhuma dificuldade. E, por outro lado, ela vai ouvir muitas expressões que não são gramaticalmente bem formadas, mas, de alguma forma, consegue excluí-las a partir dos dados linguísticos primários, com base nos quais eles desenvolvem a gramática de sua língua materna.

O aprendiz (ou, mais apropriadamente, mas menos elegante, *adquirente*) da língua é posto no cerne da empreitada gerativista, sendo, a esse respeito, um universo paralelo ao estruturalismo. O estruturalismo norte-americano é sobretudo uma abordagem prática para a descrição dos dados da língua, fornecendo uma ferramenta maximamente rigorosa para configurar os inventários fonêmicos (anteriormente analisados) das línguas particulares. A metodologia estruturalista era desenvolvida basicamente a partir da perspectiva do linguista, e não da perspectiva do aprendiz da língua.

Chomsky mudou dramaticamente essa perspectiva, tornando o aprendiz da língua o ponto focal e, dessa forma, revolucionou o campo dos estudos linguísticos. Isso não quer dizer, no entanto, que o problema lógico da aquisição da linguagem nunca tinha sido pensando anteriormente na agenda de pesquisa linguística: como enfatizado por Chomsky (1966), uma perspectiva mentalista de linguagem é atribuída ainda no século XVII ao filósofo francês René Descartes;

Wilhelm von Humboldt e Otto Jespersen também podem ser citados no mesmo contexto nos séculos XVIII e XIX, respectivamente. Chomsky tornou o problema lógico da aquisição da linguagem o *explanandum* central da empreitada gerativa: definiu o critério maior para o qual uma teoria gerativa da linguagem deveria dar resposta, o da adequação explicativa. Essa ênfase na aquisição resultou, com o passar do tempo, na teoria dos princípios (universais, inatos) e parâmetros (limitado ao léxico funcional).

2. SOBRE A ABSTRAÇÃO DO MODELO GERATIVISTA

Desde o início, Chomsky argumenta em favor de um grau de abstração na análise sintática não observada previamente. Um argumento chave para esse efeito pode ser observado no par mínimo em (1):

- (1) a. John is easy to please
 John BE fácil Inf agradar
 ‘John é fácil de agradar’
 b. John is eager to please
 John BE ávido Inf agradar
 ‘John está ávido para agradar’

A postulação de Harris em (i) apresentada na seção anterior (“instruções que permitem a qualquer um sintetizar ou prever os enunciados na língua”) pode ser aplicada tanto para (1a) quanto para (1b), como também para a regra estrutural em (2):

- (2) a. AP → A + Sinf
 b. Sinf → to + VP

Entretanto, as sentenças em (1a) e (1b) são claramente diferentes. Interpretativamente, *John* é objeto do verbo (*eager* – agradar) em (1a), mas seu sujeito em (1b). Sintaticamente, é possível perceber diferenças importantes no comportamento das duas sentenças:

- (3) a. *John’s easiness to please
 b. John’s eagerness to please
 (4) a. John is easy for us to please
 b. *John is eager for us to please
 [*John como objeto de please]

- (5) a. to please John is easy
b. *to please John is eager
- (6) a. it is easy to please John
b. *it is eager to please John
[*a menos que tenha leitura existencial]

A sintaxe estruturalista, com sua orientação para a estrutura de superfície, falha em fazer a distinção e capturar as diferenças interpretativas entre (1a) e (1b). Contrastivamente, as derivações simplificadas de (1a,b) em (7a,b) tornam transparente as interpretações das sentenças:

- (7) a. John is easy [(for someone) to please John]
b. John is eager [John to please (someone)]

Ao mesmo tempo, as derivações simplificadas em (7) proporcionam uma perspectiva dos contrastes em (3) – (6): operações de movimento são mais restritas em sintagmas nominais; *John* aparece como sujeito de *please* em (7b), o que impede a presença de *us* como sujeito deste verbo em (4b), enquanto não há impedimento para *us* ser sujeito de *please* em (5a); *John* em (7b) é o sujeito encaixado de *eager*, o que impede um sujeito proposicional em (5b) ou pronome substituto em (6b), diferentemente do que acontece em (7a), que não possui um sujeito encaixado.

3. DAS REGRAS DE ESTRUTURA DA SENTENÇA À TEORIA X-BARRA

Estruturas Sintáticas (CHOMSKY, 1957) é a primeira publicação de Chomsky sobre a gramática gerativo-transformacional. Em *Estruturas Sintáticas*, Chomsky apresenta uma teoria da estrutura da sentença composta por regras de estruturação, que compõem, por seu turno, a chamada *componente de base*, e transformações, que formam o *componente transformacional*. Não há um léxico separado: terminais de marcadores frasais (palavras e morfemas) são introduzidos através de regras de estrutura da frase (doravante regras de PS. do inglês Phrase Structure) da mesma maneira que os nós não-terminais da representação sintática. O sistema de regras de PS continua no modelo até os anos de 1970, embora seu alcance seja reduzido em Chomsky (1965) com a introdução de um *léxico*, tal que os itens lexicais não precisam mais ser introduzidos por regras de PS. Por fim, tais regras dão lugar ao desejo de capturar a endocentricidade fundamental das estruturas sintáticas de maneira formalmente explícita. O advento da Teoria X-Barra² e da ideia

² Chomsky (1970), Jackendoff (1977).

de subcategorização catalisaram a análise das estruturas sintáticas, culminando em uma abordagem uniforme para as projeções sintáticas de todas as categorias, sejam lexicais (de classe aberta), sejam funcionais (de classe fechada).

Representações generalizadas da Teoria têm desfrutado de ampla, mas não universal, aceitação através da empreitada gerativista. Assim, também podemos encontrar nós rotulados como *IP* e *CP* em análises que usam o modelo de Gramática Léxico-Funcional (*Lexical-Functional Grammar* – LFG), mesmo que as estruturas-c postuladas pela LFG sejam incompatíveis como a Teoria: estruturas individuais de línguas particulares podem empregar nós *S* e *S'* no lugar de um modelo, e as estruturas em LFG não são necessariamente galhos binários. A *Head-driven Phrase Structure Grammar* (HPSG) não faz uso de nós estruturais rotulados categorialmente em suas representações, mas registra suas categorias como estruturas de traços associados a nós, sendo que categorias são apenas uma das muitas “peças” que constituem essas estruturas de traços: ser associado a uma categoria não garante um estatuto privilegiado na rotulação de um nó, da mesma forma que HPSG não reconhece os níveis barra. A esse respeito, há paralelos entre HPSG e o modelo adotado no Programa Minimalista de *Bare Phrase Structure* (CHOMSKY, 1995a), que abandona as representações teóricas do modelo e rotulações categoriais (COLLINS, 2002). Na prática, entretanto, as estruturas continuam a ser usadas na sintaxe minimalista.

4. ABORDAGENS GERATIVAS TRANSFORMACIONAIS E NÃO-TRANSFORMACIONAIS

Com o abandono das regras de PS, a predição de Harris de “instruções que permitem a qualquer um sintetizar ou prever os enunciados na língua” em (i) na primeira seção deste capítulo, desaparece da convenção gerativista. Transformações monádicas e generalizadas, correspondentes às predições em (ii) e (iii), nunca foram bem recebidas na abordagem gerativa. Tiveram seu auge na era da Semântica Gerativa dos anos de 1960 e 1970, mas acabaram sendo refreadas drasticamente pela refutação de Chomsky (1970) da prática de derivar palavras através da aplicação de transformações sintáticas ao nível sentencial subjacente às representações. Enquanto Harris (1957) menciona nominalização como um exemplo de que devemos transformar “certas sentenças do texto em sentenças de gramaticalidade equivalentes”, Chomsky centrou seu argumento contra a derivação de palavras através de transformações sintáticas precisamente em nominalizações como *a destruição da cidade pelos inimigos*, para as quais Lees (1963) desenvolve uma análise que as deriva de sentenças passivas. O argumento de Chomsky é simples: *a destruição da cidade pelos inimigos* é apenas aparentemente a nominalização de uma passiva (CHOMSKY, 1970, p. 43). A

regra de preposição do objeto e a de posposição do sujeito (*The enemy destroyed the city*→*The city was destroyed by the enemy*) são totalmente independentes uma da outra no sintagma nominal e sua aplicação não requer que haja um verbo nominalizado. Além disso, Chomsky aponta para o fato de que se assumimos nominalizações como transformações sintáticas que tomam sentenças passivas como *input*, então devemos ser capazes de derivar nominalizações como *O crescimento dos tomates* de *Os tomates foram crescidos*. Entretanto, com efeito, *O crescimento dos tomates* não apresenta leitura passiva, mas intransitiva. Assim, uma abordagem transformacional para nominalizações falharia em ser adequada descritivamente.

A refutação de Chomsky de uma Semântica Gerativa marca um afastamento do transformacionalismo desenfreado. Ao mesmo tempo, ramificações que começaram a se alastrar a partir do tronco chomskyano fizeram questão de não explorar o mecanismo transformacional ou usá-lo com muito mais moderação. A maioria das Gramáticas Categoriais são modelos gerativos não transformacionais: LFG (cf. BRESNAN, 1982), *Tree Adjoining Grammar* (TAG) (cf. JOSHI et al., 1975), *Generalised Phrase Structure Grammar* (GPSG) (cf. GAZDAR et al., 1985) são exemplos de modelos cujos constituintes gramaticais e, em particular, os itens lexicais, são associados a um tipo ou categoria que define seu potencial para combinações com outros constituintes para gerar constituintes compostos (cf. STEEDMAN, 1987).

5. O DESENHO DA TEORIA: DERIVAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

As derivações resultantes de movimento cíclico sucessivo, propostas por Chomsky (1973), revelam a tensão entre dois *desiderata* aparentemente conflitantes: efetuar os movimentos mais curtos e fazer o menor número de movimentos. Essa tensão está no cerne do papel desempenhado em teorizações sintáticas muito atuais por considerações de economia – as injunções conjuntas (a) para manter os passos de uma derivação os mais curtos possíveis (Condição do Elo Mínimo), economia de derivação, e (b) para manter as representações livres de símbolos supérfluos (Princípio da Interpretação Plena, economia de representação) (cf. CHOMSKY, 1995b). Os vestígios ou cópias intermediárias introduzidas na estrutura pelos movimentos cíclicos sucessivos, por um lado, têm o benefício de eliminar da derivação uma série de etapas locais, por outro lado, ameaçam fornecer à interface sintático-semântica interpretações com um número significativo de matéria não interpretável, o caso dos vestígios ou cópias intermediárias.

Considerações sobre economia foram inicialmente introduzidas na teoria de Princípios e Parâmetros como diretrizes gerais, mas, no Programa Minimalista,

economia começou a dominar a agenda de pesquisa. Como em todos os ramos das ciências, a linguística gerativa é moldada pela navalha de Occam, uma vez que não deve postular mecanismos ou operações sem os quais pode funcionar. Verificou-se, entretanto, que, no decorrer dos anos, muitos mecanismos e operações que a sintaxe gerativa em seus anos iniciais considerava indispensáveis não apenas puderam ser descartados sem perdas significantes, como fariam um desserviço à teoria se fossem mantidos. É o caso da já mencionada Teoria X-Barra e, como será visto a seguir, os níveis de representação sintática.

6. NÍVEIS DE REPRESENTAÇÃO SINTÁTICA E OS SISTEMAS INTERPRETATIVOS

Desde seu início, a Gramática Gerativa Transformacional fez uma distinção entre Estrutura Profunda (ou estrutura-D, de *Deep Structure*, do original em inglês) e Estrutura Superficial (estrutura-S), com transformações mediando os dois níveis de representação. A Forma Lógica foi adicionada mais tarde, no chamado modelo T ou Y de gramática (cf. CHOMSKY; LASNIK, 1977), como um terceiro nível da representação sintática. Cada um desses níveis sintáticos foi legitimado pelo fato de os princípios da teoria sintática terem sido pensados para serem aplicados a eles. Assim, o Princípio da Projeção assegura que o Critério Theta seja realizado na estrutura-D, bem como aos outros dois níveis de representação. O Filtro do Caso era tradicionalmente realizado na estrutura-S. Já os princípios da Teoria da Ligação podiam ser vistos como possibilidades nos três níveis de representação.

Foi justamente com referência à Teoria da Ligação que Chomsky (1995b) desenvolve sua argumentação de que a postulação de uma estrutura-D e uma estrutura-S como níveis nos quais os princípios da teoria podiam ser aplicados era um erro. Talvez de forma mais dramática do que nos anos de 1970, quando Chomsky refuta o movimento da Semântica Gerativa com a ajuda de um único estudo de caso (nominalizações), o caso contra níveis múltiplos de representação sintática articula-se em torno de um único dado: enquanto *Lilian se pergunta quantas fotos dela mesma Dorothy tirou* é uma sentença ambígua em princípio, no que diz respeito à escolha do antecedente de *ela mesma*, isto é, tanto Lilian quanto Dorothy podem ser escolhidas como antecedente do reflexivo, esta ambiguidade esmorece quando *tirar fotos* é interpretado como uma expressão idiomática equivalente à *fotografar*, em cujo caso a leitura que tem Dorothy como antecedente do reflexivo é preferível. Assumindo-se que interpretações idiomáticas requerem circunscrição em LF, a não-ambiguidade dessa sentença com a leitura idiomática para *tirar fotos* é resultante da Teoria da Ligação, mas

apenas se os princípios da Teoria da Ligação forem assumidos como exclusivos de LF, pois, se se permite que a Teoria da Ligação seja satisfeita na estrutura-S, poder-se-ia derivar uma leitura em que *Lilian* seria antecedente do reflexivo independentemente da interpretação atribuída a *tirar fotos* em LF, o que tornaria impossível explicar a relação entre idiomaticidade e escolha de antecedente no exemplo.

Nessa abordagem, é importante lembrar, a faculdade da linguagem como descrita por Chomsky (1995a, 2000) consiste no léxico e na sintaxe, havendo a interação entre os sistemas articulatório-perceptual e o conceitual-intencional. O intercâmbio de informações entre a língua (LI) e esses sistemas se dá através de dois níveis de representação: PF (Forma Fonética), que faz a interface com o sistema articulatório-perceptual, e LF (Forma Lógica), que faz interface com o sistema conceitual-intencional. Assim, a informação disponível nos níveis de representação que fazem interface com os sistemas de desempenho deve ser legível, interpretável, nesses níveis. Por esse motivo, considera-se que os sistemas de desempenho impõem restrições de legibilidade ao sistema computacional, ou seja, para que uma derivação resulte em uma expressão linguística, esta deve ter alguma realização física e receber uma interpretação semântica.

Nessa perspectiva, as línguas variam com relação ao modo como os traços- φ^3 – propriedades como definitude, especificidade, genericidade etc. – são expressos gramaticalmente. Primordialmente entre os modos de realização dessas propriedades estão *concordância* (flexão de traços- φ) e *caso*. Parece óbvio que para o sintagma nominal seja semanticamente significativo se este é singular ou plural, mas sua especificação de gênero é geralmente inteiramente arbitrária; e o caso que o sintagma nominal carrega nem sempre o ajuda a determinar sua função gramatical, como o caso da Marcação Excepcional de Caso.

Traços- φ e de caso são indubitavelmente importantes para o trabalho da morfossintaxe (cf. CARVALHO, neste volume): em português, um pronome sujeito na forma nominativa deve ser emparelhado como sujeito de um verbo finito, enquanto este verbo finito normalmente tem os mesmos traços- φ de seu sujeito. Traços- φ e de caso geralmente também possuem uma realização fonológica, como os pares singular-plural/nominativo-acusativo dos pronomes pessoais. Mas, aparentemente, tais traços parecem não ter contribuições semânticas em

³ A letra grega φ (phi) é utilizada, no modelo gerativista, como uma variável para todas as características morfossintáticas que engatilham operações sintáticas, como concordância e movimento. Para uma discussão mais aprofundada sobre essas categorias, ver Corbett (2006), Carvalho (2008, 2012, 2017), Kibort e Corbett (2010).

muitos casos. O mesmo pode ser dito, em alguns casos, para os traços de tempo dos verbos. Apesar de tempo ser claramente interpretável, o traço morfológico de tempo no verbo finito geralmente não tem conexão com o traço semântico de tempo. Se de fato há traços morfossintáticos verdadeiramente não-interpretáveis (reinvindicação que tipicamente distingue a abordagem gerativa das perspectivas mais funcionalistas), parece fazer sentido verificar e livrar-se da representação sintática desses traços antes que alcancem o sistema Conceitual-Intencional, para que uma interpretação plena possa ser atribuída ao *output* sintático àquele ponto.

Ainda no que diz respeito a teorias sobre fenômenos de natureza morfosintática, há a ideia de fonologia cíclica, que já existia em propostas anteriores (CHOMSKY; HALLE, 1968), sendo aplicada como um construto teórico segundo o qual objetos fonológicos (e.g. morfemas) carregam informações morfossintáticas requeridas na interface morfosintaxe-fonologia. Na proposta da Ciclicidade (BERMÚDEZ-OTERO, 2010), um constituinte morfossintático pode compor diferentes níveis ou ciclos – um nível-raiz, um nível palavra ou um nível sintagma, dependendo da função fonológica aplicada (Função-*P*). Essa função-*p* teria para essa teoria o mesmo papel das regras de reescrita da Teoria da Optimalidade, que estabelecem um *ranking* de restrições universais, como descrito por Gayer neste volume.

Também ligada à noção de ciclos, há a proposta de Fases (CHOMSKY 2001, 2008). As fases constituiriam os objetos sintáticos que são transferidos para as interfaces através da operação denominada Transferir (*Transfer*). Nessa operação, há, de um lado, objetos sintáticos já construídos para o componente fonológico, que os mapeia para a interface articulatória-perceptual – *Spell-out*, de outro os OS vão para o componente semântico, que os mapeia para a interface Conceitual-intencional. Assim, a computação de expressões precisa estar restrita a um único processo/ciclo computacional com *fases*. Na melhor das hipóteses, as fases vão ser as mesmas para ambas as operações de transferência. O modelo não exclui, no entanto, que a derivação fracasse caso algum traço não seja validado antes de chegar às interfaces.

7. VERIFICAÇÃO DE TRAÇOS, GATILHOS SINTÁTICOS E VARIABILIDADE

A discussão apresentada no final da seção anterior levou ao modelo de licenciamento sintático conhecido como Teoria da Verificação de Traços, força motriz para as operações sintáticas, como movimento, por exemplo. Movimento de qualquer elemento na sintaxe deve ter uma força motriz, ou gatilho, como Chomsky passou a chamá-la. Uma vez que a sintaxe chomskiana tem sempre prezado sua

autonomia diante dos componentes interpretativos, considerar que interpretação semântica seja suficiente para engatilhar movimento parece ilegítimo. Em vez disso, a necessidade de eliminar (*verificar/checar*) traços morfossintáticos não interpretáveis foi postulado, no início do minimalismo, como gatilho. Assim, por exemplo, um constituinte interrogativo (wh) não é movido para a fronteira esquerda da sentença porque quis estar lá por motivos semânticos (escopo, por exemplo), mas, em vez disso, diz-se que o constituinte-wh compartilha um certo traço (chamemo-lo traço [wh]) com um núcleo funcional na periferia esquerda da sentença (C – *Complementizer*), subindo para a fronteira da projeção do núcleo funcional para assegurar que o traço [wh] não interpretável seja verificado antes de o *output* da derivação sintática ser enviado para a interface Conceitual-Intencional.

Essa verificação não requer necessariamente deslocamento do constituinte-wh na sintaxe visível: traços não interpretáveis com os quais a interface Conceitual-Intencional não pode lidar devem ser eliminados no fim da derivação para LF, o que não significa que necessitem ser verificados antes da derivação ser enviada ao outro componente interpretativo, a interface Articulatório-Perceptual (ou sistema sensorio-motor). A teoria da verificação de traços de movimento pode, portanto, fornecer fundamentação para movimento, mas a resposta para a questão de quando o movimento é visível ou não ainda é capturada. Para dar conta do momento do movimento, alguns diacríticos precisam ser introduzidos: a força do traço, como proposto por Chomsky (1995b), ou a propriedade do Princípio da Projeção Estendida (*Extended Projection Principle – EPP*)⁴ na versão mais recente do programa minimalista.

Entretanto, não é trivial que todos os exemplos de movimento exijam um gatilho designado propriamente na sintaxe. Às vezes, movimento aparentemente motivado apenas por propriedades morfológicas, tais como traços- ϕ e caso, podem ter um reflexo semântico ou fonológico particulares, como elipse, por exemplo. Tal reflexo, entretanto, independentemente de sua natureza, é o que é lido na configuração sintática estabelecida por movimento, e não o que define os objetos movidos.

Gatilhos para movimento sintático, na medida em que precisam ser postulados, são presumivelmente localizáveis no léxico funcional: a variação nas

⁴ EPP foi concebido originalmente como a combinação do cerne do Princípio de Projeção, que exige que todas as informações lexicais sejam sintaticamente projetadas, e a condição auxiliar de que todas as sentenças devem ter um sujeito; em sua versão mais recente, EPP é uma versão generalizada desta última condição, agora exigindo que deslocamento ocorra na fronteira de qualquer categoria funcional especificada para essa propriedade.

propriedades parametrizáveis das categorias sintáticas é provavelmente limitada ao conjunto de categorias funcionais (a chamada *Conjectura Borer-Chomsky*). Em outras palavras, a variação paramétrica deve ser definida em termos de variação na morfologia e nas classes fechadas. Entretanto, se esse é o único *locus* de variação entre as línguas é questão de debate na literatura. O que tem sido chamado de *microparâmetros* devem seguramente ser formulados nesses termos. O estatuto de tais parâmetros (e, conseqüentemente, a quais categorias funcionais particulares são ligados) e a forma como são estabelecidos no curso do processo de aquisição da língua são questões importantes que continuarão a ser discutidas na literatura gerativa por algum tempo, especialmente porque são fundamentais para se compreender os processos de mudança linguística⁵.

8. NOVAS PERSPECTIVAS: OBJETIVOS E ESTRUTURA

É a partir da diversidade de possibilidades no estudo da gramática, descrita modesta e superficialmente neste capítulo, que *Gramática Gerativa em Perspectiva* toma corpo. O volume é pensado como tela para reunir trabalhos e agendas de pesquisa sobre desenvolvimentos atuais na empreitada gerativista nas mais diversas perspectivas. Mais precisamente, o livro pretende reunir pesquisas e debates desenvolvidos por jovens investigadores alocados no Nordeste do Brasil, de uma instituição que vem tomando corpo nos estudos formalistas de linguagem, a Universidade Federal da Bahia.

Desde os anos de 1960, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem contribuído com o desenvolvimento dos estudos em Gramática Gerativa no Brasil, contando com a colaboração de pesquisadores dedicados a investir em uma discussão mais formalista dos estudos da linguagem. Entre os anos de 1960 e 1990, em especial, a partir de 1976, com a criação do Mestrado em Letras e Linguística, que passa a se chamar Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística em 1996, um grupo de mulheres dedicadas aos estudos formalistas da linguagem deu ignição aos estudos formais, já em uma perspectiva gerativista, inicialmente transformacional e, em seguida, sob o viés do modelo de Princípios e Parâmetros. Dentre elas, citamos as professoras Joselice Macêdo de Barreiro, Lícia Regina Moreira de Souza da Fonseca, Maria Emiliana Passos, Claiz Passos⁶, Raquel Solek Fiad Blanco, Suzana Helena Longo Sampaio, Sumaia Sahad Araújo, Ivone Afonso de Almeida Novis, Serafina Maria Simas Pereira de Souza Pondé e Ilza

⁵ Ver Pinto, neste volume.

⁶ As professoras Maria Emiliana Passos e Claiz Passos são autoras do livro *Princípios de uma Gramática Modular* (Coleção Repensando a língua portuguesa. Contexto, 1990).

Maria Ribeiro, que contribuíram diretamente para o início da formação de pesquisadores gerativistas no Estado da Bahia. A UFBA, nesse período, ainda contou com a participação de professores visitantes que contribuíram para o fortalecimento da pesquisa formalista e, em especial, gerativista, tais como Jean-Pierre Angenot (Universidade Federal de Rondônia), Leo Wetzels (Vrije Universiteit), Ian Roberts (University of Cambridge), João Costa (Universidade Nova de Lisboa), Francisco Ordóñez (Stony Brook University), entre outros. A professora Ilza Ribeiro, cuja contribuição aos estudos gerativistas no Brasil é indiscutível, dá início à formação de um consistente grupo de gerativistas no estado da Bahia entre as décadas de 2000 e 2010. Alguns colaboradores desse volume são fruto, direta ou indiretamente, da formação dessa grande pesquisadora.

Os capítulos que compõem o livro tratam de temas diversos dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa. No capítulo 1, **O estatuto morfossintático de definitude**, Dannel da Silva Carvalho propõe uma discussão sobre a categoria *definitude*, apontando um possível caminho para assumi-la como um traço sintático (ϕ). A partir de uma revisão da literatura que se sustenta em Lyons (1999) para a definição da categoria definitude nas línguas naturais, em Kibort (2010) para a promoção da categoria à traço, e em Zwicky (1986) para um mecanismo sintático que lida com um traço de definitude, o trabalho quer demonstrar que o traço de definitude pode ser realizado morfológica e sintaticamente das mais diferentes formas interlinguisticamente. Esse padrão sugere, segundo o autor, que definitude se assemelha aos demais traços no inventário ϕ (HARLEY; RITTER, 2002, CARVALHO, 2008, 2017).

No capítulo 2, **Refletindo sobre as nominalizações: aspectos sintáticos e semânticos**, Cristina Figueiredo problematiza as nominalizações no português brasileiro (PB) considerando a interface sintaxe/semântica na derivação dessas formações na perspectiva da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993, 1994; MARANTZ, 1997). Para tanto, a autora faz uma breve descrição das nominalizações deverbais no PB e apresenta análises de nominalizações deverbais de outras línguas, buscando identificar as propriedades verbais e nominais transparentes nessas formações, a fim de questionar sobre as formações do PB, entre outros aspectos, como a leitura das nominalizações depende das camadas funcionais que as constituem se os mesmos nominalizadores, ora se adjungem a verbos, ora se adjungem diretamente a raízes e expressam significado particular, além do fato de que de nominalizadores derivam nominalizações com o mesmo valor semântico (-nte, -dor / -ista, -eiro), mas requerem bases distintas (verbos e nomes), conseqüentemente possuem estruturas distintas.

No capítulo 3, **A fonologia frasal e o conceito de referência indireta**, Juliana Escalier Ludwig Gayer apresenta uma revisão do conceito de referência indireta relacionado à comunicação da fonologia com os demais componentes da gramática, principalmente a sintaxe. A autora apresenta as teorias que tratam das unidades maiores do que a palavra, discutindo como cada uma dessas teorias entende a relação entre fonologia e sintaxe, concluindo com a proposta da Teoria da Otimalidade. A autora mostra ainda o funcionamento da hierarquia prosódica e como esta foi reinterpretada à luz das restrições pela Teoria da Otimalidade.

No capítulo 4, **Algumas considerações sobre a interface sintaxe-fonologia: a evidência prosódica**, Lílian Teixeira de Sousa também trata da interação entre os componentes fonológico e sintático, mas sob o foco da prosódia como diagnóstico da estrutura sintática. Nesse sentido, a autora discute as três dimensões principais da prosódia – fraseamento, proeminência e contorno melódico – e mostra como cada uma tem sido utilizada como evidência da estrutura sintática, em especial em trabalhos sobre o português.

No capítulo 5, **Variação na ordem O-V no espanhol antigo: evidências de um processo de competição de gramáticas a partir do contato entre línguas**, Carlos Felipe Pinto discute o processo de mudança no espanhol antigo, que apresenta características de uma língua V2, a partir da proposta formalista da competição de gramáticas (KROCH, 2001). Apresentando aspectos de contato, o autor discute como a variação linguística se apresentava no espanhol antigo e como essa pode ser caracterizada no modelo mentalista minimalista a partir da noção de gramáticas em competição.

No capítulo 6, **A pesquisa gerativista em aquisição de segunda língua: uma revisão**, Samara Ruas apresenta uma revisão da pesquisa gerativista em Aquisição de Segunda Língua, partindo do problema lógico da linguagem na aquisição da L1 e da L2 e das hipóteses de investigação sobre o papel da GU e da L1 nos estágios inicial e final de aquisição. A autora apresenta ainda alguns estudos sobre a aquisição do parâmetro pro-drop, da ordem de palavras e da interface sintaxe-discurso, bem como implicações teóricas e empíricas para modelos de representação de gramáticas bilíngues, debatidas recentemente na comunidade internacional. Por último, chama a atenção para a necessidade de uma agenda de pesquisa no Brasil.

Já no capítulo 7, **Gramática Gerativa e Dialetolegia: dos princípios e parâmetros aos atlas sintáticos**, Rerisson Cavalcante de Araújo discute a relação entre a Gramática Gerativa e a Dialetolegia, duas áreas aparentemente bastante opostas entre si em seus objetivos, métodos, escopo e concepção de

língua. Mostra como o desenvolvimento da perspectiva microparamétrica levou ao aumento do interesse pela sintaxe dialetal, culminando na articulação com a geolinguística no desenvolvimento de grandes projetos de atlas sintáticos, como o *Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses*, o *Atlas Sintático da Itália Setentrional* e o *Atlas Sintático do Espanhol*. Aponta como isso levou à adaptação dos métodos dialetais para a pesquisa sintática, com a captura de dados negativos e de julgamentos de aceitabilidade. Por fim, o capítulo termina levantando a questão sobre a necessidade (ou não) de articulação entre os gerativistas e os dialetólogos brasileiros para a elaboração de um atlas sintático do PB.

Acreditamos que o material que compõe este volume constitui uma amostra representativa da diversidade dos estudos sobre a gramática desenvolvidos atualmente no Brasil, de forma geral e, em especial, na Universidade Federal da Bahia, instituição representativa do Nordeste brasileiro. Não temos dúvida de que os temas aqui tratados demonstram possibilidades de análise no modelo gerativista, e que conceitos fundamentais para futuras reflexões sobre os fenômenos aqui apresentados e os demais que possam ser relacionados a estes tenham sido eficazmente evidenciados.

Gostaríamos de agradecer aos autores deste livro, que aceitaram com entusiasmo nosso convite. Agradecemos também aos pareceristas e seus valiosos comentários. Por fim, a publicação deste livro não seria possível sem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, ao qual somos gratos.

REFERÊNCIAS

- ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port Royal ou gramática geral e razoada*. Tradução Bruno Fregni Basseto e Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, [1660]1992.
- BERMÚDEZ-OTERO, R. Cyclicality. In: VAN OOSTENDORP, M. et al. (Ed.). *The Blackwell companion to phonology*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2010.
- BRESNAN, Joan (Ed.). *The mental representation of grammatical relations*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.
- CARVALHO, D. S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em Português Brasileiro*. 151f. Tese (Doutorado em Linguística) – UFAL, Maceió, 2008.
- _____. Traços. In: FERRARI-NETO, J.; SILVA, C. R. T. (Org.). *Programa Minimalista em foco: princípios e debates*. Curitiba, PR: CRV, 2012, p. 113-132.

_____. *The internal structure of personal pronouns*. Newcastle-upon-Thames: Cambridge Scholars Publishing, 2017.

CHOMSKY, Noam. *The logical structure of linguistic theory*. New York: MIT Humanities Library and London: Plenum Press, 1955/1975.

_____. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957. (Janua Linguarum Series Minor, vol. 4).

_____. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

_____. *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York: Harper & Row, 1966.

_____. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R. A. ; ROSENBAUM, P. S. (Ed.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham:

Ginn and Company, 1970, p. 184-221.

_____. Conditions on transformations. In: ANDERSON, S. R.; KIPARSKY, P. (Ed.). *A Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Reinhart and Winston, Inc., 1973, p. 232-286.

_____. Bare phrase structure. In H. Campos and P. Kempchinsky (Ed.). *Evolution and revolution in linguistic theory: a festschrift in honor of Carlos Otero*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1995a, p. 51-109.

_____. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995b.

_____. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J.; KEYSER, S. J. (Eds.). *Step by Step*. Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik. Cambridge, MA: MIT Press, 2000, p. 89-155.

_____. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). *Ken Hale: a life in language*. MIT Press, Cambridge, MA, 2001, p. 1-52.

_____. On phases. In: FREIDIN, R.; OTERO, C.; ZUBIZARRETA, M. (Eds.). *Foundational issues in linguistic theory*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008, p. 133-166.

_____; HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.

_____; LASNIK, Howard. *Filters and control*. *Linguistic Inquiry* 11, p. 425-504, 1977.

COLLINS, Chris. Eliminating labels. In: EPSTEIN, S. D.; SEELY, D. T. (Ed.). *Derivation and explanation in the Minimalist Program*. Malden, Mass.: Blackwell, 2002, p. 42-64.

CORBETT, G. *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

FIRBAS, Jan. On the problem of non-thematic subjects in contemporary English. *Časopis pro moderní filologii*, 39, p. 171–173, 1957.

GAZDAR, Gerald et al. *Generalized Phrase Structure Grammar*. Oxford: Basil Blackwell; Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.

HARRIS, Zellig S. *Methods in structural linguistics*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

_____. Co-occurrence and transformation in linguistic structure. *Language*, 33, p. 283-340, 1957.

JACKENDOFF, Ray S. *X-bar syntax: a study of phrase structure*. Cambridge, MA: MIT Press, 1977.

JOSHI, Aravind K.; LEVY, Leon S.; TAKAHASHI, Masako. Tree Adjunct Grammars. *Journal of Computer Science and System Sciences*, 10 (1), 1975, p. 136-163.

KIBORT, A.; CORBETT, G. G. (Ed.). *Features: perspectives on a key notion in Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

KISS, Timbor; ALEXIADOU, Artemis. Syntax – the state of a controversial art. In: _____ (Ed.) *Syntax - Theory and Analysis: an international handbook*. v. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015, p. 1-14.

KROCH, Anthony. Syntactic Change. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (Org.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 699-730.

LEES, Robert B. *The Grammar of English Nominalizations*. Third printing. Bloomington: Indiana University. The Hague: Mouton, 1963.

RIEMSDIJK, Henk van. Introductory remarks. In: GEEST, Wim de; PUTSEYS, Yvan (Ed.). *Sentential Complementation. Proceedings of the International Conference Held at Ufsal*, Brussels June, 1983. Dordrecht: Foris Publications, 1984.

STEEDMAN, Mark. Combinatory grammars and parasitic gaps. *Natural Language and Linguistic Theory*, 5, 1987.

O ESTATUTO MORFOSSINTÁTICO DE DEFINITUDE

Danniel da Silva Carvalho

INTRODUÇÃO

Traços são fundamentais na descrição linguística, que se empenha para tentar entendê-los e construir a arquitetura que represente a complexidade das línguas naturais (CARVALHO, 2017c, p. 7). Adger (2013) aponta o fato de os traços morfossintáticos, ou simplesmente ϕ , oferecerem uma oportunidade rara para sintaticistas, morfólogos e semanticistas colaborarem para uma agenda de pesquisa na qual todos têm um mesmo papel e abordam com propriedade dados e conhecimentos. Rezac (2011) afirma que os traços- ϕ e as operações que os envolvem dão sustentação à organização modular da língua e estão entre os primitivos da sintaxe, realização e interpretação, sendo, dessa maneira, uma janela para a natureza e interações de tais módulos.¹

A partir da assunção de que traços- ϕ são concebidos como propriedades atômicas da gramática e que sua distribuição nos itens lexicais e funcionais alimenta as operações sintáticas na gramática (cf. ADGER, HARBOUR, 2008; CARVALHO, 2008, 2010, 2017a), surge a necessidade de uma investigação exaustiva sobre quais são e como funcionam tais traços.

¹ Para uma discussão sobre a natureza e a função dos traços- ϕ na gramática, conferir Carvalho (2017a).

Traços- ϕ são aqueles envolvidos na relação de concordância predicado-argumento, seja no nível da estrutura funcional verbal (*Inflectional Phrase* - IP), seja no da estrutura funcional nominal (*Determiner Phrase* – DP, cf. ABNEY, 1987), tipicamente, mas não apenas, pessoa, número e gênero.² Outros traços, como aqueles envolvidos em relações de definitude, por exemplo, como será visto adiante, também podem ser incluídos nessa definição.

O presente texto apresenta uma discussão que vai do conceito semântico de definitude a evidências empíricas interlinguísticas das implicações gramaticais dessa categoria linguística, assumindo, por fim, que se trata de um traço morfosintático. O texto está dividido como se segue: a seção 1 apresenta brevemente o conceito de definitude adotado neste trabalho; a seção 2 situa definitude como objeto gramatical; a seção 3 estabelece o estatuto de definitude como traço morfosintático; a seção 4 discute o papel desse traço na sintaxe a partir do seu comportamento em diversas línguas, inclusive o português brasileiro, que não apresenta morfologia específica para definitude, mas licenciamentos sintáticos que dependem desse traço; a última seção apresenta as considerações finais.

1. SOBRE O CONCEITO DE DEFINITUDE

O conceito semântico e/ou pragmático de *definitude*³ tem sido matéria de muito debate entre linguistas e filósofos, nos mais diversos quadros teóricos. Segundo Kibort (2010), a categoria semântica que corresponde mais aproximadamente à função central da categoria gramatical definitude é *identificabilidade*, isto é, a expressão de se o referente é familiar ou já estabelecido no discurso. Lyons (1999, p. 278) observa que “[i]n languages where identifiability is represented grammatically, this representation is definiteness; and definiteness is likely to express identifiability prototypically”.⁴ Como com outras categorias gramaticais, é de se esperar que haja outros usos para definitude que não se relacionem com identificabilidade – tal como *inclusividade* (HAWKINS, 1978),

² Para uma discussão sobre o inventário de traços- ϕ , incluindo traços de caso, conferir Corbett (2012) e Carvalho (2008, 2017a).

³ Há, muitas vezes na literatura, uma discussão no estabelecimento das noções de *definitude* e *especificidade* (cf. ENÇ, 1991). Entendo definitude aqui como a propriedade dos determinantes de mostrar que o referente de uma expressão nominal é acessível tanto ao falante, quanto ao ouvinte (identificabilidade) e/ou que a expressão nominal corresponde à totalidade dos possíveis referentes (inclusão); enquanto especificidade é a capacidade de os nominais fazerem referência a entidades específicas do mundo (cf. MARIANO, 2012; CERQUEIRA, 2015a).

⁴ Tadução aproximada: “Em línguas em que a identificabilidade é representada gramaticalmente, esta representação é definitude; e definitude provavelmente expressa identificabilidade prototipicamente”.

que é particularmente apropriado para usos não referenciais de definitude com sintagmas nominais plurais ou massivos. Inclusividade expressa, por exemplo, o fato de a referência poder ser feita pela totalidade dos objetos ou massa no contexto que satisfaz a descrição (cf. LYONS, 1999, p. 11).

Além de identificabilidade e inclusividade, outros conceitos que podem ser considerados significativos para a compreensão de definitude incluem familiaridade, singularidade e referência (ver LYONS (1999) para um panorama robusto das tradições de investigação relevantes). Além disso, na discussão sobre a natureza de definitude, várias outras distinções são extraídas além daquela entre definido vs. indefinido, dentre elas: específico vs. não específico e dêitico vs. não-dêitico. Especificidade e deixis podem interagir com definitude afetando sua realização gramatical (ver CARVALHO (2008) para uma discussão sobre a relação entre esses traços).

Kibort (2010) aponta que deve haver uma variação considerável entre as línguas acerca da marcação da categoria gramatical de definitude. Lyons (1999) mostra que algumas línguas permitem que genéricos assumam a forma definida (como o francês e o português brasileiro⁵) enquanto outras não; em algumas línguas, definitude é opcional mesmo em sintagmas nominais claramente interpretados como identificáveis (por exemplo, em hauçá, língua tchádica falada no Benim, em Camarões, em Chade, em Gana, na Nigéria, na Tanzânia e no Togo); em línguas como o maori, língua austronésia falada na Nova Zelândia e nas Ilhas Cook, que apresenta um artigo combinando usos definidos (identificáveis) óbvios com algo semelhante à especificidade, tal artigo também pode ser tratado como codificação de definitude – neste caso, certos tipos de ocorrências de sintagmas nominais, que em outras línguas são tratadas como indefinidas, são gramaticalmente definidas. Entretanto, apesar de toda essa variação, há sempre um núcleo central de usos da definitude gramatical que a relaciona diretamente com identificabilidade.

2. DEFINITUDE COMO OBJETO GRAMATICAL

Definitude é uma categoria do sintagma nominal.⁶ Lyons (1999, p. 278) assume que o conceito semântico/pragmático de identificabilidade subjacente

⁵ Para uma discussão sobre a leitura genérica de nominais definidos, ver Müller (2002).

⁶ Há uma distinção feita pelo modelo teórico adotado neste trabalho entre sintagma nominal e sintagma determinante. Enquanto aquele trata da expressão lexical da expressão referencial, este trata da expressão funcional de tal expressão referencial. Assim, por agora, consideraremos a expressão lexical da expressão referencial.

à categoria gramatical *definitude* é provavelmente universal. É possível verificar que uma interpretação “definida” desempenha um papel importante mesmo em línguas que não apresentam marcas formais de *definitude*. Por exemplo, em mandarim, um sintagma nominal na posição sujeito geralmente é um tópico e, dessa forma, “definido”, enquanto um sintagma nominal em uma construção existencial deve ser interpretado como indefinido. Portanto, mesmo *definitude* não sendo uma categoria formal em mandarim, ela é ainda assim um elemento da organização do discurso que corresponde à identificabilidade do referente.

Assim, nem todas as línguas possuem um conceito gramaticalizado de *definitude*. *Definitude* como uma categoria gramatical está presente apenas em línguas que apresentam alguma marca realizada desta categoria, por exemplo, algum tipo de determinante (e.g. artigo) definido. Uma vez que *definitude* pode ser considerada uma de várias categorias que servem para guiar o ouvinte a estabelecer o modo como o discurso é estruturado e como entidades referidas se encaixam nele, marcas de *definitude* não são essenciais para a comunicação. Algumas línguas que não gramaticalizam *definitude* podem compensá-la através da marcação de outras distinções com função similar, como por exemplo a marcação casual em armênio (cf. YEGHIAZARYAN, 2010). Além disso, muitas línguas têm *definitude* gramaticalizada apenas em sintagmas nominais pronominais, mas não em sintagmas plenos. Lyons (1999, p. 280) fornece a seguinte tipologia de línguas no que diz respeito à gramaticalização de *definitude*:

Tipo I: sem *definitude*;

Tipo II: *definitude* disponível apenas em sintagmas nominais pronominais;

Tipo III: *definitude* disponível em sintagmas nominais pronominais e plenos.

O autor nota que as línguas do Tipo II certamente representam um fenômeno estranho, mas não incomum, pois pronomes diferem estruturalmente de sintagmas nominais plenos.

Definitude pode, ainda, ser codificada utilizando-se uma ampla variedade de dispositivos lexicais, sintáticos e morfológicos. Lyons (1999) classifica *definitude* em duas categorias de codificação amplas: “simples” e “complexa”. Codificação de *definitude* simples ocorre quando os sintagmas nominais definidos e indefinidos são marcados com algum tipo de artigo que são tanto afixos como determinantes livres. Codificação de *definitude* complexa ocorre quando a *definitude* do sintagma nominal se deve a algo além da presença ou ausência de um artigo e pode ser encontrada em nomes próprios, pronomes pessoais e sintagmas nominais que contêm modificadores demonstrativos ou possessivos (cf. LYONS, 1999, p. 107-156).

3. O ESTATUTO DE DEFINITUDE COMO TRAÇO- Φ

Normalmente, definitude não é um traço- ϕ por definição, isto é, um traço envolvido nas relações de concordância, mas uma informação adicional selecionada por um sintagma nominal, que pode ser expressa através de um determinante livre, uma marca afixal ou um clítico.⁷ Esta informação pode ser expressa mais de uma vez dentro de um sintagma nominal, como por exemplo nos casos de dupla determinação discutidos por Lyons (1999) em hauçá, ewe, dinamarquês, islandês, albanês e romeno, e adjetivos definidos em árabe, albanês, romeno e em algumas línguas eslovenas, bálticas e germânicas. Corbett (2006) também discute a marcação múltipla de definitude no hebraico moderno, no maltês e no norueguês.

Tem-se sugerido em algumas línguas que a definitude de um sintagma nominal é expressa através de uma marca de concordância em algum lugar da sentença. Podemos citar muitas línguas urálicas, por exemplo, que apresentam concordância de definitude entre o verbo e o objeto (cf. LYONS, 1999, p. 207-208). Entretanto, Corbett (2006, p. 91-93) aponta que definitude em húngaro é uma condição para formas de concordância, não um traço de concordância. O sufixo verbal em húngaro possui uma forma distinta quando ocorre em um contexto de um objeto definido, tendo sido sugeridas três análises para esse fenômeno: (i) o sufixo é uma marca fundida de marcas de concordância de sujeito (pessoa, número) e objeto (definitude); (ii) o verbo concorda com seu objeto apenas sob a condição de definitude, mas nunca de outra forma; (iii) verbos no húngaro não concordam com seus objetos, mas, em vez disso, apresentam um tipo especial de concordância de sujeito na presença de objetos definidos e apenas com objetos de terceira pessoa (exceto para a marca *-lek/-lak*, sujeitos de primeira pessoa e objetos de segunda pessoa (familiar)). Em outras palavras, há concordância entre verbo e sujeito e a sua realização está condicionada pela presença de um objeto definido. Corbett favorece a análise de definitude como uma condição de concordância (análise (ii)) e aponta que uma análise similar pode também ser apropriada para outro exemplo de concordância, mais complexo, com diferentes realizações de acordo com a presença de um objeto definido em muna, língua austronésia, como descrito por Berg (1989, p. 59-60).

Apesar do fato de a maioria dos exemplos de definitude não ser um valor de um traço e, talvez, na melhor das hipóteses, pode ocorrer como um traço morfos-

⁷ Exceções para essa definição são os trabalhos de Danon (2002), Pereltsvaig (2006), Minussi (2008), entre alguns outros.

semântico, deparamo-nos com um exemplo em que precisamos definir definitude como um traço morfossintático. Em alemão, para descrever a flexão nominal, precisamos de gênero, número e caso. Entretanto, para descrevermos a flexão adjetival, após separarmos gênero, número e caso, ainda temos três paradigmas flexionais diferentes, “fortes”, “mistos” e “fracos”, associados à definitude, pois a distribuição dos adjetivos nos paradigmas depende de sua relação com o artigo definido. Um adjetivo flexionado de acordo com o paradigma forte apresenta traços plenos de concordância. Os exemplos abaixo demonstram o paradigma forte para *gut* (bom).

Quando 1 – paradigma forte para *gut*

	singular			plural
	masculino	neutro	feminino	
nominativo	<i>gut-er</i>	<i>gut-es</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-e</i>
acusativo	<i>gut-en</i>	<i>gut-es</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-e</i>
genitivo	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-er</i>	<i>gut-er</i>
dativo	<i>gut-em</i>	<i>gut-em</i>	<i>gut-er</i>	<i>gut-en</i>

Fonte: Corbett (2006, p. 95)

O paradigma misto, ilustrado abaixo, demonstra marca de concordância parcialmente reduzida. Ele compartilha algumas formas com o paradigma forte, que estão marcados abaixo com “S” (do inglês *strong* - forte), e algumas com o paradigma fraco, marcados com “F”. As formas restantes (não marcadas), são compartilhadas entre todos os paradigmas.

Quando 2 – paradigma misto para *gut*

	singular			plural
	masculino	neutro	feminino	
nominativo	<i>gut-er</i> (S)	<i>gut-es</i> (S)	<i>gut-e</i>	<i>gut-en</i> (F)
acusativo	<i>gut-en</i>	<i>gut-es</i> (S)	<i>gut-e</i>	<i>gut-en</i> (F)
genitivo	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i> (F)	<i>gut-en</i> (F)
dativo	<i>gut-en</i> (F)	<i>gut-en</i> (F)	<i>gut-en</i> (F)	<i>gut-en</i>

Fonte: Corbett (2006, p. 95)

Finalmente, a seguir apresentamos o paradigma fraco para o mesmo adjetivo. O paradigma fraco apresenta concordância reduzida.

Quando 3 – paradigma fraco para *gut*

	singular			plural
	masculino	neutro	feminino	
nominativo	<i>gut-e</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-en</i>
acusativo	<i>gut-en</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-en</i>
genitivo	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>
dativo	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>

Fonte: Corbett (2006, p. 96)

Corbett nota que, à medida que progredimos do paradigma forte ao fraco, há menos flexões distintas em cada um (cinco no forte, quatro no misto e dois no fraco). “However, the sets of cells which are distinguished in the strong paradigm are not simply collapsed: the weak paradigm has different forms for the feminine singular and the plural, which are identical in the strong paradigm” (CORBETT, 2006, p. 96).⁸

Assim, temos que tratar as escolhas de um paradigma como uma escolha de uma das três opções distintas, talvez como valores de traços. O que dita a escolha do paradigma para o adjetivo é o tipo de elemento na posição do determinante na sentença. A escolha do paradigma adjetival correlaciona-se com a escolha do determinante da seguinte forma:

- a ausência de um artigo correlaciona-se com a presença de adjetivos plenamente flexionados (flexão forte);
- artigos indefinidos (e alguns outros elementos tais como pronomes possessivos) coocorrem com adjetivos portando flexão mista;
- artigos definidos coocorrem no sintagma nominal com adjetivos portando flexão fraca.

A correlação observada nos Quadros 2 e 3 pode ser entendida em termos de definitude, mesmo que não haja um único marcador de definitude em alemão nos adjetivos – em vez disso, definitude será expressa através da escolha do determinante e da seleção de terminações flexionais nos adjetivos. Uma forma de analisar definitude nos sintagmas nominais em alemão seria vê-la como uma

⁸ Tradução aproximada: “Entretanto, os conjuntos de células que são distintas no paradigma forte não são simplesmente colapsados: o paradigma fraco tem formas diferentes para o feminino singular e plural, que são idênticas no paradigma forte”.

atribuição ao sintagma juntamente com o determinante (opcional). Entretanto, temos ainda que dar conta da seleção do paradigma adjetival e a correlação observada sugere fortemente que reconhecemos um traço morfossintático. Entretanto, não está completamente claro se estamos lidando com concordância ou regência.

Zwicky (1986, p. 984-987) analisa esse mecanismo como regência: os determinantes regem o traço de definitude nos adjetivos através de requerimentos de seleção de um tipo particular de paradigma adjetival. As questões que surgem são: se definitude é o traço regido, não esperaríamos encontrar seu valor nos regentes. Ainda, além de afirmar que determinantes particulares requerem a seleção de paradigmas adjetivais particulares, é difícil caracterizar este traço em termos de seus valores. A melhor caracterização que pode ser dada é: os artigos definidos regem o valor “fraco” ou “reduzido” do traço de definitude e os artigos indefinidos regem o valor “misto” ou “parcialmente reduzido” do traço de definitude. Esse panorama sugere que devemos adiar essa análise até termos uma teoria da regência sintática comparável à teoria da concordância canônica proposta por Corbett (2006).

Uma visão alternativa, que é adotada por Kibort (2010), é analisar as correlações como concordância: há covariação sintática entre os controladores (os dois tipos de determinantes: definido e indefinido) e os alvos (os adjetivos). A exponência entre definitude e os adjetivos não é autônoma, mas expressa através da seleção do paradigma adjetival requerido. Em cada caso, o resultado é um paradigma particular de distribuição de informação relevante para o conceito de definitude através do sintagma. Parece fácil aceitar que os artigos definidos e indefinidos expressam eles mesmos um valor de definitude (e agem como controladores da concordância nos adjetivos), mesmo que, a partir dessa visão, tenhamos que aceitar o fato de que os adjetivos em alemão concordam em número e gênero com um controlador (o nome), mas em definitude com outro (o determinante).

O fato de que os valores dos traços propostos na discussão que segue possam não corresponder sempre semanticamente a (in)definitude não representa um problema para dar ao traço o rótulo de *definitude*. De um modo paralelo, o que é rotulado como *gênero* geralmente não corresponde à classe ou ao gênero atribuído semanticamente. O traço de gênero possui um núcleo (ou base) semântico, mas há algumas línguas com atribuição de valores de gênero puramente semânticos (cf. CARVALHO, 2016a). De forma similar, definitude em alemão tem alguma base semântica, mas não esperamos necessariamente que seja atribuída semanticamente.

O traço de *definitude* parece ter dois valores: *definido* e *indefinido*. Entretanto, Lyons (1999, p. 49-51) aponta que, em línguas que fazem a simples distinção *definidos/indefinidos*⁹, a análise correta das marcas de *definitude* pode ser aquela em que apenas *definitude* é diretamente codificado. Em tais casos, consideramos *definitude* como uma informação adicional selecionada por um sintagma nominal, não um valor de traço, como *definido* em Zwicky (1985) e Kibort (2010).

Na discussão sobre traços, rótulos como *gênero*, *pessoa* ou *tempo* são geralmente usados para referir tanto o valor de um traço quanto o traço em si. Por exemplo, o termo “*gênero*” é usado seja para classes particulares de nomes (e, assim, uma língua pode ter dois ou mais *gêneros*), seja para a categoria gramatical como um todo (assim, uma língua pode ou não ter a categoria de *gênero*). No mesmo sentido, podemos nos referir a um “*inventário de traços*” (categorias ou os próprios traços), enquanto, ao mesmo tempo, podemos falar de “*checagem de traços*” ou de “*unificação de traços*” na sintaxe (*checagem* ou *unificação* de especificações de traços, por exemplo, valores de traços). Entretanto, é importante manter a distinção entre *traços* e seus *valores*, enquanto tentativa de construir alguma taxonomia ou tipologia de traços, pois o comportamento ou as características de um traço como tal não serão as mesmas que as características de um valor de traço.

Segundo Zwicky (1985), usarei os termos *traço* e *valor*. Apesar de os conceitos *masculino*, *feminino*, *neutro* ou os conceitos *nominativo*, *acusativo*, *genitivo* etc. serem todos valores, algumas questões podem ser levantadas sobre a relação entre eles (cf. ADGER, 2013; CARVALHO, 2008, 2017a)¹⁰. Uma dessas questões diz respeito à partilha do espaço dos traços em geral entre os valores disponíveis (ou seja, por exemplo, tentar chegar a definições de valores de *gênero* e *número* para uma antologia de descrição linguística). Outra questão diz respeito à estruturação dentro dos valores disponíveis para um traço particular em uma língua particular (cf. CORBETT, 1991, 2000).

Voltemos à discussão acerca de um traço de *definitude*. Segundo Kibort (2010), um complicador para a análise desenhada aqui é o fenômeno dos artigos cardinais *quasi-indefinidos*, como *um(a)* no português e o *a* e a forma reduzida

⁹ Lyons (1999) aponta o fato de que a distinção *definido/indefinido* não parece ser universal e, na realidade, poucas línguas o apresenta. Atualmente, segundo o autor, a maioria das línguas que faz essa distinção são línguas europeias ocidentais e as das regiões em redor do Mediterrâneo, além das regiões onde essas línguas pousaram através da colonização.

¹⁰ Os trabalhos de Carvalho (2008, 2010, 2011, 2013, 2015, 2016b, 2017a, 2017d) propõem uma discussão detalhada e abrangente sobre o inventário de traços- ϕ e suas consequências morfossintáticas no português e em diversas outras línguas.

some no inglês (geralmente convencionalizada como *sm*, cf. Lyons (1999, p. 34)). Apesar de podermos argumentar que *a* e *sm*, tal como *um(a)*, possam ser palavras cardinais e não artigos indefinidos, eles

[...] indiretamente sinalizam indefinidade embora não a codifiquem: *a* é obrigatório em sintagmas nominais singulares indefinidos na ausência de um outro determinante e nem *a* nem *sm* podem aparecer em sintagmas nominais definidos. Esta ‘sinalização indireta’ de indefinidade por um determinante de cardinalidade, que leva a uma forte intuição de que ela contrasta com determinantes definidos, é generalizada. (LYONS, 1999, p. 48-49)¹¹.

Consequentemente, há potencialmente três formas pelas quais definitude pode ser expressa em línguas que fazem distinção definidos/indefinidos: (a) apenas definitude é marcada; (b) apenas indefinidade é marcada; (c) ambas definitude e indefinidade são marcadas.

Se excluirmos os artigos *quasi*-indefinidos como marcadores de indefinidade, então a possibilidade (a) é de longe a mais comum. De fato, Lyons (1999, p. 51) afirma que marcadores de indefinidade aparecem em quase todos os casos como artigos cardinais em vez de verdadeiros artigos indefinidos. Portanto, em uma interpretação estrita dos termos, o padrão (a) é o único que ocorre.

4. O PAPEL DO TRAÇO DE DEFINITUDE NA SINTAXE

De acordo com Chomsky (1995), entre outros, é assumido que a Gramática Universal oferece um conjunto universal de traços. Um subconjunto desses traços é escolhido por uma língua e armazenado em alguns nós terminais da sintaxe. Para Alexiadou (2004, p. 27), há duas razões para certos traços serem ativos sintaticamente. Primeiramente, a presença de conteúdo semântico pode ser vista como uma propriedade relevante para determinar que traços podem ser representados em um nó terminal sintático, isto é, os traços são representados na sintaxe independentemente apenas se forem relevantes para interpretação, como por exemplo, Tempo e Aspecto. Em segundo lugar, os traços que não são relevantes para interpretação semântica, tais como Caso nos nomes, estão presentes na computação sintática na medida em que eles engatilham operações sintáticas específicas, tais como movimento e Agree (CHOMSKY, 2001). A realização

¹¹ Tradução livre do original: “[...] do indirectly signal indefiniteness while not encoding it: a is obligatory in singular indefinite noun phrases in the absence of any other determiner, and neither a nor sm ever appears in definite noun phrases. This ‘indirect signalling’ of indefiniteness by a cardinality determiner, leading to a strong intuition that it contrasts with definite determiners, is widespread”.

morfológica de um dado traço, de acordo com Alexiadou (2004), não interfere em sua função sintática/interpretativa. Mesmo os traços que não parecem relevantes para a sintaxe, ou não são interpretáveis nesse nível, são morfologicamente realizados, e vice-versa, traços que não recebem realização morfológica são ativos na sintaxe, como o caso dos nomes no inglês, por exemplo. Dessa forma, a discussão gira em torno de que traços são sintaticamente ativos. Alexiadou defende que os traços que não são sintaticamente ativos, que nunca possuem projeções funcionais na estrutura, estão envolvidos em operações sintáticas básicas, como Agree. Alexiadou (2004) faz, portanto, uma distinção crucial entre Agree e concordância, sendo a primeira uma operação abstrata na computação sintática, como definido por Chomsky (2001), enquanto a outra se refere à superfície, isto é, concordância seria o resultado de propriedades morfológicas do sistema flexional, não sendo sintaticamente ativa. Gostaria de sugerir, entretanto, baseado na discussão feita aqui, que o traço de definitude está ativo para a computação sintática como definido por Chomsky (2001), embora não haja uma projeção funcional específica para esse fim.

Em búlgaro, por exemplo, definitude parece ser licenciada por Agree. Essa língua, segundo Koev (2011), apresenta um *puzzle* na distribuição da marca de definitude (DEF), que varia quanto à sua localização dentro do DP. (1), abaixo, ilustra as principais opções para sua ocorrência. Podemos observar que se apenas um nome está presente no DP, DEF se liga a ele (cf. (1a)). Se um modificador adjetival precede o nome, DEF se realiza adjacente ao adjetivo (cf. (1b, c, d)). Se um numeral precede o adjetivo, encontraremos DEF no numeral (cf. (1e)). E, finalmente, se o nome está apenas acompanhado de um PP complemento, DEF se anexa ao nome (cf. (1f)). Todas as outras posições de ocorrência de DEF nos dados apresentados pelo autor são agramaticais.

- (1) a. momč-e-to
 garoto-N-DEF.N
 “o garoto”
- b. xubav-a-ta žen-a
 pretty-F-DEF.F mulher-F
 “a bela mulher”
- c. [silno vpečatlen-a-ta] žen-a
 fortemente impressionad-F-DEF.F mulher-F
 “a mulher muito impressionada”

- d. [gord-a-ta [ot m?ž-a si]] žen-a
 orgulhos-F-DEF.F de marido.M-DEF.M sua mulher-F
 “a mulher que tem orgulho de seu marido”
- e. tret-a-ta nov-a knig-a
 terceir-F-DEF.F nov-F livro-F
 “o terceiro novo livro”
- f. motor-?t [na Ivan]
 motocicleta.M-DEF.M de Ivan
 “a motocicleta do Ivan”

Koev (2011) sugere haver um traço [DEF], originado em D⁰ que entra em um processo cíclico de concordância e, conseqüentemente, resulta na complexidade da distribuição de DEF em búlgaro.

Corbett e Bond (2016), por seu turno, mostram que há uma relação de concordância no norueguês engatilhada pelo que os autores chamam de “traço de definitude” (*definiteness feature*). Em (2), abaixo, podemos observar que, em norueguês, aparentemente, é o determinante que engatilha as marcas de definitude, e não nomes, uma vez que, na ausência do determinante definido *det*, o nome *hus* não apresenta marca de definitude, como observado em (2b).

- (2) a. det ny-e hus-et mitt
 DEF.D.SG novo-DEF.SG casa(N)-DEF.N.SG POSS.1.SG.N
 “a minha nova casa”
- b. mitt ny-e hus
 POSS.1.SG.N novo-DEF.SG casa(N)[INDEF]
 “minha nova casa”

Alguns estudos já dão pistas de uma relação de concordância de definitude interlinguisticamente, como Androutsopoulou (1995) para o grego moderno (cf. (3)), Giusti (1997) para o hebraico (cf. (4)) e o albanês (cf. (5)), e Nishiyama (1998) para o buginês (cf. (6)).

- (3) to kalo to vivlio
 DEF bom DEF livro
 “o livro bom”

- (4) ha-bayit ha-gadol
 DEF.M-casa DEF.M-grande
 “a casa grande”
- (5) djal-i i-mire
 garoto-DEF.M DEF.M-bom
 “o bom garoto”
- (6) iaro buku-e malotonng-e lima-e
 aqueles livro-DEF.M preto-DEF.M cinco-DEF.M
 “aqueles cinco livros pretos”

Apesar de a maior parte das línguas apresentadas aqui marcarem definitude morfológicamente, esse efeito pode ser observado sintaticamente em línguas românicas, como espanhol e o português brasileiro. Nessas línguas, podemos observar essa propriedade em pronomes anafóricos, que mostram como predicados (adjetivais ou verbais) dependem de concordância ϕ , morfológica ou sintaticamente marcada, para serem licenciadas.

- (7) a. Conseguí **departamento** y ya **lo** compré.
 b. Conseguí **casa** y ya **la** compré.
- (8) a. Eu consegui **apartamento** e já ***o/Ø** **comprei**.
 b. Eu consegui **casa** e já ***a/Ø** **comprei**.

Em espanhol, a relação anafórica requer obrigatoriamente concordância total (identidade de traços) de um pronome resumptivo (7), o que não é verdade para o português brasileiro (8). Em português brasileiro, a leitura genérica de (8) não permite retomada anafórica do controlador, uma vez que não há traços- ϕ para serem copiados.

Como apontado em Carvalho (2016b), clíticos precisam recuperar todo o conjunto ϕ , incluindo, portanto, gênero e definitude. Não havendo um DP ϕ completo antecedente, a retomada anafórica é feita apenas por pronomes nulos. Pronomes anafóricos realizados exigem um conjunto completo de traços- ϕ , que podem ser encontrados em determinantes definidos. Ainda, mesmo com anáforas não-clíticas, gênero e número, juntamente com D (um determinante) desempenham algum papel na sintaxe. Assim, referencialidade parece ser codificada através da valoração dos traços- ϕ , incluindo gênero e definitude. Outros trabalhos sobre a sintaxe do português brasileiro, tais como Mariano (2012),

Cerqueira (2015a), e Silva, Carvalho e Ziober (2015, 2016, 2017), também apontam esse efeito sintático de definitude e o traduzem como uma relação de traços sintáticos.

Silva, Carvalho e Ziober (2017) defendem, por exemplo, que o traço [+definido] do DP sujeito duplicado em português, como ilustrado no exemplo do português brasileiro em (9), é bastante saliente, levando os autores a assumir que duplos sujeitos são o resultado da realização de um traço de definitude.

(9) “[...] meu irmão... ele num é home pa juntá um casal... [...]

Como já apontam alguns trabalhos sobre o português brasileiro (CERQUEIRA, 2015a, 2015b; CARVALHO, 2008, 2016b), a realização pronominal pessoal no português exige um efeito de definitude (efeito-D). Este efeito-D é uma exigência de pronomes de primeira e segunda pessoa com referência específica.

Carvalho (2008) argumenta que, no que se refere aos pronomes, além dos traços de número, gênero e pessoa, outros traços podem estar a eles associados. Ao analisar o pronome ‘você’, por exemplo, e as possibilidades de essa forma ser interpretada como uma referência à segunda pessoa ou como uma referência arbitrária, é proposto pelo autor que esses outros traços (dentre os quais se incluem noções como definitude e especificidade) devem estar envolvidos na derivação, mas ressalta que “[...] considerar que mais traços integram um pronome não quer dizer que todos esses traços devem estar necessariamente legíveis ou mesmo presentes no curso da derivação” (CARVALHO, 2008, p. 57).

A associação entre a realização pronominal e os traços de definitude e de especificidade também é atestada por Cerqueira (2015b) para as formas pronominais de terceira pessoa no português brasileiro: o pronome “ele” acusativo é licenciado em contextos de leitura [+definida] e [+específica], em que ambos os traços são necessários para a gramaticalidade das sentenças; com o “ele” nominativo, apenas um dos traços precisa estar presente.

Como apontado em Carvalho (2016b), anáforas realizadas como clíticos ou pronomes plenos precisam recuperar todo o conjunto de traços- ϕ , incluindo, portanto, gênero (no caso da terceira pessoa, excluindo-se o *se*) e definitude. Em casos contrários, a retomada é feita apenas por pronomes nulos. Pronomes realizados exigem um conjunto completo de traços- ϕ , que podem ser encontrados em determinantes definidos. Ainda, mesmo com anáforas não clíticas, gênero e número, juntamente com D (um determinante), desempenham algum papel na

sintaxe. Os exemplos de (10)¹², (11) e (12) mostram que apenas um DP definido pode ter uma anáfora realizada em português brasileiro¹³:

- (10) a. Eu consegui apartamento e já *o/Ø comprei/comprei *ele.
 b. Eu consegui casa e já *a/Ø comprei/comprei *ela.
- (11) a. Bicicletas são um ótimo meio de transporte porque elas/Ø não poluem.
 b. Bicicleta é um ótimo meio de transporte porque *ela/ele/Ø não polui.
- (12) a. A criança_i diz que ela_i/j/Ø_i brinca de boneca.
 b. Criança_i diz que *ela_i/j/Ø_i brinca de boneca.

Medeiros Jr. e Namiuti Temponi (2018) apontam que um efeito de definitude é o que licencia a presença de resumptivos em posição de objetos deslocados em português brasileiro, como ilustrado em (13). Os autores, ao analisarem estruturas de resumpção em interrogativas *D-linked* (discursivamente ligado), argumentam que sentenças como (13a,b) não recebem a mesma interpretação. Com base nas propostas de análise de Carvalho (2008) e de Cerqueira (2015a, 2015b), Medeiros Jr. e Namiuti Temponi (2018) defendem que o resumptivo em (13b) expressa um traço de especificidade, o qual não pode ser satisfeito pelo elemento-Q *D-linked*. O constituinte *D-linked* é copiado da posição em que o resumptivo é pronunciado:

- (13) a. [Que livro]_i que você precisa [____]_i ?
 b. [Que livro]_i que você precisa d[ele]_i ?

Essas evidências parecem sugerir que os traços definitude/especificidade desempenham um papel na sintaxe do português. Essa assunção, na verdade, é atestada em um grande número de línguas naturais, que apresentam morfossintaxe para expressar uma relação de concordância de definitude (cf. exemplos (1) a (6)).

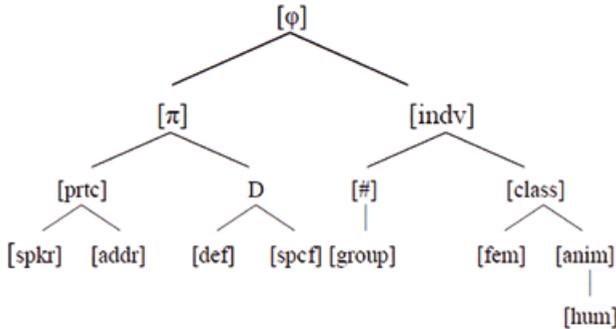
Carvalho (2015) discute o comportamento da primeira pessoa do singular no português a partir do comportamento da primeira pessoa do singular não marcada no português brasileiro encontrado em dados do português afro-brasileiro, coletados na comunidade de Helvécia, Bahia e Muquém, Alagoas. Baseado na subespecificação de traços proposta em trabalhos anteriores (CARVALHO,

¹² O exemplo (10) é uma versão do exemplo (8).

¹³ Os exemplos (10) a (12) foram submetidos a testes de gramaticalidade, os quais mostraram que a retomada só é permitida com o pronome nulo (Ø). Entretanto, algumas variedades do português brasileiro parecem permitir a retomada do nome tanto pelo clítico acusativo quanto pelo pronome pleno em (10), mas não em (11) e (12). As razões dessa aceitabilidade extrapolam o escopo do presente trabalho.

2008, 2010, 2015; CARVALHO; BRITO, 2014), o autor descreve um possível caminho para explicar o licenciamento de pessoa a partir da valoração de uma geometria de traços, inspirada em Harley e Ritter (2002) e ilustrada em (14). $[\Phi]$ representa qualquer expressão referencial (incluindo pronomes) e a valoração de seus traços nas relações de concordância morfossintática, que se dá a partir de uma leitura da relação superconjunto/subconjunto da hierarquia de traços em (14), e determina a forma e a função dos (pro)nominais. Segundo Carvalho (2015, p. 149), “[ϕ] é o nó raiz da estrutura de concordância- ϕ . Sua total subespecificação gera estruturas maximamente subespecificadas, i.e., que podem ocorrer em qualquer posição sintática, seja ela A ou \bar{A} ”. Os traços relevantes para pessoa são aqueles dominados por $[\pi]$. Esse nó domina os traços relevantes para as possíveis leituras de pessoa em uma língua natural¹⁴:

(14)



Como pode ser capturado da geometria em (14), definitude/especificidade são traços dominados por D e π , respectivamente. Carvalho (2015), baseado na notação acima, propõe a seguinte configuração para as estruturas pronominais pessoais no português brasileiro:

(15)

1^a pessoa:

a. Definido: $[\phi[\pi[\text{part}[\text{spkr}]]][D[\text{spcf}][\text{def}]]]$

b. Arbitrário: $[\phi[\pi[\text{part}[\text{spkr}]]][D]]]$

2^a pessoa:

a. Definido: $[\phi[\pi[\text{part}[\text{addr}]]][D[\text{spcf}][\text{def}]]]$

b. Arbitrário: $[\phi[\pi[\text{part}[\text{addr}]]][D]]]$

¹⁴ Mantivemos a notação na língua original (inglês). As abreviações em (14) representam *participant* ([prtc]), *speaker* ([spkr]), *addressee* ([addr]), *definite* ([def]), *specific* ([spcf]), *feminine* ([fem]), *animate* ([anim]), *human* ([hum]). Para uma definição de cada traço da notação apresentada em (14), ver Carvalho (2008, 2017a).

3ª pessoa: $[\varphi[\pi[D[\dots]]]]^{15}$

Primeira e segunda pessoa são, necessariamente, definidas e específicas em contextos de referência definida e estabelecem uma relação de complementação com os traços dominados por D, como visto em (14)¹⁶. A terceira pessoa pode ou não apresentar a camada D em sua estrutura, visto que podem apresentar função expletiva em algumas línguas (cf. o *it* em inglês e o *il* em francês). Em português, por seu turno, a terceira pessoa não possui uma contraparte não definida/específica, devendo apresentar, pelo menos, um dos traços dominados por D na geometria. Isso explica a impossibilidade de leitura arbitrária da terceira pessoa nessa língua (CERQUEIRA, 2015b).

Se Starke (2009, 2011) estiver correto quando afirma que a sintaxe opera com traços e não com itens lexicais já formados e que sua realização morfológica depende exclusivamente de operações pós-sintáticas, pode-se assumir que o pronome duplicado nas estruturas de duplo sujeito, como apontam Silva, Carvalho e Ziober (2017) são a realização de pelo menos um dos traços dependentes de D. Assim, como defendem os autores, o pronome *ele* em (9), repetido abaixo como (16), é a realização morfofonológica dos traços dominados por [D], neste caso, *definitude* e *especificidade*, de um constituinte (o DP *meu irmão*), que foi movido para uma posição de tópico¹⁷:

(16) “[...] meu irmão... ele num é home pa juntá um casal... [...]”

Conclui-se, portanto, com base nas evidências interlinguísticas apontadas e partindo-se da hipótese de que *definitude* participa ativamente da computação de DPs e seus predicados, que esta categoria deve ser entendida como um traço, o qual é relevante para operações sintáticas, tais como *Agree*, pertencendo, assim, ao conjunto dos traços- φ .

¹⁵ Cerqueira (2015a) demonstra que o pronome de terceira pessoa na posição de objeto no português brasileiro exige, em sua composição, pelo menos um dos traços imediatamente dominados por D.

¹⁶ Os traços dominados por D não estabelecem uma relação de dominância imediata com [prtc], mas apresentam algum tipo de vínculo, estreito, que pode ser estabelecido em termos de uma dependência estrutural mais complexa, como precedência, o que não enfraquece as relações que podem ser estabelecidas entre os nós propostos em (14). Além do mais, discursivamente, falante ([spkr]) e ouvinte ([addr]) são necessariamente conhecidos no universo discursivo por constituírem eles próprios esse universo, o que por si só já determina sua natureza definida e específica.

¹⁷ Para uma discussão sobre a análise do movimento do DP sujeito à posição de tópico nas variedades do português aqui discutidas, ver Galves (1998), Santos (2010), Britto (2000) e Silva (2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos principais deste trabalho foram demonstrar (a) que definitude é um traço morfossintático, (b) que diferentes línguas apresentam diferentes manifestações deste traço, e que (c), sendo definitude um traço, sua estrutura pode ser estabelecida a partir de um modelo geométrico.

Buscamos, com o presente trabalho, apresentar um panorama de como a literatura linguística percebe a categoria definitude como objeto morfossintático. Apontando pistas interlinguísticas de sua concepção como traço- ϕ , a partir de relações de concordância e licenciamento sintático de línguas que não apresentam parentesco, a partir de estudos independentes. A discussão avança, então, para a apresentação de fenômenos do português que caracterizam essa língua como possuidora de definitude sintática.

Assim, esperamos ter contribuído para a discussão a respeito da distribuição dos diferentes traços da gramática, distribuição esta que precisa ser repensada, de modo a reconsiderar a interpretabilidade de tais traços nos diferentes módulos gramaticais. Esperamos ainda ter fornecido evidências para a observação da interrelação entre os diferentes traços componentes da gramática, que, a nosso ver, refletem a diversidade linguística.

REFERÊNCIAS

- ABNEY, S. *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. (PhD Dissertation). MIT, 1987.
- ADGER, D.; HARBOUR, D. Why Phi? In: HARBOUR, D.; ADGER, D.; JAR, S. B. (Ed.) *Phi-Theory: Phi-Features Across Modules and Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 1-34.
- ADGER, D. Phi-Theory: interfaces in Linguistic Theory. In MOURA, D.; SIBALDO, M.A. (eds) *Estudos e pesquisas em teoria da gramática*. Maceió, AL: EDUFAL, 2013, p. 11-32.
- ALEXIADOU, Artemis. Inflectional Class, Gender and DP Internal Structure. In: MÜLLER, Gereon; GUNKEL, Lutz; ZIFONUN, Gisela (Ed.). *Explorations in Nominal Inflection*. Mouton de Gruyter, Berlin: 2004, p. 321-372.
- ANDROUTSOPOULOU, A. The Licensing of Adjectival Modification. In: CAMACHO, J.; CHOUEIRI, L.; WATANABE, M. (Ed.). *WCCFL 14: The Proceedings of the Fourteenth West Coast Conference on Formal Linguistics*. Chicago: CSLI Publications, 1995, p. 17-32.

- BERG, R. van den. *A Grammar of the Muna Language*. Dordrecht: Foris, 1989.
- BRITTO, H. Syntactic Codification of Categorical And Thetic Juggments in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Ed.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Madrid: Iberoamericana, 2000, p. 195-222.
- CARVALHO, D.S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em Português Brasileiro*. 151f. Tese (Doutorado em Linguística) – UFAL, 2008.
- _____. Geometria de traços e a sintaxe de pronomes no português brasileiro. In: BRITO, Ana Maria et al. (Org.). *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa*. Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Tipografia Nunes Lda, 2010, p. 245-261.
- _____. Sincretismo, subespecificação de traços e a sintaxe de gênero em uma comunidade do português afro-brasileiro: um estudo de caso. *Papia*, Brasília, v. 1, p. 83-97, 2011.
- _____. Algumas considerações sobre a morfossintaxe de gênero. *Estudos Linguísticos e Literários*. n. 47, p. 30-46, jan./jun. 2013.
- _____. Sobre pessoa e referencialidade no português. *Revista Letras*, Curitiba, n. 91 p. 131-157, jan./jun. 2015.
- _____. Remarks on the Complexity of gender. *Caderno de Squibs*, v. 2, n. 1, p. 10-19, 2016a.
- _____. Concordância fracassada é, na verdade, relativização de traços. In: PILATI, Eloisa N. S. (Org.). *Temas em teoria gerativa: homenagem a Lucia Lobato*. Curitiba, PR: Blanche, 2016b, p. 103-129.
- _____. *The Internal Structure of Personal Pronouns*. Newcastle-upon-Thames: Cambridge Scholars Publishing, 2017a.
- _____. *On Gender Agreement in Brazilian Portuguese*. Ms. Universidade Federal da Bahia, 2017b, p. 1-28.
- _____. Da natureza dos traços-phi. In: CARVALHO, D.S. *Traços-phi. Contribuições para a compreensão da gramática do português*. Salvador: EDUFBA, 2017c, p. 37-49.
- _____. Uma geometria de caso para o português brasileiro. *Revista Leitura*, v. 2, n. 59, p. 43-63, 2017d.

_____.; BRITO, D. Pronomes nulos e referência no português afro-brasileiro. *Veredas*, v. 18, n. 1, p. 23-43, 2014.

CERQUEIRA, F. O. A sintaxe do pronome acusativo de terceira pessoa no português brasileiro. 2015a. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015a.

_____. Reflexos semânticos na sintaxe de terceira pessoa. *Letrônica - Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, v. 8, n. 2, p. 422-437, jul./dez. 2015b.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

_____. *Beyond Explanatory Adequacy*. Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, 2001. (MIT Occasional Papers in Linguistics, 20).

CORBETT, G. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

_____. *Number*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

_____.; BOND, O. Why Are there Exactly Five Types of Morphosyntactic Features. *Handout*. 49th Annual Meeting of the Societas Linguistica Europaea. Italy: University of Naples Federico II, September, 2016.

DANON, G. *Case and Formal Definiteness: the Licensing of Definite and Indefinite Noun Phrases in Hebrew*. (PhD dissertation). Tel-Aviv University, 2002.

ENÇ, M. The Semantics of Specificity. *Linguistic Inquiry*, v. 22, n. 1, p. 1-25, 1991.

GALVES, C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 34, p. 19-31, jan./jun. 1998.

GIUSTI, G. The Categorial Status of Determiners. In: HAEGMAN, L. (Ed.) *The New Comparative Syntax*. London: Longman, 1997, p. 95-123.

HARLEY, H.; RITTER, E. Person and Number in Pronouns: a Feature-geometric Analysis. *Language*, 78, p. 482-526, 2002.

HAWKINS, J. A. *Definiteness and Indefiniteness: a Study in Reference and Grammaticality Prediction*. London: Croom Helm, 1978.

KIBORT, A. Towards Typology of Grammatical Features. In: _____.; CORBETT, G.G. (Ed.). *Features: Perspectives on a Key Notion in Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 64-106.

KOEV, T. Definiteness as Agreement: Evidence from Bulgarian. In: WASHBURN, M.B. (Ed.). *Proceedings of the 28th West Coast Conference on Formal Linguistics*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2011, p. 133-141.

LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MARIANO, V. C. A estrutura dos DPs em posição sujeito no português rural afrodescendente. *Revista Inventário*, v. 11, p. 1-15, jul./dez. 2012.

MEDEIROS JR., S. A.; NAMIUTI-TEMPONI, C. Resumção e realização de traços-*phi*. In: CARVALHO, D. S.; BRITO, D. *Pronomes: morfossintaxe e semântica*. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 81-96.

MINUSSI, R. *A relação entre caso e definitude em hebraico: o construct state e a marcação diferencial do objeto*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2008.

MULLER, Ana. Genericity and the denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. *DELTA*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-308, 2002. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502002000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2017.

NISHIYAMA, K. Free Order in Buginese Noun Phrase. Free Order in Buginese Noun Phrases and DP-Internal XP-Movement. In: TAMANJI, N.; KUSUMOTO, K. (Ed.) *Proceedings of NELS 28. GLSA*. University of Massachusetts/Amherst, 1998, p. 121-135.

PERELTSVAIG, A. Head Movement in Hebrew Nominals: A Reply to Shlonsky. *Lingua*, v. 116 n. 8, p. A1-A40, 2006.

SANTOS, E. F. *A periferia esquerda da sentença no português de Angola*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, C. R. T. *A natureza de AGR e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.

_____.; CARVALHO, D. S.; ZIOBER, F. M. Composicionalidade e valoração de traços de pessoa em variedades do português. *Handout*. VI Encontro do Grupo de Estudos de Línguas em Contato. Universidade Federal da Bahia, Brasil, dez. 2015.

_____. Traços de pessoa e duplos sujeitos no português. *Handout*. XXXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL. Universidade Estadual de Campinas, Brasil, jun. 2016.

_____. Licenciamento de duplos sujeitos em variedades do português: pessoa, definitude e estrutura de traços. *Letras Escreve*, v. 7, n. 2, 2017. No prelo.

STARKE, M. *Nanosyntax: a Short Primer to a New Approach to Language*. *Nordlyd: Tromsø University Working Papers on Language & Linguistics*, Tromsø, v. 36, n. 1, p. 1-6, 2009. Disponível em: <<http://septentrio.uit.no/index.php/nordlyd/article/view/213/205>>. Acesso em: 11 maio 2015.

_____. *Towards an Elegant Solution for Language Variation: Variation Reduces to the Size of Lexically Stored Trees*. [S.l.], jan. 2011. Disponível em: <<http://ling.auf.net/lingbuzz/001183>>. Acesso em: 11 maio 2015.

YEGHIAZARYAN, L. 2010. *Caso, definitude e os sintagmas nominais em armênio*. 235f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2010.

ZWICKY, A. M. How to describe inflection. *Berkeley Linguistic Society*, v. 11, p. 372-386, 1985.

_____. Imposed *versus* inherent feature specifications, and other multiple feature markings. In: *The Indiana University Linguistics Club 20th Anniversary Volume*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1986, p. 85-106.

REFLETINDO SOBRE AS NOMINALIZAÇÕES ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS

Cristina Figueiredo¹

INTRODUÇÃO

No quadro da Teoria Gerativa, o estudo das nominalizações justifica-se por ser um caminho para a arquitetura da gramática, uma vez que essas são formações mistas – verbais e nominais (ALEXIADOU, 2009, 2010). Portanto, investigá-las pode fornecer explicações sobre o comportamento dessas duas categoriais lexicais quanto à sua capacidade de selecionar argumentos, quanto ao número de camadas que as constituem e às informações nelas contidas, quanto à interferência de aspecto lexical (*Aktionsart*), quanto ao tipo de modificação (adverbial ou adjetival) a que estão sujeitas e, finalmente, quanto ao tipo de leitura que expressam. Acrescento ainda que a análise de nominalizações deverbais pode dar pistas sobre as propriedades categoriais, sintáticas e semânticas dos afixos que se associam não só a bases verbais, mas também nominais.

Ao longo dos estudos linguísticos de base gerativista, as pesquisas ora consideram que a formação de palavras se dá no léxico, numa abordagem denominada

¹ Este trabalho teve apoio CNPq (Processo 165204/2017-6). Agradeço à Ana Paula Scher, a Rafael Minussi, a Rerisson Cavalcante pela leitura atenta, pelas discussões e sugestões. E, pela revisão e adequação às normas, à Raisa Reis.

lexicalista (CHOMSKY, 1970; GRIMSHAW, 1990), ora, no componente sintático, em abordagens denominadas não lexicalistas (HALE, MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997; BORER, 2003). No primeiro tipo de abordagem, as palavras, que entram na derivação das sentenças, são formadas no léxico, e as raízes possuem informações fonético-fonológicas, semânticas, sintáticas e categoriais. Uma vez no componente sintático, os núcleos de predicados determinam a satisfação de sua grade argumental. Nos modelos não lexicalistas, as palavras são formadas na sintaxe da mesma forma que as sentenças, a partir do *merge* de raízes com morfemas funcionais. Porém, não há um consenso quanto ao fato de as raízes possuírem informações de natureza fonológica, morfossintática ou semântica antes de entrarem no componente sintático, nem quanto ao tipo de informação que poderiam conter. Para Hale e Marantz (1993), as raízes não possuem qualquer informação, para Borer (2003), possuem informação fonológica e, para Arad (2005), possuem informações conceituais.

Neste trabalho, no âmbito das teorias não lexicalistas, mais precisamente da Morfologia Distribuída (doravante MD), a partir da discussão encontrada na literatura sobre o papel da estrutura na leitura final das nominalizações deverbais no inglês e no grego (ALEXIADOU, 2001, 2009; ALEXIADOU; SCHÄFER, 2010; HARLEY, 2009), proponho, na seção 4, questões acerca das possibilidades de leitura das nominalizações deverbais (-ção, -mento, -agem, -dor, -nte) e não deverbais (-eiro, -ista) no português do Brasil (doravante PB), considerando, principalmente, o papel dos afixos nominalizadores para a leitura final das nominalizações. Não tenho como objetivo, neste trabalho, apresentar respostas para as questões levantadas, mas apontar para aquelas que têm me motivado realizar pesquisa morfológica, considerando a interface sintaxe e semântica.

Este trabalho está assim organizado: na seção 2, faço uma breve descrição sintática e semântica de nominalizações deverbais no PB, a fim de servir de base para a proposição das questões na seção 4; na seção 3, apresento alguns aspectos dos trabalhos de Chomsky (1970) e Grimshaw (1990), com a intenção de elencar as propriedades verbais transparentes nas nominalizações; na seção 4, apresento discussões sobre as nominalizações no inglês e no grego, considerando a interface sintaxe-semântica para explicar os tipos de leitura expressos por um mesmo nominalizador; na seção 5, apresento algumas questões sobre a formação das nominalizações do português, bem como o papel sintático-semântico dos nominalizadores, tendo em vista os pressupostos do MD, apresentados no início dessa seção; e, na seção 6, são realizadas as considerações finais.

2. SOBRE AS NOMINALIZAÇÕES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tradicionalmente, essas nominalizações são definidas como processo de formação de nomes abstratos, a partir da adjunção de um sufixo nominalizador a uma base verbal. No português, entre outros, são considerados nominalizadores: os sufixos *-ção*, *-mento*, *-agem* e o afixo \emptyset , que formam apenas substantivos, além de *-dor* e *-nte*, que formam substantivos e adjetivos. Sobre as formações com o primeiro conjunto de sufixos, diz-se ainda, em dicionários² e gramáticas³ de língua portuguesa, que expressam leitura de evento (ato de), resultado, agente/instrumento, como nos exemplos (1) a (4)⁴:

(1) Evento

- a. A construção da linha 1 do metrô de Salvador (pelo estado) lentamente causou transtornos à mobilidade dos soteropolitanos.
- b. A montagem do cenário (pelos operadores de palco) terminou quase na hora do espetáculo.
- c. A reforma da casa (pelos marceneiros) demorou quatro meses.

(2) Resultado

- a. A construção (do metrô) agradou à população.
- b. A montagem (do cenário) ficou maravilhosa.
- c. ?A análise (dos dados) (de Joana) foi reconhecida.

(3) Entidade concreta

- a. A escola fica atrás daquela construção alta.
- b. A carceragem está lotada.
- c. A encomenda está na mesa.

Quanto às formações em *-dor* e *-nte*, diz-se, nas gramáticas, apenas que nominalizações desses tipos são agentivas e formam substantivos ou adjetivos⁵.

- (4) a. O vendedor_{subst} (de balas) não ganha o suficiente para sustentar a família.
- b. O menino vendedor_{adj} ?[de balas] não ganha o suficiente para sustentar a família.

² Aurélio, 1999; Houaiss, 2009.

³ Rocha Lima (2006); Bechara (2009); Cunha e Cintra (1985); Bagno, 2011.

⁴ Ao longo deste trabalho, os exemplos não referenciados foram criados por mim.

⁵ Agradeço a Karem Nogueira pela discussão sobre os dados em (4), objeto de estudo de sua dissertação de mestrado em andamento.

- c. Ele é um conhecedor_{subst} das artes.
- d. Isso foi alucinante_{adj.}.
- e. O melhor lubrificante_{subst} (de motores) é esse.
- f. O liquidificador_{subst} está quebrado.
- g. O corredor_{subst} chegou atrasado para a partida.

Nesses veículos descritivos, entretanto, pouco ou nada se diz sobre a obrigatoriedade/possibilidade de as características verbais serem transparentes nas nominalizações deverbais, tais como estrutura argumental, atribuição de papel semântico e de caso, modificação por advérbio ou adjetivo. Sem a pretensão de ser exaustiva, realizo uma descrição dos exemplos de (1) a (4) a fim de apontar para o fato de que há muito mais a se dizer sobre as nominalizações no português do Brasil (doravante PB). Nesta breve descrição, busco evidenciar o comportamento das nominalizações deverbais no PB a fim de posteriormente, na seção 4, apresentar questões que motivam a busca por respostas. Como se pode verificar em (1), nominalizações que exprimem evento refletem a estrutura argumental herdada da contraparte verbal, pois tanto o argumento interno quanto o externo estão presentes. O argumento externo agentivo/causativo (*by-phrase*, no inglês) é realizado por um sintagma preposicionado introduzido pela preposição *por* (*pela(s)*, *pelo(s)*)⁶, como em (5).

- (5) a. A montagem do cenário (pelos operadores de palco)
- b. Os operadores de palco montaram o cenário

Observando as nominalizações em (1), verificam-se as seguintes propriedades verbais: i) podem ser modificadas por advérbio (*lentamente*, em (1a)); e ii) expressam noção de aspecto durativo, evidente em (1a) pela presença do advérbio *lentamente*, que pressupõe a ideia de tempo transcorrido, em (1b), em que se observa o fim de um processo, e em (1c), por expressar a duração propriamente dita do evento (*quatro meses*).

Nas nominalizações que expressam leitura de resultado em (2), observa-se a possibilidade de ocorrência de dois PPs, sugerindo uma correspondência com o número de argumentos observados em sua contraparte verbal, como em (5), apesar de a presença desses PPs juntos causar estranheza, como em (2c).

Contrariando Grimshaw (1990) e assumindo Picallo (1991), Alexiadou (2001) afirma que o PP com papel de tema (*do metrô*, *do cenário* e *dos dados*, em (2)) é um argumento da nominalização, visto que mantém o papel temático

⁶ Conforme Grimshaw (1990).

do argumento interno de sua contraparte verbal. Observando as nominalizações no PB, em alguns casos, quando o PP tema não é realizado, sua recuperação se dá no discurso ou na situação, tornando evidente sua necessidade para a boa formação da sentença, o que sugere seu caráter argumental. Quanto ao PP que “corresponderia” ao argumento externo, Grimshaw (1990), Alexiadou (2001), entre outros, assumem que ele não é um argumento, nem expressa papel de agente, como em (1). É um possuidor e tem a estrutura *of-phrase* (*de + DP*, no português), uma propriedade nominal. No português, esse PP é ambíguo em dois caminhos: i) quando ocorre sozinho, pode ser interpretado como possuidor ou como tema da nominalização, como em (6); e ii) quando os dois PPs coocorrem, com o PP tema antecedendo o PP possuidor, o *of-phrase* pode indicar a posse referente à nominalização e seu argumento tema, como em (7a), ou apenas ao argumento interno da nominalização, como em (7b).

(6) A análise de Joana foi reconhecida.

= Joana realizou a análise

= Joana é o objeto da análise

(7) a. [A análise dos dados] de Joana

b. A análise d[os dados de Joana]

Nas formações com leitura de entidade em (3), ou nominalização referencial nos termos de Grimshaw (1990), constatamos seu comportamento como nominais, o que parece evidenciar que essas formações não possuem uma camada verbal: i) não há estrutura argumental; ii) podem ser modificadas por adjetivos; e iii) podem ser pluralizadas.

Por fim, nas nominalizações substantivas e adjetivas em (4), verifica-se que, quanto à leitura, elas não exprimem apenas o papel de agente. Podem expressar: i) agente (4a, b); ii) experienciador (4c, h); iii) causador (4d); e iv) instrumento (4e).

Nessas formações, embora seja facultativo, pode ocorrer um PP com o mesmo papel semântico do argumento interno de sua contraparte verbal. Observa-se, entretanto, uma estranheza quando esse PP complementa a formação adjacente ao nome (adjetiva?), como em (4b), o que desaparece com uma prosódia marcada, isolando a nominalização e o PP (‘O menino, *vendedor de balas*, não ganha o suficiente para sustentar a família’)⁷, uma construção de aposto, confor-

⁷ Lembro que não pretendo realizar uma análise exaustiva das nominalizações, pois isso requer a investigação de um número significativo de dados. A breve descrição apresentada é mote para as questões propostas na última seção deste trabalho.

me a tradição gramatical. Dessa forma, *vendendor* seria um substantivo. Porém, há algumas formações em que se constata propriedades adjetivais, aquelas que permitem a adjunção do sufixo deadjetival *-mente* formando advérbios, com em (4h).

Nas formações com leitura de entidade, como em (4e, f), esse PP parece especificar o termo que o antecede (carregador de celular, de computador etc.; lubrificante de motor, de máquina etc.), o que poderia ser interpretado como uma *palavra complexa* por teorias lexicalistas.

Quanto à valência da base, os afixos *-dor* e *-nte* nominalizam bases verbais transitivas (*vendedor*, *lubrificante*), inergativas (*corredor*, *corrente*), e verbos que permitem alternância causativa/incoativa (*enloquecedor*, *alvejante* = *tornar alvo*). Tendo em vista que *-dor* expressa agentividade, um papel semântico atribuído ao argumento externo do verbo, tem-se assumido não ser possível formações com esse afixo a partir de verbos inacusativos (MIRA MATEUS et al., 2003; OLIVEIRA, 2007), embora dicionários da língua portuguesa registrem, entre outras⁸, a forma *saidor* como um regionalismo cujo significado é ‘aquele que consegue sair do cavalo sem cair’.

São também transparentes os traços que permitem a interpretação do aspecto lexical ou das classes vendlerianas⁹: duração, dinamicidade e telicidade. Por exemplo, a presença de um agente pressupõe *dinamicidade*; tempo transcorrido durante a realização do evento, *duração*; e pressuposição de uma ação terminada, *telicidade*.

Na seção seguinte, apresento algumas ideias de trabalhos fundamentais (CHOMSKY, 1970; GRIMSHAW, 1990)¹⁰ para o estudo das nominalizações.

3. AS PROPRIEDADES VERBAIS E NOMINAIS NAS NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS

Chomsky (1970), no artigo *Remarks on Nominalization*, investiga as nominalizações deverbais e distingue dois tipos, nominalizações gerundivas (*-ing*) e nominalizações derivadas (*-al*, *-ness*, *-ism* etc.), considerando, entre outros aspectos, as seguintes propriedades:

⁸ Agradeço a Rerisson Cavalcante pelos exemplos de formações a partir de verbos inacusativos encontrados em dicionários e sites do português: *chegador*, *adormecedor*, *morador* e *nascedor*.

⁹ Considerando a combinação dessas três noções, Vendler (1967) propõe quatro classes acionais: estativa, atividade, *accomplishment* e *achievement*.

¹⁰ São apresentados apenas os aspectos relevantes para a discussão realizada neste trabalho.

- (i) as nominalizações podem selecionar argumentos, tal como sua contraparte verbal?
- (ii) as nominalizações podem ser encabeçadas por determinantes?
- (iii) as nominalizações podem ser pluralizadas conforme nomes?
- (iv) as nominalizações podem ser modificadas por adjetivo ou advérbio?

Do ponto de vista do significado, as nominalizações gerundivas correspondem à contraparte sentencial, enquanto, nas nominalizações derivadas, isso nem sempre é observado, seu significado pode ser idiossincrático ou não composicional.

Tendo em vista essas diferenças, Chomsky (1970) conclui que a formação desses dois tipos de nominalizações ocorre em componentes distintos na arquitetura da gramática. Enquanto a formação das nominalizações gerundivas ocorre no componente transformacional (sintático) devido, principalmente, à transparência da estrutura de argumentos e do significado de sua contraparte sentencial, as nominalizações derivadas ocorrem no componente base, desenhando a hipótese lexicalista.

Grimshaw (1990), numa perspectiva lexicalista, analisando nominalizações no inglês, observa que formações com estruturas idênticas (mesma base e mesmo sufixo) podem ser ambíguas quanto ao tipo de leitura que expressam. Podem expressar um evento ou um resultado, conforme os exemplos em (1) e (2). Considerando também os nomes referenciais, a autora propõe três tipos de nomes, tendo em vista a sua estrutura e propriedades verbais e nominais:

- (i) nominalização de evento complexo (com estrutura argumental);
- (ii) nominalização de evento simples (nomes referenciais);
- (iii) nominalização de resultado.

Segundo a autora, esses nomes se distinguem a partir de dois conjuntos de propriedades morfossintáticas: de um lado, as nominalizações de evento e, de outro, as de resultado e as referenciais.

De acordo com a autora, apenas as primeiras selecionam obrigatoriamente argumentos e podem marcar com o Caso acusativo seu argumento interno, tal como ocorre com as formações em *-ing* do inglês, e marcar tematicamente o argumento externo como agente. Os outros dois tipos não selecionam argumentos.

O quadro a seguir, presente em diversos trabalhos e repetido aqui devido à sua relevância para a discussão do tema (BORER, 2003; HARLEY, 2009,

ALEXIADOU, 2010), relaciona os dois conjuntos de propriedades que distinguem as nominalizações.

Quadro 1 – Distinção entre nominais de evento simples e de evento complexo

Nominais referenciais	Nominais com estrutura argumental
Sem atribuição θ , sem argumento obrigatório	Atribuição θ , argumento obrigatório
Leitura não eventiva	Leitura eventiva
Sem modificador orientado para agente	Modificador orientado para agente
Sujeitos são possessivos	Sujeitos são argumentos
<i>By phrases</i> são não argumentais	<i>By phrases</i> são argumentais
Sem controle implícito de argumento	Controle implícito de argumento
Sem modificação aspectual	Modificação aspectual
Modificação por <i>frequente e constante</i> apenas no plural	Modificação por <i>frequente e constante</i> apenas no singular
Pode ser plural	Deve ser singular

Fonte: Adaptado de Alexiadou (2010, p. 500).

De acordo com as características relacionadas no Quadro 1, ser derivada de verbo não garante que propriedades verbais sejam transparentes em todos os tipos de nominalização de verbal. Na primeira coluna, estão reunidas apenas propriedades consideradas nominais, que caracterizam as formações de resultado. Dessa forma, ter uma base verbal não tem consequências semânticas nem morfo-sintáticas, contrariamente às formações de evento que, conforme a segunda coluna do quadro, possuem predominantemente propriedades verbais. Apenas o fato de não permitirem flexão de número faz alusão a uma propriedade nominal. Algumas dessas propriedades estavam na base da distinção entre nominalizações gerundivas e nominalizações derivadas de Chomsky (1970), porém, Grimshaw (1990) acrescenta outras propriedades, visto que seu objetivo é distinguir nominalizações idênticas, ambíguas quanto a seu significado. Segundo a autora, as diferentes leituras se devem à presença de uma estrutura de evento nas nominalizações com estrutura argumental, conforme coluna 2 do Quadro 1, e ausência nas nominalizações de evento simples e as de resultado conforme coluna 1 desse quadro. Essa distinção, em trabalhos posteriores, levou a assumir-se

que os tipos de nominalização poderiam ser explicados em termos de estrutura sintática, presença *versus* ausência de uma camada verbal na derivação dessas formações (BORER, 2003; ALEXIADOU, 2001, 2009).

Na seção seguinte, são apresentadas algumas propostas que estabelecem uma relação entre o tipo de leitura expresso pelas nominalizações deverbais e sua estrutura.

4. SEMÂNTICA E ESTRUTURA DAS NOMINALIZAÇÕES

Tendo em vista os pressupostos da MD (HALLE; MARANTZ, 1993; 1994), uma abordagem que propõe que as informações antes contidas no léxico são distribuídas em três listas, de acordo com o tipo de informação – formais, fonológicas e semântico-pragmáticas –, a diferença entre a leitura de resultado de um lado e a de evento de outro não é explicada de forma consensual. Nas subseções a seguir, apresento algumas propostas de análise.

4.1 Harley e Noyer (1997): Derivando *nominalizações-de*¹¹

Harley e Noyer (1997), sem fazer qualquer referência aos tipos de leitura que as nominalizações possam expressar, propõem estruturas distintas para três tipos de nominalizações do inglês: as gerundivas, que marcam seu argumento interno com Caso acusativo; as nominalizações derivadas do tipo *nominalizações-de*, em que o Caso do argumento interno é marcado pela preposição, e as nominalizações mistas, derivadas em *-ing*, mas que necessitam de uma preposição para marcar o Caso de seu argumento, exemplificadas em (8), (9) e (10), respectivamente.

- (8) The barbarian army(’s) suddenly destroying the city upset Caesar.
a destruição da cidade pelo exército bárbaro repentinamente surpreendeu César
- (9) The barbarian army’s sudden destruction of the city upset Caesar.
a repentina destruição da cidade do exército bárbaro surpreendeu César
- (10) Belushi’s mixing of drugs and alcohol proved fatal.
a mistura de drogas e álcool de Belushi foi fatal

(HARLEY; NOYER, 1997, p. 2-3)

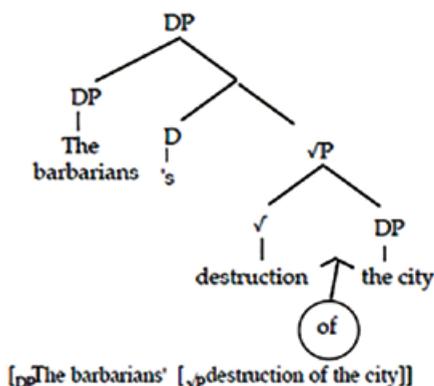
¹¹ Do inglês, of-nominalizations.

Harley e Noyer (1997) propõem que apenas nominalizações gerundivas, como em (8), possuem uma camada verbal, evidenciada pela possibilidade de:

- (i) serem modificadas por advérbio e, conseqüentemente,
- (ii) terem uma camada funcional capaz de atribuir caso acusativo ao argumento interno.

Assumindo que essas duas propriedades não estão disponíveis para os dois últimos tipos de nominalizações, os autores afirmam que, nessas formações, não há uma camada funcional: \sqrt{P} é dominada por um DP e o Caso do argumento interno do núcleo de \sqrt{P} é marcado a partir da inserção da preposição *of* após a derivação, numa operação de último recurso, conforme representado em (11).

(11) [_{DP}The Barbarian's [_{√P}destruction of the city]]



(HARLEY; NOYER, 1997, p. 9)

Essa estrutura, no entanto, não capta as propriedades verbais peculiares às nominalizações de evento, conforme Grimshaw (1990), e não prevê a possível presença de um argumento externo nem de um modificador adverbial, por exemplo, que também é possível em nominalizações com o sufixo *-ation* (ALEXIADOU, 2001, 2009), ambíguas entre evento e resultado.

4.2 Harley (2009): Nominalizações são estruturas de evento

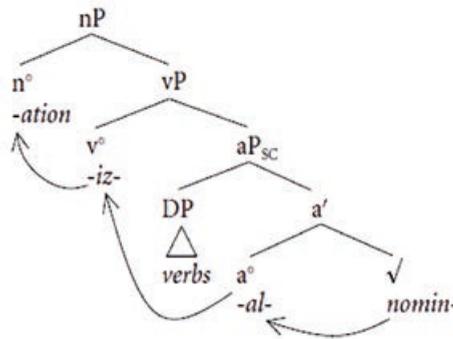
Posteriormente, Harley (2009), com o objetivo de propor uma distinção para as nominalizações com leitura de evento e de resultado, assume que formas morfológicas complexas devem conter a estrutura daquelas a partir das quais foram derivadas. Assim, a estrutura do nome *nominalization* deve conter as partes menores que a constituem: a raiz, o adjetivo e o verbo, como na representação em (12):

(12) [[[[nomin]_v al]_A iz]_v ation]_N

(HARLEY, 2009, p. 334)

Comparando a representação em (11) com a representação em (12), verifica-se que naquela não está prevista uma posição para o verbalizador *-iz*, realizado foneticamente em *nominalization* e representado em (11). Harley (2009), então, propõe uma nova estrutura contendo uma camada verbal que assumirá para os dois tipos de leitura, considerando que tanto nominalizações de evento quanto de resultado possuem uma estrutura morfológica completa.

(13) nominalization of verbs
 ‘nominalização de verbos’



(HARLEY, 2009, p. 337)

Assumindo a distinção proposta por Grimshaw (1990) de que nominais de evento não se pluralizam, portanto são massivos, em oposição aos de resultado, que se pluralizam, sendo, portanto, contáveis, a autora afirma que a distinção entre as duas leituras, que compartilham a mesma estrutura, como em (12), se deve a um processo de coerção de massivo para contável. Segundo a autora, por razões semânticas desencadeadas por esse processo, a possibilidade de projeção argumental é descartada nas nominalizações de resultado, conforme Alexiadou (2009).

4.3 Alexiadou (2001, 2009): Estrutura e significação

Alexiadou (2001) assume que nominalizações de resultado podem, assim como as de evento, ter estrutura argumental, com base em dados do catalão (PICALLO, 1991) e do francês (SILONI, 1997), como em (14) e (15), respectivamente.

(14) a. la discussio de les dades va durar tot el dia *processo*
 a discussão dos dados durou o dia todo

- b. la discussio de les dades es va publicar a la revista *resultado*
 a discussão dos dados foi publicada na revista

(ALEXIADOU, 2001, p. 13)

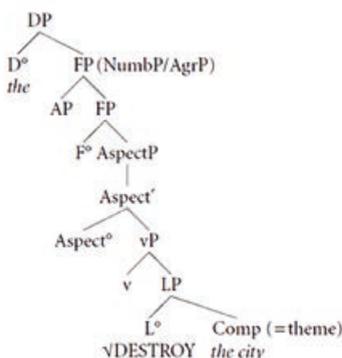
- (15) a. la presentation de livres de ce journaliste est toujours raffinée *resultado*
 a apresentação dos livros desse jornalista é sempre refinada
 b. *la presentation frequente de livres de ce journaliste.
 a apresentação frequente dos livros desse jornalista

(ALEXIADOU, 2001, p. 14)

Em (14a), segundo a autora, a leitura de processo é evidenciada pela presença de uma expressão temporal de duração (*va durar tot el dia*), e, em (14b), a leitura é de resultado, pois somente o resultado da discussão pode ser publicado. Para a autora, no exemplo em (15a), a nominalização *présentation*, neste contexto, só pode receber a leitura de resultado, mesmo ocorrendo com dois PPs. Uma evidência dessa interpretação é a agramaticalidade provocada pela inserção do modificador *frequente*, como em (15b), um teste que deveria confirmar leitura de evento conforme previsto por Grimshaw (1990).

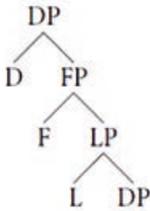
Alexiadou (2001), considerando que o papel temático dos PPs, tanto na leitura de resultado quanto na de evento, é o mesmo, conclui, contrariando Grimshaw (1990), que nominalizações de resultado também possuem estrutura argumental. Dessa forma, Alexiadou (2001) propõe estruturas distintas para os tipos de nominalizações de evento, como em (16), e de resultado, como em (17).

- (16) Evento¹²



¹² FP = categoria funcional; LP = categoria lexical

(17) Resultado



(ALEXIADOU, 2001, p. 57)

Como se vê nas representações, a distinção entre as duas estruturas deve-se ao fato de a raiz, nas nominalizações de evento, ser dominada pelas camadas funcionais eventivas *vP* e *AspP*, que não estão presentes nas nominalizações de resultado, o que permite a modificação por advérbios. Segundo Alexiadou (2001), a estrutura em (17) é suficiente para garantir a leitura de resultado sem uma camada de *AspP*, assumindo que há raízes que, semanticamente, denotam estado resultativo, associado ao significado dessas nominalizações. Em (16), *v* é agentivo e garante uma posição que abriga o agente. A projeção funcional *F*, nas duas estruturas, garante a atribuição de caso ao argumento interno selecionado pela raiz, quando ocorrer.

Alexiadou (2009) atualiza sua proposta a partir da comparação entre as nominalizações do inglês (verbal em *-ing*, nominal em *-ing* e *-ation*) e as do grego (*-m*, \emptyset), considerando não apenas a ambiguidade semântica, mas também a estrutural, ter ou não estrutura argumental. Tendo em vista que as nominalizações em *-ation* do inglês e as em *-m* do grego alternam quanto à estrutura argumental, como nos exemplos em (18) e (19), a autora propõe que, em sua estrutura, deve haver um *v*, já que essas raízes não são, elas mesmas, eventivas.

- (18) a. The **verbalization** of the concept took a long time. *estrutura argumental*
a verbalização do conceito durou muito tempo.
- b. The **verbalization** was long. *evento simples*
a verbalização foi longa
- (19) a. To **katharisma** tu ktiriu kratise 5 ores. *estrutura argumental*
a limpeza do edifício durou 5 horas
- b. To **katharisma** mas kurase. *evento simples*
a limpeza nos cansou.

Quanto à leitura de resultado, seguindo a proposta de Embick (2004) de que raízes estativas, ao serem combinadas com afixos eventivos, em ambiente nominal, referem-se à ação e ao resultado de uma ação, Alexiadou (2009) afirma, então, que nominalizações em *-ation*, por terem uma camada verbal, podem expressar também as duas leituras. Sobre ambiguidade semântica, a autora conclui:

Both the simple event and the result reading (as well as the AS reading) have the same basic structure, containing v in combination with the root, thus being in principle ambiguous (contra Alexiadou, 2001). What this suggests is that the availability of the result interpretation will always be dependent on a particular combination of v and the different types of roots¹³. (ALEXIADOU, 2010, p. 271).

A autora propõe a estrutura em (20a) para as formações verbais com *-ing*, que, diferente das demais, atribui caso a seu argumento interno e papel semântico de agente a seu argumento externo e a estrutura em (20b) para as demais formações deverbais, lembrando que, para a autora, não é a presença de uma camada verbal que determina a presença ou a ausência de estrutura argumental, mas a presença de outras categorias, tais como NumberP e AspP. Portanto, a estrutura em (20b) dá conta de todas as possibilidades que essas nominalizações permitem: leitura de evento e resultado; presença/ausência de estrutura argumental.

- (20) a. DP [Asp [VoiceP [vP √]]] gerundiva verbal
b. DP [NumberP [VoiceP [vP √]]] nominais gerundivos/nominais *-ation*

De acordo com Alexiadou (2009), as categorias que constituem a estrutura em (20b) têm os seguintes papéis nas nominalizações:

- √P, responsável, em alguns casos, pela distinção entre leitura de evento e de resultado, seguindo Embick (2004).
- vP, responsável pela leitura eventiva, e pode estar relacionada à presença do argumento interno¹⁴; além disso, permite, no grego e no inglês, modificação de evento, mesmo em nominalizações com leitura de resultado, seguindo proposta de Roßdeutscher (2007) para o alemão, como em (21):

¹³ “Tanto nominalizações de evento simples e de leitura de resultado (bem como a de leitura AS) têm a mesma estrutura básica, que contém v em combinação com a raiz, sendo assim, em princípio, ambígua (contra ALEXIADOU, 2001). O que isso sugere é que a disponibilidade da interpretação dos resultados será sempre dependente de uma combinação particular de v e dos diferentes tipos de raízes” [Tradução nossa].

¹⁴ Essa não é uma posição consensual na literatura; a autora apresenta outras propostas.

- (21) a. i viastiki dianomi
the rapid delivery
a entrega rápida
- b. the rough estimation/the rough measurement
a estimativa aproximada/ a medida aproximada

(ALEXIADOU, 2009, p. 272)

- VoiceP, posição que permite a presença de um argumento externo no domínio de uma nominalização: agente nas formações verbais gerundivas e *by-phrase* nas formações nominais; é evidenciada pela presença de modificadores de agente e pela possibilidade de licenciar construções de controle de sujeito (*by-phrase*), como em (22). Além disso, abriga telicidade que, combinada com aspecto morfológico em AspP, interferirá na projeção de argumentos.

- (22) ha-hoxaxa Sel ha-te'ana ('al yedey ha-matematika'it) kedey lizkot ba-pras
the proof of the claim by the-mathematician in-order to-win in-the-prize
the proof of the claim (by the mathematician) in order to win the prize
a prova da afirmação (pelo matemático) a fim de ganhar ganhar o prêmio

(ALEXIADOU, 2009, p. 275)

- AspP, combinada com NumberP, pode ser responsável pela presença de estrutura argumental.
- Number P, seguindo Sharvy (1978) e Borer (2005b), é onde ocorre a distinção massiva/contável; combinada com AspP, é responsável pela opcionalidade da estrutura argumental. Contrariamente à Grimshaw (1990-Quadro1), Alexiadou (2009) afirma que um subtipo de nominais de evento pode ser pluralizado, dependendo do traço de aspecto morfológico e *Aktionsart* contido na camada AspP e VoiceP, respectivamente. Quando télicos/delimitados, são contáveis e podem ser pluralizados, mas, quando são atélicos/não delimitados, comportam-se como massivos e não permitem pluralização, exceto se a leitura for de resultado e, nesse caso, perdem a estrutura argumental (ver, também, HARLEY, 2009).

4.4 Alexiadou e Shäfer (2010): -er, apenas um categorizador

Quanto às nominalizações exemplificadas em (4), pode-se dizer que, pelo fato de corresponderem ao argumento externo da base verbal (x_{dor} verbo (y)), elas são semelhantes às formações em -er do inglês, embora Alexiadou e Shäfer (2010) registrem formações que não sigam essa generalização e correspondam, por exemplo, ao argumento interno/tema do verbo ou a um locativo e tenham uma leitura idiossincrática (*teacher* (professor), *bestseller* (mais vendido), *kneeler* (lugar onde se ajoelhar), respectivamente), de maneira semelhante ao português (*levantador*, *saidor*, *corredor*, respectivamente). Com base nessa semelhança, parece-me interessante verificar como se dá a formação dessas nominalizações no inglês, pois elas podem dar pistas para o entendimento das nominalizações em (4), no português. Saliento que há uma diferença relevante a ser considerada em pesquisas sobre essas nominalizações no PB: as formações em -er do inglês são categorizadas apenas como substantivos, enquanto as em -dor do português são categorizadas, de acordo com a literatura linguística, como substantivo e adjetivo.

Alexiadou e Shäfer (2010) dividem as nominalizações que seguem a generalização de argumento externo em dois tipos: *disposicionais* e *episódicas*, anteriormente classificadas pelas autoras (2008) como [\pm evento], dada a possibilidade de ocorrer com argumento interno, seguindo Levin e Rappaport Hovav (1992), Fabb (1984), Keyser e Roeper (1984) e van Hout e Roeper, 1998. As nominalizações em -er [+evento] denotam o papel temático do argumento externo que, segundo as autoras, depende do “sabor” de VoiceP, e podem ser:

- (23)
- | | |
|--|-----------------------|
| a. is a great defuser of pent-up emotions | <i>causador</i> |
| é um grande difusor de emoções reprimidas | |
| b. a holder of a Visa or Master cart | <i>possuidor</i> |
| titular/possuidor de um cartão Visa ou Master | |
| c. as a dazzled admirer of Washington | <i>experienciador</i> |
| como um admirador deslumbrado de Washington | |
| d. a protein that is a potent inducer of new blood vessel growth | <i>instrumento</i> |
| uma proteína que é um potente indutor do crescimento de novos vasos sanguíneos | |

(ALEXIADOU; SHÄFER, 2010, p.10)

As nominalizações [-eventivas] podem denotar nomes [+agente], como em (24), e nomes [+instrumento], como em (25).

- (24) lifesaver, fire-fighter, teacher → a person educated for a specific job
 salva-vidas, bombeiro, professor uma pessoa educada para um trabalho específico
- (25) a. a grinder → a machine intended for grinding things
 um moedor uma máquina destinada a moer coisas
 b. the destroyer → a something intended for the purposes of destroying, warship
 o destruidor algo destinado a destruir, navios de guerra

(ALEXIADOU; SHÄFER, 2010, p.10)

Nominalizações *-er* que denotam instrumento ocorrem apenas a partir de construções verbais com instrumento intermediário, ou seja, construções em que o instrumento possa exercer a função de sujeito, o que evidencia a presença de VoiceP, como em (26a), permitindo a nominalização do verbo *open/opener* (*abrir/abridor*). Porém, quando não é possível que o instrumento possa ocorrer na posição de sujeito, o verbo da construção não se nominaliza, como em (26b).

- (26) a. Mary opened the can with the new gadget.

Mary abriu a lata com o novo aparelho
 a'. The new gadget opened the can.

o novo aparelho abriu a lata
 b. Bill ate the food with a fork
 Bill comeu a comida com um garfo

b'. *The fork ate the meat
 * o garfo comeu a comida

(ALEXIADOU; SHÄFER, 2010, p.12)

Da análise das nominalizações *-er* do inglês, as autoras concluem que, na estrutura dessas formações, há sempre uma camada verbal, conforme a estrutura em (27); portanto, não é conceitualmente adequado distingui-las como [+evento], o que leva as autoras a classificar essas nominalizações em disocionais e episódicas.

- (27) [-er [VoiceP[vP [RootP]]]]

As motivações para a proposta de uma camada verbal nas nominalizações em *-er*, conforme (27), em Alexiadou e Shäfer (2008), foram as seguintes:

- Morfológica, presença de um morfema verbalizador em formações complexas:

(28) a. [+evento]

√COLON colon-ize_v coloniz-er_n (colonizador)

b. [-evento]

√VISUAL visual-ize_v visualiz-er_n (visualizador)

(Adaptado de (ALEXIADOU; SHÄFER, 2010, p. 15-17)

- Semântica: [+evento] permite modificação adjetiva com *beautiful* e *good*, com leitura ambígua (intersectiva e não intersectiva), como (29a), contrariamente às nominalizações [-evento] no inglês, que só permitem leitura intersectiva. Dessa forma, os autores procuram evidências no italiano, uma língua românica, em que a posição do adjetivo (pré ou pós-nominal) desencadeia diferentes leituras. No exemplo em (29b) de Cinque (2003), com o modificador em posição pós-nominal, verifica-se o mesmo comportamento esperado, ou seja, leituras ambíguas, o que, para as autoras, confirma a presença de uma camada verbal na estrutura de nominais *-er* que denotam instrumento.

(29) a. [+evento]

a beautiful dancer

uma bela dançarina

- x is beautiful and x is a dancer *intersectiva*
- x é linda e x é dançarina
- x dances beautifully *não intersectiva*
- x dança lindamente

(ALEXIADOU; SHÄFER, 2010, p. 16)

b. [-evento]

Un attaccante **buono**

um atacante bom^{1,5}

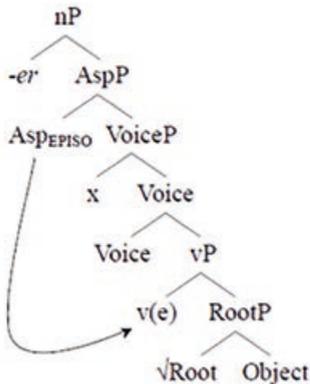
- (31) a. a grinder of (imported) coffee necessariamente pessoa
 um moedor de café (importado)
 b. a wiper of windshields necessariamente pessoa
 um limpador de pára-brisas
 c. saver of lives, fighter of fire necessariamente experiente na ação
 poupador de vidas, lutador de fogo

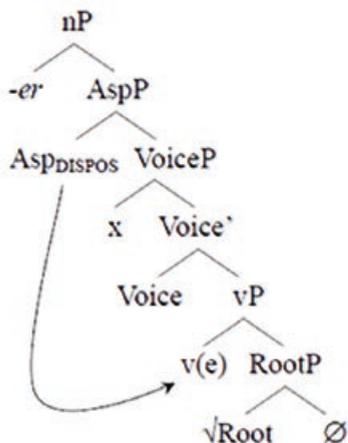
(ALEXIADOU; SHÄFER, 2010, p. 19-20)

A diferença entre os dois grupos está relacionada, principalmente, a duas noções: “ter a intenção de X” ou “praticar e causar X” e não $[\pm \text{evento}]$. Nas *nominalizações disposicionais*, em (31), verificam-se agentes que “têm a intenção de X” e instrumentos que são capazes de “praticar ou causar X”, mas não o fazem. Já em (32), *nominalizações episódicas*, verificam-se pessoas e instrumentos envolvidos na ação. A oposição entre (30a) e (31a) é que a primeira se refere a uma máquina idealizada para moer café, mas não está, necessariamente, ou nunca esteve em uso; enquanto na segunda, pressupõe-se que uma pessoa moeu efetivamente o *café importado*. Esse raciocínio pode ser aplicado aos demais exemplos.

Quanto à possibilidade de essas nominalizações requererem argumento interno, as autoras afirmam que não basta possuírem uma camada verbal para que isso ocorra. Elas propõem que é a presença de operadores aspectuais ‘disposicional’ *versus* ‘episódico’, ligados ao *v*, que licenciam a presença/ausência de argumento interno. Dessa forma, a estrutura proposta pelas autoras em 2008, registrada em (27), é acrescentada a camada AspP, conforme as representações a seguir.

- (32) $[+\text{event}]$ -er-ASP_{EPISODIC}



(33) [-evento]-er-ASP_{DISPOSICIONAL}

(ALEXIADOU; SHÄFER, 2010, p. 22)

Como se vê nas representações, os dois tipos de leituras de nominalizações em *-er* possuem as mesmas camadas; porém, as episódicas possuem estrutura argumental e as disposicionais, não. As autoras justificam esse comportamento levando em conta o traço EPISO, em (32), e o traço DIPOS no núcleo de AspP, que, relacionados ao núcleo *v*, licenciam a estrutura de argumento.

Como se verificou, tanto na análise das nominalizações em *-er*, como em *-ation* e *-ing*, o significado é construído considerando os traços que as categorias funcionais possuem. De acordo com Alexiadou e Shäfer (2010, p. 33), o *afixo*, “[...] ele próprio não tem contribuição semântica, ele simplesmente realiza o núcleo”¹⁶. Isso pode trazer um problema para explicar as nominalizações em *-er* formadas diretamente de raízes, aquelas que possuem significado idiossincrático, mas não tratados detalhadamente neste artigo.

As análises apresentadas nesta seção apontam pistas para que se possa realizar estudos sobre as nominalizações do português de maneira a confirmar ou refutar o que foi proposto quanto a fato de os afixos possuírem apenas o traço categorial de nominalizador (HARLEY, 2009; ALEXIADOU, 2001, 2009; ALEXIADOU; SHÄFER, 2010).

5. ALGUMAS QUESTÕES

Nesta seção, apresento algumas questões sobre as nominalizações do português suscitadas a partir dos fatos apresentados nas seções anteriores e que

¹⁶ *The affix itself does not have a semantic contribution; it simply realizes a nominal head.*

são norteadoras em minha agenda de investigação. Antes, apresento de forma resumida os pressupostos da MD que estão na base das reflexões realizadas.

5.1 A Morfologia Distribuída – pressupostos básicos

Neste trabalho, assumo os pressupostos da Morfologia Distribuída, a fim de propor algumas questões relacionadas às nominalizações do português brasileiro. Resumidamente, a MD é uma abordagem gerativista que se insere na *Teoria dos Princípios e Parâmetros*. Seus pressupostos básicos foram propostos, inicialmente, por Hale e Marantz (1993) e, posteriormente, desenvolvidos e aplicados em diversos trabalhos (HARLEY; NOYER, 1999; SIDDIQI, 2009; EMBICK; NOYER, 2007, entre outros). Na arquitetura da gramática, de acordo com MD, há apenas um mecanismo gerativo, a sintaxe, que gera as palavras e as sentenças (HALLE; MARANTZ, 1993; HARLEY; NOYER, 1999; EMBICK, 2004). A essa propriedade dá-se o nome de *estrutura sintática hierárquica em toda a derivação*¹⁷. É considerada não lexicalista, visto que propõe que as informações, antes atribuídas ao léxico, são distribuídas em três listas, ao longo da derivação, tendo em vista as informações nelas contidas.

De acordo com Marantz (1997), a Lista 1, que fornece elementos ao componente sintático para a derivação de sentenças e palavras, é constituída de traços sintáticos e semânticos universais, raízes, traços morfossintáticos, itens funcionais: categorizador, gênero, número, pessoa verbal, caso etc. A Lista 2, também chamada de Vocabulário, armazena os itens de vocabulários (IV), constituídos de informações fonológicas e contexto gramatical de inserção, os quais entrarão nos nós terminais abstratos, após a derivação sintática. A Lista 3, ou Enciclopédia, armazena aspectos semânticos linguísticos e extralinguísticos. Encontram-se armazenados nessa lista os significados especiais referentes não só às raízes, mas também às expressões idiomáticas que compõem o conhecimento de mundo dos falantes.

De acordo com a propriedade *estrutura sintática hierárquica em toda a derivação*, segundo Siddiqi (2009), na formação das palavras, são empregados os mesmos princípios e operações aplicados à sintaxe (*Move e Merge*). Dessa forma, os nós terminais, nos quais são inseridos os IVs, são resultantes da aplicação dessas operações, obedecendo aos mesmos princípios sintáticos observados nos constituintes da sentença. Ou seja, as palavras também são estruturas hierárquicas geradas na sintaxe (HALLE; MARANTZ, 1994; HARLEY; NOYER, 1999; EMBICK; NOYER, 2007).

¹⁷ *All the Way Down* conforme Halle e Marantz (1994).

Relaciono a seguir os pressupostos da MD que me serviram de base para a proposição das questões em 4.2 acerca dos nominalizadores do PB.

- a) raízes não possuem informações categoriais (HALLE; MARANTZ, 1993, MARANTZ, 1997), permitindo que uma mesma raiz possa ser adjungida a categorizadores diferentes em seu primeiro merge;
- b) raízes não possuem informações semânticas (HALLE; MARANTZ, 1993, MARANTZ, 1997), evidenciada pelo fato de uma raiz, em seu primeiro merge, permitir leitura idiosincrática, embora essa não seja ainda uma questão assentada na teoria¹⁸;
- c) raízes não possuem informações sintáticas de projeção de argumentos (BASSANI; MINUSSI, 2015);
- d) um item de vocabulário não necessita ser completamente especificado para ser inserido nos nós terminais (subespecificação), considerando os traços presentes nos morfemas abstratos gerados na sintaxe (HALLE; MARANTZ, 1994, p. 277).

É também relevante, na proposição das questões, a propriedade de *subespecificação*, segundo a qual, um item de vocabulário não necessita ser completamente especificado para ser inserido nos nós terminais, considerando os traços presentes nos morfemas abstratos gerados na sintaxe (HALLE; MARANTZ, 1994, p. 277). Essa propriedade permite verificar que especificações constituem o contexto de inserção dos nominalizadores.

5.2 Propondo questões

- I) Tendo em vista o comportamento descrito das nominalizações no inglês e no grego na seção 4, poderíamos esperar as mesmas condições na formação das nominalizações similares no português?
- I) Para a MD, apenas raízes são *lexicais* e seu significado é negociado na Lista 3. A inserção de sua matriz fonológica na derivação se dá por escolha, pois na Lista 2, não há qualquer informação quanto à sua inserção. Por outro lado, os afixos nominalizadores são itens funcionais e sua matriz fonológica deve estar relacionada a regras de inserção que os permite ser inseridos em um nó terminal especificado. Por exemplo, o sufixo *-dor* é um item funcional, em seu contexto de inserção pode-se esperar que contenha traços aspectuais: [+dinâmico], por denotar agentividade/cau-

¹⁸ Arad (2005) propõe que raízes possuem informações semântico-conceituais.

satividade e instrumento, [+duração], por expressar habitualidade, como propõe Bierwisch (2009) para formações semelhantes no alemão, e ainda o traço categorial, [+NOM]¹⁹. De acordo com Alexiadou e Schäfer (2010), o sufixo *-er*, similar ao *-dor* do português, não contém nenhum traço semântico, é apenas categorizador. O significado final da nominalização é dado a partir da combinação das informações contidas nas projeções funcionais (VoiceP e AspP) que entram em sua derivação, conforme subseção 3.4. Dessa forma, esse afixo seria subespecificado em relação ao nó terminal em que é inserido, o que não é problema para a MD. Tendo isso em vista:

- O nominalizador *-dor* poderia ser analisado da mesma forma que o nominalizador *-er* do inglês, considerando que aquele forma nomes e adjetivos?
- Que traços teriam os nominalizadores *-dor*, *-nte* do PB na Lista 2, que categorizam substantivos e adjetivos, diferentemente do *-er* do inglês, que só categoriza substantivos, mas permite a mesma leitura?
- No português, há outros afixos que compartilham com *-dor* aspectos semânticos, tais como *-eiro* e *-ista*, por exemplo, e se adjungem diretamente a raízes (*açougueiro*²⁰ e *taxista*) ou a palavras (*cabeleireiro* e *nutricionista*). Seria possível realizar uma análise unificada para esses nominalizadores?
- Se, na Lista 2, o contexto de inserção de *-eiro* e *-ista* for [+NOM], como se obtém o significado final de suas nominalizações, já que não possuem camadas funcionais decorrentes da presença de uma camada eventiva *v*, contribuindo para a sua leitura final, como nas formações em *-dor*?
- Considerando que o significado das nominalizações em *-eiro* e *-ista* não resultam da combinação de traços presentes em sua estrutura funcional, teriam eles informações que condicionariam a sua interseção no nó terminal?
- Mas isso não criaria um problema para a teoria, uma vez que a ausência de camadas funcionais na estrutura da nominalização implicaria

¹⁹ Registro apenas [+NOM], mas consciente de que deve haver ainda alguma informação quanto à possibilidade de esse afixo formar nomes e adjetivos.

²⁰ Para uma discussão sobre a leitura do sufixo *-eiro*, numa perspectiva sintática, ver Scher e Armelin (2018) (*a sair*).

um nó terminal subespecificado em relação ao item vocabulário na Lista 2, que seria superespecificado?

- Seriam os nominalizadores não deverbais primitivos semelhantes a raízes, ou seja, morfemas lexicais?²¹

I) De acordo com Alexiadou (2009), a ambiguidade entre leitura de resultado e de evento é dada estruturalmente. Em ambas, há uma camada verbal e a distinção se dá pela combinação de traços presentes em VoiceP e NumberP, como na representação em (20b). No PB, os nominalizadores *-mento*, *-ção* e *-agem*, além de se adjungirem a verbos, expressando leitura de evento e resultado, podem se adjungir diretamente a raízes, ou, talvez a palavras, expressando entidade (*armamento*, *munição*, *plumagem*), que geralmente expressam leitura de conjunto.

- Tendo em vista a ambiguidade entre as leituras de conjunto, mais frequente, e a de unidade, a partir da adjunção de, por exemplo, *-mento* a bases não verbais (*fardamento*, *armamento*), como se vê (34), proponho três questões.

(34) a. O armamento do exército está em segurança.

= Leitura de conjunto

b. O governo cria regras para o cidadão adquirir seu armamento²².

= Leitura de individual, adquirir apenas uma arma de fogo.

= Leitura de conjunto, armas de fogo ou de instrumentos que se constituam arma.

a) assumindo que *-mento*, na Lista 2, possui apenas o traço [NOM], como explicar a ambiguidade entre leitura coletiva e individual observada em (33)?

b) além disso, como explicar a possibilidade de armamento referir-se tanto a um conjunto de armas, quanto a um conjunto de instrumentos que seja utilizados como arma?

c) seria possível explicar apenas considerando a estrutura? Se sim, que categoria funcional seria responsável por permitir tais leituras? E como essa estrutura estaria organizada de maneira que o nó terminal não fosse mais especificado que o item de vocabulário na Lista 2?

²¹ Para uma discussão sobre esse assunto, ver Lowenstan (2010).

²² Agradeço a Rerisson Cavalcante pela contribuição desta possibilidade de leitura.

- I) Por fim, se esses nominalizadores deverbais forem apenas categorizadores, conforme apresentado na seção 3, e o tipo de leitura (resultado, evento, entidade, disposicional, episódica) é a combinação das camadas funcionais presentes na derivação, como se dá a competição pela entrada dos expoentes fonológicos (-ção, -mento, -agem, -dor, -nte, afixo Ø) nos nós sintáticos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, cujo principal objetivo foi o de apresentar perspectivas de análise morfológicas no âmbito da MD, foram elencadas questões de natureza descritiva e explicativa no que diz respeito à leitura final e à estrutura da nominalizações. Além disso, a partir da comparação entre: i) as nominalizações deverbais do PB e as nominalizações de outras línguas; e ii) as nominalizações deverbais e não deverbais do PB, no que diz respeito à leitura final, questiona-se acerca das informações que constituem nas línguas o contexto de inserção dos nominalizadores (Lista 2) nos nós terminais.

REFERÊNCIAS

ALEXIADOU, Artemis. *Functional Structure in Nominals*. Nominalization and Ergativity. Amsterdam: Benjamins, 2001.

_____. On the role of syntactic locality in morphological processes: the case of (Greek) derived nominals. In: GIANNAKIDOU, Anastasia; RATHERT, Monika (Ed.). *Quantification, Definiteness, and Nominalization*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2009. p. 253-280.

_____. Nominalizations: A Probe into the Architecture of Grammar

Part I: The Nominalization Puzzle. *Language and Linguistics Compass*, v. 4, n. 7, p. 496-511, 2010.

_____; SCHÄFER, Florian. On the syntax of episodic vs. dispositional *-er* nominals. In: ALEXIADOU, Artemis; RATHERT, Monika (Ed.). *The syntax of nominalizations across languages and frameworks*. Berlin/New York: Walter de Gruyter GmbH & Co., 2010. p. 9-38.

ARAD, Maya. *Roots and Patterns*: Hebrew morpho-syntax. Springer, 2005.

BASSANI, Indaiá de Santana; MINUSSI, Rafael Dias. Contra a seleção de argumentos pelas raízes: nominalizações e verbos complexos. *ReVEL*, v. 13, n. 24, 2015. Disponível em: <www.revel.inf.br>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIERWISCH, Manfred. Nominalization – lexical and syntactic aspects. In: GI-ANNAKIDOU, Anastasia; RATHERT, Monika (Ed.). *Quantification, Definiteness, and Nominalization*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2009. p. 281-320.

BORER, Hagit. Exo-skeletal vs. endo-skeletal explanations. In: MOORE, John; POLINSKY, Maria (Ed.). *The Nature of Explanation in Linguistic Theory*. Chicago IL: CSLI; University of Chicago Press, 2003. p. 31-67.

_____. *The Normal Course of Events*. Structuring Sense, v. II. Oxford: Oxford University Press, 2005b.

CHOMSKY, Noam. Remarks on Nominalization. In: JACOBS, Roderick A.; ROSENBAUM, Peter S. *Readings in English Transformational Grammar*. Boston: Ginn., 1970. p. 184-221.

CINQUE, Guglielmo. The dual source of adjectives and XP vs. N-raising in the romance DP. *IX Giornata di Dialettologia*, Padova, 26 giugno, 2003. Disponível em:

<www.ic.sunysb.edu/Clubs/nels/handouts/cinque_nels_2003.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

EMBICK, David. On the Structure of Resultative Participles in English. *Linguistic Inquiry*. 2004. p. 355–392.

_____; NOYER, Rolf. Distributed morphology and the syntax/morphology. In: RAMCHAND, Gillian; REISS, Charles. (Ed.). *The Oxford handbook of linguistic interface*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 289-324.

FABB, Nigei. *Syntactic affixation*. Doctoral Dissertation, MIT, Cambridge, 1984.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GRIMSHAW, Jane. *Argument structure*. Massachusetts: The MIT Press, 1990.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay (Ed.). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 111-176.

_____. Some key features of distributed Morphology. In: MITPWL 21. *Papers on Phonology and Morphology*, Cambridge, MIT Press, n. 21, p. 275-288, 1994.

HARLEY, Heidi. The morphology of nominalizations and the syntax of vP. In: GIANNAKIDOU, Anastasia; RATHERT, Monika (Ed.). *Quantification, Definiteness, and Nominalization*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2009. p.321-343.

_____; NOYER, Rolf. Mixed Nominalizations, Short Verb Movement and Object Shift in English. Paper presented at *NELS*, 1997.

_____. State-of-the-article: Distributed Morphology. *Glott International*, v. 4, n. 4, p. 3-9, 1999.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KEYSER, S.; ROEPER, T. On the middle and ergative constructions in English. *LI* 15, 1984. p. 381-416.

LEVIN, Beth; RAPPAPORT HOVAV, Malka. The lexical semantics of verbs of motion: the perspective from unaccusativity. In: ROCA, I. *Thematic structure: its role in grammar*. Berlin: Foris, 1992. p. 247-269.

LOWENSTAMM, Jean. *Derivational Affixes as Roots*. (Phasal Spellout meets English Stress Shift). MS, Université Paris-Diderot & CNRS, 2010.

MARANTZ, A. No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. In: DIMITRIADIS, Alexis et al. *Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium*. Philadelphia: UPenn Working Papers in Linguistics, p. 201-225, 1997.

MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

OLIVEIRA, Solange Mendes. O Sufixo nominal agentivo -dor/-tor/-sor: uma análise à luz da Morfologia Distribuída. *Eletras (UTP)*, v. 15, p. 1-12, 2007.

- PICALLO, M. Carme. Nominals and nominalizations in Catalan. *Probus* 3, p. 279-316, 1991.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- ROßDEUTSCHER, Antje. *Resultatslesarten und modulare Repräsentation*. Ms.: University of Stuttgart, 2007.
- SCHER, A. P.; ARMELIN, P. R. G. As formações agentivas com o sufixo -eir- no português brasileiro: uma abordagem sintática. In: MEDEIROS, A. B. de; NEVINS, A. I. (Org.) *O apelo das árvores: estudos em homenagem a Miriam Lemle*. (a sair).
- SHARVY, Richard. Maybe English has no count nouns: notes on Chinese semantics. *Studies in Language*, 2, p. 345-365, 1978.
- SIDDIQI, Daniel. *Syntax within the word: Economy, allomorphy and argument selection in distributed morphology*. Philadelphia: John Benjamins North America, 2009.
- SILONI, T. *Noun Phrases and Nominalizations: the Syntax of DPs*. Dordrecht: Kluwer, 1997.
- SLEEMAN, Petra; BRITO, Ana Maria. Aspect and argument structure of deverbal nominalizations: A split vP analysis. In: ALEXIADOU, Artemis; RATHER, Monika (Ed.). *The syntax of nominalizations across languages and frameworks*. Berlin/New York: Walter de Gruyter GmbH & Co., 2010. p. 199-219.
- VAN HOUT, Angeliek; ROEPER, Thomas. Events and Aspectual Structure in Derivational Morphology. In: HARLEY, Heidi (Ed.). *Papers from the UPenn/MIT Roundtable on Argument Structure and Aspect*. *MIT Working Papers in Linguistics*, Cambridge, Mass., MIT Press, v. 32, p. 175-200, 1998.
- VENDLER, Zeno. *Linguistics and Philosophy*. New York: Cornell University Press, 1967. p. 97-121.

A FONOLOGIA FRASAL E O CONCEITO DE REFERÊNCIA INDIRETA¹

Juliana Escalier Ludwig Gayer

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende revisitar historicamente o conceito de referência indireta, relacionado à comunicação da fonologia com os demais componentes da gramática, principalmente com a sintaxe. Para fazer a retomada desse conceito, seguiremos as ideias de Kager e Zonneveld (1999), mostrando o surgimento e o desenvolvimento das teorias que se dedicaram ao estudo das unidades fonológicas maiores do que a palavra, ou seja, teorias de interface entre sintaxe e fonologia, todas de cunho gerativista. As ideias da Fonologia Autossegmental também serão consideradas, já que trazem uma forma inovadora de se representarem as unidades fonológicas. Após apresentarmos as principais ideias dessas teorias fonológicas, a proposta será verificar, em um segundo momento, como a Teoria da Otimidade trata das questões sobre a interface entre fonologia e sintaxe. O objetivo deste artigo é primordialmente discutir a continuidade e a mudança do conceito de referência indireta na fonologia gerativa.

¹ Agradeço a Lílian Teixeira de Sousa pela leitura deste trabalho e pelos comentários realizados. Eventuais equívocos são de responsabilidade da autora.

1 O SURGIMENTO DA FONOLOGIA FRASAL

Nesta seção, discutiremos o surgimento e o desenvolvimento das teorias fonológicas que se dedicaram ao estudo das estruturas maiores do que a palavra, ou seja, das frases. Para tal discussão, começaremos apresentando as ideias expostas em Kager e Zonneveld (1999) sobre a origem e os desdobramentos da teoria conhecida como Fonologia Frasal, um modelo de interface entre sintaxe e fonologia. Esse texto foi escolhido como texto-base porque traz um apanhado cronológico bem detalhado do que ocorreu na área da fonologia da frase nos últimos 40 anos.

1.1 A interface sintaxe-fonologia

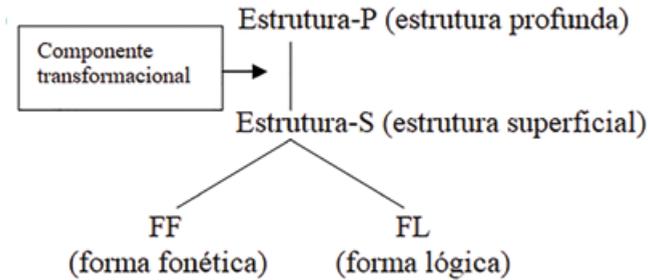
Segundo Kager e Zonneveld (1999), pode-se dizer que o início das pesquisas que consideraram a interface entre os módulos da gramática sintaxe e fonologia coincide com o surgimento do gerativismo, por volta dos anos 60. Com a *Gramática Gerativa*, começou-se a olhar para a sentença e não mais para a palavra (ou seus morfemas constitutivos), foco da corrente estruturalista. Lança-se, então, um campo de estudo denominado Fonologia Frasal.

Uma das críticas de Chomsky ao modelo estruturalista foi o fato de este não considerar a capacidade do falante de produzir sentenças bem-formadas e gramaticais sem ter tido contato com elas anteriormente.

O que chama a atenção de Chomsky é a necessidade de se supor a existência de algo anterior à língua dos estruturalistas: a capacidade que os falantes têm de produzir exatamente os enunciados que *podem* ser feitos. [...] Para Chomsky, a comunidade linguística possui um conhecimento compartilhado sobre os enunciados que podem e os que não podem ser produzidos, e é justamente este conhecimento que precisa ser descrito e explicado pela teoria linguística. (NETO, 2004, p. 99).

A gramática desse modelo, que tem como principal componente a sintaxe, por ser o componente gerativo (no sentido de gerar novas sentenças ou representações), é formada ainda pelos componentes semântico (forma lógica) e fonológico (forma fonética), ambos com função interpretativa por apenas associarem as representações geradas pela sintaxe. Esse modelo de gramática é conhecido como modelo em T e se configura da seguinte forma:

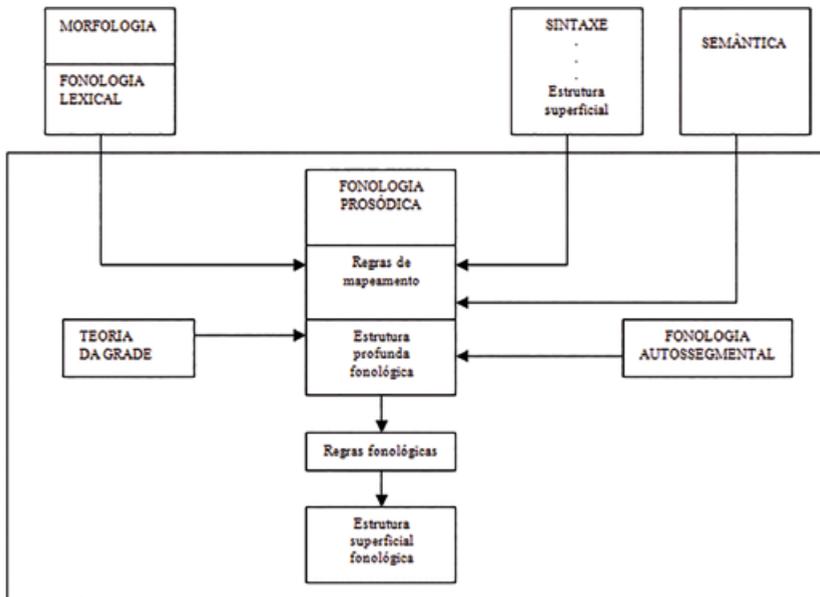
(1)



Os componentes da Gramática Gerativa em (1) são autônomos, mas percebemos, no esquema, que há a possibilidade de comunicação entre o componente sintático (estrutura profunda → estrutura superficial) e os componentes fonológico e semântico. Dessa forma, podemos dizer que o compartilhamento de algumas informações pode ocorrer, assim como podem surgir questões de interface entre um componente e outro (sintaxe-fonologia, por exemplo).

Além desse modelo em T, a teoria gerativa padrão sofre alguns desdobramentos. Nespor e Vogel (1986, p. 302), por exemplo, afirmam que o modelo em T é de certo modo fraco, já que a “estrutura superficial é o único *input* da fonologia e não permite interação direta entre o componente fonológico e os outros componentes da gramática”. Como essa interação é necessária para explicar os fenômenos que ocorrem em diversas línguas, as autoras propõem o seguinte modelo de interação entre a fonologia e os demais componentes:

(2)



Notamos, no esquema, que o componente da Fonologia Prosódica interage tanto com o componente sintático, como com os componentes morfológico e semântico. Nesse caso, o *input* da fonologia pode vir de qualquer um desses componentes. Mas, segundo Nespore e Vogel (2007, p. 5),

[...] é precisamente o conjunto de regras de mapeamento que estabelece a interface entre a fonologia e os demais níveis da gramática, desde que as regras que definem os vários constituintes prosódicos façam uso de diferentes tipos de noções gramaticais para cada nível da hierarquia.

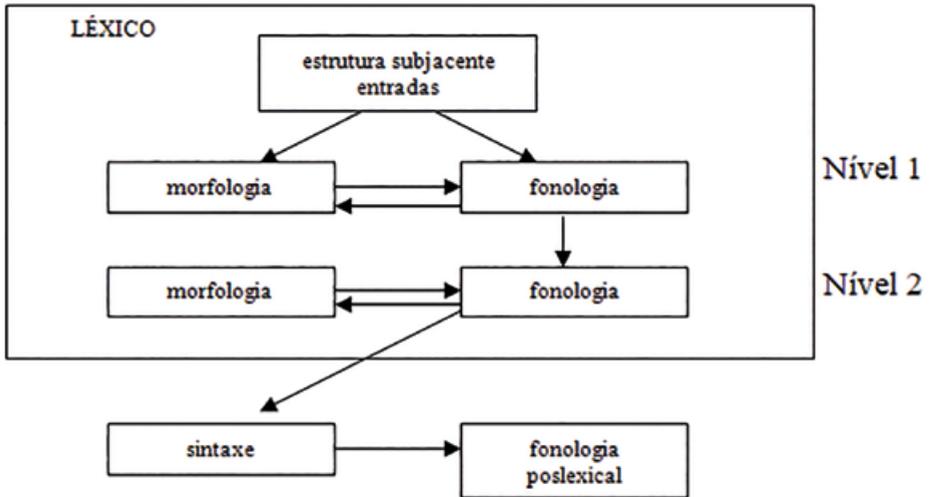
As regras de mapeamento, então, vão transformar esses *inputs* em constituintes prosódicos, que vão caracterizar a estrutura profunda fonológica. E as regras fonológicas, por sua vez, se aplicam a essa estrutura profunda, transformando-a em estrutura superficial fonológica.

É importante observar que, ainda assim, as autoras parecem admitir algum resíduo de regras que fazem referência direta a categorias como nome, verbo etc. Hayes (1990) nota que há, nos trabalhos de Selkirk, Nespore e Vogel, um resíduo de regras que têm referência direta à sintaxe, como a regra de *liaison*, que ocorre entre adjetivo/quantificador e nome, mas não entre advérbio e um verbo/adjetivo seguinte. Entretanto, o autor defende a existência de dois tipos de regras: as regras lexicais e as regras do nível da frase, “que aplicam pós-sintaticamente e se referem apenas aos níveis da hierarquia prosódica” (HAYES, 1990, p. 87). O autor ainda afirma que:

The existence of direct-syntax rules is a problem for prosodic hierarchy theory, since when a rule doesn't fit the predictions of the theory, we can usually reclassify it as a direct-syntax rule. This seriously reduces the falsifiability, hence the predictive value, of the theory. (HAYES, 1990, p. 87).

Retornando ao nosso esquema, percebemos que, dentro do próprio componente morfológico, a fonologia já está atuando, o que conhecemos como Fonologia Lexical. A Fonologia Lexical é outro desdobramento da teoria gerativa padrão. Essa teoria desdobra a sintaxe (componente gerativo) em dois componentes: o morfológico (ou lexical) e o sintático. Percebemos que esse modelo já estava inserido na proposta de Nespore e Vogel (1986), junto ao componente morfológico. Para a Fonologia Lexical, a gramática de uma língua é dividida em níveis (lexical e pós-lexical), nos quais certas regras se aplicam e determinados princípios são ativados. Esse modelo de gramática é apresentado a seguir, conforme Bisol (2010a, p. 92):

(3)



No modelo de gramática da Fonologia Lexical, a sintaxe se encontra no pós-léxico. No léxico, há regras morfológicas e fonológicas operando sobre a estrutura subjacente. Essas regras se aplicam em níveis, os quais garantem o ordenamento entre elas. Percebemos pelo esquema que a morfologia e a fonologia interagem no nível lexical, e a fonologia gera *inputs* para a sintaxe. No nível pós-lexical, a fonologia também atua, mas sem interferência da morfologia, pois a interação agora se dá com a sintaxe.

Nessa perspectiva, teríamos regras em todos os níveis. No nível lexical, há regras morfológicas e fonológicas que se aplicam no domínio da palavra. No componente sintático, já no domínio da sentença, há uma base que gera uma estrutura profunda (abstrata), e, a partir de regras de transformação, essa estrutura profunda é convertida em estrutura superficial, o que é produzido. No nível fonológico pós-lexical, por fim, há regras fonológicas que se aplicam entre palavras, pois, nesse nível, não teríamos mais acesso à estrutura interna do vocábulo.

Pensando nas regras do nível pós-lexical, que ocorrem entre palavras, pode-se dizer que, conforme a arquitetura de gramática apresentada em (3), as informações da sintaxe alimentam o componente fonológico. Kager e Zonneveld (1999) listam algumas questões para investigação levando em conta essa forma da gramática. As principais para este estudo são:

- a) Há uma referência direta ou indireta da fonologia em relação à sintaxe? Ou seja, a informação sintática é acessada diretamente ou indiretamente após o mapeamento?

- b) Toda a informação sintática é relevante para a fonologia?
- c) A sintaxe realmente alimenta a fonologia ou teríamos de pensar em uma relação bidirecional entre esses dois componentes?

Os autores tentam responder a essas questões trazendo as principais características dos modelos gerativistas, desde as primeiras propostas até as mais recentes, como a Teoria da Otimidade, que será discutida mais adiante.

1.1.1 Direcionalidade, relevância e tipo de referência de acordo com os primeiros modelos gerativistas

Segundo Kager e Zonneveld (1999), nos estudos estruturalistas, não se admitia a comunicação entre os níveis da gramática; a análise fonológica partia de aspectos fonológicos apenas. A análise de Chomsky, Halle e Lukoff (1956) sobre os contornos acentuais do inglês demonstrou que a distribuição do acento leva em conta também aspectos morfológicos e sintáticos, e não somente fonológicos. Comparando compostos e sintagmas, eles perceberam que a atribuição do acento era diferente em um tipo de juntura ou outro (juntura interna – composto; juntura externa – sintagma). Nesse sentido, eles mostram que há sim alguma relação entre a fonologia e os outros níveis da gramática. Nesse caso, a relação parecia ser de referência direta da fonologia em relação à sintaxe. Com essa aparente comunicação entre os níveis, os autores introduzem algumas noções que seriam adotadas pelo modelo gerativista que se iniciava.

Kager e Zonneveld (1999) afirmam que uma evidência para uma referência indireta da fonologia em relação à sintaxe foi publicada anos depois, por Bierwisch (1966). Bierwisch analisou frases do alemão e conseguiu encontrar unidades que poderiam ser divididas em diferentes contornos entoacionais. Essas unidades, porém, não coincidiam com as unidades sintáticas, ou seja, a referência à sintaxe não parecia ser direta. O que parecia necessário aqui era considerar um mapeamento que transformasse o *output* da sintaxe em *input* da fonologia². Para dar conta dos dados do alemão, o autor propôs a existência de um parâmetro que não permitia que sintagmas curtos ocupassem um contorno entoacional sozinho. Nesse caso, a saída era unir sintagmas com poucas sílabas para que o parâmetro fosse obedecido.

Os estudos posteriores sobre a Fonologia Frasal começaram a discutir a questão do tipo de informação sintática realmente relevante para a fonologia. Um exemplo que Kager e Zonneveld (1999) listam é a análise do fenômeno de *liaison*

² Bierwisch (1966) foi o primeiro a considerar a velocidade da fala como fator condicionante para esse mapeamento.

em francês, um tipo de sândi externo. Em uma sequência de duas palavras, a primeira, quando acabar por consoante, pode ter essa consoante produzida (quando a segunda palavra começar por vogal) ou não (quanto a segunda palavra começar por consoante).

- | | | |
|-----|-----------------|----------------|
| (4) | dans une salle | “em um quarto” |
| | dan(s) la salle | “no quarto” |

(Adaptado de KAGER; ZONNEVELD, 1999, p. 5).

O que se observou foi que há uma diferença de aplicação da regra em diferentes estilos de fala e entre palavras funcionais e palavras de conteúdo. Também se mostrou relevante o tamanho da palavra funcional, se é monossilábica ou polissilábica. Quando a palavra funcional é polissilábica, a tendência é preservar a consoante final, ou seja, essas consoantes não participam no fenômeno de *liaison*, como em *Vous avez/étonné tout le monde* (Você surpreendeu todo mundo) (KAGER; ZONNEVELD, 1999, p. 6). Nesse caso, uma regra de reajustamento é necessária para dar conta da inserção de uma fronteira entre as palavras *avez* e *étonné* (composição verbal de tempo passado – surpreendeu). Essa fronteira impediria que a regra se aplicasse. Por outro lado, o processo de *liaison* se aplica regularmente entre um adjetivo e um nome, independentemente do número de sílabas. Nesse caso, parece ser necessária outra regra de reajustamento, mas que remova fronteiras, e não mais as insira.

Segundo Kager e Zonneveld (1999), para se aumentarem os casos de *liaison*, teríamos que diminuir o número de regras de reajustamento que inserem fronteiras e aumentar o número de regras que removem fronteiras. Para dar conta da generalização que pede que se removam as fronteiras, Selkirk (1974, p. 581), já influenciada pela Teoria X-barras, propõe a seguinte formulação para a regra de reajustamento:

- (5) *X-Comp Rule* (= boundary deletion)

A head Noun, Verb, or Adjective which is inflected may be in a liaison context with the word that follows, if that word is in its Complement.

Nessa perspectiva, em uma sequência palavra₁ mais palavra₂, a fronteira só pode ser removida se a palavra₂ for complemento da palavra₁, que deve ser o núcleo do sintagma. Nessa perspectiva, a regra se aplica em (6a), mas não em (6b).

- (6) a. [un marchand [de draps [anglais]] ‘um comerciante de lençóis ingleses’

b. [[un marchand [de draps]] anglais] ‘um comerciante inglês de lençóis’

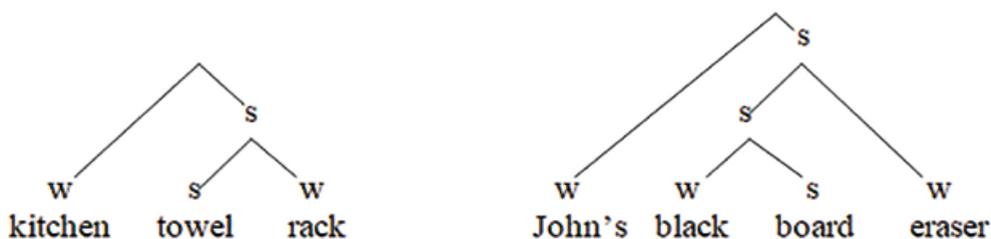
(Adaptado de KAGER; ZONNEVELD, 1999, p. 6).

Essa configuração sintática necessária para a regra se aplicar tem como base a estrutura superficial *output* do componente sintático, ou seja, o produto das regras transformacionais. Essa questão de uma das palavras ser o núcleo e a outra o seu complemento parece voltar com a ideia da referência direta da fonologia em relação à sintaxe, já que a regra deve ter acesso a essas informações.

Nos anos 1980, a Fonologia Frasal passou por uma mudança espetacular, nos termos de Kager e Zonneveld (1999), com o desenvolvimento da Fonologia Prosódica como teoria da interação entre sintaxe e fonologia. Os autores veem o pivô dessa abordagem na análise de Liberman e Prince (1977), que forneceu as bases para uma teoria prosódica independente.

Partindo para as teorias propostas posteriormente, Liberman e Prince (1977) inovaram ao utilizarem a Fonologia Métrica para a análise de um fenômeno prosódico. Estudando novamente os contornos acentuais do inglês, os autores apresentam uma possibilidade de formalização dos contornos acentuais, ou seja, dos acentos atribuídos acima do nível da palavra. Na Fonologia Métrica, para se analisarem os acentos frasais, precisamos de informação sintática, a qual servirá de *input* para as regras prosódicas. Kager e Zonneveld (1999, p. 10) esquematizam dois sintagmas de acordo com essa teoria, marcando as posições métricas fortes (s) e fracas (w).

(7)



Com base nessa grade métrica, Kager e Zonneveld (1999, p. 10) listam quais seriam as regras de acento:

- “em um sintagma, a porção mais à direita de dois nós irmãos é marcada s;
- em palavras (incluindo compostos), a porção mais à direita de dois nós irmãos é marcada w, a menos que o nó se ramifique.”

Segundo essa perspectiva, o acento principal de uma sequência é depreendido quando encontramos a porção (sílabas ou palavras) que sempre é dominada por um *s*.

Vimos que a análise de Chomsky, Halle e Lukoff (1956) sobre os contornos acentuais do inglês demonstrou que a atribuição do acento de um composto era diferente da de um sintagma. Teríamos, de acordo com essa análise, algumas regras cíclicas que operam em compostos e outras que operam em frases. Segundo Kager e Zonneveld (1999), a ideia de regra fonológica cíclica é estranha. Essa estranheza se deve ao fato de a teoria não prever a ciclicidade em regras que se aplicam em frases, ou seja, no nível pós-lexical. A inovação de Liberman e Prince (1977), então, está no fato de esses autores formalizarem regras mais consistentes para dar conta dos diferentes contornos acentuais do inglês, sem ter que lançar mão de regras cíclicas operando no nível da frase.

O passo mais importante em direção a uma Fonologia Prosódica, como uma subteoria separada da fonologia, foi dado pelos trabalhos de Selkirk no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. A Fonologia Prosódica propõe uma autonomia da estrutura fonológica em relação à estrutura sintática, ou seja, uma relação indireta, assim como Nespor e Vogel (1986) propõem em seu modelo de gramática apresentado em (2). Neste trabalho, não pretendemos detalhar os aspectos referentes à Fonologia Prosódica, pois ela foi bastante explorada em outro artigo (GAYER, 2015). A proposta aqui é apenas listar os dois aspectos fundamentais desse modelo: a existência de categorias prosódicas representadas em uma estrutura fonológica hierarquizada. De acordo com a teoria, os constituintes prosódicos estão divididos hierarquicamente da seguinte forma:

(8) Hierarquia Prosódica

enunciado	U (do inglês <i>utterance</i>)
frase entonacional	I (do inglês <i>intonational phrase</i>)
frase fonológica	φ (do inglês <i>phonological phrase</i> ³)
grupo clítico	C
palavra fonológica	ω
pé	Σ
sílaba	σ

(Adaptado de BISOL, 2010b, p. 260).

³ O termo também pode ser traduzido como “sintagma fonológico”.

Os estudos de Fonologia Frasal, nesse caso, têm de levar em conta as categorias maiores do que a palavra, que é o *output* do nível lexical, ou seja, as categorias do nível pós-lexical.

Conforme Kager e Zonneveld (1999), é nessa época que os estudos sobre a direcionalidade *input-output* entre sintaxe e fonologia se iniciam. E o resultado desses estudos mostrou que nenhuma informação fonológica parece estar disponível para a sintaxe (The Principle of Phonology-Free Syntax), já que “[...] não conhecemos uma língua na qual o movimento de Wh seja bloqueado por uma palavra interveniente que comece com fricativa” (p. 17). Em outras palavras, não encontramos processos sintáticos que sejam influenciados por informação fonológica. Dessa forma, há um mapeamento no qual a informação sintática é acessada pela fonologia, mas o contrário não ocorre.

Mas essa visão da alimentação unidirecional da sintaxe para a fonologia não é plenamente compartilhada. Segundo Kager e Zonneveld (1999), Zec e Inkelas (1990) acreditam que temos, na realidade, uma troca de informações que é bidirecional, tanto da sintaxe para a fonologia quanto da fonologia para a sintaxe. E as condições de interface entre esses componentes são inerentemente prosódicas. Com uma análise do servo-croata, as autoras demonstram que um fenômeno gramatical pode ser influenciado simultaneamente por aspectos sintáticos e prosódicos. Vejamos alguns exemplos dessa língua (KAGER; ZONNEVELD, 1999, p. 22).

- | | | | | |
|-----|----|-----------------------------|-----------|--------|
| (9) | a. | [[Taj]ω [covek]ω]NP | voleo-je | Mariju |
| | | that man | loved-AUX | Mary |
| | | “that man loved Mary” | | |
| | b. | *[[Petar]ω]NP | voleo-je | Mariju |
| | | Peter | loved-AUX | Mary |
| | | “Peter loved Mary” | | |
| | c. | [[Petar]ω [Petrovic]ω]NP | voleo-je | Mariju |
| | | Peter Petrovic | loved-AUX | Mary |
| | | “Peter Petrovic loved Mary” | | |

Conforme os autores, a gramaticalidade da topicalização depende da constituição prosódica do tópico, o qual deve ser ramificado, ou seja, deve conter duas palavras fonológicas. Seguindo o que é requerido, os enunciados (9a) e (9c) são gramaticais, enquanto (9b) não. Percebemos que, nesse caso,

dispomos de informações de ordem sintática – constituinte topicalizado – e de ordem fonológica – constituinte ramificado.

Já nos anos 90, o foco se volta para o tipo de informação sintática realmente importante para o componente fonológico. Como já foi dito, a informação considerada importante, em um primeiro momento, é a estrutura sintática superficial. Outros trabalhos mostraram que o tipo de informação relevante pode ser menos específico. Para uma teoria baseada em fim de fronteira (*end-based* – SELKIRK, 1986), por exemplo, a informação acessada deve ser aquela referente às fronteiras finais dos constituintes sintáticos, considerados nos moldes da Teoria X-barras. Nesse caso, já que a visibilidade está apenas nas fronteiras dos constituintes, as informações relativas às relações sintáticas – como núcleo e complementos – e às categorias lexicais não seriam acessadas.

Por outro lado, uma teoria baseada na relação (*relation-based* – Nespor e Vogel, 1986) leva em consideração as relações gramaticais que há entre os elementos. Ela mapeia, por exemplo, de forma distinta uma palavra funcional e uma palavra lexical, pois agrupa as palavras funcionais no lado não recursivo independentemente de sua função sintática.

Por fim, uma teoria arbórea (ZEC; INKELAS, 1990) prevê que a ramificação ou não de um dos elementos tem grande influência no mapeamento das estruturas sintáticas em prosódicas. Nessa perspectiva, a delimitação do domínio prosódico vai depender de se o elemento é ramificado ou não.

Conforme Kager e Zonneveld (1999, p. 23), outra questão interessante que tem ganhado força nos últimos anos é: “[...] toda a fonologia frasal se aplica dentro dos domínios prosódicos (resultando em uma cegueira completa em relação à informação sintática), ou há um resíduo de fonologia que *diretamente* se refere à informação sintática?”.

Considerando a questão da referência indireta, teoricamente a única informação acessada pela fonologia seria aquela relevante no momento do mapeamento das estruturas sintáticas em prosódicas. Porém, Kager e Zonneveld (1999) argumentam que há processos fonológicos do nível da frase que parecem fazer uma referência direta a aspectos sintáticos, os quais não estariam disponíveis para o mapeamento, como noções relativas a objetos diretos e a categorias lexicais, por exemplo.

Os autores afirmam que uma das saídas é considerar que a referência indireta não é adequada, e deveria dar lugar a um modelo que permita que certas regras tenham acesso direto à informação morfossintática. A proposta de Kaisse (1985, 1990) é de que o componente pós-lexical contenha dois tipos de regras,

regras P1 e regras P2. As regras P1, que se aplicam imediatamente depois do componente sintático, podem fazer referência à informação morfossintática. As regras P2, não. Segundo Kager e Zonneveld (1999), o problema dessa proposta é que ela cria um novo tipo de regra pós-lexical que replica as propriedades das regras lexicais. Portanto, seria melhor reanalisar regras do tipo P1 como sendo lexicais, o que é levado a efeito em duas propostas.

A primeira proposta que os autores apresentam é a de Hayes (1990), que considera que uma parte residual da Fonologia Frasal tem acesso à informação sintática. Essa parte é, na realidade, lexical e não frasal, são frases que têm sua estrutura prevista no léxico e, ainda que o contexto frasal não esteja propriamente ali, as regras têm efeito sobre a forma de uma determinada palavra. Dessa maneira, no nível do pós-léxico, apenas encontramos as regras cegas à informação sintática. A proposta prevê que regras pré-compiladas sempre estarão ordenadas antes das regras pós-lexicais e que apresentem características de regras lexicais. Kaisse (1990) mostra que uma série de regras de resolução de hiato em grego, as quais precisam de informação sintática, não teriam uma análise satisfatória através de regras pré-compiladas, pois a determinação de como o processo atua depende de diversos fatores, só inteiramente determinados na estrutura da frase.

Outra alternativa que Kager e Zonneveld (1999) trazem é a proposta de Odden (1990). Esse autor considera que as regras sensíveis à sintaxe se aplicam no léxico e não no pós-léxico (*Lexical Sandhi Theory*). Nesse caso, as regras do pós-léxico não teriam realmente acesso à informação morfossintática, apenas as que fazem parte do nível lexical. Nessa proposta, léxico e sintaxe se tornam paralelos, no sentido de que cada um pode ter acesso ao outro.

Uma das ideias que se fortalece a partir das propostas de Hayes (1990) e Odden (1990) é a de que determinada informação aparentemente sintática, na verdade, é informação lexical e, portanto, está disponível para a estrutura fonológica sem maiores problemas. Apesar da importância que essas propostas tiveram na Fonologia Prosódica, no entanto, elas não foram muito discutidas e não receberam elaborações subsequentes, o que se deve, em parte, ao fato de a Teoria da Otimidade, em desenvolvimento a partir dos anos 1990, ter colocado uma perspectiva diferente, não modular, para a interação sintaxe-fonologia.

Para fechar esta seção, retomamos as três questões levantadas por Kager e Zonneveld (1999), considerando o modelo de gramática da Fonologia Lexical:

- a) Há uma referência direta ou indireta da fonologia em relação à sintaxe? Ou seja, a informação sintática é acessada diretamente ou indiretamente após o mapeamento?

Kager e Zonneveld (1999) concluem que a questão de se a fonologia tem ou não acesso direto à sintaxe não foi resolvida satisfatoriamente. Encontramos evidência da relação direta com as análises do acento no inglês, visto que essa regra tem acesso à informação de que temos um contexto de juntura interna (composto) ou de juntura externa (sintagma), e ainda com a análise do fenômeno de *liaison* em francês, em que informações sobre a palavra ser núcleo ou ser complemento são acessadas pela regra.

Por outro lado, Bierwisch (1966) traz evidências para se considerar um mapeamento indireto, já que encontra unidades entoacionais que não coincidem com as unidades sintáticas. Essa ideia de referência indireta da fonologia em relação à sintaxe é defendida por Nespor e Vogel (1986). Para essas autoras, como vimos no modelo de gramática apresentado em (2), são as regras de mapeamento do componente da Fonologia Prosódica que fazem a intermediação entre o componente fonológico e os outros componentes da gramática. Dessa forma, a informação morfossintática é acessada pelo componente da Fonologia Prosódica, lugar da gramática em que essa informação será convertida em uma estritamente prosódica pelas regras de mapeamento. Já as regras do nível fonológico, que têm como *input* a estrutura fonológica profunda, não teriam mais acesso à informação morfossintática, mas sim à informação prosódica resultante das regras de mapeamento.

b) Toda a informação sintática é relevante para a fonologia?

Vimos que, em um primeiro momento, a estrutura sintática superficial é considerada relevante para a fonologia. A partir de outros estudos, o foco se volta para as fronteiras finais dos constituintes sintáticos (*end-based*) e para as relações que há entre os elementos (*relation-based*). Zec e Inkelas (1990) ainda trazem a noção de ramificação ou não de um dos elementos como um importante fator para o mapeamento das estruturas sintáticas em prosódicas, o que elas chamam de teoria arbórea.

Consideramos interessante o mapeamento que leva em conta um pouco de cada teoria. Nespor e Vogel (1986), por exemplo, ao apresentarem o mapeamento do constituinte *frase fonológica*, levam em consideração as fronteiras das projeções máximas sintáticas ou XPs. Nesses XPs, elas focalizam as palavras lexicais núcleos e as palavras adjacentes, se são complementos ou não. Além disso, ao admitirem a possibilidade de reestruturação de frases, as autoras consideram ainda a noção de ramificação ou não desses complementos. Dessa forma, todas essas informações parecem pertinentes para o mapeamento prosódico.

- c) A sintaxe realmente alimenta a fonologia ou teríamos de pensar em uma relação bidirecional entre esses dois componentes?

A proposta de bidirecionalidade se mostra mais interessante, visto que esta seção mostrou o quanto a teoria unidirecional não resolve as questões sobre a relação entre a fonologia e a sintaxe. Assim como Zec e Inkelas (1990), acreditamos na noção de troca de informações tanto da sintaxe para a fonologia quanto da fonologia para a sintaxe, sendo a interface mediada pela Fonologia Prosódica em ambos os casos. Já que encontramos casos, como o do servo-croata, de fenômeno gramatical influenciado simultaneamente por aspectos sintáticos e prosódicos (Zec e Inkelas, 1990), temos de descartar *The Principle of Phonology-Free Syntax* e considerar uma relação bidirecional entre esses dois componentes.

Após esta retomada das teorias que consideraram a interface entre os componentes fonológico e sintático, focalizaremos, na próxima seção, a discussão sobre como essa interface é abordada pela Teoria da Otimidade.

2 A ABORDAGEM DA FONOLOGIA FRASAL NA TEORIA DA OTIMIDADE

Apesar de a estrutura da hierarquia prosódica ter sido considerada inicialmente como invariável e universal, determinadas análises propunham inovações a determinados aspectos dessa estrutura. A diretriz da hierarquia prosódica, segundo Ito e Mester (2008), era de que níveis prosódicos não podem ser repetidos e não podem ser ignorados ou saltados. Levantamentos empíricos bem como avanços na teoria mostraram que essa diretriz nem sempre se mantém, mas que se constitui mais adequadamente em um ideal prosódico. Esse novo entendimento do funcionamento da hierarquia prosódica pôde ser desenvolvido, no âmbito da Teoria da Otimidade (TO), a partir da noção de violabilidade de restrições.

Nesta seção, traremos as principais ideias da Teoria da Otimidade, uma das teorias mais recentes da área da Fonologia, e mostraremos, em seguida, como o funcionamento da hierarquia prosódica foi reinterpretado à luz das restrições, considerando as questões relacionadas à interface sintaxe-fonologia: (i) restrições que produzem alinhamentos/desalinhamentos entre constituintes morfológicos e prosódicos, e entre constituintes prosódicos apenas (seção 2.2); e (ii) restrições que relacionam os princípios da hierarquia prosódica (seção 2.3).

2.1 A Teoria da Otimidade

A Teoria da Otimidade, também conhecida como Teoria da Otimalidade, ou simplesmente TO, surge como um novo modelo gerativo proposto a suprir

também alguns problemas encontrados em uma análise baseada em regras, ou seja, em um momento em que as regras se mostram com pouca força explanatória.

Segundo McCarthy (2002), Chomsky e Halle, na obra *The Sound Pattern of English*, já reconhecem uma fragilidade da teoria após descreverem a fonologia do inglês e explicarem, a partir de regras, os processos que ocorrem nessa língua. Segundo os autores:

The entire discussion of phonology in this book suffers from a fundamental theoretical inadequacy... The problem is that our approach to features, to rules, and to evaluation has been overly formal. Suppose, for example, that we were systematically to interchange features or to replace $[\alpha F]$ by $[-\alpha F]$ (where $\alpha = +$, and F is a feature) throughout our description of English structure. There is nothing in our account of linguistic theory to indicate that the result would be the description of a system that violates certain principles governing human languages. To the extent that this is true, we have failed to formulate the principles of linguistic theory, of universal grammar, in a satisfactory manner. In particular, we have not made any use of the fact that the features have intrinsic content. (Apud McCARTHY, 2002, p. 49).

Dessa forma, podemos dizer que a Teoria Gerativa Clássica nada tem a dizer sobre sistemas gerados a partir de alterações nos valores dos traços das regras encontradas em determinada língua. Essas alterações podem criar sistemas tão naturais quanto os obtidos na análise, mas impossíveis nas línguas do mundo. Além disso, os autores reconhecem que a teoria não consegue formular os princípios da Gramática Universal satisfatoriamente, ou seja, ela se detém apenas nas regras particulares de cada língua e peca em encontrar universais linguísticos.

No modelo da TO, então, a gramática de uma língua é constituída de restrições universais e violáveis (princípio da violabilidade), as quais são ranqueadas de forma diferente de língua para língua. O que é particular, nesse caso, deixa de ser os parâmetros e passa a ser a hierarquia de restrições (princípio do paralelismo) que vai avaliar o candidato ótimo (atestado), ou seja, aquele que viola minimamente as restrições mais acima na hierarquia.

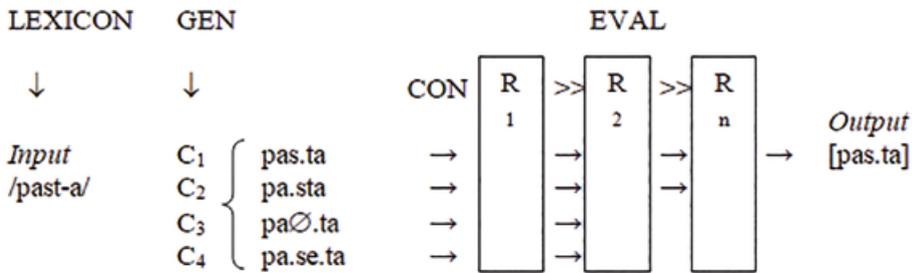
É importante mencionar que, já com o aparecimento das representações não-lineares, ou seja, da Fonologia Autossegmental, restrições podem ser vislumbradas. Goldsmith (1976), por exemplo, traz a *Condição de Boa-Formação* que diz que “[...] todas as vogais são associadas a pelo menos um tom; todos os tons são associados a pelo menos uma vogal; linhas de associação não se cruzam”.

Na Teoria da Otimidade, como já foi mencionado, há restrições violáveis de caráter universal, ou seja, que podem dar conta dos fenômenos de todas as línguas do mundo; o que diferencia a gramática de cada uma dessas línguas é o

ordenamento hierárquico entre essas restrições. Algumas delas são mais importantes do que outras e, em determinada língua, se encontram no topo da hierarquia. Essas mesmas restrições, em outra língua, podem não ser tão relevantes e estar bem abaixo na hierarquia. Dessa forma, cada língua tem seu ranqueamento particular, mas as restrições em si são universais, encontradas nas gramáticas de todas as línguas do mundo.

A gramática otimalista funciona da seguinte maneira: a partir de determinado *input*, o mecanismo GEN (*generator*) gera possíveis candidatos a *outputs*; esses candidatos são avaliados por EVAL (*evaluator*) a partir de um conjunto universal de restrições (CON – *constraints*); essas restrições são hierarquizadas de diferentes formas, dependendo da língua; vence (ou é considerado “ótimo”) o candidato mais “harmônico” que violar menos que os seus concorrentes as restrições mais altas na hierarquia. Schwindt (2005, p. 262) apresenta um desenho da gramática em TO, adaptado de Kager (1999), que repetimos a seguir.

(10)⁴



Legenda: C_x= candidato; R_x=restrição.

Percebemos, a partir desse modelo de gramática, que as restrições mais altas na hierarquia vão eliminando os candidatos até restar apenas o candidato ótimo, que passa a ser o *output*. Pelo esquema, a restrição R₁ não diferencia um candidato do outro, ou por ela não ser violada, ou por ser violada por todos os candidatos; dessa forma, os quatro permanecem na disputa. A restrição R₂ já elimina dois candidatos, o terceiro e o quarto. Até que outra restrição escolha o candidato ótimo entre os dois restantes.

No modelo da TO, um *tableau* é utilizado para representar a análise. Nele encontramos o *input*, os candidatos gerados a partir desse *input*, a hierarquia de restrições e as respectivas violações a essas restrições, indicadas por um asterisco. Esse tipo de *tableau* é chamado de *tableau* de violações (McCARTHY, 2008). Um exemplo de *tableau* de violações é apresentado em (11).

⁴ LEXICON seria o inventário lexical ou simplesmente o léxico da língua.

(11) $R_1, R_2 \gg R_3 \gg R_4$

<i>/input/</i>	R_1	R_2	R_3	R_4
↷ candidato a		*		*
candidato b	*		*	*

Conforme o tableau, o candidato *b* viola as restrições R_1 , R_3 e R_4 , já o candidato *a* viola as restrições R_2 e R_4 . Nesse caso, temos a hierarquia $R_1, R_2 \gg R_3 \gg R_4$, ou seja, as restrições R_1 e R_2 estão no mesmo nível e dominam a restrição R_3 , que, por sua vez, domina a restrição R_4 . No *tableau*, a coluna pontilhada indica que não há dominância entre as duas primeiras restrições, e as linhas plenas indicam que há uma hierarquia de dominância entre as duas primeiras e R_3 , e entre R_3 e R_4 .

O candidato ótimo, indicado pelo diacrítico ↷, é aquele que viola minimamente as restrições mais altas da hierarquia. No caso apresentado, os dois candidatos permanecem empatados em um primeiro momento, já que cada um viola uma restrição do primeiro nível. O candidato *b* é eliminado da disputa já que viola a restrição R_3 , ainda ativa. As linhas da restrição R_4 estão sombreadas, pois essa restrição não tem papel, ou seja, já não seleciona ou exclui candidato. Nessa etapa, as violações à restrição R_4 não são mais relevantes para a escolha do candidato ótimo.

O *tableau* de violações é empregado principalmente quando queremos mostrar qual, dentre dois ou mais candidatos, é o que se sagra ótimo. Muitas vezes, já sabemos qual é o candidato ótimo e queremos saber, de um conjunto de restrições, qual é o *ranking* que seleciona tal candidato dentre os demais. Essa situação ocorre, por exemplo, quando uma determinada configuração marcada recebe diferentes soluções em línguas diferentes, ou mesmo em diferentes dialetos de uma mesma língua. Nesse caso, estamos procurando o *ranking* e não o candidato ótimo. Para essa situação, o *tableau* mais adequado, segundo McCarthy (2008), é o comparativo. Abaixo, apresentamos o mesmo conteúdo do *tableau* (11) em formato comparativo. Os símbolos “W” e “L”, colocados na linha do candidato *b*, mostram se a restrição correspondente (na coluna) seleciona o candidato ganhador/*winner* (candidato *a*) ou o perdedor/*loser* (candidato *b*). Na célula correspondente à restrição R_4 , não há nenhum símbolo, pois os dois candidatos estão empatados nessa restrição.

(12)

<i>/input/</i>	R ₁	R ₂	R ₃	R ₄
☞ candidato a		*		*
candidato b	*W	L	*W	*

O conjunto universal de restrições (CON) é constituído de restrições de dois tipos: restrições de marcação e restrições de fidelidade. As restrições de fidelidade buscam a permanência no *output* de certas propriedades do *input*. Essas restrições se fazem necessárias já que GEN pode ser bastante criativo ao gerar os candidatos a *outputs*. Elas militam contra, por exemplo, o apagamento, a inserção, a mudança de propriedades etc. de segmentos ou constituintes maiores presentes no *input*. Exemplos desse tipo de restrição são MAX e DEP, consideradas também famílias de restrições. A primeira delas milita contra o apagamento de segmentos do *input* (ou da base em uma perspectiva morfológica), e a segunda contra a inserção, como vemos em (13).

(13) MAX: Every segment of S₁ has a correspondent in S₂.

DEP: Every segment of S₂ has a correspondent in S₁.

(Adaptado de McCARTHY; PRINCE, 2004, p. 82).

Já as restrições de marcação dizem respeito à estrutura linguística e podem ser comparadas aos parâmetros do modelo gerativista clássico. Porém, assim como afirma McCarthy (2002), não podemos considerar as restrições da TO um sistema elaborado dos parâmetros. O autor argumenta que:

Constraint violability is a very different thing from parametrization. A parameter describes a requirement that is either reliably enforced or completely ignored: syllables must have onsets (yes/no); heads must precede/follow their complements. A constraint, no matter where it is ranked, always asserts its preference: ONSET is violated by any syllable that lacks an onset in any language, *tout court*. Whether it *visibly* asserts that preference depends on details of the language-particular ranking and the candidates under evaluation. (McCARTHY, 2002, p. 11-12).

A diferença entre parâmetros e restrições reside, principalmente, no fato de cada modelo considerar um tipo de gramática particular. Em relação às restrições referentes à estrutura silábica, por exemplo, como ONSET⁵ e NO-CODA⁶, vemos uma certa semelhança com os parâmetros “o ataque é obrigatório” (ONSET) e “a coda é opcional” (NO-CODA) (BLEVINS, 1995). A única diferença é que essas

⁵ Sílabas contêm *onsets* (ou ataques).

⁶ Sílabas não contêm codas.

restrições são violáveis, o que gera, por exemplo, *outputs* com segmentos em coda, mesmo em casos em que a restrição NO-CODA é ativa na gramática da língua.

Alguns autores propuseram ainda outros tipos de restrições, como, por exemplo, as de alinhamento, além de desdobramentos de restrições já consideradas; é o caso das restrições de fidelidade posicional. Detalharemos o primeiro tipo na próxima seção. Por enquanto, cabe salientar que as restrições de alinhamento pertencem a uma família de restrições denominada Alinhamento Generalizado (McCARTHY; PRINCE, 1993), e funcionam como um molde. Elas requerem que a borda direita ou esquerda de determinado constituinte coincida com a borda direita ou esquerda de outro constituinte. No molde dessa restrição, delimitamos com que tipo de categorias estamos trabalhando, se é exigido o alinhamento de uma categoria sintática com uma prosódica, ou de uma categoria prosódica com outra também prosódica.

Já as restrições de fidelidade posicional são tipos de restrições de fidelidade que consideram a relação de proeminência entre os elementos de certos contextos. Conforme McCarthy (2008), esses contextos podem ser fonológicos, como em início de palavra ou na posição de *onset*, ou morfológicos, como no morfema lexical ou no radical. O autor apresenta dados de uma língua do grupo Benuê-Congo para exemplificar um caso de fidelidade posicional. Nessa língua, o hiato entre palavras também é evitado com o apagamento de uma das vogais, V_1 ou V_2 . A escolha de qual vogal apagar depende de as palavras serem lexicais ou funcionais. Há uma preferência a preservar a vogal que pertence a um morfema lexical e a que está em início de morfema. Para garantir essa preferência, o autor apresenta duas restrições: $MAX_{initial}$ e $MAX_{lexical}$. Como vimos, a restrição de fidelidade MAX pede para que não se apaguem elementos do *input* no *output*. Nesse caso, temos uma restrição que pede para que elementos em início de morfema não sejam apagados, da mesma forma que não devem ser apagados elementos pertencentes a um morfema lexical. Ambas as restrições são exemplos de restrições de fidelidade posicional, já que requerem a fidelidade em domínios fonológicos e morfológicos específicos.

É importante dizer que a TO não fornece um conjunto pré-determinado de restrições, pelo menos não no que se refere às restrições de marcação. No entanto, o conjunto inicial de restrições proposto em Prince e Smolensky (1993/2004) é um ponto de partida, ao qual muitas novas restrições foram sendo acrescentadas, abordando as mais diversas áreas da fonologia. McCarthy (2008) faz uma lista das restrições principais.

Partindo para a área da Fonologia Frasal, pode-se dizer que as restrições que se referem a aspectos relacionados à interface entre sintaxe e fonologia são as de alinhamento, as quais requerem a coincidência de bordas entre constituintes prosódicos e entre constituintes sintáticos e constituintes prosódicos, e as restrições que requerem a obediência de certas relações de dominância entre os constituintes da hierarquia prosódica. Vejamos cada uma delas nas próximas seções.

2.2 O alinhamento entre unidades morfológicas e prosódicas (e possibilidades de desalinhamento)

O primeiro tipo de restrições relacionadas à interface sintaxe-fonologia são as restrições de alinhamento. Essa família de restrições apresenta um esquema geral que pode ser usado como molde para novas restrições, dependendo do mapeamento de cada língua. Esse molde, conhecido como Alinhamento Generalizado (ou GA, de *Generalized Alignment*), foi primeiramente proposto por McCarthy e Prince (1993), e adaptado por Selkirk (1995, p. 468) da seguinte maneira.

(14) Generalized Alignment

Align (α Cat, E; β Cat, E)

- a) *Align* (GCat, E; PCat, E)
- b) *Align* (PCat, E; GCat, E)
- c) *Align* (PCat, E; PCat, E)

(GCat ranges over morphological and syntactic categories; PCat ranges over the prosodic categories; E = Right or Left)

Nota-se, a partir desse esquema, que podemos preencher as variáveis α e β com categorias morfológicas, sintáticas ou prosódicas. Essas restrições de alinhamento requerem que as bordas dos constituintes sintáticos ou morfológicos coincidam com as bordas dos constituintes prosódicos; além disso, podemos ter a coincidência de bordas entre constituintes prosódicos apenas, como vemos em (14c).⁷

Com base no esquema do Alinhamento Generalizado, então, Selkirk (1995, p. 468-469) propõe que haja restrições de alinhamento da palavra (do ponto de vista morfológico), Lex, e restrições de alinhamento da palavra prosódica, PWD.

(15) The Word Alignment Constraints (WdCon⁸)

⁷ No esquema, não está prevista a coincidência de bordas de unidades morfológicas.

⁸ *Word Condition*.

(i) Align (Lex, L; PWd, L) (= WdConL)

(ii) Align (Lex, R; PWd, R) (= WdConR)

The Prosodic Word Alignment Constraints (PWdCon)

(i) Align (PWd, L; Lex, L) (=PWdConL)

(ii) Align (PWd, R; Lex, R) (=PWdConR)

Um aspecto importante das restrições *Word Condition* é que elas apenas se referem às palavras lexicais, categorias relevantes ao mapeamento prosódico, deixando de lado as categorias funcionais. Segundo Kager e Zonneveld (1999), uma restrição desse tipo é violada quando temos uma palavra prosódica formada por uma palavra funcional (ou um clítico) e uma palavra lexical.

(16) nível prosódico [uma esquina]ω
 nível sintático [uma]_{Fw} [esquina]_{Lw}

A estrutura prosódica apresentada em (16) é considerada palavra prosódica por alguns autores e grupo clítico por outros. Independentemente da estrutura fonológica considerada, o que vemos aqui é o não-alinhamento entre a borda esquerda de uma palavra lexical e uma palavra prosódica, já que a borda esquerda da palavra lexical está antes de “esquina” e a borda esquerda da palavra prosódica está antes do artigo “uma”. Nesse caso, como não temos a coincidência de bordas requerida à esquerda pela restrição de alinhamento, ela é violada.

Por outro lado, Kager e Zonneveld (1999) afirmam que uma restrição do tipo *Prosodic Word Condition* é violada quando uma palavra funcional recebe o status de palavra prosódica. Retomando o exemplo anterior, teríamos:

(17) nível prosódico [uma]ω [esquina]ω
 nível sintático [uma]_{Fw} [esquina]_{Lw}

Nesse caso, a restrição é violada duas vezes, pois não temos as bordas direita e esquerda da palavra prosódica “uma” alinhadas às bordas de uma palavra lexical, já que “uma” é funcional.

Outro exemplo de preenchimento do molde do Alinhamento Generalizado é proposto por Truckenbrodt (2007). Esse autor inseriu o constituinte sintático XP no molde, reconhecendo que uma frase fonológica é alinhada à direita ou à esquerda com o XP. Por exemplo, no caso do dialeto chinês analisado em Truckenbrodt (2007), o alinhamento é à direita; portanto, nesse caso, a restrição importante é Align-XP,R.

(18) ALIGN-XP,R = ALIGN(XP, R; p-phrase, R)

“The right edge of each syntactic XP is aligned with the right edge of a pphrase”

(TRUCKENBRODT, 2007, p. 438)

É importante lembrar que, ainda antes da TO, Selkirk (1986) propôs o alinhamento à direita ou à esquerda entre uma unidade fonológica e um constituinte sintático. Um exemplo apresentado foi sua proposta de mapeamento da frase fonológica. Nesse caso, a borda direita da frase fonológica deve coincidir com a fronteira final de um XP. Para essa teoria, conhecida como *end-based*, também não é preciso o alinhamento dos dois lados, assim como vemos no Alinhamento Generalizado; o importante é o alinhamento de uma das bordas. McCarthy e Prince (2004) referem essa relação do Alinhamento Generalizado com a *edge-based theory* de Selkirk.

Porém, segundo Truckenbrodt (2007), as restrições de alinhamento não são suficientes para resolver os problemas relativos à interação entre sintaxe e fonologia. Ele afirma que nada impede, nesse caso, que os XPs sejam divididos em múltiplas frases fonológicas. Para dar conta desse problema, o autor propõe a seguinte restrição:

(19) WRAP-XP “For each XP there must be a p-phrase that contains the XP”

(TRUCKENBRODT, 2007, p. 439).

Dessa forma, analisando dados do dialeto Tohono O’odham, Truckenbrodt (2007) verifica que o efeito desta última restrição é decisivo para garantir a integridade de XP. Vejamos um de seus exemplos a seguir.

(20) [wákial]NP1 ‘at [g [wísilo]NP2 cépos]VP
 cowboy AUX DET calf branded

Candidatos:

- a) (wákial)P (‘at g wísilo cépos)P
- b) (wákial)P (‘at g wísilo)P (cépos)P

(Adaptado de TRUCKENBRODT, 2007, p. 440).

Pensando apenas na restrição ALIGN-XP,R, percebemos que o candidato *a* viola essa restrição, já que temos um NP (nesse caso o 2) que não está alinhado à direita com uma frase fonológica. Porém, este é o candidato atestado na língua. A saída, então, é considerar que essa restrição é dominada por WRAP-XP, a qual garante que o VP como um todo não seja dividido em duas frases fonológicas.

Esta última restrição resolve a questão, excluindo o candidato *b* da disputa. De qualquer forma, todas essas restrições relacionam fronteiras sintáticas e prosódicas ou apenas fronteiras prosódicas, ideia principal do modelo proposto com o Alinhamento Generalizado. As restrições de alinhamento são, segundo Kager e Zonneveld (1999), as restrições de interface propriamente dita, ao passo que as restrições de dominância prosódica, que veremos a seguir, apenas relativizam os princípios da hierarquia prosódica, ou seja, indicam a boa-formação prosódica. De acordo com os autores, as interações-chave na fonologia prosódica se dão entre restrições de dominância prosódica e restrições de interface.

2.3 A relativização dos princípios da hierarquia prosódica

Outro tipo de restrições que trata sobre aspectos de interface entre sintaxe e fonologia são as restrições relativas à dominância prosódica. Essas restrições estão relacionadas ao princípio da hierarquia prosódica denominado *Strict Layering Hypothesis*, o qual requer dominância estrita entre os constituintes da hierarquia prosódica. Gussenhoven (2004, p. 162) apresenta esse princípio da seguinte forma:

- (21) *Strict Layering Hypothesis*: A prosodic constituent of rank n is immediately dominated by a single constituent of rank $n+1$.

A partir desse princípio, Selkirk (1995, p. 466-467) propõe um desmembramento em quatro restrições.

- (22) *Constraints on Prosodic Domination*
(where C^n = some prosodic category)
- (i) *Layeredness* No C^i dominates a C^j , $j > i$,
e.g., “No σ dominates a Ft.”
 - (ii) *Headedness* Any C^i must dominate a C^{i-1} (except if $C^i = \sigma$),
e.g., “A PWd must dominate a Ft.”
 - (iii) *Exhaustivity* No C^i immediately dominates a C^j , $j < i-1$,
e.g., “No PWd immediately dominates a σ .”
 - (iv) *Nonrecursivity* No C^i dominates a C^j , $i = j$,
e.g., “No Ft dominates a Ft.”

Como vemos, a variável *C* pode ser qualquer categoria prosódica, produzindo, conforme Kager e Zonneveld (1999), famílias de restrições. A restrição *Layeredness* milita contra a possibilidade de uma categoria menor dominar uma categoria maior. Essa restrição se assemelha à propriedade de Contenção

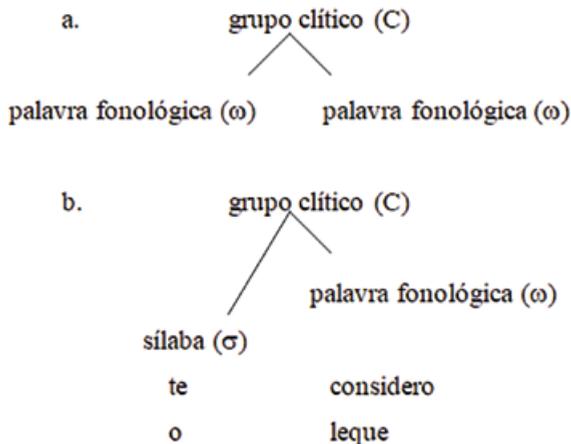
de Ito e Mester (2009, p. 138), que estabelece que “[...] elementos ranqueados mais abaixo não dominam imediatamente elementos ranqueados mais acima”⁹. A correta relação de dominância é requerida pela restrição *Headedness*, a qual diz que qualquer categoria deve dominar uma categoria menor, relação também requerida pela propriedade de mesmo nome considerada em Ito e Mester (2009).

A restrição de Exaustividade (*Exhaustivity*) milita contra o salto de níveis, pois uma categoria não deve dominar imediatamente outra que está dois níveis abaixo. Por fim, a restrição de Não-recursividade (*Nonrecursivity*) diz que não podemos ter um elemento de uma categoria dominando outro elemento da mesma categoria. Estas duas últimas restrições estão também relacionadas à propriedade de Encabeçamento (*Headedness*) de Ito e Mester (2009, p. 138), pois essa propriedade estabelece que “[...] cada categoria prosódica (não-terminal) domina um cabeça, uma categoria prosódica do nível imediatamente inferior na hierarquia prosódica”, ou seja, ela não pode dominar uma categoria de níveis mais baixos nem uma categoria de mesmo nível.

Segundo Selkirk (1995), as duas primeiras restrições, *Layeredness* e *Headedness*, são não-dominadas universalmente, ou seja, nunca são violadas em nenhuma língua. Portanto, não são propriamente restrições. As duas últimas, Exaustividade e Não-recursividade, por sua vez, podem ser violadas em determinada língua, já que podem ser dominadas por outras restrições mais importantes para a língua em questão.

No esquema apresentado em (23), por exemplo, temos uma violação à Exaustividade.

(23)



⁹ Detalhamos as “Propriedades básicas das árvores prosódicas (bem formadas)” de Ito e Mester (2009) em Gayer (2015).

A violação à restrição de Exaustividade se dá porque, em (23b), encontramos um grupo clítico dominando diretamente uma sílaba, relação essa inadequada segundo a restrição, já que temos um nível intermediário entre esses constituintes: o nível da palavra fonológica (ou prosódica).

A vantagem em ter um princípio substituído por restrições é justamente a possibilidade de essa restrição poder ser violada em determinada língua, enquanto um princípio não. A evidência de que Exaustividade, por exemplo, é uma restrição violável vem do fato de ela não ser respeitada na língua Garawa. Segundo McCarthy (2008), nessa língua, há sílabas dominadas diretamente por palavras prosódicas, já que a sílaba restante não pode fazer parte de um novo pé binário, como em $[(\text{'punja})_{\text{foot}} \text{la}]_{\text{word}}$.

Outro exemplo é a violação à Não-recursividade que ocorre em inglês. Segundo o autor, quando temos uma palavra com um sufixo que não afeta a atribuição de acento, como em $[[\text{kind}]_{\text{word}} \text{ness}]_{\text{word}}$ ou $[[\text{draw}]_{\text{word}} \text{ing}]_{\text{word}}$, encontramos uma palavra prosódica dominando outra palavra prosódica. Dessa forma, por encontrarmos línguas que não respeitam essas restrições de dominância, Selkirk (1995) considera válido tratar esses aspectos através de restrições violáveis e não mais através de princípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, seguindo as ideias de Kager e Zonneveld (1999), mostramos o surgimento e o desenvolvimento das teorias que se dedicaram ao estudo das unidades fonológicas maiores do que a palavra, ou seja, teorias de interface entre sintaxe e fonologia, todas de cunho gerativista. Em um primeiro momento, vimos os conceitos referentes ao estudo da fonologia da frase na Fonologia Prosódica e na Fonologia Lexical. Além disso, consideramos as ideias da Fonologia Autossegmental, que propõe uma nova forma de representação das unidades fonológicas.

Ao discutir as ideias dessas teorias, tentamos responder a três questões levantadas por Kager e Zonneveld (1999). São elas:

- a) Há uma referência direta ou indireta da fonologia em relação à sintaxe? Ou seja, a informação sintática é acessada diretamente ou indiretamente após o mapeamento?

Neste trabalho, achamos interessante a ideia de referência indireta da fonologia em relação à sintaxe, assim como propõem Nespor e Vogel (1986). Segundo essas

autoras, são as regras de mapeamento do componente da Fonologia Prosódica que fazem a intermediação entre o componente fonológico e os outros componentes da gramática. Dessa forma, as regras do nível fonológico não teriam mais acesso à informação morfossintática, mas sim à informação prosódica resultante das regras de mapeamento.

b) Toda a informação sintática é relevante para a fonologia?

Nesse caso, consideramos interessante o mapeamento que leva em conta um pouco de cada teoria. Nespor e Vogel (1986), por exemplo, ao apresentarem o mapeamento do constituinte *frase fonológica*, levam em consideração as fronteiras das projeções máximas sintáticas ou XPs. Nesses XPs, elas focalizam as palavras lexicais núcleos e as palavras adjacentes, se são complementos ou não. Além disso, ao admitirem a possibilidade de reestruturação de frases, as autoras consideram ainda a noção de ramificação ou não desses complementos. Discutimos que todas essas informações parecem pertinentes para o mapeamento prosódico.

c) A sintaxe realmente alimenta a fonologia ou teríamos de pensar em uma relação bidirecional entre esses dois componentes?

A proposta de bidirecionalidade se mostra mais interessante, pois a teoria unidirecional parece não resolver as questões sobre a relação entre a fonologia e a sintaxe. Assim como Zec e Inkelas (1990), acreditamos na noção de troca de informações, tanto da sintaxe para a fonologia quanto da fonologia para a sintaxe, sendo a interface mediada pela Fonologia Prosódica em ambos os casos.

Após discutirmos as questões relacionadas à direcionalidade, à relevância e ao tipo de referência de acordo com essas primeiras teorias fonológicas pós-gerativas, apresentamos os principais conceitos da Teoria da Otimidade. Para essa teoria, os princípios, que antes eram considerados invioláveis, passam a restrições violáveis. Nessa etapa, as análises fonológicas se voltam às restrições e abandonam os modelos derivacionais. Em um segundo momento, apresentamos a proposta da Teoria da Otimidade para a análise dos aspectos da Fonologia Frasal, a qual é representada através de restrições de alinhamento e de dominância prosódica. As restrições de alinhamento (McCARTHY; PRINCE, 1993) requerem a coincidência de bordas entre constituintes prosódicos e entre constituintes sintáticos e prosódicos. Já as restrições de dominância prosódica estão relacionadas ao princípio de boa formação prosódica, conhecido como *Strict Layering Hypothesis* (SELKIRK, 1995). Essas restrições

requerem a obediência de certas relações de dominância entre os constituintes da hierarquia prosódica. A análise de Serlkirk trabalha com a ideia de que a *Strict Layering Hypothesis* acaba não sendo tão estrita assim, ou seja, é possível que determinadas relações de dominância não sejam obedecidas de modo rígido nas representações, dependendo da posição que as restrições da hierarquia prosódica ocupam no *ranking*. Nesse sentido, percebemos que os aspectos da área podem ser analisados adequadamente de uma maneira paralela, e conhecemos a vantagem em se considerarem restrições violáveis na análise, em vez dos princípios propostos no modelo gerativo clássico, já que esses princípios não são respeitados em todas as línguas do mundo.

REFERÊNCIAS

BIERWISCH, M. Regeln für die Intonation deutscher Sätze. *Studia Grammatica*, 1966.

BISOL, L. Fonologia Lexical. In: _____. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010a. p. 82-98.

_____. Os constituintes prosódicos. In: _____. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010b. p. 259-271.

BLEVINS, J. The syllable in phonological theory. In: *The Handbook of Phonological Theory*. Basil Blackwell, 1995.

CHOMSKY, N.; HALLE, M.; LUKOFF, F. On accent and juncture in English. In:

GAYER, J. E. L. Uma breve história dos constituintes prosódicos. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 149-172, 2015.

GOLDSMITH, J. *Autosegmental Phonology*. 1976. Tese (Doutorado, PhD) – Cambridge, Mass., MIT Press, 1976.

GUSSENHOVEN, C. *The Phonology of Tone and Intonation*. United Kingdom, Cambridge University Press, 2004.

HALLE, M. et al. (Ed.) *For Roman Jakobson*. The Hague: Mouton, 1956. p. 65-80.

HAYES, B. Precompiled phrasal phonology. In: INKELAS, S.; ZEC, D. (Ed.) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago: University of Chicago Press, 1990. p. 85-108.

ITO, J.; MESTER, A. Rhythmic and interface categories in prosody. In: JAPANESE/KOREAN LINGUISTICS CONFERENCE, 18., November 13-15. The City University of New York, 2008.

_____. The extended prosodic word. In: KABAK, Baris; GRIJZENHOUT, Janet (Ed.). *Phonological Domains. Universals and Deviations*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2009. p. 135-194.

KAGER, R.; ZONNEVELD, W. Phrasal phonology: an introduction. In: KAGER, R.; ZONNEVELD, W. (Ed.). *Phrasal Phonology*. Nijmegen: Nijmegen University Press, 1999. p. 1-34.

KAISSE, E. *Connected Speech: The Interaction of Syntax and Phonology*. Orlando: Academic Press, 1985.

_____. Toward a Typology of Postlexical Rules. In: INKELAS, S.; ZEC, D. (Ed.). *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago: University of Chicago Press, 1990. p. 127-144.

LIBERMAN, M.; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, 8, p. 249-336, 1977.

MCCARTHY, J. J. *A Thematic Guide to Optimality Theory*. New York: Cambridge University Press, 2002.

_____. *Doing Optimality Theory: Applying Theory to Data*. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2008.

_____.; PRINCE, A. Generalized Alignment. In: BOOIJ, G.; VAN MARLE, J. (Ed.). *Yearbook of morphology*. Dordrecht: Kluwer, 1993. p. 79-153.

_____. Generalized Alignment: Introduction and Theory. In: MCCARTHY, J. J. (Ed.). *Optimality Theory in Phonology: A Reader*. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2004. p. 72-76.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

_____. *Prosodic Phonology: with a new foreword*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.

NETO, J. B. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3.

ODDEN, D. Syntax, lexical rules, and postlexical rules in Kimatuumbi. 1990. p. 259-278.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar*. Malden, MA; Oxford: Blackwell, 1993/2004.

SCHWINDT, L. C. Teoria da Otimidade e Fonologia. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 257-279.

SELKIRK, E. French liaison and the X' notation. *Linguistic Inquiry*, 5, p. 573-590, 1974.

_____. On derived domains in sentence phonology. *Phonology Yearbook*, 3, p. 371-405,

1986.

_____. The prosodic structure of function words. In: BECKMAN, L. J.; DICK-EY, Walsh; URBANCZYK, S. (Ed.). *Papers in Optimality Theory*. Amherst, MA: GLSA Publications, 1995. p. 439-470.

TRUCKENBRODT, H. The syntax-phonology interface. In: DE LACY, Paul. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Phonology*. New York: Cambridge University Press, 2007.

ZEC, D.; INKELAS, S. *Prosodically constrained syntax*. 1990. p. 365-405.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERFACE SINTAXE-FONOLOGIA A EVIDÊNCIA PROSÓDICA

Lílian Teixeira de Sousa

INTRODUÇÃO

O estudo da interface sintaxe e fonologia está presente na teoria gerativista desde os primeiros estudos de Chomsky, Halle & Lukoff (1956) e Chomsky & Halle (1968) sobre como a distribuição de acentos no inglês está relacionada também a aspectos morfológicos e sintáticos. Desde então, surgiram muitos trabalhos que trataram de fenômenos que exibem interação entre os componentes fonológico e sintático. A precedência linear, que restringe a ordem dos constituintes, por exemplo, tem sido explorada como fonte de evidência da estrutura sintática de expressões complexas por diversos autores (KAYNE, 1994; WILLIAMS, 2003; FOX & PESETSKY, 2005).

Nem todos os aspectos da interface, no entanto, recebem a mesma atenção; a prosódia¹, por exemplo, é muitas vezes considerada pouco confiável como evidência da estrutura sintática. A desconfiança em relação à prosódica como diagnóstico parte, algumas vezes, da dificuldade em se estabelecer a estrutura

¹ A prosódia pode ser definida, segundo Ladd (1996), como se referindo ao uso de características fonéticas suprasegmentais, tais como entoação, ritmo e modulações de volume para expressar significados pragmáticos no nível da sentença, de forma linguisticamente estruturada.

prosódica de um enunciado e, em outras, pela dificuldade de se delimitar a relação sintaxe-prosódia-estrutura informacional, especialmente quando as noções de foco e pressuposição entram em jogo. Em contrapartida, observa-se um crescente de estudos experimentais que buscam testar teorias sintáticas através da análise prosódica.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é discutir a evidência prosódica como diagnóstico da estrutura sintática, apresentando seus avanços e limites. Para tanto, discutirei as três dimensões principais da prosódia – fraseamento, proeminência e contorno melódico – para posteriormente apresentar estudos que abordam o tema, dando especial atenção àqueles voltados para o português brasileiro.

1. AS TRÊS DIMENSÕES

A entoação, segundo a Fonologia Entoacional, tem uma organização fonológica própria, interpretada como sequências discretas de eventos tonais, realizados pela curva de f_0 , que se alinham com a proeminência principal, acentos de *pitch* e tons de fronteira (*edge tones*). Os acentos de *pitch* são, geralmente, descritos como elementos do contorno entoacional que precisam ser associados a sílabas tônicas, sendo, por isso, definidos como indicadores de proeminência silábica. Para Ladd (1996), no entanto, apesar de acentos de *pitch* indicarem proeminência, não constituem por si só proeminência silábica. Já os tons de fronteira marcam os limites entre os domínios de contornos melódicos.

No quadro da Fonologia Métrica, a decomposição dos contornos entoacionais se dá através de sequências de eventos tonais, que consistem em alvos altos (H) ou baixos (L), associados a elementos proeminentes (sílabas tônicas) ou fronteiras de sintagmas (Sistema ToBI). Esse tom ou acento de *pitch* é marcado com um asterisco se há coincidência entre tom e sílaba tônica, no caso de um tom alto, esse receberá, por exemplo, o rótulo H*. Já se o acento de *pitch* consiste de mais de um tom, usa-se o sinal '+', e aquele tom que estiver associado à sílaba lexicalmente acentuada é marcado com o asterisco (H*+L, H+L*, por exemplo). Tons de fronteira são assinalados através do símbolo de percentual '%' (L%). No ToBI, é ainda possível a ocorrência de *downstep*, abaixamento da *topline* (faixa superior correspondendo ao limite superior da curva melódica) do falante em relação a um tom alto anterior H; esse é marcado com um '!' antes do tom afetado.

Também na Fonologia Entoacional, eventos tonais são estruturados através de relações de constituição e proeminência na estrutura prosódica, que, segundo Nespor e Vogel (1982) e Selkirk (1984), é, em parte, definida pela sintaxe. Como já apontado por Gayer (2015), diversos autores consideram que os constituintes

prosódicos são gerados com base em informações sintáticas e as estruturas prosódicas que resultam desse mapeamento podem ser iguais às sintáticas ou divergentes delas. Assim, embora os estudos prosódicos propriamente ditos envolvam outros elementos além dos que serão apresentados nesta seção, optei por tratar mais especificamente do fraseamento, proeminência e contorno melódico, por serem esses os itens mais observados nos estudos voltados para a sintaxe.

1.1 O fraseamento prosódico

Na Fonologia Prosódica (cf. SELKIRK, 1984, 1995; NESPOR; VOGEL, 1986), a estrutura prosódica que subjaz uma sentença é organizada hierarquicamente: os segmentos fonológicos são agrupados em sílabas (σ), sílabas em pés (Σ), pés em palavras prosódicas (ω), palavras prosódicas em sintagmas fonológicos (P), sintagmas fonológicos em sintagma entoacional (I) e esses em enunciados (U)². Nem todos os níveis da hierarquia são considerados relevantes na relação sintaxe-fonologia, distinguindo-se processos que se vinculam a níveis menores que a palavra. Assim, o acento é frequentemente usado como base para a postulação de estruturas prosódicas dentro da palavra prosódica, enquanto constituintes prosódicos acima da palavra são deduzidos através de regras pós-lexicais. E as regras ou restrições na relação entre estrutura sintática e prosódica são inferidas a partir de mapeamento. Podemos distinguir, então, dois tipos de regras: (i) regras fonológicas; (ii) regras de mapeamento sintaxe-prosódica.

Considerando-se a hierarquia prosódica, parte-se do princípio que regras fonológicas são aplicadas internamente ou na fronteira de um domínio prosódico de certa categoria. As categorias prosódicas, por sua vez, podem ser identificadas a partir da aplicação ou não de certa regra. Considera-se, ainda, que categorias fonológicas mais baixas na hierarquia definem fronteiras fracas quando comparadas a categorias mais altas.

Dentre os níveis fonológicos descritos, o sintagma fonológico parece ser um dos mais importantes no estudo da interface sintaxe-fonologia, tendo sido o primeiro domínio prosódico proposto (SELKIRK, 1972; NESPOR; VOGEL, 1986) ao se tratar do fenômeno da *liaison* em francês. O fenômeno, que consiste na pronúncia de uma consoante geralmente não pronunciada em final de sílaba quando seguida de vogal, estaria, segundo Nespor e Vogel (1986), restrito a um domínio fonológico específico, denominado sintagma fonológico. A análise

² Para alguns autores (e.g. Nespor; Vogel, 1986), há ainda um nível, grupo clítico, entre a palavra fonológica e o sintagma fonológico. Para uma discussão mais detalhada sobre o tema, ver Gayer (2015).

parte da realização ou não do [t], considerando a existência de uma fronteira prosódica:

- (1) a. Lorenzo | est petit | en comparaison de Jean.
b. Lorenzo | es[t] un peti[t] enfant.

Nos dados acima, o [t] de *petit*, que não é pronunciado em (1a) mesmo seguido por vogal, é preservado em (1b). A razão, segundo as autoras, é que há relações sintáticas diferentes entre as palavras nos dois casos, o que pode ser observado também pela presença de uma fronteira prosódica entre a palavra *petit* e a vogal seguinte em (1a), mas não em (1b). Com isso, as autoras concluem que há regras fonológicas que se aplicam em um domínio prosódico, mas não em outro. É nesse sentido que o fraseamento da cadeia segmental em domínios prosódicos passa a ser o ponto fundamental dessa teoria.

Outro processo fonológico que parece se aplicar a um domínio prosódico específico é a retração de acento. Liberman e Prince (1977), ao analisar casos contrários ao princípio de alternância rítmica, observam que quando dois acentos lexicais contíguos ocorrem no nível do sintagma fonológico causam o que ficou conhecido como choque acentual. A retração de acento, isto é, a acentuação da sílaba anterior à esquerda da primeira acentuada da colisão, seria uma estratégia de resolução de choque. Nespor e Vogel (1989) também verificam, em italiano, que numa sequência de acentos primários em choque, como estratégia para se desfazer o choque, movimenta-se o acento da primeira palavra envolvida para a esquerda, caso essas palavras componham um mesmo sintagma fonológico. Assim, temos mais um exemplo de regra fonológica que se aplica em um domínio específico.

Outro ponto importante no que diz respeito ao fraseamento prosódico é que a aplicação de algumas regras em domínios prosódicos específicos parece se repetir em um número de línguas. Com relação à retração de acento, por exemplo, Frota (1995) e Abousalh (1997) afirmam que o português, tanto europeu quanto brasileiro, é sensível ao choque de acento no sintagma fonológico. Sândalo e Truckenbrodt (2002) também verificam que o sintagma fonológico é o domínio relevante para essa regra rítmica de resolução de choque de acentos no português brasileiro (PB). Os autores mostram que, da mesma forma que no inglês e no italiano, no PB há a retração de acento quando as palavras compõem um mesmo sintagma:

- (2) a. [CaFÉ]_p [QUEI_{ma}]_p
b. [CAfé QUEN_{te}]_p

Nos dados acima, quando a palavra *café* está sozinha no sintagma fonológico (2a), o acento lexical é mantido na última sílaba, já em (2b) o acento é movido para a primeira sílaba, evitando assim o choque com o acento da primeira sílaba de *quente*, que está no mesmo sintagma que a palavra *café*.

No que diz respeito ao fraseamento prosódico, é consenso que se trata de um importante diagnóstico de constituintes sintáticos. O que não quer dizer, no entanto, que haja uma simetria entre constituintes sintáticos e constituintes prosódicos. Selkirk (1981), por exemplo, afirma que constituintes prosódicos não são simplesmente cópias dos constituintes sintáticos e estabelece a Condição de mapeamento XP para P:

(3) Condição de mapeamento XP para P

Restrições de mapeamento relacionam XP's a sintagmas fonológicos, mas não relacionam XP's a outras entidades prosódicas.

Assim, nas línguas, sintagmas fonológicos são entidades prosódicas que são derivadas de XP's sintáticos. Muitos domínios prosódicos, como é normalmente mostrado, são derivados de XP's sintáticos e são classificados como sintagmas fonológicos (P). Pela condição de mapeamento XP para P, essas são entidades do mesmo tipo dos sintagmas fonológicos postulados por Nespor e Vogel (1986) para o italiano.

Um primeiro desafio para a Fonologia Prosódica foi a forma de mapeamento apresentado em *chimwi:ni*, uma língua Banto. Nessa língua, o primeiro complemento no lado recursivo de um núcleo precisa ser incluído no sintagma fonológico independente de sua extensão. Para Selkirk (1986), os domínios em *chimwi:ni* podem ser derivados de alinhamentos de margem direita de XP's com fronteiras prosódicas. E, a partir de dados desse tipo, propõe uma teoria universal de fraseamento, a Teoria *End-Based*, baseada no alinhamento de sintagmas fonológicos com XP's sintáticos. Nessa teoria, as relações sintaxe-fonologia se estabelecem no fim do constituinte sintático, ou seja, nas fronteiras de XP's. A hipótese passou por algumas modificações até chegar ao formato proposto por Selkirk (1995). Nessa nova proposta, no mapeamento sintaxe-prosódica, a sintaxe determina o local das fronteiras prosódicas, o que significa que cada núcleo de sintagma fonológico carrega um acento de *pitch*. A formação dos constituintes prosódicos também sofre modificações e passa a ser derivada não mais pelo respeito a regras de boa-formação, mas através de hierarquias de restrições violáveis, a depender de cada língua. Essas restrições são as seguintes:

(4) a. Exaustividade

“Todo constituinte do nível “I” está contido em um constituinte de nível “I + I”.

b. Não-recursividade

“Nenhum constituinte de nível “I” está contido em outro constituinte de nível “I”.

c. Alinhe-XP, D: Alinhe (XP, D; P, D)

“Para cada XP há um P, em que a fronteira direita de XP coincide com a fronteira direita de P”

d. Alinhe-XP, E: Alinhe (XP, E; P, E)

“Para cada XP há um P, em que a fronteira esquerda de XP coincide com a fronteira esquerda de P”

Ainda nessa reformulação, Selkirk (1995) argumenta que as restrições relacionadas a estruturas sintáticas e prosódicas se aplicam a elementos lexicais e suas projeções, mas não a elementos funcionais e suas projeções. É considerada a Teoria do DP de Abney (1987), segundo a qual, tanto pronomes quanto NP plenos são sintaticamente DP's, projeções de um núcleo funcional D(eterminante). No entanto, enquanto pronomes são núcleos sem complementos, na junção D + NP, o NP é o complemento. O trabalho de Chen (1987) demonstra que há tons fronteira depois de NP plenos, mas não depois de pronomes, o que confirma a aplicação de restrições apenas a elementos lexicais e não-funcionais.

Retornando à questão da (a)simetria entre constituintes sintáticos e prosódicos, é importante mencionar que o impasse se mantém. Frota (2000), por exemplo, afirma que no mapeamento prosódico apenas um conjunto limitado de propriedades sintáticas determina a estrutura prosódica e em conjunto com princípios prosódicos independentes e condições fonológicas adicionais. Assim, apenas alguns princípios prosódicos como a própria formação dos domínios e o peso dos constituintes atuam junto com alguns tipos de categorias sintáticas na determinação da estrutura prosódica. Já Selkirk (2009), em estudo mais recente, propõe uma teoria que equipara constituintes sintáticos e prosódicos, a *Match Theory*.

Nessa proposta, Selkirk (2009) considera que certos constituintes seriam delimitados por restrições: o sintagma entoacional pela restrição que requer a correspondência deste com uma sentença na estrutura sintática (*Match clause*); o sintagma fonológico pela restrição que pede correspondência deste com um sintagma na estrutura sintática (*Match Phrase*); e a palavra prosódica seria delimitada pela regra de correspondência desta com uma palavra na estrutura

(*Match Word*). Dessa forma, vê-se que para Selkirk (2009) os três domínios prosódicos descritos acima apresentariam correspondentes na sintaxe. Para Kiss (2015), a teoria de correspondência (*Match Theory*) de Selkirk abandona predições não-monotonais sistemáticas do alinhamento de fronteira e argumenta em favor de um mapeamento monotônico³, o que, segundo o autor, não explica a assimetria no fraseamento entre núcleos que tomam complementos à direita de núcleos que tomam complementos à esquerda.

De forma geral, no que diz respeito à (a)simetria entre sintaxe e fonologia, há quatro distinções teóricas: teorias relacionais (FROTA, 2000; NESPOR; VOGEL, 1986), teorias *end-based* (SELKIRK, 1986; TRUCKENBRODT, 1999), teoria arbórea (ZEC; INKELAS, 1990) e teoria cíclica (WAGNER, 2005). Em uma abordagem relacional, a fonologia tem acesso a uma variedade de relações sintáticas incluindo c-comando, dominância e a distinção núcleo/complemento. No que diz respeito à irmandade, por exemplo, definem-se dois tipos de variação paramétrica: (i) línguas que mapeiam núcleo e complemento em sintagmas fonológicos distintos (Chimwi:ni), e (ii) línguas que mapeiam núcleo e complemento no mesmo sintagma fonológico (francês). Já no mapeamento *end-based*, a fonologia tem acesso a apenas duas informações sintáticas, constituência X-barra e fronteira de constituintes, e o mapeamento sintaxe-fonologia alinharia a fronteira de um domínio fonológico a um constituinte sintático. Dessa vez, o tratamento dado a línguas que variam em termos de quantos constituintes fonológicos são mapeados de um constituinte sintático depende da posição do núcleo sintático, se inicial ou final, e do parâmetro de fronteamento (à direita ou à esquerda).

Na terceira abordagem, nomeada arbórea, apresentada por Zec e Inkelas (1990), a delimitação do domínio prosódico vai depender da ramificação ou, mais especificamente, da relação de irmandade. Para esses autores, o peso do constituinte deslocado é evidência de como a fonologia afeta a sintaxe: um constituinte prosódico é pesado se é ramificado. A teoria cíclica, por outro lado, caracteriza a interface sintaxe-fonologia como uma única operação de *spell-out*, que se aplica ciclicamente para conectar esses dois componentes. O modelo de Wagner (2005) assume que qualquer estrutura construída em um único ciclo é ramificada à direita e as peças mapeadas em constituintes prosódicos separados por fronteiras de igual força, fazendo com que sejam correspondentes em tamanho prosódico,

³ A monotonicidade pode ser formalizada da seguinte maneira: Em uma sequência $A < B < C$, se a fronteira prosódica separando A e B é mais fraca que a que separa B e C, então, há um nó dominando AB que exclui C; se, por outro lado, a fronteira é mais forte, então, há um nó dominando BC que exclui A.

ou seja, nessa abordagem o mapeamento pode ser isomórfico. De uma forma ou de outra, como já apontado por Gayer, neste volume, a questão sobre como a fonologia reflete a sintaxe não está inteiramente resolvida.

1.2 Proeminência prosódica: entre a evidência sintática e a estrutura da informação

A proeminência prosódica apresenta as mesmas dificuldades de descrição que o fraseamento prosódico, já que envolve diferentes marcadores acústicos: duração, intensidade, acento de *pitch*. Uma pista importante, no entanto, diz respeito à acentuação ou não de uma palavra: palavras acentuadas apresentam mais proeminência que aquelas desacentuadas, e **a última sílaba acentuada de um domínio particular é geralmente descrita como a que carrega o acento principal, ou o acento nuclear, segundo a Nuclear Stress Rule – NSR⁴ (TRUCKENBRODT, 1995).**

A proeminência prosódica de uma sentença é afetada por muitos fatores, mas principalmente por relações sintáticas e estrutura informacional⁵. No que diz respeito às relações sintáticas, uma das primeiras abordagens diz respeito justamente ao acento nuclear, conforme assumido por Chomsky e Halle (1968), ao investigar a relação entre os componentes sintático e fonológico. Acento nuclear é o termo empregado para se referir à proeminência sentencial principal e, por mais que haja críticas à ideia de um acento sentencial único, a definição de acento nuclear parte de um pressuposto bastante comum de que há uma distribuição *default* de acentuação e que qualquer desvio no padrão seria resultado da codificação de foco ou pressuposição. Jackendoff (1972), por exemplo, afirma que se um sintagma P é escolhido como o foco de uma sentença S, o acento mais alto vai estar sobre a sílaba mais forte de P através da regra de acento regular, a qual inclui a regra de acento nuclear.

A partir do que foi apontado acima, vemos que, apesar de muitos dos estudos atuais sobre proeminência prosódica envolverem sua relação com categorias discursivas, a base dessa investigação está na relação entre os componentes sintático e prosódico, o que torna as duas abordagens indissociáveis. Na proposta de Selkirk (1995), por exemplo, no mapeamento sintaxe-prosódia, a sintaxe

⁴ A NSR, proposta inicialmente em Chomsky e Hale (1968), é a regra que descreve a atribuição do acento mais proeminente de uma sentença em contextos não marcados discursivamente.

⁵ A estrutura informacional de uma sentença é o termo usado para tratar da codificação linguística de noções como tópico, foco e pressuposição, as quais descrevem a relação da informação veiculada a um dado discurso ou a status de ativação (cf. LAMBRECHT, 1994).

determina o local das fronteiras prosódicas, o que significa que cada núcleo de sintagma fonológico carrega um acento de *pitch*. A estrutura informacional, por outro lado, afeta o local do acento de *pitch*; no caso da presença de Foco, por exemplo, o elemento sobre o qual esse incide carrega esse acento, o que, conseqüentemente, leva à formação de um sintagma prosódico tendo o elemento foco como cabeça. Assim, fraseamento e proeminência prosódica são tratados conjuntamente quando o fenômeno em questão envolve elementos discursivos. Para Truckenbrodt (1999) e Kanerva (1989), por exemplo, há evidência de atribuição de fronteira depois de constituintes focalizados, o que levou à formalização da seguinte restrição:

(1) Alinhe Foco – Alinhe (Foco, D; P, D)

“Alinhe a fronteira direita de um constituinte focalizado na estrutura informacional ou sintática com a fronteira direita de um sintagma fonológico na estrutura fonológica”.

Féry & Ishihara (2010), diferentemente de Selkirk e Truckenbrodt, propõem um modelo de representação da interação sintaxe e prosódia distinguindo fenômenos como fraseamento prosódico mapeado da sintaxe e efeitos de estrutura informacional sobre a prosódia, como mudanças no registro de *f0*. Para esses autores, efeitos prosódicos de estrutura sintática e estrutura informacional devem ser tratados à parte.

No que diz respeito a efeitos prosódicos de estrutura sintática, Féry & Ishihara assumem que a estrutura sintática é mapeada na prosódia através de fraseamento prosódico, sendo esse fraseamento recursivo⁶. No caso de sentenças com foco largo, a formação de sintagmas prosódicos assim como o padrão tonal dependem inteiramente da estrutura morfo-fonológica. Enquanto os sintagmas prosódicos apresentam núcleo na forma de posições abstratas, como pela realização de acento de *pitch*, os núcleos prosódicos não são necessariamente realizados com acento de *pitch*, podendo ser expressos por duração, intensidade ou por parâmetros completamente diferentes, como modificações tonais e segmentais. Assim, observa-se que os núcleos prosódicos apresentam correlatos na estrutura prosódica métrica ou hierárquica. Essa relevância dos diferentes níveis de fraseamento é tratada na literatura de distintas formas como, por exemplo, sintagmas fonológicos e sintagmas intermediários ou

⁶ Como o leitor pode ter observado, não há consenso quanto à recursividade ou não de sintagmas fonológicos. Para uma discussão mais detalhada sobre o tema ver Gayer (2015) ou Wagner (2005).

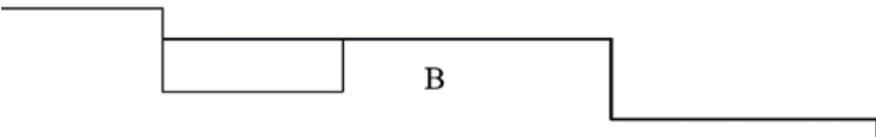
domínios de acento e grupos rítmicos. Nessa abordagem, os diferentes níveis de mapeamento são considerados como mapeados de constituintes sintáticos:

- (5) (x) IP
 (x) P
 (x)(x) (x) (x) P
 (x)(x) PW
 Princess Diana's sudden death has been the source of many speculations

(Ex. (1). FÉRY; ISHIHARA, 2010).

Adotando a proposta de Wagner (2005) e Ito e Mester (2006), os autores propõem, como mostra o fraseamento acima, que, com exceção do nível mais baixo (palavra fonológica) e do mais alto (nível do sintagma entoacional), todos os níveis são sintagmas-P.

Em sentenças com foco largo, quando a sentença inteira é informação nova, os sintagmas-P de um dado nível são dados em relação ao outro, como se um fosse o predicado do outro (ver ex. (5) a seguir). Assim, todo sintagma é baixado em relação à *topline* do sintagma anterior, o que significa que cada nível prosódico define seu próprio padrão de *downstep*, sendo a *topline* de todo sintagma mais baixa que a do sintagma anterior da mesma categoria (LADD, 1980; TRUCKENBRODT, 2002; FÉRY; TRUCKENBRODT, 2005), o que indica seu caráter recursivo. O dado abaixo ilustra o relacionamento do padrão de *downstep* entre os diferentes sintagmas em todos os níveis de fraseamento. O nível mais alto é o primeiro tom do sintagma entoacional, o próximo tom mais baixo introduz o primeiro *downstep* e separa o sujeito do VP.

- (6) A 
- (x) IP
 (x) P
 (x)(x) (x) (x) P
 (x)(x) PW
 Princess Diana's sudden death has been the source of many speculations

(Ex. (2). FÉRY; ISHIHARA, 2010).

Com isso, os autores afirmam que o padrão de *downstep* é crucial na percepção de ênfase entre acentos, pelo menos no alemão e no japonês. Os autores não excluem a possibilidade de que outras línguas possam não apresentar o mesmo padrão, mas partem de dados desse tipo para defender sua proposta de que sintaxe e estrutura informacional têm efeitos prosódicos diferentes. Em Teixeira de Sousa (2013), pude perceber o mesmo padrão nas sentenças neutras coletadas, uma vez que, além da presença de acentos de *pitch* em cada palavra prosódica, como era esperado, ocorreu um padrão de *downstep* em todos os sintagmas fonológicos em relação ao sintagma fonológico imediatamente anterior.

Retornando ao tema das diferentes dimensões de estrutura informacional, para Baumann (2008), as relações foco-suposição não são as mesmas de informação nova ou dada, e afirma que, embora a informação nova sempre ocorra na parte do foco, a informação dada ou acessível pode ocorrer tanto na parte do foco quanto na da suposição, podendo ser acentuada ou não, a depender do grau de dado. Para o autor, a atribuição de acento de *pitch*, no entanto, não obedece somente ao grau de ativação (BAUMANN, 2008, p. 99): “[...] se um falante deseja apresentar um constituinte como particularmente relevante, ele pode realçar esse constituinte desrespeitando seu status de ativação”, o que é comum em enunciados contrastivos, nos quais itens claramente dados são focados, usando-se não somente um acento de *pitch*, mas uma particular saliência a partir da aplicação do acento de *pitch*, com valor máximo superior à *topline* do falante. Já para Féry e Ishihara (2010), como mencionado, foco e dado afetam a escala de *f0* de certos domínios prosódicos, mas não afetam diretamente o fraseamento prosódico. Os autores assumem, assim como Truckenbrodt (1995), que foco é realizado por proeminência prosódica:

(7) *Proeminência de Foco*

Foco é realizado por proeminência em seu domínio de foco.

Assim, tanto para Féry e Ishihara (2010) quanto para Truckenbrodt (1995), a proeminência prosódica é um importante marcador para a estrutura informacional. Para esses autores, o domínio prosódico do foco como expresso em (7) corresponde a seu escopo semântico, o que significa que é em seu domínio que o foco é interpretado e recebe proeminência prosódica. Assim, o domínio contém o elemento focalizado e identifica a informação pressuposta relevante para a interpretação semântica do foco. É um traço formal F que indica o foco e dá seu escopo.

A noção de dado também é importante para a abordagem de Féry e Ishihara, os quais adotam a proposta de Schwarzschild (1999) sobre a atribuição livre

de F-marcação. Os autores apresentam duas restrições, uma indicando a não F-marcação de informação dada e outra restringindo ao mínimo o número de F-marcações:

- (8) a. DADO: Um constituinte não F-marcado é dado.
b. EviteF: Não F-marque.

E, complementando o trabalho de Schwarzschild, Féry e Ishihara assumem que elementos dados são G(iven)-marcados; isso porque constituintes dados, quando não focalizados, são desacentuados:

- (9) Desacentue-Dado

Um sintagma dado é prosodicamente não proeminente.

Como podemos concluir a partir do que foi apontado até agora, na proposta de Féry e Ishihara, estrutura informacional não manipula as fronteiras de sintagmas prosódicos, mas altera os registros de *pitch*⁷, ampliando ou estreitando-os. No caso de foco, a tendência é o aumento da *topline*, enquanto um constituinte dado provoca o abaixamento da *topline* de um dado domínio. A diferença dessa abordagem com relação às outras é que o relacionamento entre as diferentes partes da sentença é modificado, assim, a estrutura informacional provocaria mudanças na escala da sentença toda, em vez de ter como alvo somente o acento de *pitch* mais proeminente. As restrições de acentos de *pitch* pela *topline* são ilustradas a seguir:

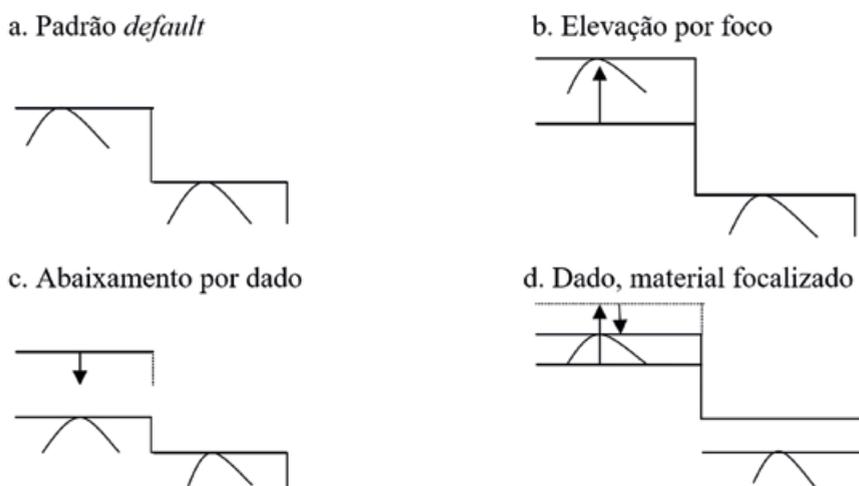


Figura 1 - Restrições de acento de *pitch* pela *topline* de seus respectivos domínios prosódicos (FÉRY; ISHIHARA, 2010, p. 43).

⁷ O efeito da manipulação dos acentos de *pitch* é, segundo os autores, o aumento ou redução da altura em comparação com a situação não marcada, considerando seu status de foco ou dado.

Como a Figura 1 ilustra, há um aumento no registro de *pitch* para acima da *topline* do falante, como mostrado em (b) comparado a (a). O registro de *pitch* sobre um elemento dado, numa relação foco-dado, é baixado para outro domínio (c). No caso de um elemento dado sendo focalizado, há tanto o aumento quanto o abaixamento do registro de *pitch*, o que é frequente em segunda ocorrência de foco.

Féry e Ishihara observam, ainda, que, no alemão e em menor instância no japonês, ocorre o abaixamento das *toplines* ao mínimo em contexto pós-nuclear, não havendo assim lugar para a realização de acentos de *pitch*:

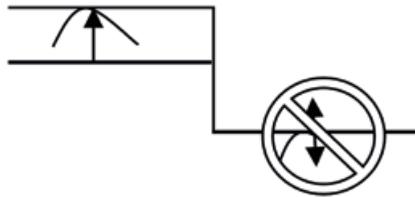


Figura 2 - Supressão de registro pós-nuclear (FÉRY; ISHIHARA, 2010, p. 44).

Nessa abordagem, a distribuição de acento de *pitch*, assim como nas outras abordagens apresentadas, é regulada pela sintaxe e pela projeção de acentos. O modelo, no entanto, adota a recursividade de sintagmas-P e nega que uma estrutura prosódica única seja formada da mesma forma pela sintaxe e pela estrutura informacional. O ganho da abordagem está em considerar os efeitos sobre a escala de *f0* provocados pela estrutura informacional na sentença como um todo.

1.3 Contorno melódico

Dentre os aspectos prosódicos usados como evidência para a sintaxe, talvez o menos referido seja o contorno, embora já se afirme há algum tempo que os contornos carregam significados que podem ser relacionados a ato de fala de um enunciado (interrogativa vs declarativa), implicaturas (entonação de tópico contrastivo, por exemplo) ou atitudes (sarcasmo, ironia etc.).

Um dos primeiros trabalhos experimentais sobre a relação significado pragmático/ entoação foi realizado por Pierrehumbert e Hirschberg (1990), que, a partir de um quadro teórico da fonologia métrica, propõem um modelo de “significado” entoacional, no qual o significado de um contorno completo pode ser derivado de significados compostos por acentos de *pitch* e, então, estabelecem para o inglês a seguinte relação entre elementos pragmáticos e entoação:

Quadro 1 - Relação acento/característica pragmática

H*	Novo
L+H*	Adição de um novo valor
!H*	Acessível
H+!H*	
L*+H	Modificação do Dado
L*	Dado
Ausência de acento	

Já Kohler (2004) defende que o significado pragmático surge da mudança categorial de pico inicial para pico medial e da mudança mais gradual de pico medial para pico final. Essa distinção é feita a partir do alinhamento do pico do acento de *pitch* com o material linguístico. Um pico será inicial se este antecede a sílaba lexicalmente acentuada, medial se coincide com essa ou final se a segue. Veja a seguir o esquema de contornos da sentença *Sie hat ja gelogen/ela-tem-sim-mentido* (ela realmente mentiu), adaptados de Kohler (1995, p. 123):

(10) a. Pico inicial: Sie hat ja ge-LO-gen



H+L* (HL⁸)

b. Pico medial: Sie hat ja ge-LO-gen



H* (LH)

c. Pico final: Sie hat ja ge-LO-gen



L+H* (>LH)

Segundo Kohler, a partir de dados do alemão, picos iniciais denotam fatos estáveis ou fim de um argumento, já o pico medial é um constituinte que, geralmente,

⁸ A marcação entre parênteses refere-se ao contorno correspondente no sistema de notação DaTo.

indica um fato introduzido novamente ou o começo de um novo argumento, enquanto o pico final adiciona, frequentemente, um valor paralinguístico à informação transmitida, expressando, por exemplo, ênfase sobre um fato novo ou uma diferença de opinião do falante. O resultado de suas análises é sumarizado no quadro seguinte:

Quadro 2 - Relação acento/significado segundo Kohler (2004)

L+H*/ L*+H (pico final)	Ênfase (na informação nova)
H* (pico medial)	Novo
H+L*/ H+!H* (pico inicial)	Acessível ou dado

Baumann (2008), ao tratar de diferentes graus de dado, se concentra na distinção categorial entre pico inicial e medial, uma vez que essa está correlacionada com a troca semântica categorial que segue a dimensão ‘estável/novo’ ou ‘fechado/aberto à argumentação’. Para ele, o contorno ‘pico inicial’ marca informação dada ou acessível, enquanto o pico medial sobre a sílaba acentuada indica fato novo.

No que diz respeito ao PB, a relação entre pragmática e entoação é estudada mais especificamente a partir de focalização. Sobre foco e entoação no PB, há os trabalhos de Fernandes (2007) sobre a realização de foco no sujeito em comparação com o português europeu, e Lucente (2012), que desenvolveu um sistema próprio de notação para a língua, o DaTo (Dinamical Tones of Brazilian Portuguese), para descrever o foco em PB.

O trabalho de Fernandes concentra-se na comparação entre os tipos de acento de *pitch* que recaem sobre o sujeito em PB e PE, valendo-se de foco informacional (contexto pergunta-resposta) e sentenças clivadas. A autora afirma que o sujeito em contexto neutro no PB apresenta acento de *pitch* L*+H, já em contexto de focalização ocorreram com mais frequência os contornos H*+L e H+L*. Já o contorno final de sentença mais recorrente foi H+L*; esse contorno também aparece, segundo a autora, nos sujeitos em sentenças clivadas.

Por sua vez, o estudo de Lucente (2012) descreve o Foco na entoação segundo a noção de contornos dinâmicos, apresentando como primitivos melódicos os contornos entoacionais, a gama de variação tonal e o alinhamento específico entre curva e material linguístico. Nessa abordagem, os contornos entoacionais são especificados por um alvo estático, sendo o acento de *pitch* associado à sílaba lexicalmente acentuada de uma palavra acentuada. Já a gama de variação tonal

delimita o intervalo de *pitch*, no qual um alvo é implementado, considerando o valor do alvo e o intervalo da variação. O alinhamento específico, central nessa abordagem, se estabelece considerando a existência de uma sincronia entre movimentos que produzem f_0 e movimentos articulatorios que geram os padrões espectrais. A Tabela 1 mostra a notação DaTo em relação à proposta da fonologia entoacional:

ToBI	DaTo
<i>Acento Pitch</i>	<i>Contornos de nível</i>
L*	L
H*	H
	<i>Contornos Dinâmicos</i>
L+H*	LH
L*+H	>LH vLH
H+!H*	LHL HLH
H+L*	HL
H*+L	>HL vHL
<i>Acentos Frasais</i>	
L-	
H-	
<i>Tons Fronteira</i>	<i>Tons Fronteira</i>
L%	L
H%	H

Fonte: Lucente (2012).

Lucente (2012), como já descrito em Teixeira de Sousa (2015), divide os tipos de contorno que assinalam foco em tons ascendentes (LH, >LH, HLH), descendentes (HL, >HL, LHL) e tons fronteira (H, L). A autora, com respeito aos tons ascendentes, diz que a descida de f_0 durante sílabas que antecedem a sílaba do acento lexical (obrigatória para a realização do movimento posterior de subida) era interpretada pelos ouvintes como uma alteração no grau de foco, tornando-se este menos enfático após a elevação e mais enfático à medida que aumentava a amplitude da queda. Além disso, a desacentuação das sílabas em posição pós-focal mostra que a percepção do foco está associada também à oposição ocorrida com as sílabas não acentuadas posteriores ao foco. E, então, apre-

senta LH como tom *default*, mais frequente na realização de foco estreito; >LH corresponde à mesma função de LH, porém mais enfático; e HLH, que pode ser associado a foco de contraste. Com relação aos contornos descendentes, é dito que esses apresentam um movimento *default* correspondente à subida suave de *f0*. O alinhamento nesses contornos não ocorre, porém, de forma unificada, HL e >HL apresentam a mesma forma, sendo >HL atrasado em relação à descida de *f0*; já o contorno LHL, classificado com *downstepping*, possui um padrão de declinação mais suave, próprio de finais de enunciados declarativos.

Também em Teixeira de Sousa (2015) analiso a função da entoação no “empacotamento” da informação e na atribuição de estrutura a enunciados através de relações de proeminência e alinhamento com os acentos lexicais. Nesse trabalho, ao se observar se haveria no PB distinção entre contornos em termos de grau de informatividade e contraste versus ênfase, verifiquei que, embora o grau de informatividade seja pouco relevante, os dados mostraram que a distinção pragmática realmente importante para a entoação no PB é entre contraste, preferencialmente marcado através de tons descendentes, e ênfase, marcada com contornos ascendentes.

Dentre as dimensões da prosódia referidas neste trabalho, a que menos recebeu atenção no passado diz respeito ao significado dos contornos. Embora haja controvérsias sobre como representar e como decompor contornos complexos em unidades significativas menores, o estudo da semântica e pragmática dos contornos melódicos e sua interação com a sintaxe, no entanto, tem crescido bastante.

2. A EVIDÊNCIA PROSÓDICA EM ESTUDOS SOBRE O PB

Na seção anterior, apresentei de que forma as dimensões prosódicas fraseamento, proeminência e contorno melódico têm sido estudadas como evidência de estruturas sintáticas. Passamos pelas principais teorias sobre o mapeamento sintaxe-prosódia, sobre os aspectos de estrutura informacional e sobre a codificação de significados por diferentes tipos de contorno; a partir de agora, serão apresentados estudos voltados para o PB que trabalharam aspectos prosódicos como evidência para a estrutura sintática, sem, no entanto, ter a pretensão de apresentar todos os trabalhos desenvolvidos sobre o tema.

Uma das primeiras dificuldades ao se trabalhar com prosódia é estabelecer o padrão entoacional da língua em questão, já que a análise do acento de *pitch* em termos de tons faz suposições muito específicas sobre o inventário de tons de uma dada língua. Uma primeira divergência teórica parte da existência ou não do Grupo Clítico como um domínio prosódico. Quem argumenta a favor do

grupo clítico parte de propriedades fonológicas da combinação clítico-hospedeiro e os que rejeitam argumentam que os clíticos são sempre mapeados dentro de um domínio fixo da hierarquia prosódica. No caso do PB, apesar de todos concordarem que, por exemplo, próclise e ênclise se comportam de forma diversa, a estruturação prosódica é menos clara. Para Bisol (2000), os clíticos não são mapeados dentro da mesma palavra prosódica do hospedeiro, mas compõem, ao se adjungir, uma palavra prosódica pós-lexical; já Toneli (2009), baseando-se no fato de que elementos proclíticos carregam o acento inicial da palavra fonológica, argumenta que clíticos se adjungem ao hospedeiro no mesmo domínio prosódico. Um argumento extra apontado pela autora é que, quando clíticos são focalizados, eles formam palavras prosódicas independentes.

No que diz respeito ao padrão entoacional, trabalhos de base autosegmental (TENANI, 2002; FERNANDES, 2007, dentre outros) assumem que a principal característica de sentenças neutras do PB é a presença de um acento de *pitch* H+L* associado à cabeça do último sintagma fonológico do sintagma entoacional acompanhado de um tom de fronteira baixo (L). Já a unidade prosódica relevante é, segundo Fernandes (2007), a palavra prosódica (w), já que é justamente esse domínio que recebe o acento de *pitch* em contexto neutro.

Sobre a presença/ausência de acento de *pitch*, por outro lado, Fernandes (2007) observa que elementos focalizados têm o mesmo acento de *pitch* que recebem em contexto neutro; já sentenças com sujeito focalizado apresentam ausência de tons associados a palavras prosódicas, havendo proeminência acental associada à fronteira direita do P que contém o sujeito focalizado. Também Armstrong, Bergmann e Tamati (2008) identificaram a ausência de acento sobre informação dada em sentenças negativas com não-final de sentença e acento H+L* sobre a cabeça de P.

Sândalo e Truckenbrodt (2002) apresentam ainda outra característica do fraseamento prosódico no PB. Para esses autores, cada sintagma fonológico no PB é formado por, no máximo, duas palavras lexicais e o fraseamento prosódico do sujeito e predicado ocorre por fatores eurrítmicos de uniformidade dos sintagmas fonológicos dessas duas categorias sintáticas. Desse modo, num contexto de choque acental, um sujeito composto por duas palavras prosódicas é mapeado em um único sintagma fonológico, assim como um predicado formado por duas palavras prosódicas é mapeado em um único sintagma fonológico. A evidência para a proposta de Sândalo e Truckenbrodt (2002) é a retração de acentos, conforme ilustrado abaixo:

(11) [o canguru australiano]P [DANçou SAMba]P

Gravina e Fernandes-Svartman (2013) também realizaram um estudo sobre choque de acento, mas em contexto de ambiguidade sintática com o objetivo de verificar que estratégias o falante poderia usar para desfazer o choque. A hipótese das autoras era que a desambiguação das sentenças poderia ocorrer através do estabelecimento de fronteiras de sintagmas fonológicos. A ocorrência de retração de acentos em ambiente de ambiguidade sintática, segundo as autoras, favoreceria a interpretabilidade de que o segundo vocábulo envolvido faria parte do mesmo sintagma que a palavra anterior; já a não ocorrência de retração daria pistas para a identificação de dois sintagmas diferentes.

Os resultados obtidos pelas autoras mostraram que, em uma situação de choque de acentos, em um ambiente ambíguo, a desambiguação pode ocorrer através de retração ou não. Se a retração ocorre, as duas palavras envolvidas no choque de acentos formam apenas um sintagma fonológico e o segundo vocábulo se relaciona à primeira palavra. Em *Assisti ao jornal hoje*, por exemplo, há retração do acento da palavra “jornal”, o que indica que “jornal” e “hoje” pertencem ao mesmo sintagma fonológico, e o sentido associado a essa estrutura é que foi assistido a um programa jornalístico chamado *Jornal Hoje*. Por outro lado, quando a retração não ocorre, como estratégia de evitar o choque de acentos, tem-se a formação de dois sintagmas fonológicos distintos para “jornal” e “hoje” e a interpretação é outra; a sentença *Assisti ao jornal hoje*, pronunciada sem a retração de acento, está associada à interpretação de que se teria assistido a qualquer jornal no dia de hoje.

Ainda sobre o tema da retração de acento no PB, há o trabalho de Santos (2003) sobre como categorias sintáticas foneticamente nulas afetam a ocorrência da retração no desfazimento de choque acentual. Segundo a autora, um pronomes foneticamente nulo (pro) pode impedir a retração de acento nos casos de encontro acentual entre um verbo e um advérbio:

- (12) a. O José Maria canTOU HOJe.
a'. O José Maria CANtou HOJe.
b. O José Maria conTOU HOJe.
b'. *O José Maria CONtou HOJe.

Em (12a) e (12a'), tanto o encontro de choque de acentos quanto a retração do acento são possíveis; já em (12b') a retração não é possível e apenas a colisão em (12b) é aceita. Isso porque haveria, nos dados em (b), um pronomes foneticamente não realizado (pro) objeto do verbo *contou*, entre este item e o advérbio seguinte *hoje*. Com isso, conclui-se que uma categoria foneticamente não realizada, um

pro, entre um verbo com acento na sílaba final e um advérbio com acento na sílaba inicial, impede que o choque de acentos seja desfeito.

Outro estudo que buscou testar duas abordagens teóricas a partir da análise prosódica foi realizado em Teixeira de Sousa (2017) sobre estruturas elípticas no PB. Considerando que o fenômeno da elipse envolve restrições e condições de licenciamento, como, por exemplo, a necessidade de identificação da elipse e do antecedente, e que a natureza dessa identificação sempre foi marcada por discordância sobre que componente está diretamente envolvido, busquei observar a realização prosódica de sentenças com ou sem elipse no PB, com o objetivo de verificar se haveria pistas fonológicas que advogassem em favor de algumas das propostas sobre a presença ou não de estrutura sintática não pronunciada em sentenças elípticas.

Para a análise, utilizei imagens que induziam à interpretação de contraste entre um elemento em duas cenas, observando assim a interação entre pragmática, entoação e sintaxe na realização de sentenças elípticas. No experimento realizado, os informantes deveriam descrever as imagens e, como resultado, obtive para um mesmo contexto informacional tanto sentenças completas quanto sentenças com elementos elididos e, dentre essas, diferentes tipos de elipse, mais especificamente *gapping* e *stripping*.

A principal distinção observada entre os casos de sentenças pares completas e *gapping*, por um lado, e *stripping*, por outro, é a ocorrência de desacentuação no primeiro caso, mas não no segundo. Uma vez que a desacentuação ocorre tanto nas sentenças completas quanto nos casos de *gapping*, pareceu-me coerente interpretar que para esse último tipo de elipse há sim estrutura sintática não pronunciada. Outro argumento em favor dessa hipótese está na relação entre interpretação e ordenamento linear: se o objeto é sempre interpretado contrastivamente e aparece logo depois do tópico contrastivo sem a presença de estrutura verbal, podemos concluir que esse ordenamento é resultado do movimento do sujeito para tópico e do objeto para foco. Se há movimento, há necessariamente traços ocupando as posições intermediárias. Já nos casos de *stripping* não ocorre a desacentuação, permanecendo a presença de tons sobre os sintagmas fonológicos. Com isso, propus que há movimento de sintagmas e a consequente presença de estrutura sintática nos dados de *gapping*, e presença de proformas nos casos de *stripping*. Nessa pesquisa, no entanto, saliento que não há trabalhos que tratem especificamente do comportamento prosódico de proformas nas sentenças linguísticas que pudessem comprovar a hipótese aventada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interface sintaxe-fonologia, como mencionado no início do capítulo, tem um papel importante na Teoria Gerativa, inicialmente através dos trabalhos de Chomsky, Halle e Lukoff (1956) sobre a relevância de aspectos morfossintáticos na atribuição de acentos no inglês, passando pelos estudos sobre precedência linear (KAYNE, 1994; WILLIAMS, 2003; FOX; PESETSKY, 2005) até se chegar, mais recentemente, aos estudos sobre como propriedades entoacionais e sintáticas se relacionam. Tratando mais especificamente deste último tema, buscou-se apresentar de que forma a prosódia tem sido usada como diagnóstico para a estrutura sintática a partir da descrição de suas três principais dimensões: o fraseamento, a proeminência prosódica e o contorno melódico. Por fim, tentei apresentar alguns estudos de interface fonologia-sintaxe realizados sobre o PB.

Como apontado, cada vez mais estudos buscam testar teorias sintáticas através da análise prosódica e, apesar de ser ainda uma área recente, tem-se mostrado um campo profícuo para estudos. Assim, espero que este trabalho sirva como uma introdução à área para os estudantes que desejem desenvolver seus trabalhos no campo da Teoria Gerativa.

REFERÊNCIAS

- ABNEY, Steven A. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Dissertation (Doctoral) – MIT, Cambridge, Mass, 1987.
- ABOUSALH, E. F. *Resolução de choques de acento no português brasileiro: elementos para uma reflexão sobre interface sintaxe-fonologia*. Dissertação (Mestrado em linguística) – UNICAMP, Campinas, 1997.
- ARMSTRONG, M.; BERGMANN, A.; TAMATI, T. The prosody of negation in Brazilian Portuguese. In.: BARBOSA, P. A.; MADUREIRA, S.; REIS, C. (Ed.). *Proceedings of the Speech Prosody*. Campinas: Editora RG/CNPq, 2008. p. 489-492.
- BAUMANN. *The intonation of Givenness*. Evidence from German. Tese (Doutorado) – Universität des Saalandes, Saarbrücken, 2008.
- BISOL, L. O clítico e seu status prosódico. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 9, n. 1, p. 5-30, 2000.
- CHEN, Mathew Y. The syntax of Xiamen tone sandhi. *Phonology Yearbook*, v. 4, p. 109-149, 1987.

CHOMSKY, Noam; HALE, Morris. *The sound patterns of English*. New York: Harper and Row, 1968.

CHOMSKY, N.; HALLE, M.; LUKOFF, F. On accent and juncture in English. In: HALLE, M. et al. (Ed.) *For Roman Jakobson*. The Hague: Mouton, 1956. p. 65-80.

FERNANDES, F. *Ordem, focalização e preenchimento em Português: sintaxe e prosódia*. Tese (Doutorado) – Campinas, Unicamp, 2007.

FÉRY, C.; ISHIHARA, S. How Focus and Givenness shape prosody. In: ZIMMERMANN, M.; FÉRY, C. (Ed.). *Information structure*. New York: Oxford University Press, 2010. p. 36-63.

_____; TRUCKENBRODT, H. Sisterhood and tonal scaling. *Studia Linguistica*, v. 59, p. 223-243, 2005.

_____; SAMEK-LODOVICI, V. Focus projection and prosody prominence in nested foci. *Language*, v. 82, n. 1, p. 131-150, 2006.

FOX, D.; PESETSKY, D. Cyclic linearization of syntactic structure. *Theoretical Linguistics*, 31, p. 1-45, 2005.

FROTA, S. Clashes and Prosodic Domains in EP. In: INSTITUTE OF FONETIC SCIENCES. *Proceedings 19*. University of Amsterdam, 1995. p. 93-107.

_____. *Prosody and Focus in European Portuguese: Phonological Phrasing and Intonation*. New York: Garland Publishing, 2000.

GAYER, J. E. L. Uma breve história dos constituintes prosódicos. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 149-172, 2015.

GHINI, M. ϕ -formation in Italian: a new proposal. In: DYCK, Carrie (Ed.). *Toronto Working papers in Linguistics*, 12, 2. Department of Linguistic, University of Toronto, 1993. p. 41-78.

GRAVINA; FERNANDES-SVARTMAN, F. Interface sintaxe-fonologia: desambiguação pela estrutura prosódica no português brasileiro. *Alfa*, v. 57, n. 2, p. 639-668, 2013.

ITO, J.; MESTER, A. Prosody adjunction in Japanese compound. In: *Formal Approaches to Japanese Linguistics 4*. Cambridge, Mass: MITWPL, 2006.

JACKENDOFF, R. *Languages of the Mind*. Essays on Mental representation. Cambridge, MA: MIT Press, 1972.

- KAGER, R.; ZONNEVELD, W. Phrasal phonology: an introduction. In: _____. (Ed.). *Phrasal Phonology*. Nijmegen: Nijmegen University Press, 1999. p. 1-34.
- KANERVA, Jonni M. Focus and phrasing in Chicheŵa. Dissertation (Doctoral) –Stanford University, Stanford, Calif, 1989.
- KAYNE, R. S. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Ma.: MIT Press, 1994.
- KISS, T. *Syntax – Theory and Analysis*. 2015. v. 2.
- KOHLER, K. J. The Kiel Intonation Model (KIM), its Implementation in TTS Synthesis and its Application to the Study of Spontaneous Speech. 1995. Disponível em: <www.ipds.uni-kiel.de/kjk/forschung/kim.en.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- _____. Prosody Revised: FUNCTION, TIME and the LISTENER in Intonational Phonology. *Proceedings Speech prosody*, Nara 171-174, 2004.
- LAMBRECHT, Knud. *Information structure and sentence form: topic, focus, and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994.
- LADD, D. R. *The Structure of Intonational Meaning: Evidence from English*. Bloomington: Indiana University Press, 1980.
- _____. *Intonational Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- LIBERMAN, M.; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, 8, p. 249-336, 1977.
- LUCENTE, L. *Aspectos dinâmicos da fala e da entoação do português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística) – Campinas: Unicamp-iel, 2012.
- NESPOR, M.; VOGEL, I. Prosodic domains of external sandhi rules. In: DER HURST, V.; SMITH, N. (Ed.). *The structure of phonological representations*. Dordrecht: Foris Publications, 1982. p. 225-255.
- _____. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.
- _____. On clashes and lapses. *Phonology*, Cambridge 6, p. 69-116, 1989.
- PIERREHUMBERT, J.; HIRSCHBERG, J. The meaning of intonational contours in the interpretation of discourse. In: COHEN, P. R.; MORGAN, J.; POLLACK, M. E. (Ed.). *Intentions in Communication*. Cambridge: MIT Press., 1990. p. 271-311.

SÂNDALO, F.; TRUKENBRODT, H. Some notes on phonological phrase in Brazilian Portuguese. *The MIT Working Paper*. Cambridge, 42, p. 285-310, 2002.

SANTOS, R. S. Traces, pro and stress shift in Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 101-113, 2003.

SCHWARZSCHILD, R. GIVENness, Avoid F and other constraints on the Placement of the Focus. *Natural Language Semantics*, v. 7, n. 2, p. 141-177, 1999.

SELKIRK, Elisabeth O. *The phrase phonology of French and English*. Tese (Doutorado em Linguística) – MIT Cambridge Massachusetts, 1972.

_____. French liaison and the X' notation. *Linguistic Inquiry*, 5, p. 573-590, 1974.

_____. On the Nature of Phonological Representation. In.: ANDERSON, J.; LAVER, J.; MYERS, T. (Ed.). *The Cognitive representation of Speech*. North Holland, Amsterdam, 1981.

_____. *Phonology and syntax: the relation between sound and structure*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1984.

_____. On derived domains in sentence phonology. *Phonology Yearbook* 3. 1986. p. 371-405.

_____. The prosodic structure of function words. In: BECKMAN, J.; WALSH DICKEY, L.; URBANCZYK, S. (Ed.). *Papers in Optimality Theory*. Amherst, MA: GLSA Publications, 1995. p. 439-470.

_____. On Clause and Intonational Phrase in Japanese: The Syntactic Grouping of Prosodic Constituent Structure. *Gengo Kenkyu* 136, p. 35-73, 2009.

TEIXEIRA DE SOUSA, L. Sentential negation at the syntax-prosody interface. *Veredas*, p. 1-19, 2013.

_____. Entoação e estrutura informacional no português brasileiro. *Revista Lingüística*, v. 11, n. 2, p. 142-159, 2015.

_____. The prosody of elliptical constructions in Brazilian Portuguese: an experimental study. *Diadorim*, 19, p. 219-249, 2017.

TENANI, Luciani. *Domínios prosódicos no Português*. Campinas. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp, 2002.

- TONELI, P. *A palavra prosódica no Português Brasileiro: o estatuto prosódico das palavras funcionais*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Unicamp, 2009.
- TRUCKENBRODT, Hubert. *Phonological Phrases: Their relation to syntax, focus and prominence*. Dissertation (Doctoral) – MIT, Cambridge, Mass, 1995.
- _____. *On the relation between Syntactic Phrases and Phonological Phrases*. 1999.
- _____. Upstep and embedded register levels. *Phonology*, v. 19, n. 1, p. 77–120, 2002.
- _____. The syntax-phonology interface. In: *The Cambridge Handbook of Phonology*. Ed. Paul de Lacy. New York: Cambridge University Press, 2007.
- XU, Y., Speech melody as articulatorily implemented communicative functions. *Speech Communication*, v. 46, p. 220-251, 2005.
- ZEC, D.; INKELAS, S. *Prosodically constrained syntax*. 1990. p. 365-405.
- YULE, G. Intonation and Givenness in Spoken Discourse. *Studies in Language*, 4, p. 271-286, 1980.
- WAGNER, Michael. *Prosody and recursion*. Dissertation (Ph.D.) – Cambridge, MIT, 2005.
- WILLIAMS, E. *Representation Theory*. Cambridge: MIT Press, 2003.

VARIAÇÃO NA ORDEM O-V NO ESPANHOL ANTIGO

EVIDÊNCIAS DE UM PROCESSO DE COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICAS A PARTIR DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS

Carlos Felipe Pinto

INTRODUÇÃO¹

Vários trabalhos no quadro gerativo têm mostrado que as línguas românicas antigas apresentavam uma gramática V2: Ribeiro (1995) para o português, Fontana (1993) para o espanhol, Adams (1987) para o francês, Benincà (1995) para os dialetos italianos. Considerando o caso do espanhol europeu, diversos estudos mostraram que o espanhol antigo tinha uma estrutura gramatical diferente da estrutura do espanhol atual. Embora alguns desses estudos possam não coincidir na análise proposta para os fatos empíricos, a descrição dos dados é, na maioria dos casos, coincidente². Mais especificamente: a ordem de constituintes

¹ A discussão apresentada aqui é uma parte da discussão maior que fiz em Pinto (2011) sobre o movimento do verbo na história do espanhol europeu. Aqui, deixo de fora a análise formal para as línguas V2, a diferenciação estrutural entre as duas fases do espanhol e como se dá a mudança da gramática V2 para a gramática não V2 na história do espanhol, concentrando-me apenas na variação da ordem O-V como uma evidência de um processo de competição de gramáticas decorrente do contato entre línguas.

² De um lado, estão Fontana (1993) e Pinto (2011), que propuseram que o espanhol antigo tinha uma posição pré-verbal de especificador não exclusiva para o sujeito; de outro, se encontram Rivero (1991) e Martins (2003), que propuseram que as diferenças estruturais são resultantes de diferentes processos de adjunção.

no espanhol antigo era diferente daquela que se registra na atualidade. Entre os principais aspectos relacionados com a ordem de constituintes³ que distinguem a fase antiga da fase atual do espanhol podem ser destacados⁴:

- a) **Colocação dos clíticos:** No espanhol atual, a colocação dos clíticos está em distribuição complementar: em orações finitas, a próclise é categórica; em orações não finitas, a ênclise é categórica. No espanhol antigo, os clíticos obedeciam a outras restrições⁵ e podia haver ênclise a orações finitas e próclises a orações não finitas. No espanhol antigo ainda se registrava a mesóclise e a interpolação, fenômenos inexistentes no espanhol atual.
- b) **Os complexos verbais:** No espanhol atual, os complexos verbais (auxiliar/modal-verbo principal) não podem ter, quase nunca, algum elemento entre si. No espanhol antigo, diversos constituintes (sujeito nominais, sintagmas preposicionados) podiam aparecer entre os complexos verbais.
- c) **Fronteamento de complementos verbais e a duplicação pelo clítico:** No espanhol atual, há uma assimetria decorrente da estrutura informativa no fronteamento de complementos verbais. Na focalização, qualquer complemento verbal [\pm definido] pode ser frontado SEM retomada pelo clítico. Na topicalização, somente complementos verbais [+definidos] que possuam clítico equivalente (objeto direto e indireto apenas) podem ser frontados COM retomada obrigatória do clítico. Em contextos em que o complemento verbal não é marcado nem como foco nem como tópico, não é possível ser frontado. No espanhol antigo, por outro lado, qualquer complemento verbal podia ser frontado sem retomada pelo clítico independentemente de seu estatuto informativo.

Essas diferenças levaram Fontana (1993) a propor que o espanhol antigo seria caracterizado como uma língua V2 simétrica. A definição mais simples e baseada em critérios descritivos para as línguas V2 é que são línguas em que o verbo aparece na segunda posição da oração precedido exclusivamente por um constituinte, que pode ser o sujeito ou não. Quando o primeiro constituinte não é o sujeito, o sujeito aparece em posição pós-verbal. Os dados em (1) a seguir, nos quais o verbo é destacado em negrito, ilustram esse tipo de língua:

³ Hernanz e Brucart (1987) apresentam uma distinção entre línguas de ordem livre de palavras e línguas de ordem livre de constituinte. O espanhol tem sido, desde sua origem, uma língua de ordem livre de constituintes.

⁴ Para um maior detalhamento desses dados, ver Fontana (1993), Eberenz (2009) e Pinto (2011).

⁵ Uma dessas restrições é a lei de Tobler-Mussafia, que, resumidamente segundo Fontana (1993), diz que elementos átonos não podem estar na primeira posição da oração.

- (1) a. André het gister die storie geskryf
André tem ontem a história escrito
- b. Gister het André die storie geskryf
Ontem tem André a história escrito
- c. Die storie het André gister geskryf
A história tem André ontem escrito
- d. Nêrens praat mense meer Latyn nie
Em nenhum lugar falam as pessoas mais latim
- e. Wat lees jy vandag?
O que lê você hoje

(BIBERAUER, 2002, p. 19)

Descritivamente, as línguas V2 são divididas em dois grupos: línguas assimétricas, que manifestam o efeito V2 apenas em orações principais, como o alemão e o holandês; línguas simétricas, que manifestam o efeito V2 tanto em orações principais como em orações subordinadas, como o iídiche e o islandês. Em termos teóricos, as análises também se dividiam e os trabalhos propunham que o movimento do verbo era diferente em cada grupo de línguas: nas línguas assimétricas o verbo se moveria até CP, dado que os mesmos fenômenos observados com o verbo na oração matriz são observados com a conjunção na oração subordinadas e não há efeito V2 nas subordinadas, levando à conclusão de que verbo na oração matriz e conjunção na oração subordinada estão no mesmo lugar; nas línguas simétricas, o verbo se moveria até IP dado que a posição mais alta da oração subordinada já estaria ocupada pela conjunção, o que barraria o movimento do verbo para essa posição uma vez que o efeito V2 aparece também em orações subordinadas. Em Pinto (2011) fiz uma discussão sobre a análise do efeito V2 nas línguas humanas e propus, seguindo Vikner (1995), que o efeito V2, seja simétrico ou assimétrico, implica movimento do verbo para CP. Por razões de espaço, não tratarei da questão aqui, remetendo o leitor às obras citadas (VIKNER, 1995; PINTO, 2011) e às referências ali contidas.

Assumindo a hipótese de Fontana (1993), discutirei a variação na ordem O-V com e sem retomada pelo clítico para levantar o problema de que é possível supor que essa variação era decorrente de um processo de competição de gramáticas (uma gramática V2 concorrendo com uma gramática não V2), devido a diversos contatos entre línguas registrados na Espanha medieval.

1. O ESPANHOL ANTIGO E O EFEITO V2

O espanhol antigo apresentava uma gramática V2 simétrica, ou seja, uma língua V2 que exhibe o efeito V2 tanto em orações principais como em orações subordinadas, o que fica evidenciado a partir dos exemplos de (2) a (5) a seguir, adaptados de Pinto (2011, p. 255):

- (2) a. armas odiosas **tomaste**, matando a tu madre Clitemestra
b. como agora **fezieron** el maestre don Pero Núñez
- (3) a. E esta carta **otorga** la abatíssima Sancha Garcíez, e la priora doña María Fortúnez
b. si corazon **has**.
- (4) a. dios **debe** hombre **adelantar** y **poner** primeramente. en todos los buenos hechos que quisiere comenzar.
b. que no **puede** mi paciencia **tolerar** que haya subido en corazón humano conmigo en el ilícito amor comunicar su deleite.
- (5) a. si el deudor otros bienes **tuviese**
b. porque este cuerpo muchas lágrimas **ha dejado** a sus parientes:

Os exemplos em (2) ilustram a ordem linear V2; os exemplos em (3) ilustram a ordem O-V sem retomada clítica; os dados em (4) ilustram a ordem Aux-S-V; os dados em (5) ilustram construções de *object shif*. O conjunto de dados em (2) a (5) oferecem evidências de que o verbo, no espanhol antigo, se movia para CP.

2. A ORDEM O-V E A RETOMADA CLÍTICA ⁶

Hernanz e Brucart (1987) discutem que uma diferença do *fronteamento* de constituintes na *tematização* e na *focalização*⁷ no espanhol atual é a necessidade de

⁶ Quando me referir à ordem O-V, estou considerando objetos diretos e objetos indiretos. Mais especificamente estou fazendo referência àqueles complementos verbais que possuem clíticos equivalentes no espanhol atual, deixando de fora os complementos preposicionados.

⁷ Hernanz e Brucart (1987), Lambrecht (1994, 2001) e Gutiérrez Ordóñez (2000) expõem que o *tema* é sobre o que trata a oração e o *rema* é o que se fala sobre o tema. Muito simplificada-mente, a *tematização* é um recurso para pôr o tema em destaque e a *focalização* é um recurso para pôr o rema em destaque. Vallduvi (1990) faz uma interessante discussão sobre o componente informacional, revisa acuradamente as teorias que foram propostas até então e mostra que algumas noções não são completamente correspondentes, entre elas, por exemplo, as dicotomias “tema-rema”, “tópico-comentário” e “foco-pressuposição”. Vallduvi (1990) também propõe

retomada por um clítico na *tematização* e a impossibilidade de retomada na *focalização*. Por outro lado, as línguas V2 exibem a ordem TOP-V sem que haja a presença de um clítico recuperando o tópico fronteado dentro da oração. Além disso, a posição do sujeito na ordem TOP-V é sempre imediatamente após o verbo finito nas línguas V2.

Discutindo a *tematização* e a *focalização* na *prosa alfonsí*, Fernández-Ordóñez (2009) comenta que o espanhol antigo se comportava da mesma forma que o espanhol atual com relação ao uso de clíticos e objetos fronteados: quando o objeto fronteado era um tópico, há retomada pelo clítico; quando o objeto era um foco, não há retomada. Contudo, Fontana (1993) e Mensching (2012) mostram que o espanhol antigo permite a ordem O-V, incluindo os casos de complementos pronominais tônicos, sem a presença do clítico em outros contextos além da *focalização*, o que o caracterizaria como uma língua V2⁸.

Os exemplos em (6) e (7) apresentam casos de ordem O-V sem retomada clítica em orações matrizes e subordinadas, respectivamente, e os exemplos em (8) e (9) apresentam casos de ordem O-V com retomada clítica no espanhol antigo

um modelo no qual seja possível capturar que uma oração contenha vários elementos discursivos. Por exemplo, a resposta de um contexto como em (i):

- (i) A: O que João bebeu?
B: João bebeu vinho.

Nos modelos anteriores não havia uma estrutura em que “João”, “bebeu” e “vinho” tivessem cada um uma função informativa. Duas possíveis análises são:

- (ii) a. João (tópico) / bebeu vinho (comentário)
b. João bebeu (pressuposição) / vinho (foco).

No modelo de Vallduvi (1990), a estrutura informativa é organizada da seguinte maneira:

- (iii) a. S = {FOCUS, GROUND}
b. GROUND = {LINK, TAIL} (VALLDUVI, 1990, p. 50)

FOCUS representa a informação nova (o foco); GROUND (que pode ser traduzido como *fundo*) representa a pressuposição. O que é interessante nesse modelo é que se recupera o fato de que, na pressuposição, pode haver um elemento de destaque. Daí, a pressuposição ser dividida em LINK, que representa esse elemento saliente; e TAIL (que pode ser traduzido como *cauda*), que é a parte não saliente da pressuposição. Voltando ao exemplo em (i), no modelo de Vallduvi (1990), a resposta seria organizada informativamente da seguinte maneira:

- (iv) [[João (link) / bebeu (tail)] (ground) / vinho (focus).

⁸ A ordem O-V que estou considerando como diferenciadora das duas fases do espanhol é aquela em que o objeto aparece na mesma oração em que está o verbo que o seleciona. Os casos em que o objeto de uma oração subordinada é tematizado na oração matriz ou haja coordenação/subordinação em que os verbos têm o mesmo complemento não são relevantes para esta discussão.

(séculos XII ao XV). O estatuto informativo do objeto fronteado será discutido na próxima seção.

Ordem O-V sem retomada em orações matrizes:

- (6) a. y su cabeza **colgaban** sobre la puerta del palacio. (11YY)b.
b. y a mi no **place** otra cosa si no el remedio de la muerte. (11YY)
c. E esta carta **otorga** la abatíssima Sancha Garcíez, e la priora doña María Fortúnez e tod el convento. (1206)
d. e del molino de Ribießela el medio **diemos** al monesterio e otro medio **damos** a vós (1206)
e. é á vos é á la Órden **peche** quanto demandare (1244)
f. Et esta vina uos **damos** en cambio por tres terras e vn vinnal. (1294)
g. Todos estos otros heredamientos sobredichos uos **do** yo [...] (1299)
h. E esto touo el enperador & los otros por grant marauilla por quel leon non los comjo todos (1325)
i. ponçonna **tengo** en mi (1350)
j. e al huesped **sea asignada** parte para donde rrazonable mente pueda estar conlos quelo han de seruir. (1390B)
k. e é estas siempre **derramo**. (1425)
l. armas odiosas **tomaste**, matando a tu madre Clitemestra (1425)
m. e a mí, commo a otros, **plega buscar** e **saber** las tales cosas (1444)
n. La qual dicha casa con su corral vos **vendo** [...] (1462)

Ordem O-V sem retomada em orações subordinadas:

- (7) a. cOmo estas: y otras muchas fortunas **contase** apolonio: (11YY)
b. cualquier que este hataud **hallare** pido que haya los diez marcos de oro (11YY)
c. y mando el hataud **lanzar** en la mar con gran lloro. (11YY)
d. E si otra cosa **hiciere** que el dolor demanda (11YY)
e. E tod aquel quj esta carta **quebrantar**, seia maldicto & descomungado (1223)
f. porque el nuestro linaje **ganaron** Montemolín e su término e lo dieron a la orden de cauallería de Sanctiago (1282)
g. et si esto non **pudiere iurar** (1242)

- h. si corazon **has**. (12YY)
- i. E renunçio la ley [...], e a todas las otras exçepciones que a mi **podiesen aprovechar** e a vos e a la priora e al convento sobredichos enpeçer. (1303)
- j. E renunçio la ley [...], e a todas las otras exçepciones que [...] e a vos e a la priora e al convento sobredichos **enpeçer**. (1303) k.
- k. si no que la carta del rey **ponia** por su demanda (1310)
- l. et quien por fuerça la aiena casa **quebrantare** (1345)
- m. el servicio, sacrificio, devoción y obras pías que, por este lugar **alcanzar** yo tengo a Dios ofrecido (1499)
- n. Y en verdad que ninguno **he visto** yo tan apasionado de letargía que tan olvidado esté de sí mesmo. (1500)

Ordem O-V com retomada em orações matrizes:

- (8) a. al de vil linaje no lo **debes menospreciar**. (11XX)
- b. el buen hombre muerto **enterraronlo** en aquella (11XX)
- c. El molino **ganólo** ell abade don Martino teniendo aquella casa (1229)
- d. el suelo no-l **vendió** que de Oña era. (1229)
- e. todo lo **demeto** e lo **do** a uos (1299)
- f. Y la vestidura tu me la **puedes dar**. (12YY)
- g. este cuerpo nuestro la natura lo **compuso** por causa de mal al cual los deleites suyos flacos y poco duraderos son mezclados con grandes dolores (1450B)
- h. e a todos los **desbarato**, que ninguno volvio a su tierra (1492)

Ordem O-V com retomada em orações subordinadas:

- (9) a. e lo que prometió vivo que amos los **Recebiera** aquel lugar así lo complio muerto (11XX)
- b. e lo que prometió vivo que amos los **Recebiera** aquel lugar así lo complio muerto (11XX)
- c. por que este homenaje no lo **podieron hacer** con enemigo del rey (12XY)
- d. de guisa que el morador le **quede** parte dela posada donde rrazonable mente pueda estar el e su companna, (1390B)

Os exemplos anteriores mostram que objetos diretos e objetos indiretos podem ser fronteados tanto com retomada como sem retomada clítica. Os dados em (6b), (6e), (6m), (7i) e (7j) são interessantes porque mostram casos de

complementos pronominais tônicos fronteados sem a retomada clítica, o que em qualquer contexto (seja de *focalização*, *tematização*, pré-verbal ou pós-verbal) é impossível no espanhol atual.

Os dados em (7c), (7j) e (7m) mostram que também é possível o *fronteamen-*to de objetos em orações não-finitas. (7m) é claramente uma oração não-finita, subordinada pela preposição “para”. O dado em (7c) representa um complexo verbal, que se conhece na literatura como verbos de marcação excepcional de Caso⁹, e o complemento do verbo subordinado aparece entre os dois verbos. O exemplo em (7j) representa um dado de locução verbal (verbo modal “poder” + verbo lexical); como esta oração é uma oração coordenada (ver exemplo (7i)), e o verbo modal está elidido, não fica claro se o objeto foi deslocado para antes do verbo lexical ou para antes do verbo modal¹⁰. Contudo, nas orações não-finitas, não encontrei casos de objetos fronteados com retomada clítica.

Nos casos de ordem O-V sem retomada clítica, o sujeito, quando realizado, sempre aparece em posição pós-verbal, como ilustram (6b), (6c), (6g), (7a), (7f), (7n). Quando há retomada clítica, o sujeito pode aparecer entre o objeto e o verbo, como ilustram (8f) e (8g).

Para finalizar, os dados anteriores mostram que, no espanhol antigo, há possibilidade de *fronteamen-*to de objetos sem retomada clítica em contextos de *tematização*, como fica evidenciado através dos exemplos (6c), (6f) e (6n), que são fragmentos de documentos notariais referentes à doação e venda de bens. É evidente que o objeto fronteados nos referidos exemplos é o tópico da venda/doação, não podendo ter outra função informativa¹¹.

⁹ Verbos de Marcação Excepcional de Caso são aqueles verbos que conseguem atribuir um Caso diferente do nominativo para o argumento externo (sujeito) do verbo subordinado, como se pode ver em:

- (i) A Maria mandou o João comprar o pão.
- (ii) A Maria mandou-o comprar o pão.

Em (ii), o argumento externo do verbo subordinado “comprar” é realizado sob a forma de um pronome acusativo cliticizado ao verbo principal “mandar”. Para uma apresentação simplificada de Marcação Excepcional de Caso, ver Mioto, Figueiredo Silva e Lopes (2004).

¹⁰ Os complexos verbais do espanhol antigo parecem ter um comportamento um pouco diferente do dos complexos verbais do espanhol atual, no sentido de que pode haver mais tipos de constituintes entre o verbo modal e o verbo lexical, como se observa em:

- (i) a. a quien son obligados que los no **debe** por si **tomar**. (1310)
- b. y por esto **puede** hombre **entender** que ellos tienen las otras gentes de gro entendimiento. (1307)
- c. sin el cual no se **puede** cosa alguna **comenzar ordenar** (1400)

¹¹ Abaixo, em (17) e (18), apresento fragmentos mais extensos que reforçam essa análise.

3. DIFERENÇAS ENTRE TEMATIZAÇÃO E FOCALIZAÇÃO

Considerando que o espanhol antigo foi analisado como uma língua V2 por Fontana (1993), questiono se, de fato, as duas fases se comportam da mesma forma com relação à ordem O-V e o uso de clíticos, como propôs Fernandez-Ordóñez (2009), já que o que se espera em línguas V2 é a possibilidade (na realidade, obrigatoriedade) de ordem O-V sem retomada clítica em contextos em que línguas não V2 exigem a retomada clítica. Como os contextos de *focalização* não oferecem nenhum esclarecimento à questão porque já são os contextos em que o clítico não é usado no espanhol atual, interessa observar se há retomada clítica por um clítico em contextos de *tematização* e em contextos neutros. Os dados do espanhol antigo apresentados em (6) a (9) mostraram que, nesses dois contextos, embora haja casos de retomada clítica, há casos também de construções sem retomada pelo pronome clítico. Em (10) recupero alguns casos:

- (10) a. E esta carta **otorga** la abatíssima Sancha Garcíez, e la priora doña María Fortúnez e tod el convento. (1206)
- b. e del molino de Ribiella el medio **diemos** al monesterio e otro medio damos a vós (1206)
- c. e al huesped **sea asignada** parte para donde rrazonable mente pueda estar conlos quelo han de seruir. (1390B)
- d. E tod aquel quj esta carta **quebrantar**, seia maldicto & descomungado (1223)
- e. cualquier que este hataud **hallare** pido que haya los diez marcos de oro (11YY)

Os dados em (10a), (10b) e (10c) ilustram claramente casos de *tematização*. O primeiro caso é um fragmento do fechamento de uma carta de doação, em que o sintagma nominal “esta carta” aparece várias vezes no texto e não há contraste com nenhuma outra carta nem documento (Nos termos de VALLDUVI, 1990, “esta carta” é o *link*). A informação nova da oração é quem outorga a carta. O segundo caso trata do que se fez com um moinho, que é o tópico discursivo¹². As

¹² Zubizarreta (1999, p. 4218) diferencia o *tema discursivo* do *tema oracional*. Uma oração como (i) pode ter como *tema discursivo* as possibilidades em (iia) e (iib), porém, só (iia) pode ser considerado *tema oracional*.

- (i) El Sr. González es un científico muy erudito, pero su originalidad deja mucho que desear.
- (ii) a. O Sr. González.
b. A habilidade científica do Sr. González.

outras duas metades são o tópico/tema de cada oração; posteriormente se diz o que se fez com cada metade. O terceiro caso é interessante porque se trata de um caso de voz passiva, que é um recurso de *tematização*, já que tira o objeto da posição de complemento e o coloca na posição de sujeito. Por outro lado, os dados em (10d) e (10e), se não representam contextos neutros de fato, tampouco representam contextos típicos de *tematização*.

Quando os exemplos em (10) do espanhol antigo são comparados com as suas contrapartes (traduções) do espanhol atual, se observa um claro contraste sintático entre as duas fases. No espanhol atual, os exemplos (10a), (10b) e (10c) só seriam gramaticais com a presença do clítico; os exemplos (10d) e (10e) não são possíveis nem com clítico nem sem clítico: a única possibilidade é a ordem V-O. Vejam-se (11) e (12) a seguir, que ilustram o contraste de gramaticalidade. (11) ilustra as formas gramaticais do espanhol atual; (12) ilustra as formas traduzidas constituente por constituente do espanhol antigo, que são agramaticais na atualidade.

- (11)
- a. Y esta carta la **escriben** la abatíssima Sancha Garcíez y la priora doña María Fortúnez y todo el convento.
 - b. Y del molino de Ribíella la mitad (se) la **dimos** al monesterio y la otra mitad se la **damos** a usted.
 - c. y al huésped le **sea asignada** parte para [...]
 - d. Y el que no **cumpla** esta carta [...]
 - e. A cualquier que **halle** este ataúd le pido que quede con los diez marcos de oro.
- (12)
- a. *Y esta carta **escriben** la abatíssima Sancha Garcíez y la priora doña María Fortúnez y todo el convento.
 - b. *Y del molino de Ribíella la mitad **dimos** al monesterio y la otra mitad **damos** a ustedes
 - c. *y al huésped **sea asignada** parte para [...]
 - d. *Y el que esta carta no **cumpla** [...]
 - e. *Cualquier que este ataúd **halle** pido que quede con los diez marcos de oro.¹³

¹³ Os exemplos (10e), (11e) e (12e) são interessantes porque, além da obrigatoriedade da ordem V-O na oração relativa, é necessário também usar o clítico para retomar o objeto indireto do verbo principal “pedir”. A forma “cualquier que halle este ataúd pido que...”, embora tenha a ordem V-O na oração relativa, também é agramatical.

A diferença entre as duas fases com relação ao *fronteamento* de constituintes fica evidente também quando se consideram os pronomes complementos tônicos. No espanhol antigo, as formas tônicas podiam aparecer sem as respectivas formas átonas (clíticos) tanto antes como depois do verbo. No espanhol atual, as formas tônicas, independentemente de se estão pré- ou pós-verbalmente, só podem aparecer se as respectivas formas átonas estiverem presentes¹⁴. Os dados em (13) ilustram as possibilidades do espanhol antigo e os dados em (14) e (15) ilustram as possibilidades e as impossibilidades do espanhol atual respectivamente:

Pronomes tônicos no espanhol antigo

- (13) a. y a mi no **place** otra cosa si no el remedio de la muerte. (11YY)
 b. e otro medio **damos a vós** (1206)
 c. é á vos é á la Orden **peche** quanto demandare (1244)
 d. e de todos los derechos que a ellas **perteneçen** (1303)

Possibilidades de pronomes tônicos no espanhol atual

- (14) a. y a mi no me **place** otra cosa si no el remedio de la muerte
 b. Y la outra mitad se la **damos a ustedes**
 c. y a ustedes y a la Orden les **pague** quanto demande
 d. y de todos los derechos que a ellas les **pertenecen**

Impossibilidades de pronomes tônicos no espanhol atual

- (15) a. *y a mi no **place** otra cosa si no el remedio de la muerte.
 b. *Y la outra mitad la **damos a ustedes**¹⁵
 c. Y* a ustedes y a la Orden **pague** quanto demande
 d. *y de todos los derechos que a ellas **pertenecen**,

A diferença estrutural dos pronomes tônicos nas duas fases da língua fica evidente quando se trazem à discussão contextos de *focalização*, contexto em

¹⁴ Essa restrição só é válida para objetos diretos e indiretos, quando as formas tônicas e átonas são possíveis. Outros casos, por exemplo, quando o pronome é complemento de uma preposição, a única opção é a forma tônica sem retomada pela forma átona (ver a discussão de LUJÁN, 1999):

(i) Esto es para mí.

¹⁵ Embora o clítico de acusativo esteja presente retomando o objeto direto fronteadado, se o clítico de dativo não estiver presente, a oração permanece agramatical.

que o espanhol atual não requer a duplicação do sintagma nominal pelo clítico. Quando um pronome tônico é focalizado (mesmo *in situ*), o pronome átono também é obrigatório:

- (16) a. Aquí estamos las tres, pero ahora me toca A MÍ.
b. *Aquí estamos las, pero ahora **toca A MÍ**.¹⁶

O contexto de (16) era o seguinte: uma programação em que se apresentaram três cantoras, sendo que a última era a mais antiga de todas. Quando entrou no palco, esta última cantora disse a oração em (16a). Fica claro que ela está fazendo um contraste entre as outras duas e ela.

Comentei que, diferentemente do espanhol atual — que só exhibe a ordem O-V em dois contextos sendo que em apenas um deles, ou seja, na *focalização*, o objeto não pode ser retomado pelo clítico (na *tematização* a retomada pelo clítico é obrigatória)—, o espanhol antigo exibia a ordem O-V sem clítico, em qualquer contexto informativo, seja neutro, seja de *tematização* ou de *focalização* (como os contextos de *focalização* não oferecem evidências para o ponto em discussão já que não permitem a presença do clítico também na variedade atual, não são trazidos para o debate). Vejam-se, por exemplo, os fragmentos em (17) e (18) a seguir:

- (17) Conosçuda cosa sea a quantos esta carta vieren commo nos don Per Alfonso, por la gracia de Dios abbat de Trianos, e nos, el conuento dese mismo lugar, ffazemos camio conuusco, Nunno Perez, fio de don Pero Perez de Ssant Ffagunt, e con Leonor Fferrandez, uostra muger. Nos, abbat e conuento sobredichos **damos** a uos, Nunno Perez e Leonor Ferrandez, uostra muger, la nostra vina que yaz enas Vegas, çerca Villazan, que a por linderos: de primera parte e de seguda parte uos, Nunno Perez e Leonor Ferrandez, de terçera Sancha Martinez, de quarta parte la rreguera que uien de las Fontanielas.

¹⁶ O contraste nas possibilidades de uso dos pronomes tônicos e nas possibilidades de *fronteamen-*to de complementos verbais com ou sem retomada clítica nos contextos que não os de *focaliza-*ção é um aspecto que ainda precisa ser estudado. Poderia ser argumentado que, neste caso, o problema está relacionado com o verbo “tocar” já que, mesmo com sintagmas nominais plenos, exige o pronome clítico, assim como o verbo “gustar” e “parecer” (ver FONTANA, 1993, a esse respeito). No entanto, se são considerados outros verbos que não obriguem o uso do clítico com sintagmas nominais plenos, o contraste continua:

- (i) a. Maria vio/llamó/invitó/saludó a Juan.
b. *Maria vio/llamó/invitó/saludó a mí.
c. Maria me vio/llamó/invitó/saludó a mí.

Et esta vina asi como es determinada, vos **damos** por hereditat e por iuro de hereditat con todas sus pertenencias, asi como la nos auemos con todos quantos derechos nos e nostro monesterio y auemos e deuiemos auer en esta vina sobredicha.

Et esta vina uos **damos** en cambio por tres terras e vn vinnal.

O fragmento em (17) representa um trecho de uma carta de doação de uma vinha. Quando o sintagma nominal referente à vinha “la nostra vina” aparece a primeira vez, acontece a ordem V-O. No segundo trecho, “esta vina” é o tópico/tema da oração e aparece na ordem O-V sem a retomada clítica. O mesmo acontece no terceiro trecho. Como fica claro pelo fragmento, “esta vina” não pode ser considerada um foco tendo em vista que não há contraste com nenhuma outra propriedade que esteja sendo dada. Mais uma vez, o segundo e o terceiro trechos, no espanhol atual, só seriam possíveis se houvesse a retomada pelo clítico.

(18) El cual ese dia con los discipulos a la ribera andaba y **vio** el hataud que estava lanzado de las ondas y dijo a sus siervos **tomad** este hataud con toda diligencia y trahed lo a la villa el cual como hiciesen el medico abrio y vio dentro una doncella apostada y ornada de ornamentos reales muy hermosa yacente casi muerta y espantado dice o buena doncella porque sois as’ desamparada: y vio de bajo de su cabeza puesta copia de oro: y debaxo de la pecunia una carta escrita: y dice sepamos que contiene la carta. la cual como abriese fallo un titulo escrito.

cualquier que este hataud **hallare** pido que haya los diez marcos de oro: y los otros diez de para la sepultura.

No fragmento em (18), “este hataud” aparece com a ordem V-O durante a narração. Contudo, na transcrição da mensagem da carta, se observa a ordem O-V. É difícil imaginar que “este hataud”, neste contexto, possa ser interpretado como um elemento tematizado, mesmo que seja um tópico pendente. Pelo que se observa do fragmento, o tópico pendente é toda a oração relativa livre “cualquier que este hataud hallare”. “este hataud”, dentro deste, contexto pode ser entendido como um elemento neutro, já que não representa a informação nova com relação ao que deve ser achado, nem representa a informação dada/conhecida, porque não aparece anteriormente no contexto da mensagem da carta nem é sobre o que se fala. No espanhol atual, o objeto direto do verbo, neste contexto, aparece obrigatoriamente na ordem V-O.

4. A ORDEM XP-V E A POSIÇÃO DO SUJEITO

Como mostrei anteriormente, o espanhol antigo exibia a ordem O-V sem duplicação clítica, mesmo em contextos neutros e de *tematização*, diferentemente do espanhol atual, que só exhibe a ordem O-V sem duplicação clítica em contextos de *focalização*, o que conduz à conclusão de que há diferenças no estatuto da posição imediatamente pré-verbal entre as duas fases do espanhol. Os exemplos em (19) e (20) a seguir ilustram esse contraste entre as duas fases do espanhol:

- (19) a. E esta carta **otorga** la abatíssima Sancha Garcíez, e la priora doña María Fortúnez e tod el convento. (1206)
b. Y en verdad que ninguno **he visto** yo tan apasionado de letargía que tan olvidado esté de sí mesmo. (1500)
- (20) a. Las acelgas María las **detesta**.¹⁷
b. Al guardia María lo **atizó**. (HERNANZ; BRUCART, 1987, p. 82 e 89)

Além da questão da presença/ausência do clítico, uma diferença com relação à ordem O-V é que, no antigo, como mostra (19), o sujeito está posposto (também pode estar nulo), superficializando a ordem O-V(-S) e, no atual, como mostra (20), o sujeito pode estar disposto pré-verbalmente, entre o objeto e o verbo, superficializando a ordem O-(S-)cl-V.

Outro aspecto interessante sobre a posição do sujeito na ordem XP-V vem da observação do *fronteamento* de orações subordinadas. Vance, Donaldson e Steiner (2009) mostram que, já no francês dos Séculos XII-XIII, quando se fronteava uma oração subordinada, o sujeito podia aparecer em posição pré-verbal. No espanhol antigo, quando se fronteava uma oração subordinada, o sujeito aparecia em posição pós-verbal. No espanhol atual, por outro lado, não há restrição ao sujeito pré-verbal quando se fronteia uma oração subordinada, vide o contraste entre os dados em (21) do espanhol antigo e (22) do espanhol atual:

¹⁷ a. [El sillón] TOP, Pedro lo compró en el mercado de pulgas.
b. [A una amiga] TOP, Pedro la invitó a bailar.
c. [Dinero] TOP, todo el mundo necesita.
d. Estoy segura de que [a sus amigos]TOP, Maria los invitó a cenar. (ZUBIZARRETA, 1999, p. 4220/4222)

O exemplo (ic) é interessante porque se trata de sintagma nominal de massa fronteado sem determinante, único caso em que o objeto direto pode ser tematizado sem duplicação clítica no espanhol já que o clítico tem um caráter [+específico] e os nomes de massa têm um caráter [-específico].

- (21) a. mas como se quitaba el cuerpo sobreuino un discipulo del medico joven de edad: (11YY)
b. Ofrescidos en el templo muchos preciosos dones: comienzo recontar apolonio como el angel le había reuelado. (11YY)
c. si tu entiendes el hecho perescera el nombre de padre en mi. (11YY)
- (22) a. Si llueve mucho, Juan no va a ir a la escuela.
b. Como me digas algo, yo te doy una paliza.

O que o contraste mostra, tanto com relação à ordem O-V como em relação às orações subordinadas fronteadas entre o espanhol antigo e o espanhol atual, é que, no espanhol antigo, o sujeito não tinha uma posição pré-verbal exclusiva para si, ao contrário do espanhol atual, que dispõe de uma posição pré-verbal exclusiva para o sujeito.

A hipótese de Fontana (1993) para explicar a mudança do espanhol antigo de um sistema V2-IP para o espanhol atual, caracterizado por um sistema não V2, é justamente a hipótese de que alguma coisa mudou na posição pré-verbal do espanhol antigo para o espanhol atual. Em Pinto (2011), argumentei no sentido contrário: a mudança na posição pré-verbal não é a causa da mudança linguística, mas sim a consequência dela¹⁸.

5 COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICAS

Os dados do espanhol antigo levam ainda a uma consideração bastante relevante: o espanhol antigo parece não possuir uma gramática V2 pura, mesmo que se considere o efeito V2 das línguas românicas antigas diferente do efeito V2 das línguas germânicas atuais. Fontana (1993) e Martins (2003), por um lado, constroem seus argumentos com base nas estruturas V2 e por isso consideram as duas fases distintas. Fernández-Ordóñez (2009), por outro lado, constrói seus argumentos com base nas estruturas não V2, idênticas às estruturas da gramática atual.

Apesar dos dados substanciais de Fontana (1993) e Martins (2003), que mostram uma clara diferenciação gramatical entre as duas fases do espanhol,

¹⁸ A divergência de perspectiva está no fato de que, em Pinto (2011), assumo a teoria de Lightfoot (1991, 1998, 2006) das pistas para a aquisição. Seguindo esse modelo, em que a aquisição da linguagem é o lugar da mudança linguística, a criança analisa os dados e obtém deles pistas para a fixação paramétrica. Isso implica que primeiro os dados precisam mudar para que a criança faça a reanálise estrutural. Se a representação estrutural muda antes do dado, a criança não precisa ter acesso ao dado para desencadear a mudança. Este, ao meu ver, é o problema das análises de Rivero (1991), Fontana (1993) e Martins (2003).

Salvi (2001), Pinto (2011) e Mensching (2012) mostram que eram registradas as duas ordens O-V e O-cl-V (ignore-se a posição do clítico, se proclítico ou enclítico) como ilustram (23a) e (23b) respectivamente:

- (23) a. y su cabeza **colgaban** sobre la puerta del palacio
b. El molino **ganólo** ell abade don Martino teniendo aquella casa (PINTO, 2011, p. 96-97)

Taraldsen (1986) propõe que as construções de deslocamento à esquerda clítico (CLLD - *clitic left dislocation*), como (23b), são a contraparte das construções V2, como (23a). Pode-se dizer que CLLD e V2 são opções diferentes para o mesmo parâmetro¹⁹. Logo, parece que havia, no espanhol medieval, um processo de competição de gramáticas, como proposto por Kroch (2001), em que uma gramática V2 competia com uma gramática não V2, resultando no desaparecimento da gramática V2 na passagem do século XV para o século XVI²⁰.

Sobre o processo de competição de gramáticas, se pode trazer para a discussão as considerações de Salvi (2001) e Mensching (2012):

That the Old Romance languages had a V2 structure has been recognized for a long time and has been studied in deep in the frame of generative grammar too [...]. But it is hardly even noted [...] that Old Romance text marginally present also sentences of another structural type, which represent a sort of transition between Latin and Romance sentence structure. (SALVI, 2001, p. 297)

Although this account shows that Old Romance, at this early stage, already allowed for the modern structure, the analysis contains no syntactic explanation of why the clitic is often absent in Old Romance topicalization structures, whereas it is obligatory in the modern stages of almost all of these languages. (MENSCHING, 2012, p. 26)

¹⁹ Cinque (1995) mostra que, em línguas V2, o objeto fronteado, por ter sido movido, se caracteriza como um operador e consegue legitimar a categoria vazia deixada como uma variável; por outro lado, em línguas não V2, o objeto fronteado na CLLD, por não ter sido movido, não se caracteriza como operador e, portanto, deixa a categoria vazia sem ser legitimada. O clítico é um instrumento de último recurso para legitimar a categoria vazia.

²⁰ O seguinte trecho de Kroch (1989, p. 3) também sustenta essa afirmação:

To study the process of change, we must recognize that the historical texts from which we abstract our data are records of language in use. They have preserved, for us to re-experience or to study, past human linguistic activity; and this activity was not that of ideal speaker/hearers in a homogeneous setting but that of actual people in specific historical circumstances. [...] Furthermore, the widespread occurrence of bilingualism and diglossia show that people often know more than one grammatical system; and the striking phenomenon of intra sentential code-switching reveals that, in using their knowledge, people may switch fluently between forms from different systems.

Outro ponto que também evidencia a existência de duas gramáticas diferentes no espanhol antigo é a posição do sujeito pós-verbal. Como mostrei, o espanhol antigo apresenta tanto a ordem V-S(-XP) como a ordem V-XP-S. Nas línguas V2 prototípicas, quando o sujeito não é o primeiro XP, aparece sempre imediatamente depois do verbo, na ordem XP-V-S(-XP). Nesse sentido, o fato de que o espanhol antigo apresente também a ordem V-XP-S é outra evidência a favor da existência de uma gramática não V2.

6. O EFEITO V2 NAS LÍNGUAS GERMÂNICAS ANTIGAS E O CONTATO ENTRE LÍNGUAS

Considerando a sócio-história do latim e das línguas românicas, ou seja, pondo em destaque as invasões germânicas no Império Romano, gostaria de levantar a hipótese de que o efeito V2 e os aspectos relacionados com o movimento do verbo para CP que são encontrados nas línguas românicas antigas são uma influência germânica²¹ no latim/romance decorrente do processo de transmissão linguística irregular devido a um processo de aprendizagem imperfeita durante o contato entre os povos germânicos e românicos na Idade Média. E, no caso do espanhol, a variação gramatical pode ter sido reforçada com a chegada dos francos durante o Século XI conforme discutido em Tuten (2003). Ou seja, os povos germânicos chegaram já em maior ou menor grau romanizados na Península Ibérica e falavam um latim, que era a língua lexificadora, com uma sintaxe germânica. Como os povos germânicos se tornam a classe social de prestígio, é essa língua que vai servir de modelo linguístico para o restante da população²².

Kaiser (1999, 2006), Rinke (2009) e Cruschina e Sitaridou (2009)²³ se posicionam contra a análise de que as línguas românicas antigas eram línguas

²¹ Mathieu (2007, 2009) estuda o francês antigo e mostra que muitas das propriedades encontradas no islandês atual são identificadas no francês antigo, tais como construções transitivas expletivas, *object shift*, inversão estilística, além do efeito V2 (alguns dos exemplos ilustrados em (2)-(5) acima). Embora essas propriedades sejam relevantes para a questão, acredito que uma comparação com as línguas germânicas antigas traga resultados mais fidedignos para o debate porque, como Santorini (1989, 1995) mostra, o iídiche apresenta uma mudança gramatical na sua história, passando de uma língua V2 assimétrica para uma língua V2 simétrica.

²² Guerras (1995) faz uma apresentação dos povos germânicos, sua relação com os romanos e sua participação no Império. Com relação ao fato de terem sido romanizados, Guerras (1995, p. 79) diz: “[os germanos] Antes, pelo contrário, o respeitaram, estabeleceram pactos de federação, se integraram primeiro no exército, depois na totalidade da vida do Império. Romanizaram-se ao mesmo tempo que ocorreria a germanização dos romanos”. Ou seja, ao contrário do que faz acreditar a tradição linguística hispânica, a língua latina e suas variedades também foram influenciadas pelos povos germânicos durante o longo contato que as duas sociedades tiveram.

²³ Ver também as referências citadas pelos autores.

V2 com o argumento de que o que se chama de efeito V2, nas línguas românicas antigas, é bem diferente do que se entende por efeito V2 nas línguas germânicas atuais. Cruschina e Sitaridou (2009) argumentam que a ordem linear V2 das línguas românicas antigas não era um requerimento estrutural (formal) da gramática, mas decorrente de uma relação para satisfação de critérios, no sentido de Rizzi (1991, 1997), por razões informativas²⁴.

No entanto, se forem considerados estudos como os de Axel (2007) e Hinterhölzl e Petrova (2010), se pode notar que as próprias línguas germânicas, em fases mais antigas, não se comportavam como as línguas germânicas atuais²⁵. Os autores mostram que as línguas germânicas antigas eram muito mais frouxas com relação ao efeito V2 do que o são na atualidade.

Hinterhölzl e Petrova (2010) associam as possíveis ordenações à estrutura informativa do discurso e mostram que o Old High German, fase mais antiga da língua alemã, era uma língua do tipo V1 e que o efeito V2 somente aparecia quando havia um tipo especial de *tematização*, o *aboutness topic*, que é um referente já conhecido no discurso prévio sobre o qual é acrescentada alguma informação²⁶. Ou seja, a posição do verbo era como uma divisória entre o referente do discurso e o restante da oração. Por outro lado, os autores mostram que o inglês e o saxão antigos tinham um comportamento levemente diferente do alemão antigo: nessas línguas a posição do verbo servia para separar todas as informações conhecidas (não só o *aboutness topic*) do resto da oração. Assim o efeito V2 aparecia superficialmente por acidente no caso de haver apenas um constituinte conhecido no discurso. Fica claro, portanto, que, nas línguas germânicas antigas, a posição do verbo servia para fazer uma divisão da estrutura do discurso e que as línguas germânicas atuais (exceto o inglês, que perdeu o efeito V2 ao longo de sua história) generalizaram o uso da primeira posição independentemente de fatores discursivos.

²⁴ A discussão da periferia esquerda das línguas românicas proposta em Benincà (2006) vai neste sentido: o verbo ocupa a posição de núcleo equivalente à posição de especificador na qual o XP em primeira posição se encontra. Um dos argumentos de Cruschina e Sitaridou (2009) para esta análise é o fato de as línguas românicas antigas permitirem muita construção V1. Esse fato, como discutido em Pinto (2011) e Ribeiro (1995), não descaracteriza as línguas românicas antigas como línguas que exibem movimento do verbo para CP. Além disso, na análise de Cruschina e Sitaridou (2009), se perde o fato de ser possível a ordem O-V em contextos neutros.

²⁵ Ou seja, toda contra-argumentação de Kaiser (1999), Rinki (2009) e Cruschina e Sitaridou (2009) à análise de Ribeiro (1995) de que o português antigo era uma língua V2, está baseada em comparação com as línguas germânicas atuais, que, de fato, se comportam de forma diferente das línguas germânicas antigas.

²⁶ Há também casos de ordem V3, embora sejam raros segundo Hinterhölzl e Petrova (2010).

Axel (2007) comenta que o Old High German é a fase mais antiga do alemão a que se tem registro e consiste de um punhado de textos escritos entre os Séculos VIII e XI. Contudo, se os textos escritos apareceram na segunda metade do Século VIII, pode-se prever que, na língua falada, tais características já estivessem presentes há algum tempo e também poderiam ser encontradas nas outras línguas germânicas que chegaram ao Império Romano poucos séculos antes. É evidente, no entanto, que seria necessário ter acesso a textos mais antigos. De qualquer forma, fica pendente de explicação como as línguas românicas exibiram em conjunto, nas suas fases antigas, ordenações que mostravam claramente um movimento mais alto do verbo: o português e o espanhol apresentavam bastante ordem V1 e ordem V2 (e pelo que parece, o francês antigo apresentava um efeito V2 bastante mais rígido)²⁷.

Em síntese: as línguas germânicas antigas tinham o padrão V1, com movimento do verbo para CP, e exibiam a ordem V2 quando havia uma divisão entre o tópico e o resto da oração. Os dados do espanhol entre os Séculos XII e XIV, apresentados em Pinto (2011), mostram que (a) a língua tinha um padrão V1 em orações subordinadas (mais de 50% dos dados de orações subordinadas) e (b) o efeito V2 era bastante produtivo em orações matrizes (numa média de 50% dos dados). Essa diferença entre orações matrizes e orações subordinadas pode ser explicada da seguinte maneira: as orações matrizes são as responsáveis pela introdução de novos tópicos no discurso, enquanto que as orações subordinadas acrescentam informações sobre esses tópicos já introduzidos (veja-se por exemplo o caso das orações relativas que dificilmente vão permitir uma *tematização* interna, já que o próprio elemento relativizado é quem representa o tema discursivo). O processo de transmissão linguística irregular pode explicar por que, mesmo em contextos em que não havia um tema discursivo, como no fragmento em (18), se encontrava a ordem O-V. Pode-se conjecturar, então, que, num primeiro momento, os povos germânicos fronteavam constituintes como nas línguas germânicas antigas (ver HINTERHÖLZL e PETROVA, 2010) e os falantes latinos que já habitavam a Espanha não fronteavam constituintes como

²⁷ A questão permanece aberta independentemente de se assumir o latim tardio como uma língua S-O-V- ou língua S-V-O (ou qualquer que seja a ordem). Como se sabe, com a perda da morfologia casual, as palavras precisaram ter suas relações estabelecidas a partir da ordem, causando um enrijecimento na ordem de palavras. Lapesa (1981) também aponta que a total flexibilidade na ordem de palavras, fazendo com que elementos modificadores estivessem separados, inclusive, dos núcleos que modificavam era uma característica do latim clássico, explorada na escrita; a língua falada, por outro lado, não dispunha de tal recurso. Por fim, Chirita (2003) aponta que o latim mesmo já teria uma estrutura V2.

os germânicos; num segundo momento, como a geração posterior não aprendeu como frontear constituintes corretamente (entenda-se frontear de acordo com a geração germânica anterior e tinham os germanos como modelo de prestígio dada sua posição social), estendiam o *fronteamento* para contextos nos quais a geração anterior não fronteava constituintes.

É interessante observar que essa generalização da primeira posição no espanhol antigo difere da generalização das línguas germânicas atuais: Hinterhölzl e Petrova (2010) mostram que, no caso de orações neutras, que funcionam como resposta à pergunta “O que aconteceu?”, o alemão não permite a ordem O-V-S; a ordem S-V-O é obrigatória²⁸. O espanhol antigo, como mostrei em (18), por outro lado, já exibia a ordem O-V nesses contextos²⁹. Este fato também parece ilustrar um processo de transmissão linguística irregular no sentido de que, nas línguas germânicas antigas, a posição pré-verbal era destinada a um uso discursivo específico; os falantes do espanhol antigo não aprenderam essas regras discursivas e não moviam nenhum constituinte para a primeira posição e ora colocavam constituintes sem nenhum valor discursivo marcado na primeira posição da oração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados discutidos ao longo deste texto mostram que havia variação linguística no espanhol antigo. Por um lado, eram encontradas construções com a ordem O-V, que caracterizariam o espanhol antigo como uma língua V2. Por outro lado, também eram registradas construções com a ordem O-cl-V, o que descaracterizaria o espanhol antigo como uma língua V2. Parece que esses dados têm sido o ponto de divergência entre as duas análises, fazendo com que alguns autores defendam a análise de que o espanhol antigo era uma língua V2 enquanto outros sejam categoricamente contra essa proposta. Meu posicionamento, no entanto, vai no sentido de relacionar os aspectos da história social com os da história linguística e propor, juntamente com outros autores, como Salvi (2001) e Mensching (2012), que se observavam, no espanhol antigo, duas gramáticas em concorrência.

²⁸ Essa restrição é conhecida como *Minimal Link Condition*: Quando dois elementos competem pela mesma posição, o mais perto se move. Como sujeito e objeto não possuem traços discursivos específicos na resposta à pergunta “O que aconteceu?”, o sujeito, que está mais próximo da posição alvo, é quem se move para satisfazer o efeito V2. Arteaga (1998) faz uma análise interessante nesse sentido para o francês antigo.

²⁹ A pergunta que poderia ser feita em (18) não é “O que aconteceu?” mas “O que diz a carta?”, o que, de todos os modos, oferece os mesmos resultados.

Tem sido assumido consensualmente que as línguas românicas atuais seriam o resultado da mudança natural do latim, fato que precisa ser revisto porque, talvez, com influência ideológica do Renascimento, os efeitos linguísticos dos contatos populacionais tenham sido esquecidos na história das línguas românicas. Chomsky (1965) e Hernanz e Brucart (1987) discutem que a gramática, entendida como processos de organização e estruturação interna de orações, só foi desenvolvida nos estudos linguísticos a partir do modelo gerativista. Antes disso, seja na perspectiva tradicional ou estruturalista, a gramática era entendida como as partes da oração, caracterizando muito mais o estudo da morfologia que da sintaxe propriamente dita. Dessa forma, como os estudos sobre a formação das línguas românicas são bastante anteriores ao modelo gerativista, a sintaxe aparece apenas tangencialmente nessas discussões, não fornecendo muitos elementos. Além disso, somente na década de 1980, com o trabalho seminal de Siegel (1985) é que toma corpo o modelo teórico da sociolinguística histórica, interessado nos processos e dinâmicas de contatos entre línguas na constituição das diversas línguas humanas³⁰.

A discussão que apresentei aqui, em vez de conclusiva, é, pelo contrário, sugestiva e o ponto de partida para uma agenda que pretendo desenvolver em trabalhos futuros. Questões instigantes e intrigantes aparecem, entre as quais podem ser apontados, tomando como ponto de partida a Espanha medieval, os fatos a seguir, agrupados em três momentos. 1) Olhando para o presente daquele momento, como se caracterizavam as duas gramáticas do espanhol medieval e quais seriam seus aspectos convergentes e divergentes?; 2) Olhando mais para trás, como teria surgido e de onde teria se originado o processo de competição de gramáticas? Qual gramática surgiu primeiro e como a outra entra em competição?; 3) Olhando para o futuro, como a gramática V2 desaparece fazendo com que a gramática não V2 prevalecesse? Em Pinto (2011), seguindo a proposta das pistas para a aquisição da linguagem de Lightfoot (1991, 1998, 2006), esbocei um modelo que tenta explicar a perda da gramática V2 a partir da redução da

³⁰ Aqui são necessárias duas observações. 1) Só a partir desse quadro teórico, as discussões sobre a história do espanhol começaram a ser revistas pensando nos processos de contatos de línguas, no caso da América por Fontanella de Weinberg (1993), e no caso da Espanha por Tuten (2003). 2) As teorias do substrato, superstrato e adstrato, bem conhecidas na linguística românica, são antigas porém enfatizam, segundo entendo, os resultados dos contatos e os aspectos que não podem ser explicados pelo sistema linguístico em análise. Dessa forma, essa perspectiva perde muito do seu poder explicativo, porque, como também mostrei em Pinto (2011), o resultado do contato linguístico pode ser a manutenção do fenômeno e não somente o seu aparecimento ou desaparecimento.

frequência da ordem O-V sem a retomada pelo clítico como o gatilho para a reanálise de uma língua XP-V para uma língua S-V. Porém, não toquei nas duas primeiras questões.

As perguntas levantadas ultrapassam o problema descritivo do espanhol e alcançam o nível teórico do modelo gerativista mesmo oferecendo um bom debate sobre como a variação linguística se materializa e como pode ser caracterizada num modelo mentalista minimalista que rejeita a opcionalidade. O trabalho precisa ser aprofundado com maior quantidade de dados linguísticos e históricos, para, a partir de uma melhor relação entre sintaxe e história social, ser possível o lançamento de mais luz sobre a questão e ter esses fatos esclarecidos.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Marianne. *Old French, Null Subjects and Verb Second Phenomena*. Dissertation (Ph.D.) – University of California, 1987.
- ARTEAGA, Deborah. Sobre el V2 en el francés antiguo y la fuerza relativa de los rasgos sintácticos. *Thélème, Revista Complutense de Estudios Franceses*, n. 13, p. 171-184, 1998.
- AXEL, Katrin. *Studies on Old High German Syntax Left sentence periphery, verb placement and verb-second*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.
- BENINCÀ, Paola. Complement Clitics in Medieval Romance: The Tobler-Mussafia Law. In: BATTYE, Adrian; ROBERTS, Ian. (Org.). *Clause structure and language change*. Nova Iorque; Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 325-344.
- _____. A Detailed Map of the Left Periphery of Medieval Romance. In: ZANUTTINI, Raffaella et al. (Org.). *Negation, Tense and Clausal Architecture: Cross-linguistics Investigations*. Washington: Georgetown University Press, 2006. p. 53-86.
- BIBERAUER, Theresa. Verb second in Afrikaans: Is this a unitary phenomenon? *Stellenbosch Papers in Linguistics*, v. 34, p. 19-69, 2002.
- CHIRITA, Diana. Did Latin influence German word order? Aspects of German-Latin bilingualism in the Late Middle Ages. In: BRAUNMÜLLER, Kurt; FERRARESI, Gisella. (Org.). *Aspects of Multilingualism in European Language History*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. p. 173-200.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1965.

CINQUE, Guglielmo. Bare quantifiers, quantified NPs, and the notion of operator at S-structure. In: _____. *Italian syntax and Universal Grammar*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995. p. 104-120.

CRUSCHINA, Silvio; SITARIDOU, Iohanna. From Modern to Old Romance: The Interaction between Information Structure and Word Order. In: DIGS, 11., 2009, Campinas. *Caderno de Resumos*. Campinas: UNICAMP, 2009. p. 24-27.

EBERENZ, Rolf. La periodización de la historia morfosintáctica del español: propuestas y aportaciones recientes. *Cahiers D'études Hispaniques Médiévales*, n. 32, p. 181-201, 2009.

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inês. *Orden de palabras, tópicos y focos en la prosa alfonsí*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2009. (Citado do Manuscrito).

FONTANA, Josep María. *Phrase structure and the Syntax of clitics in the history of Spanish*. 1993. Dissertation (Ph.D) – Universidade da Pensilvânia, (1993).

FONTANELLA DE WEINBERG, Maria Beatriz. *El español de América*. 2. ed. Madri: Mapfre, 1993.

GUERRAS, Maria Sonsoles. *Os povos bárbaros*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador. *Temas, remas, focos, tópicos y comentarios*. 2. ed. Madrid: Arco/Libros, 2000.

HERNANZ, María Luisa; BRUCART, José María. *La sintaxis*. Principios teóricos. La oración simple. Barcelona: Crítica, 1987.

HINTERHÖLZL, Roland; PETROVA, Svetlana. From V1 to V2 in West Germanic, *Lingua*, v. 120, Issue 2, p. 315-328, 2010.

KAISER, Georg A. A ordem das palavras e a posição do verbo finito no português antigo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ORGANIZADO POR MOTIVO DOS VINTE ANOS DO PORTUGUÊS NO ENSINO SUPERIOR. *Actas*. Budapeste: Departamento de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade Etövös Loránd, 1999. p. 248-259.

_____. Sobre a alegada perda do sujeito nulo no português brasileiro. In: LOBO, Tânia et al. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 11-42. v. 6, tomo 2.

KROCH, Anthony. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variation and Change*, v. 1, p. 199-244, 1989. (Citado do manuscrito).

_____. Syntactic Change. In: BALTIM, Mark; COLLINS, Chris. (Org.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Oxford: Blackwell, 2001. p. 699-730.

LAMBRECHT, Knud. *Information structure and sentence form*. Topic, focus, and the mental representations of discourse referents. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. (Cambridge Studies in Linguistics, 71).

_____. A framework for the analysis of cleft constructions. *Linguistics*, v. 39, n. 3, p. 463-516, 2001.

LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua española*. 9. ed. Madrid: Gredos, 1981.

LIGHTFOOT, David. *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1991.

_____. Cue-based acquisition and change in grammars. In: _____. *The development of language, acquisition, change and evolution*. Oxford: Blackwell, 1998. p. 144-177.

_____. *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LUJÁN, Marta. Expresión y omisión del pronombre personal. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. v. 3. p. 1276-1315.

MARTINS, Ana Maria. From unity to diversity in Romance syntax: A diachronic perspective of clitic placement in Portuguese and Spanish. In: BRAUNMÜLLER, Kurt; FERRARESI, Gisella. (Org.). *Aspects of Multilingualism in European Language History*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. p. 201-233.

MATHIEU, Eric. À propos des propriétés germaniques de l'ancien français. *Cahiers linguistiques d'Ottawa/Ottawa Papers in Linguistics*, v. 35, p. 107-136, 2007.

_____. On the Germanic properties of Old French. In: CRISMA, Paola; LONGOBARDI, Giuseppe Longobardi. (Org.). *Historical Syntax and Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 344-357.

MENSCHING, Guido. Old Romance word order: a comparative minimalist analysis. In: GALVES, C. et al. (Org.). *Parameter theory and linguistic change*. Oxford: OUP, 2012. p. 21-42.

- MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, M. Cristina; LOPES, Ruth. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.
- PINTO, Carlos Felipe. *Ordem de palavras, movimento do verbo e efeito V2 na história do espanhol*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, (2011).
- RIBEIRO, Ilza. *A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2*. 1995. Tese(Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- RINKE, Esther. Verb placement in Old Portuguese. In: DUFTER, Andreas; JACOBS, Daniel. (Org.). *Focus and background in Romance languages*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 309-332.
- RIVERO, Maria Luisa. Clitic and NP Climbing in Old Spanish. In: CAMPOS, Héctor; MARTINEZ-GIL. (Org.). *Current studies in spanish linguistics*. Washington: Georgetown University Press, 1991. p. 241-282.
- RIZZI, Luigi. *Residual verb second and the Wh criterion*. Universidade de Geneve, 1991. (Citado do manuscrito).
- _____. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane. (Org.). *Elements of grammar*. Kluwer: Dordrecht, 1997. p. 281-337.
- SALVI, Giampaolo. The two sentence structures of early Romance. In: CINQUE, Guglielmo; SALVI, Giampaolo. (Org.). *Current Studies in Italian Syntax*. Amsterdam: Elsevier, 2001. p. 297-312.
- SANTORINI, Beatrice. *The Generalization of the Verb-Second Constraint in the History of Yiddish*. Dissertation(Ph.D) – University of Pennsylvania, 1989.
- _____. Two types of verb second in the history of Yiddish. In: BATTYE, Adrian; ROBERTS, Ian. (Org.). *Clause structure and language change*. Nova Iorque, Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 53-79.
- SIEGEL, Jeff. Koines and koineization. *Languages in Society*, v. 14, p. 357-378, 1985.
- TARALDSEN, Knut Tarald. On verb second and the functional content of syntactic categories. In: HAIDER, Hubert; PRINZHORN, Martin. (Org.). *Verb second Phenomena in Germanic languages*. Dordrecht: Foris, 1986. p. 7-25.
- TUTEN, Donald. *Koineization in Medieval Spanish*. Berlin; Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 2003.
- VALLDUVI, Enric. *The informational component*. 1990. Dissertation (Ph.D.) – University of Pennsylvania, 1990.

VANCE, Bárbara; DONALDSON, Bryan; STEINER, Devan. *V2 Loss in Old French and Old Occitan: The Role of Fronted Clauses*. In: LINGUISTIC SYMPOSIUM ON ROMANCE LANGUAGES. 2009.

VIKNER, Sten. *Verb Movement and Expletive Subjects in the Germanic Languages*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

ZUBIZARRETA, Maria Luisa. *Prosody, focus, and word order*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1998.

_____. Las funciones informativas: tema y foco. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 4215-4244.v. 3.

A PESQUISA GERATIVISTA EM AQUISIÇÃO DE SEGUNDA LÍNGUA UMA REVISÃO

Samara Ruas

INTRODUÇÃO

Na década de 80, a pesquisa gerativista em Aquisição de Segunda Língua (ASL) se estabeleceu com o objetivo de investigar a representação mental da interlíngua, quanto a “se” e “em que medida” seria restringida pelos princípios da Gramática Universal (GU). Partindo do pressuposto de que esses princípios restringem a gramática das línguas naturais e, portanto, da língua nativa do aprendiz, também era relevante observar o papel da L1 na L2.

Muitas hipóteses foram levantadas e discutidas acerca da atuação da GU, do papel da L1, da natureza dos estágios inicial e final, e da opcionalidade. Essas hipóteses foram amplamente averiguadas, com base nos dados coletados por meio da aplicação de tarefas de produção e compreensão, em contexto de imersão ou não, envolvendo diferentes L1s/ L2s.

Os fenômenos linguísticos investigados estavam mais voltados para a (morfo)sintaxe, quadro que vem mudando nos últimos anos, devido ao crescente interesse pelos estudos de interface. Os dados estão descritos e analisados em termos de parâmetros, categorias funcionais, traços e/ou valores de traços, consoante os modelos desenvolvidos dentro da Teoria Gerativa.

Mais recentemente, tem-se questionado a validade teórica e empírica de primitivos, bem como de modelos para a representação de gramáticas bilíngues. A opcionalidade e a assimetria entre produção e compreensão estão no centro de um debate atual.

Neste capítulo, temos o objetivo de apresentar uma breve revisão da pesquisa gerativista em ASL, quanto às questões pontuadas anteriormente. Organizamos o texto da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos os pressupostos teóricos da Teoria Gerativa, a fim de se esclarecer o problema lógico da linguagem na aquisição da L1 e da L2; na segunda seção, apresentamos os problemas, as perguntas e as hipóteses de investigação com relação à atuação da GU e da L1, à natureza dos estágios inicial e final de aquisição, e à opcionalidade; na terceira seção, apresentamos alguns estudos realizados ao longo dos anos sobre a aquisição do parâmetro *pro-drop*, da ordem de palavras, e da interface sintaxe-discurso; na quarta seção, apresentamos algumas questões debatidas atualmente; e na última seção, apresentamos as considerações finais.

1. OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 O Problema Lógico da Aquisição da Linguagem e o modelo de Princípios e Parâmetros

Chomsky (1959), ao contestar as ideias defendidas por Skinner (1957) no livro *Verbal Behavior*, apresenta argumentos contrários à aquisição da língua como um mecanismo de estímulo-resposta.

Os argumentos apresentados por Chomsky foram formulados como Problema Lógico da Aquisição da Linguagem (ou Problema de Platão): como explicar a riqueza e a complexidade do conhecimento de linguagem, dadas as limitações dos dados disponíveis? O que a criança sabe de sua língua vai além do que o *input* permite observar. A criança tem conhecimento daquilo que a sua língua não produz e pode criar enunciados. A pobreza de estímulo, a ausência de evidência negativa e a criatividade linguística constituíram evidências para a hipótese da GU.

A GU está dotada de princípios universais. Há dois tipos de princípios: os invariáveis e os variáveis. Os princípios invariáveis são próprios às línguas naturais. Os princípios variáveis – os parâmetros – são fixados durante o processo de aquisição, a partir dos dados linguísticos primários¹ (CHOMSKY, 1986).

¹ Eguren, Fernández-Soriano e Mendikoetxea (2016, p. 2) explicam que a noção de parâmetro foi concebida sob dois aspectos: como princípios da gramática, os quais também poderiam estar relacionados a um módulo (Teoria Theta, Teoria de Caso etc.) ou à escolha do nível (Estrutura Profunda, Estrutura Superficial, LF) para a aplicação de uma operação; e como um conjunto de propriedades sintáticas.

Entre esses dois tipos de princípios estão, respectivamente, o Princípio da Projeção Estendida (EPP – *Extended Projection Principle*) e o Parâmetro do Sujeito Nulo (*pro-drop*). O Princípio da Projeção Estendida determina que toda sentença apresenta uma posição estrutural de sujeito. A possibilidade de que esta posição seja ou não preenchida é um princípio variável conhecido como Parâmetro do Sujeito Nulo.

Sob uma perspectiva paramétrica clássica, uma série de previsões é feita quanto à possibilidade de inversão de constituintes a partir das propriedades morfológicas de uma língua². Por exemplo, línguas com propriedades morfológicas de concordância rica permitem que o sujeito da sentença não seja pronunciado. Estas, denominadas línguas *pro-drop* (ou línguas [+sujeito nulo]), apresentam mais flexibilidade quanto à ordem, como o espanhol. Línguas não *pro-drop* (ou línguas [-sujeito nulo]) apresentam pouca (ou nenhuma) flexibilidade no posicionamento dos constituintes, como o inglês³.

Listamos algumas das propriedades de línguas *pro-drop* em (1):

- (1) a. Sujeitos pronominais sem conteúdo fonético;
- b. Inversão livre de sujeito;
- c. Ausência de efeitos *that-trace*; e
- d. Possibilidade de pronomes expletivos nulos.

As propriedades listadas em (1) são exemplificadas em (2), respectivamente:

- (2) a. Llegué tarde.
 a'. Yo llegué tarde.
- b. Llamó Juan.
 b'. Juan llamó.
- c. ¿Quién crees que t jugará?
 c'. *¿Quién crees jugará?
- d. Llueve.
 d'. *Ello llueve⁴.

² Para uma revisão crítica da noção de parâmetro, ver Robert e Holmberg (2010) e Boeckx (2014).

³ Ressaltamos que o espanhol apresenta variação quanto às propriedades relacionadas ao parâmetro *pro-drop*. O espanhol caribenho pode ser aproximado ao PB, enquanto o espanhol não caribenho pode ser aproximado ao PE, por exemplo, quanto ao preenchimento da posição de sujeito pronominal e à inversão da ordem sujeito-verbo. O inglês *Belfast* também difere significativamente do (dito) inglês *Standard* (HENRY, 1995).

⁴ O expletivo “ello” é atestado no espanhol dominicano (TORIBIO, 2000).

Os exemplos do inglês, língua não *pro-drop*, representam uma contraparte às propriedades listadas em (1), conforme podemos observar em (3):

- (3) a. I arrived late.
a'. *Arrived late.
b. John called.
b'. *Called John.
c. Who do you think will play.
c'. *Who do you think that t will play.
d. It rains.
d'. *Rains.

A hipótese da GU representa uma solução para o problema lógico da aquisição da linguagem, pois explica a complexidade do conhecimento linguístico da criança para além do que lhe é proporcionado pelo *input*.

Com relação à ASL, o problema lógico consiste em saber se aprendizes alcançam conhecimento inconsciente que vá além do *input* da L2. Como desdobramento do problema lógico na aquisição da L2, essas teorias estavam interessadas em investigar se o conhecimento inconsciente seria alcançado por meio da GU (WHITE, 2003a, b).

Embora se leve em conta o papel desempenhado pela língua nativa do aprendiz, gerativistas se debruçaram mais especificamente na suposição de que as representações mentais de uma língua são restritas por universais próprios da linguagem humana. Esses universais linguísticos restringem o “espaço de hipótese”, de modo que a representação da interlíngua também estaria prevista na GU.

Por trás dessas questões, está a ideia de que o papel do aprendiz é reconfigurar as propriedades formais de sua L1 para alcançar a gramática da L2 no estágio final.

2. A AGENDA DE PESQUISA

A ASL gerativista se consolidou como teoria de representação, isto é, com o objetivo de descrever as representações mentais da interlíngua nos vários estágios de desenvolvimento. Buscava-se responder se os aprendizes poderiam alcançar conhecimento inconsciente para além do que o *input* permite observar e, em caso positivo, se seria alcançado por meio da GU. Partindo do pressuposto de que os princípios da GU restringem a gramática da língua nativa do aprendiz, também se discutia o papel da L1 na L2. Portanto, duas questões foram especial

e amplamente discutidas, concorrendo para o levantamento de muitas hipóteses: a primeira diz respeito à atuação da GU e o papel da L1, e a segunda, à natureza dos estágios inicial e final da aquisição.

Essas questões podem ser sintetizadas da seguinte maneira: a GU está disponível?; a GU está presente nos estágios iniciais da aquisição de uma segunda língua?; e a GU opera apenas nos estágios subsequentes? Como desdobramento das questões anteriores: há transferência dos valores paramétricos da L1?; e em quais estágios ocorre a transferência? Quanto à natureza dos estágios inicial e final: o estágio inicial corresponde à GU ou à gramática da L1?; e no estágio final, há convergência ou divergência com a gramática alvo?

2.1 Hipóteses sobre a atuação da GU

White (2003a, b) apresenta três hipóteses relacionadas ao acesso à GU: *Não acesso*, *Acesso direto* e *Acesso indireto*.

I. Não acesso

Alguns estudiosos favoráveis à hipótese de *Não acesso* à GU, como Bley-Vroman (1990), sustentam que na aquisição de L2 não há restrição dos princípios da GU. Para outros, como Schachter (1989), as propriedades da GU são acessadas somente via L1. Sob essa ótica, os aprendizes estão “presos” aos parâmetros da L1. Segundo White, o fato de admitir a restrição da GU via L1 do aprendiz, já torna o termo “nenhum acesso” inadequado. Desse modo, essa hipótese é chamada também de *Acesso parcial*.

II. Acesso direto

Pela hipótese do *Acesso direto*, a interlíngua evidencia restrições dos princípios da GU e a fixação de outros parâmetros que não os da L1. Os aprendizes de L2 chegam a propriedades relevantes da L2 independente da gramática da L1. Essa hipótese também é conhecida como *Acesso total*⁵. Para proponentes do *Acesso direto* ou *total*, como Flynn (1987), na aquisição da L2 por adultos, não há transferência de valores paramétricos da L1 em qualquer dos estágios

⁵ White (2003a, p. 27-28) esclarece que os termos “direto” e “total” não foram/são usados sob as mesmas prerrogativas na literatura. Alguns falavam em *acesso direto* no sentido de que aprendizes adquirem as propriedades da GU independentemente de sua L1. Outros se referiam a qualquer configuração paramétrica legítima (na L1, L2, Ln). *Acesso total* corresponde de certo modo a *acesso direto*. Enquanto para alguns isso implica que a GU opere independentemente da representação da L1, para outros, não.

iniciais da aquisição. Schwartz e Sprouse (1996), no entanto, defendem que não há incompatibilidade na pressuposição de que tanto a GU quanto a gramática da L1 estejam implicadas.

III. Acesso Indireto

Proponentes da hipótese do *Acesso indireto*, como White (2003a, b), defendem que, inicialmente, o acesso ocorre via a gramática da L1, com a possibilidade de uma posterior reestruturação da gramática e da refixação dos valores paramétricos, em função da exposição do aprendiz aos dados da L2.

Para White (2003a, b), os princípios que governam o processo de aquisição da L1 são verificados também no processo de aquisição da L2. A autora argumenta que o comportamento linguístico dos aprendizes de L2 pode ser explicado em termos de uma interlíngua, que é restringida por princípios e parâmetros da GU via L1. Por meio da exposição aos dados da L2, o aprendiz altera os valores paramétricos iniciais. Desta sorte, também haveria acesso direto à GU.

Vários estudos apresentam evidências favoráveis a essa hipótese, tais como a pobreza de estímulo e as diferenças paramétricas existentes entre a L1 e a L2. Há fenômenos investigados na aquisição de L2 que não são determinados pelos dados recebidos. Além disso, o fato de o fenômeno investigado apresentar parâmetros não observados na L1 e na L2 também evidenciaria a atuação da GU, se os desvios do aprendiz não refletem nem a gramática da L1, nem a da L2, mas são verificados em outras línguas naturais.

2.2 Hipóteses sobre os estágios inicial e final

Além da discussão acerca do problema lógico da aquisição da linguagem e da atuação da GU na L2, outra questão específica e amplamente discutida foi a natureza dos estágios inicial e final, o que está relacionado às questões anteriores.

De modo geral, é possível dividir as hipóteses em dois grupos: por um lado, estão aquelas que defendem que o estágio inicial corresponde à GU; por outro lado, aquelas que rejeitam essa ideia e defendem que o estágio inicial corresponde à L1. Elas podem divergir ainda quanto ao papel da L1, isto é, se o estágio inicial – com ou sem restrição da GU – corresponde à L1 com todas as suas propriedades ou com algumas de suas propriedades.

Sauter (2002), considerando as questões relacionadas ao papel da L1 e da GU no processo de aquisição de L2, mapeia as seguintes hipóteses: *Nenhuma Transferência/Nenhum Acesso*; *Nenhuma Transferência/Acesso Total*;

*Transferência Parcial/Nenhum acesso; Transferência Parcial/Acesso Total; Transferência Total/Nenhum acesso; e Transferência Total/Acesso Total*⁶.

I. Nenhuma Transferência/Nenhum Acesso

Clahsen e Muysken (1986) e Meisel (1997), proponentes da hipótese de *Nenhuma Transferência/Nenhum Acesso*, defendem que não há restrição da GU nem transferência da L1 no processo de aquisição da L2. Para os autores, não há acesso direto ou indireto à GU, neste caso, via L1.

Para proponentes desta hipótese, a aquisição da L2 se dá por meio de outras capacidades cognitivas.

II. Nenhuma Transferência/Acesso Total

Segundo esta hipótese, defendida por Platzack (1996), entre outros, a aquisição de L1 e de L2 se dá de maneira similar. Para os seus defensores, o estágio inicial da L2 é como o da L1, e todas as propriedades da GU estão disponíveis. Sendo assim, entende-se que os parâmetros da L1 não interferem na aquisição da L2. Após o estágio inicial, a L2 seria completamente restringida pela GU e os aprendizes chegariam à mesma gramática dos falantes nativos.

III. Transferência Parcial/ Nenhum Acesso

Eubank et al. (1997) defendem que o estágio inicial da L2 apresenta propriedades da L1, mas não totalmente. O desenvolvimento subsequente seria restringido pela GU por intermédio das propriedades da L1 que se encontram na gramática da L2. Para eles, falantes da L2 com diferentes L1s apresentariam gramáticas finais distintas. Não há, portanto, modificação nos valores paramétricos da L2. Estes permanecem os mesmos encontrados na L1.

IV. Transferência Parcial/Acesso Total

Assim como na hipótese anterior, há transferência parcial das propriedades da L1. Contudo, com relação aos estágios subsequentes, defende-se que a gramática é restringida pela GU, diferentemente da hipótese de *Nenhum Acesso*. Os

⁶ Muitas dessas hipóteses receberam nomes. Entre as que consideram que o estágio inicial corresponde à GU estão a *Hipótese Inicial da Sintaxe* e de *Acesso Total (sem transferência)*; entre as que consideram que o estágio inicial corresponde à gramática da L1 estão a *Hipótese das Árvores Mínimas*, a *Hipótese dos Traços sem Valores* e a de *Transferência Total/Acesso Total*. Essas hipóteses são revisadas por White (2003b), no capítulo 3.

aprendizes chegariam a reconfigurar os parâmetros da L2 com base no *input* em interação com as propriedades da GU não utilizadas. Esta hipótese é assumida por Eubank (1996).

V. Transferência Total/Acesso Total

Para defensores desta hipótese, como Schwartz e Sprouse (1996) e White (2003a, b), além de haver transferência da L1 nos estágios iniciais, posteriormente, há acesso à GU. Esses investigadores acreditam que o desenvolvimento da gramática da L2 se dá mediante falhas na L2, a partir das quais o aprendiz acessa o inventário de princípios da GU. O estágio final da L2 poderá ou não alcançar a gramática do nativo.

VI. Transferência Total/Nenhum Acesso

Esta hipótese é defendida por Sauter (2002). Aqui, a gramática final da L1 equivale aos estágios iniciais e finais da L2. A L2 só poderia ser restringida pela GU via L1, isto é, por propriedades da L1. Sendo assim, a reconfiguração dos valores paramétricos não seria possível. O autor sustenta que todas as propriedades da L1 relacionadas a um determinado parâmetro são transferidas para a L2. Na medida em que os dados da L2 não fossem acomodados de acordo com as propriedades da L1, os aprendizes recorreriam a estratégias de construção de estruturas na interlíngua. Desta sorte, o estágio final da L2 estaria predeterminado a divergir qualitativamente da gramática do nativo.

Considerando as hipóteses que postulam a atuação da GU, o estágio final (ou estacionário) pode ser: (i) idêntico ao da gramática dos falantes de L2, sujeito às mesmas restrições da GU e configurações paramétricas; (ii) diferente, com restrição da GU; ou (iii) diferente, sem restrições da GU.

De acordo com (i) e (ii), há atuação da GU desde o início do processo de aquisição até o estágio estacionário. Essas duas hipóteses diferem quanto à possibilidade ou não de que a gramática do falante de L2 seja semelhante ao do falante nativo. De acordo com (iii), a gramática é comprometida, de modo que o estágio final dos falantes de L2 será radicalmente diferente da gramática dos nativos.

Essas hipóteses fazem as seguintes previsões acerca do estágio final:

I. Convergência (*native-like*)

Segundo esta corrente, a gramática do estágio final da L2 é igual à gramática do falante nativo da L2, pois é restrita pelos mesmos princípios e possui os mesmos valores paramétricos.

II. Divergência condicionada pela GU (*near-native*)

A gramática da L2 difere da gramática dos falantes nativos porque pode combinar propriedades da L1 e da L2, além de outras línguas.

III. Divergência não-condicionada pela GU (*non-native*)

A gramática do estágio estacionário é qualitativamente distinta da gramática do falante nativo da L2. Seria um tipo de gramática “selvagem” (*wild*).

White (2003a, b) assinala que acesso não implica dizer que haverá necessariamente convergência na gramática final do falante de L2. Acrescenta também que o desempenho não reflete fielmente a competência do falante, de maneira que esta seja muitas vezes subestimada pela performance. A hipótese defendida pela autora – *Transferência Total/Acesso Total* – daria conta tanto da possibilidade de convergência, quanto de divergência entre a gramática final do falante de L2 e a do nativo.

2.2.1 Hipóteses sobre a opcionalidade no estágio final

Outra questão muito discutida diz respeito à opcionalidade comumente constatada no estágio final da aquisição de L2. Na literatura gerativista, associa-se a variabilidade a uma gramática da L2 “falha”, “incompleta”, ou ainda, “com prejuízos”.

Como assinala Sorace (2003), uma das diferenças entre a aquisição de L1 e L2 consiste, respectivamente, na eliminação e não eliminação das formas opcionais que não fazem parte da gramática alvo (nativa, adulta). Com outras palavras, enquanto na aquisição de L1 há um período de subespecificação de propriedades em que variações opcionais ausentes na gramática alvo serão selecionadas e posteriormente eliminadas, na aquisição de L2, a subespecificação de propriedades é comumente observada nas gramáticas “finais” dos aprendizes:

No estágio final típico da L2, caracterizado pela opcionalidade, variantes opcionais não estão em livre variação: um estágio final é alcançado, em que a opção-alvo é fortemente, mas não categoricamente preferida e, assim, a opção não-alvo se manifesta em algumas circunstâncias. (SORACE, 1999, p. 666, *tradução nossa*).

Há várias hipóteses acerca da opcionalidade no estágio final, as quais podemos dividir em dois grupos: em um grupo estão aquelas que se centram em questões relacionadas ao desempenho (como, por exemplo, processamento *on-line*, memória e recuperação lexical); e em outro, aquelas que se centram em questões relacionadas à competência, isto é, a representação da gramática do aprendiz.

Devido aos objetivos deste texto, serão abordadas algumas das hipóteses enquadradas neste segundo grupo.

Valenzuela (2008, p. 541) as divide em hipóteses de “prejuízo” e de “não-prejuízo”. De acordo com as primeiras, novas projeções funcionais, traços funcionais e/ou suas especificações não são adquiríveis após o período crítico. Elas seguem a linha defendida por Tsimpli e Roussou (1991), Smith e Tsimpli (1995) e Hawkins e Chan (1997). De acordo com as segundas, categorias funcionais, traços funcionais e/ou suas especificações são adquiríveis na aquisição adulta de L2. Elas seguem a linha defendida por Schwartz e Sprouse (1996) e White (1989, 2003a, b).

Tsimpli e Roussou (1991) e Smith e Tsimpli (1995) formulam a *Hipótese de Não Reconfiguração Paramétrica*. Nessa hipótese, o sub-módulo da GU que contém todas as categorias funcionais – no qual se dá a variação paramétrica – está sujeito a restrições maturacionais, em outras palavras, ao período crítico. Na aquisição da L2, esse módulo funcional não estaria mais acessível, levando à “falha” representacional. Sendo assim, a reconfiguração paramétrica não seria possível quando a L1 e a L2 envolvidas nesse processo apresentassem diferentes valores paramétricos.

Em linha com a hipótese anterior, Hawkins e Chan (1997) defendem a *Hipótese dos Traços Funcionais Falhos*. O aprendiz adulto pode alcançar uma representação gramatical próxima a do falante nativo, mas só quando isso envolve propriedades para as quais há evidência positiva. Traços não selecionados antes do período crítico – ausentes na L1 – estariam indisponíveis.

Mais recentemente, dentro da *Abordagem de Déficit Representacional*, Tsimpli e Mastropavlou (2008) defendem que traços não-interpretáveis são problemáticos na aquisição da L2 (assim como da L1).

De outra sorte, na linha da hipótese de *Transferência Total/Acesso Total*, Schwartz e Sprouse (1996) defendem que propriedades ausentes na L1 podem ser adquiridas na L2. Desvios podem ser decorrentes do desempenho, não refletindo, portanto, a competência.

Outras duas hipóteses que merecem destaque são a *Hipótese de Flexão Ausente* e a *Hipótese de Transferência Prosódica*. Naquela, um traço morfosintático pode estar representado na gramática do aprendiz, com as suas consequências sintáticas, sem a sua realização morfológica visível. Nesta última, as propriedades fonológicas da L1 podem concorrer para a não realização de determinada forma.

Mais recentemente, tem-se averiguado a *Hipótese da Interface* (SORACE, 2011), segundo a qual estruturas que envolvem interface entre a sintaxe e outros

domínios são menos prováveis de serem adquiridas completamente. Essa hipótese tem sido muito discutida nos estudos interessados em investigar aspectos linguísticos envolvendo a interface sintaxe-pragmática, tais como preenchimento pronominal da posição estrutural de sujeito em línguas *pro-drop*, marcação de foco estreito de sujeito em línguas que exibem inversão VS e deslocamento clítico à esquerda.

A seguir, apresentamos alguns estudos, nos quais se discutem hipóteses de aquisição de segunda língua.

3. ALGUNS ESTUDOS

A ASL gerativista se desenvolveu paralelamente às reformulações da teoria gerativa (CHOMSKY, 1986, 1995).

Inicialmente, a representação da interlíngua era discutida em termos de parâmetros. Pesquisadores investigaram se aprendizes transferiam os valores paramétricos da L1 na L2, se podiam reconfigurá-los, se as diferentes propriedades associadas a um parâmetro eram adquiridas ao mesmo tempo e se a aquisição de uma única propriedade associada a um parâmetro desencadearia a reconfiguração do parâmetro. Quanto ao que poderia (ou deveria) ser adquirido, investigaram a presença ou ausência de categorias funcionais, de traços abstratos nos núcleos funcionais e os valores de traços ([não-interpretável] / [interpretável], [forte] / [fraco]).

Muito do que se discute na literatura tem como base estudos voltados para a aquisição da morfossintaxe. Mais recentemente, vários estudos têm explorado a sintaxe e sua interface com outros componentes linguísticos, entre os quais, a pragmática.

3.1 O parâmetro *pro-drop*

3.1.1 White (1985)

White (1985) realizou um dos estudos pioneiros envolvendo a aquisição do parâmetro *pro-drop* em espanhol por falantes adultos de inglês. A autora investigou se os aprendizes poderiam adquirir as propriedades paramétricas [+*pro-drop*] da L2 – sujeito nulo, inversão livre de sujeito e ausência de efeito *that-trace* – e se essas propriedades seriam adquiridas de uma só vez, tal como observado na aquisição de L1.

As hipóteses iniciais eram: se o parâmetro da L1 não estava ativo na L2, o aprendiz deveria perder o da L1, mas, inicialmente, transferiria estruturas da L1 na L2. Perdendo o parâmetro da L1, todos os aspectos relacionados a esse

parâmetro deveriam ser perdidos. Para testar suas hipóteses, a autora aplicou um teste de julgamento de gramaticalidade a falantes nativos de inglês e a falantes de espanhol aprendizes de inglês.

Nos resultados, a autora constatou que a aquisição das propriedades relacionadas ao parâmetro *pro-drop* não era simétrica. Embora houvesse um aumento de acertos em função do nível de proficiência, os aprendizes apresentavam mais dificuldade em lidar com o efeito *that-trace*, depois, com a omissão do sujeito, e por último, com a inversão da ordem sujeito-verbo.

3.1.2 Liceras (1989)

Liceras (1989) investigou a aquisição do parâmetro *pro-drop* por falantes de inglês e francês aprendizes de espanhol como L2. A autora parte das seguintes hipóteses: aprendizes não necessariamente começam com a configuração paramétrica da L1 se a opção da L2 é a não-marcada (a autora considera ser este o valor paramétrico do espanhol); a aquisição do sujeito nulo é uma condição para a aquisição da inversão da ordem e violação *that-trace*; e há uma hierarquia implicacional (*pro-drop* > inversão > *that-trace*), de maneira que, se o aprendiz adquiriu *that-trace*, deve ter adquirido as demais propriedades.

Para testar suas hipóteses, a autora aplicou um teste de julgamento de gramaticalidade. Com relação ao sujeito nulo, observou que *pro* é facilmente incorporado na interlíngua. Aprendizes em nível avançado não aceitaram expletivo lexicalizado (“ello”). Quanto à inversão, enquanto falantes nativos de espanhol aceitaram todas as inversões, os aprendizes aceitaram menos a inversão com predicados inergativos e transitivos. Quanto ao efeito *that-trace*, houve mais acertos por parte dos aprendizes falantes de francês que de inglês.

Assim como White (1985), Liceras (1989) conclui que as três propriedades atribuídas ao parâmetro *pro-drop* não têm o mesmo *status* na interlíngua, mas que isso não seria evidência contrária à possível relação entre elas na gramática. Conforme sua hipótese, a aquisição da inversão e do efeito *that-trace* não seria possível antes que fosse adquirido o sujeito nulo (e a flexão do verbo), uma condição necessária, mas não suficiente, nas palavras da autora.

3.1.3 Smith e Tsimpli (1995)

Smith e Tsimpli (1995) investigaram a gramática de um falante de inglês que havia aprendido 16 línguas, entre elas, italiano, grego e espanhol. Os autores observaram que o aprendiz produzia sujeito nulo apropriadamente, mas não aceitava inversão livre de sujeito em sentença declarativa (embora o permitis-

se em interrogativa), nem extração QU- de sujeito em sentença encaixada com complementizador visível.

3.1.4 Tsimpli e Roussou (1991)

O estudo realizado por Tsimpli e Roussou (1991) vai na direção contrária: eram aprendizes adultos de uma língua *pro-drop* (grego) adquirindo uma língua não *pro-drop* (inglês). Os autores observaram que os aprendizes reconheceram bem a agramaticalidade da ordem verbo-sujeito em declarativas, mas não tiveram um bom desempenho quanto à não extrabilidade de QU- sujeito⁷.

Resumindo, os estudos realizados nas décadas de 80 e 90 sobre o parâmetro *pro-drop* mostraram assimetria quanto à aquisição das propriedades supostamente envolvidas – sujeito nulo/preenchido, SV/ VS e *that-trace* – e à direcionalidade L1 > L2. Os falantes adultos de línguas não *pro-drop* (inglês) aprendizes de línguas *pro-drop* (grego, italiano, espanhol) reconheciam rapidamente o sujeito nulo, mas tinham dificuldade para reconhecer a possibilidade de inversão e extração de QU- nas sentenças subordinadas. Já os falantes adultos de línguas *pro-drop* (grego, italiano, espanhol) aprendizes de línguas não *pro-drop* (inglês) reconheciam rapidamente a obrigatoriedade da ordem sujeito-verbo, levavam tempo para reconhecer a obrigatoriedade do preenchimento da posição estrutural de sujeito, e tinham dificuldade para reconhecer a restrição relacionada à extração de QU- sujeito nas subordinadas.

Os resultados levaram a pelo menos duas linhas de análise. Na linha assumida por White (1985) e Liceras (1989), há uma reanálise do parâmetro. Assumia-se que determinadas propriedades não faziam parte do mesmo parâmetro. Esse poderia ser o caso da inversão livre de sujeito e da extração de QU- sujeito. Isso permitia concluir que algumas propriedades paramétricas poderiam ser reconfiguradas, mas outras não. Na linha assumida por Tsimpli e Roussou (1991) e Smith e Tsimpli (1995), posteriormente, assumida por outros autores, como Hawkins e Chan (1997), parâmetros não seriam reconfigurados na L2. O que acontecia era uma reestruturação (não reconfiguração) do parâmetro, a partir de uma análise do parâmetro, inconsciente e equivocada, por parte do aprendiz, em conformidade com os valores paramétricos da sua L1.

⁷ White (1989) encontrou resultados semelhantes em um estudo envolvendo a aquisição do inglês como L2 por falantes adultos de espanhol e francês. Embora os falantes de francês tenham tido um desempenho melhor que os de espanhol quanto à obrigatoriedade do sujeito, ambos os grupos tiveram o mesmo desempenho quanto à obrigatoriedade da ordem sujeito-verbo.

3.2 O MOVIMENTO DO VERBO E A ORDEM DE PALAVRAS

3.2.1 Herschensohn (1998)

Herschensohn (1998), com base nos pressupostos do minimalismo, defende uma hipótese construcionista para a aquisição de L2. De acordo com essa hipótese, a aquisição se dá em etapas específicas de construção morfo-lexical, de modo que há um período de significativa variabilidade na interlíngua.

A autora realizou um teste de produção, no qual buscava investigar, junto a falantes do inglês, aprendizes de francês como L2, o comportamento da negação, dos advérbios e do deslocamento do verbo.

Na L1 dos aprendizes, I tem traços verbais fracos, o que faz com que o verbo permaneça no VP. No francês, a L2 a ser adquirida, I tem traços verbais fortes que forçam o movimento do verbo em sintaxe aberta, derivando a ordem V-Adv/Neg.

Havia dois grupos de sujeitos: um de nível intermediário mais baixo e outro de nível intermediário mais alto. No primeiro teste, a autora trabalhou com os advérbios de frequência “souvent”, “rarement”, “ne... jamais” (“often”, “rarely”, “never”). No segundo, com os advérbios de qualidade “bien”, “mal” e a negação “ne... pas” (“well”, “poorly”, “not”).

Os principais desvios observados foram: flexão do verbo (4); ordem da negação (“jamais”) (5); ordem Adv-V (6); e ordem V-XP-Adv (7).

Os dados estão explicitados abaixo:

- (4) a. *Nous ne **bevons** *jamais* de lait. (= buvons)
‘Nós nunca bebemos leite.’
b. *Vous ne **faisez pas** vos devoirs. (= faites)
‘Você não faz o seu dever.’
- (5) a. *Nous ne *jamais* **prenons** une photo de ta famille. (= prenons jamais)
‘Nós nunca fazemos uma foto da tua família.’
b. *Jean ne *jamais* écrit une lettre à ta mère. (= écrit jamais)
‘Jean nunca escreveu uma carta para a tua mãe.’
- (6) a. *Tu *rarement* écris une lettre à ta mère. (= écris rarement)
‘Você raramente escreve uma carta para a sua mãe.’
b. *Je *bien* **fais** mes devoirs. (= fais bien)
‘Eu faço bem meu dever.’

(7) a. *Jean **mange** des escargots *souvent*. (= mange souvent)

‘Jean come caracóis frequentemente.’

b. *Vous **jouez** au tennis *mal*. (= jouez mal)

‘Você joga tênis mal.’

Os dados mostram que, na flexão, há desvios no caso de verbos irregulares (*bevons* > *buvons*, *faissez* > *faites*). No caso da negação com “pas”, ambos os grupos não cometeram desvios. Diferentemente, com “jamais” houve um considerável desvio produzido pelo grupo de nível mais baixo.

Os desvios cometidos com relação à ordem Adv-V chamam atenção tanto pela recorrência quanto pelo fato de que, com os advérbios de qualidade, em que na L1 apresenta a ordem V-XP-Adv, houve a realização da ordem Adv-V. O maior índice de desvio em sentenças envolvendo advérbios foi encontrado com os de frequência, em que se tem na L1 a ordem Adv-V-XP, mas na L2, V-XP-Adv. Essas considerações parecem indicar que não se trata, portanto, de uma simples transferência da L1 para a L2.

Os testes evidenciam etapas de construção no processo de aquisição do francês como L2, a saber:

- (i) persistência dos valores da L1 (por exemplo, ordem neg./AV-XP);
- (ii) enfraquecimento dos valores da L1;
- (iii) “construções” adquiridas na L2 para determinados itens lexicais (por exemplo, *pas*);
- (iv) aquisição gradual do traço [+ interpretável];
- (v) generalização da construção referente à classe morfo-lexical da L2 (a negação, por exemplo); e
- (vi) o valor da flexão é definido como forte e, então, a morfologia torna-se completa.

Na etapa (i), os valores paramétricos da L1 persistem, e são produzidos desvios na L2 como, por exemplo, as ordens Neg-V e Adv-V. Em seguida, os dados com “pas” produzidos na L2 aparentemente não revelam desvios, o que significa ausência de transferência da L1. Ao deslocar o verbo e flexioná-lo, o aprendiz demonstra ter deixado o traço fraco de flexão do inglês. Nas etapas (iii), (iv) e (v), isto é, relacionadas com a aquisição de construções morfo-lexicais, verifica-se uma oscilação em função do item específico, “pas” ou “jamais”. Com “pas”, não houve desvios, diferentemente do que se observou com “jamais”.

Os dados a seguir mostram que aprendizes de nível intermediário mais alto foram capazes de produzir sentenças de acordo com os padrões da língua-alvo, tanto com relação à posição do advérbio, quanto da negação:

(8) a. Vous *ne savez pas* du tout la réponse.

‘Você não sabe de toda a resposta.’

b. Tu *vas rarement* au cinéma.

‘Você raramente vai ao cinema.’

c. Marie *lit mal* ce roman.

‘Maria lê mal este romance.’

Os testes mostraram que as etapas detectadas no processo de aquisição de L2 se dão de modo construcionista: há uma perda dos valores da L1, seguida de subespecificação e construção dos valores da L2 e, finalmente, a reconfiguração paramétrica. No período de subespecificação os valores da L2 foram adotados para construções específicas – “pas” antes de “jamais” – e depois para advérbios – os de qualidade antes dos de frequência.

3.2.2 Robertson e Sorace (1999)

Em um estudo realizado por Robertson e Sorace (1999), sobre a aquisição da ordem oracional do inglês/L2 por falantes do alemão, foram constatados desvios relacionados à posição do verbo.

A L1 dos aprendizes é V2, ao passo que a L2 é V3. O parâmetro V2 estaria sendo transferido para a gramática da interlíngua:

(9) *At breakfast **does** Maria drink coffee.

‘No café da manhã Maria toma café.’

Contudo, os autores observaram, por meio da aplicação de um teste de julgamento de aceitabilidade a aprendizes em nível avançado, que a maioria dos sujeitos participantes sabia que as construções com V2 eram agramaticais, e aquelas com V3 eram gramaticais na língua-alvo. Poucos indivíduos aceitavam *V2, mas não consistentemente, configurando, assim, opcionalidade residual.

Os autores explicam a opcionalidade residual com base nas entradas lexicais da interlíngua. Em Alemão, C tem traços fortes que atraem o verbo, produzindo o efeito V2. Esses traços abstratos de C da L1 são copiados para C da L2. C na L2 tem duas entradas lexicais: uma com traços fortes e outra com traços fracos. Quando C [+forte] é selecionado do léxico, tem-se o efeito V2. Se C [+fraco] é

selecionado, o verbo não se move e a ordem é V3, como na língua-alvo. A opcionalidade se deve ao fato de que um item lexical está presente, mas nem sempre é selecionado pelo aprendiz de L2. Na medida em que aprendiz se torna mais proficiente, C [+forte] é cada vez menos selecionado.

3.2.3 Lardiere (2000)

Lardiere (2000) apresentou os resultados de um estudo longitudinal realizado com Patty, uma falante nativa de chinês, que se mudou para os EUA aos 22 anos. Patty vivia neste país há 10 anos quando a autora começou a coletar os dados, em situação de produção espontânea e elicitção de julgamento de gramaticalidade.

Em linhas gerais, a autora investigou se a ausência de marcas flexionais nos dados de produção refletiria “falha” na representação sintática da interlíngua, precisamente, quanto aos traços funcionais relevantes na estrutura da oração do inglês. Contrariamente às hipóteses de “falha” representacional, segundo as quais a opcionalidade nos estágios finais de aquisição se deve à impossibilidade de seleção de traços funcionais, a autora postula uma dissociação entre morfologia e sintaxe, isto é, entre flexão morfológica e conhecimento sintático subjacente.

Um dos aspectos observado foi a relação entre o paradigma flexional de 3ps “-s” e o movimento do verbo. Nos dados, a materialização do morfema “-s” era quase inexistente. No entanto, ao mesmo tempo, não se observava movimento de verbo temático para C. Considerando que C em inglês é [+fraco], impedindo, assim, que verbos temáticos se desloquem e aterrissem à esquerda da negação e de advérbios, se Patty produzisse e/ou aceitasse tal deslocamento, a ausência de marca de concordância nos verbos em 3ps poderia estar refletindo “falha” na representação da interlíngua, quanto à seleção dos traços de Tempo e Concordância⁸.

Com base nos resultados, a autora defende a modularidade dos domínios gramaticais. Sua hipótese se contrapõe àquelas que defendem que a opcionalidade relacionada ao movimento de verbo refletiria “falha” na aquisição da morfologia de concordância verbal e, portanto, da força dos traços abstratos dos núcleos funcionais. Para ela e outros autores, devem-se distinguir traços abstratos de sua materialização morfológica.

⁸ Outro aspecto observado que vale destacar é a presença de CP, que, dentro das teorias de aquisição, constitui evidência para a representação de categorias funcionais mais baixas, o que inclui Tempo e Concordância no IP (ou TP). Os dados não apresentam problemas em sentenças interrogativas e relativas.

Como assinala White (2003b, p. 180), não há nada na GU que determine que a concordância em inglês deva ser materializada como “-s” na 3ps, porque, efetivamente, não há nada na GU que determine que traços abstratos devam se manifestar visivelmente.

3.3 ESTUDOS DE INTERFACE SINTAXE-PRAGMÁTICA

3.3.1 Sorace e Filiaci (2006)

Sorace e Filiaci (2006) apresentaram os resultados de um experimento de interpretação anafórica de sujeitos pronominais por falantes monolíngues de italiano e falantes de inglês aprendizes de italiano em nível próximo ao nativo. Os autores compararam os resultados desses dois grupos em um experimento de interpretação anafórica intra-sentencial, a partir da verificação de figuras. Os itens experimentais eram sentenças complexas que consistiam em uma oração matriz e subordinada, não necessariamente nesta ordem:

- (10) a. Mentre lei_{k/l}/pro_i si mette il cappotto, la mamma_i dà un bacio alla figlia_k.
‘Enquanto ela/pro veste o seu casaco, a mãe beija a filha.’
b. La mamma_i dà un bacio alla figlia_k, mentre lei_{k/l}/pro_i si mette il cappotto.
‘A mãe beija a sua filha, enquanto ela/ pro veste o casaco.’

Com relação aos pronomes sujeito nulo em contexto de anáfora e catáfora, os dois grupos apresentaram resultados semelhantes. Contudo, os falantes de italiano/L2 mostraram preferência pelo sujeito da oração matriz como possível antecedente para os pronomes sujeito preenchidos, especialmente em contexto de anáfora.

Os autores sugerem duas possibilidades de análise para a opcionalidade verificada nos resultados: subespecificação no nível da representação; e recursos de processamento insuficientes para a integração de informação envolvida na interface da sintaxe com outros domínios cognitivos. Os próprios autores assinalam que a primeira análise é problemática, já que os participantes podem interpretar apropriadamente sujeitos nulos nas orações encaixadas. Assim sendo, a segunda análise seria mais plausível. É importante enfatizar, porém, que, neste caso, a explicação não faz referência à representação.

3.3.2 Lozano (2003)

Lozano (2003) investigou a aquisição de pronomes nulos/plenos e da ordem de palavras por falantes de inglês aprendizes de espanhol/L2 e falantes de grego aprendizes de espanhol/L3. Aqui, vamos apresentar os resultados deste último,

ênfatisando a aquisição da ordem SV/VS em contexto de foco de sujeito não contrastivo (nos termos do autor, foco apresentativo), envolvendo predicados inergativos e inacusativos.

O autor assumiu que a ordem canônica em sentenças declarativas do espanhol é a SV. VS ocorreria em contexto neutro (*¿Qué pasó?*), com predicados inacusativos, e em contexto de foco de sujeito não contrastivo (*¿Quién...?*), em predicados inacusativos e inergativos⁹.

Quanto à distribuição SV/VS, haveria restrição da GU – envolvendo os princípios UH e UTAH¹⁰ – e restrição discursiva, governada pela ausência/presença do traço funcional [+Foco]. Segundo o autor, a força do traço do núcleo Foc nas línguas investigadas – espanhol, grego e inglês – em contexto de foco neutro, de foco contrastivo e de foco informativo, explicaria a diferença entre elas.

O foco contrastivo seria determinado por um Foc que se concatena ao TP, e o foco informativo, por um Foc que se concatena ao VP. Em outras palavras, Foco de TP-externo seria contrastivo, e Foco de TP-interno seria informativo. Já o foco neutro não interferiria na posição estrutural.

De acordo com essa análise, em espanhol e grego, em construções envolvendo foco contrastivo, Foc com traço [+Forte] deve ser checado em sintaxe visível e, por isso, atrai o núcleo flexional T. O movimento do conteúdo focalizado satisfaz o que é denominado na literatura de Critério de Foco¹¹. Como em inglês Foc tem um traço [-Forte], não há desencadeamento de movimento em sintaxe visível, apenas em LF. O foco é marcado prosodicamente ou por clivagem.

Com relação ao foco informativo, em espanhol, o elemento focalizado deve ocupar a última posição, mas, em grego e inglês, deve permanecer *in situ*. Em espanhol, o traço [+Forte] requer o movimento do elemento focalizado para a

⁹ Ver Ruas (2017) para uma descrição mais elaborada sobre a ordem de palavras em espanhol e uma discussão sobre a alternância SV/VS.

¹⁰ A Hipótese da Inacusatividade (UH) distingue dois tipos de verbos intransitivos: os inacusativos e os inergativos. Os primeiros selecionam um sujeito em posição de argumento interno, isto é, de objeto. Eles não atribuem caso acusativo e o sujeito não recebe papel temático de agente. Os inergativos selecionam um sujeito em posição de argumento externo. A Hipótese da Uniformidade de Atribuição Theta (UTAH) prevê que agentes são mapeados em posição de sujeito, e temas, em posição de objeto, antes de *Spell-Out*.

¹¹ Este critério prediz que:

- (i) Um operador [+Foco] deve estar em uma relação de concordância *Spec-head* com um núcleo [+Foco].
- (ii) Um núcleo [+Foco] deve estar em uma relação de concordância *Spec-head* com um operador [+Foc].

posição de TP-interno, isto é, [Spec, FocP]. Em grego e inglês, o traço é [-Forte] e, portanto, não requer movimento de constituinte. O elemento focalizado permanece *in situ*.

- (11) [Contexto: Quem tem o livro?]
a. Lo tiene Juan.
b. #Juan lo tiene.
- (12) [Contexto: O que eles emprestaram a Pedro?]
a. Dhanisan to vivlio ston Petro.
'Emprestaram o livro a Pedro'
b. *Dhanisan ston Petro to vivlio.
- (13) [Contexto: Quem contou a história para Maria?]
a. Peter told the story to Mary.
b *Told the story to Mary Peter.

O autor apresentou vários estudos sobre a aquisição de inacusatividade em L2, para mostrar que aprendizes são sensíveis à distinção inacusativo/ínergativo, sobretudo em níveis avançados, o que parece estar restrito pela GU. Tanto os aprendizes de espanhol/L2 falantes de inglês quanto os aprendizes de espanhol/L3 falantes de grego preferiram VS a SV com verbos inacusativos, mas SV a VS com verbos inergativos em contextos neutros.

No entanto, a distribuição da ordem SV/VS em espanhol/L2 se distanciava da gramática-alvo quando envolvia foco estreito de sujeito não contrastivo. Nesse contexto, eles usavam SV/VS, independentemente do tipo de verbo, o que configuraria opcionalidade.

A opcionalidade é explicada pela diferença da força do traço do núcleo Foc entre as línguas, e atribuída à Hipótese da Interface.

4. PROBLEMATIZANDO

Nesta seção, temos o objetivo de apontar algumas questões com implicações para modelos de representação em ASL.

4.1 Problematizando o parâmetro como primitivo válido

Como esclarecemos, o problema lógico da linguagem na aquisição de segunda língua foi formulado no intuito de se investigar se aprendizes adultos alcançam

conhecimento inconsciente para além do que o *input* permite observar. Em uma perspectiva paramétrica clássica, uma evidência seria a aquisição de todas as propriedades supostamente envolvidas em um determinado parâmetro. Muitos investigaram a aquisição do parâmetro *pro-drop*. Os resultados mostravam que as propriedades não eram adquiridas de uma só vez, podendo, inclusive, levar à opcionalidade nos estágios finais.

Alguns desses pesquisadores explicavam as discrepâncias questionando se, de fato, as propriedades refletiam o mesmo parâmetro. Assim, era possível defender a hipótese de reconfiguração paramétrica. Duas linhas de análise foram estabelecidas: uma de reconfiguração paramétrica, e outra de não reconfiguração paramétrica.

A teoria de Princípios e Parâmetros foi criticada como modelo válido para a ASL, entre outros motivos, devido à ausência dos mesmos efeitos de conjunto de propriedades na L1 e na L2 (CARROL, 2001).

Uma das argumentações mais contundentes foi formulada por Lardiere (2008). Como assinala Lardiere (2008, p. 108), a ideia de reconfiguração paramétrica pressupõe uma mudança “tudo ou nada”, uma “mudança bruta”. Nas palavras da autora,

[...] a persistência de variabilidade observada nos dados de aquisição não é, assim, prevista, na medida em que a presença ou ausência de alguma propriedade gramatical particular deveria ser amarrada ao valor [\pm] de um parâmetro particular. Por outro lado, a pertinência da variabilidade não pode necessariamente ser tida como um parâmetro que não foi configurado (LARDIERE, 2008, p. 108, tradução nossa).

Em uma abordagem minimalista, a variabilidade flexional na L2 é atribuída à “falha” na seleção de traços formais, já que a variação paramétrica está relacionada às propriedades morfológicas das categorias funcionais, responsáveis pela derivação sintática.

Com base nos resultados da pesquisa longitudinal que realizou com Patty, Lardiere argumenta que a principal dificuldade do aprendiz tem a ver com a remontagem (do inglês, *reassembly*) de traços. A competência morfológica incluiria: conhecimento de que formas devem ser materializadas com quais traços; quais fatores condicionam e são de natureza fonológica, morfossintática ou discursiva; quais são as formas opcionais ou obrigatórias e o que constitui um contexto obrigatório; e em que domínios os vários traços são manifestados e agrupados em combinação com que outros traços.

4.2 Problematizando a reconfiguração paramétrica

Como desdobramento do problema lógico da linguagem em ASL – saber se aprendizes adultos alcançam conhecimento inconsciente para além do que o *input* permite observar – esteve no centro dos estudos pioneiros investigar se esse conhecimento seria alcançado via GU. Partindo do pressuposto de que os princípios da GU restringem a gramática da língua nativa do aprendiz, discutia-se o papel da L1 na L2. Uma das hipóteses amplamente aceitas é a de Transferência Total/Acesso Total, que prevê a reconfiguração paramétrica¹².

Postular a mudança linguística – da L1 para a L2 – em termos de reconfiguração paramétrica é, para alguns, problemático, do ponto de vista da representação. Uma vez que o aprendiz tenha reconfigurado o parâmetro, não deveria haver opcionalidade. Como a opcionalidade não pode ser explicada dentro de um modelo de representação que prevê a reconfiguração paramétrica, ela costuma ser atribuída a questões de desempenho ou processamento. Outro problema seria explicar a assimetria verificada na compreensão e na produção de aprendizes. Se o aprendiz reconfigurou um parâmetro, não deveria haver diferenças em função do tipo de tarefa.

Amaral e Roeper (2014) defendem que, em vez de reconfiguração paramétrica, no sentido de substituição ou apagamento de propriedades formais, o papel do aprendiz é acomodar regras aparentemente contraditórias em sub-gramáticas. Os autores argumentam que um modelo de representação é pré-requisito para explicar como o conhecimento linguístico muda, e como o indivíduo usa sua gramática para processar sentenças.

O modelo das *Gramáticas Múltiplas* proposto pelos autores não seria um problema nem para a opcionalidade, nem para a assimetria produção/compreensão, já que, aqui, cabe ao aprendiz “selecionar”, e não “substituir ou apagar”.

4.3 Problematizando a Hipótese da Interface

Os estudos envolvendo a interface sintaxe-discurso são mais recentes na literatura. A *Hipótese da Interface* tem sido sustentada com base em estudos

¹² Esclarecemos que, ao longo dos anos, a expressão “reconfiguração paramétrica” deixou de estar associada à reconfiguração de um conjunto de propriedades em ASL, passando a denotar genericamente a mudança de uma propriedade formal da L1 na L2, como, por exemplo, a reconfiguração da força de um traço [+forte] para [-forte]. Consideramos que, conceitualmente, não deixa de ser um problema em si o uso de tal expressão dentro de uma abordagem minimalista. Para nós, seria mais apropriado o uso da expressão “reconfiguração de propriedades formais”.

sobre a aquisição de sujeito pronominal (nulo e preenchido). Também têm sido realizados estudos envolvendo ordem de palavras e estrutura da informação, tais como, foco estreito de sujeito e deslocamento clítico à esquerda. De acordo com Sorace (2011, p. 1), estruturas que envolvem apenas computação sintática não só são completamente adquiridas como são adquiridas mais cedo na L2. Estruturas envolvendo a sintaxe e outros domínios cognitivos seriam menos prováveis de serem adquiridas completamente.

White (2009) e Montrul (2011) assinalam a necessidade de definir sintaxe estrita e interface, e de explicar a implicação disso em termos de representação. Como interfaces podem ser definidas dentro de um modelo formal da gramática? Existem estruturas que requerem apenas computação sintática, mas não condições de interface?

Além da implicação teórica, acrescentamos que, empiricamente, carece de poder explicativo, já que não faltam evidências de que a opcionalidade é comumente atestada em quaisquer domínios da gramática¹³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, tivemos o objetivo de apresentar uma breve revisão da pesquisa gerativista em ASL, ao longo de quase 40 anos.

Cabe assinalar os desafios para a elaboração de uma teoria de aquisição de segunda língua capaz de dar conta da complexidade que envolve esse processo – não há dúvidas de que uma teoria de representação por si só não seria capaz de explicar tudo o que está envolvido. O desenvolvimento da interlíngua está condicionado a muitos fatores, internos e externos ao indivíduo. Corroborando as colocações de White (2003a, p. 36), porém, não se pode perder de vista que a GU não é, por si só, uma teoria de aquisição/aprendizagem. Além de uma teoria de restrições sobre a representação da interlíngua, é necessária uma teoria sobre como a representação é adquirida, uma teoria de desenvolvimento.

Como esclarece a autora, uma teoria de representação descreve a gramática do aprendiz, uma gramática que no tempo *x* consiste em propriedades *x*, e no tempo *y* consiste em propriedades *y*, sem explicar como ela se desenvolve. Diferentemente, uma teoria do desenvolvimento busca explicar como o *input* da L2 interage com a gramática já existente, que propriedades do *input* atuam como gatilho para a mudança, que propriedades forcem a mudança para a representação

¹³ Para uma discussão mais aprofundada, com base nos dados de falantes adultos do português brasileiro aprendizes de espanhol, ver Ruas (2017).

vigente e o que conduz os estágios de aquisição. Teorias de aquisição devem explicar tanto o problema de representação como o de desenvolvimento.

Esperamos, aqui, poder contribuir com a difusão deste campo de estudo no Brasil, onde não há agendas de pesquisa consolidadas. Ainda são poucos os que se dedicam a esta área, dentro da abordagem gerativista. Os estudos já realizados estão isolados. Acreditamos que agendas são importantes, pois possibilitam o debate – o que enriquece a qualidade da pesquisa – e também a meta-análise dos estudos realizados. Além do mais, potencializam o diálogo com as pesquisas em outros países. A aquisição de uma L2 por falantes de diferentes L1s, bem como a aquisição de diferentes L2s por falantes de uma mesma L1, são empiricamente relevantes para a averiguação de hipóteses. E o português brasileiro apresenta propriedades particularmente interessantes para o estudo em ASL, seja no sentido $L1_{PB} > L2, L3_{\text{Outras línguas}}$ ou $L1_{\text{Outras línguas}} > L2, L3_{PB}$. Essa observação se estende aos estudos sobre bilinguismo (simultâneo) e língua de herança.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L.; ROEPER, T. Multiple Grammars and Second Language Representation. *Second Language Research*, v. 30, n. 1, p. 3-36, 2014.

BLEY-VROMAN, R. The Logical Problem of Foreign Language Learning. *Linguistic Analysis*, v. 20, n. 1, p. 3-49, 1990.

BOECKX, C. What Principles and Parameters Got Wrong. In: PICALLO, C. (Ed.). *Linguistic Variation and the Minimalist Program*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 155-178.

CARROLL, S. E. *Input and Evidence: the Raw Material of Second Language Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

CHOMSKY, N. A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. *Language*, v. 35, n. 1. p. 26-58, 1959.

_____. *Knowledge of Language: its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger, 1986.

_____. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

CLAHSEN, H.; MUYSKEN, P. The Availability of Universal Grammar to Adult and Child Learners: A Study of the Acquisition of German Word Order. *Second Language Research*, v. 2, n. 2, p. 93-119, 1986.

EGUREN, L.; FERNÁNDEZ-SORIANO, O.; MENDIKOETXEA, A. *Rethink-*

ing Parameters. Oxford: Oxford University Press, 2016.

EUBANK, L. Negation in Early German-English Interlanguage: More Valueless Features in the L2 Initial State. *Second Language Research*, v. 12, n. 1, p. 73-106, 1996.

_____.; et al. Tom Eats Slowly Cooked Eggs: Thematic-Verb Raising in L2 Knowledge. *Language Acquisition*, v. 6, n. 3, p. 171-199, 1997.

FLYNN, S. *A Parameter-Setting Model of L2 Acquisition*. Dordrecht: Reidel, 1987.

HAWKINS, R.; CHAN, C.Y. H. The Partial Availability of Universal Grammar in Second Language Acquisition: the ‘Failed Functional Features Hypothesis’. *Second Language Research*, v. 13, n. 3, 187-226, 1997.

HENRY, A. *Belfast English and Standard English*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HERSCHENSOHN, J. Minimally Raising the Verb Issue. In: GREENHILL, A. et al. (Ed.). *Proceedings of the 22nd Annual Boston University Conference on Language Development*. Somerville, MA: Cascadilla Press, 1998. p. 325-336.

LARDIERE, D. Mapping Features to Forms in Second Language Acquisition. In: ARCHIBALD, J. (Ed.). *Second Language Acquisition and Linguistic Theory*. Oxford: Blackwell, 2000. p. 102-129.

_____. Feature Assembly in Second Language Acquisition. In: LICERAS, J. M.; ZOBL, H.; GOODLUCK, H. (Ed.). *The Role of Formal Features in Second Language Acquisition*. New York: Lawrence Erlbaum Associates, 2008. p. 106-140.

LICERAS, J. On Some Properties of the “Pro-Drop” Parameter: Looking for Subject in Non-Native Spanish. In: GASS, S.; SCHACHTER, J. (Ed.). *Linguistic Perspectives on Second Language Acquisition*. New York: Cambridge University Press, 1989. p. 109-133.

LOZANO, C. *Universal Grammar and Focus Constraints: The Acquisition of Pronouns and Word Order in Non-Native Spanish*. 2003. 322 p. Tese (Doutorado em Aquisição de Segunda Língua) – Department of Language and Linguistics, University of Essex, Reino Unido, 2003.

MEISEL, J. The Acquisition of the Syntax of Negation in French and German: Contrasting First and Second Language Acquisition. *Second Language Research*, v. 13, n. 3, p. 227-263, 1997.

MONTRUL, S. A. Interfaces and Incomplete Acquisition. *Lingua*, v. 121, n. 4, p. 591-604, 2011.

PLATZACK, C. The Initial Hypothesis of Syntax: A Minimalist Perspective on Language Acquisition and Attrition. In: CLAHSEN, H. (Ed.). *Generative Perspectives on Language Acquisition: Empirical Findings, Theoretical Considerations, Crosslinguistic Comparisons*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 369-414.

ROBERT, I. G.; HOLMBERG, A. Introduction: Parameters in Minimalist Theory. In: BIBERAUER, T.; et al. *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory*. Cambridge University Press, 2010. p. 1-57.

ROBERTSON, D.; SORACE, A. Losing the V2 Constraint. In: KLEIN, E.; MARTOHARDJONO, G. (Ed.). *The Development of Second Language Grammars: A Generative Approach*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 317-361.

RUAS, S. S. A. *Aquisição da ordem de palavras do espanhol mexicano como L2 por falantes adultos brasileiros*. 386 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SAUTER, K. *Transfer and Access to Universal Grammar in Adult Second Language Acquisition*. 2002. 212 p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculteit der Letteren, Rijksuniversiteit Groningen, 2002.

SCHACHTER, J. Testing a Proposed Universal. In: GASS, S.; SCHACHTER, J. (Ed.). *Linguistic Perspectives on Second Language Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 73-88.

SCHWARTZ, B. D.; SPROUSE, R. L2 Cognitive States and the Full Transfer/ Full Access Model. *Second Language Research*, v. 12, n. 1, p. 40-72, 1996.

SKINNER, B. F. *Verbal Behavior*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1957.

SMITH, N.; TSIMPLI, I. M. *The Mind of a Savant*. Oxford: Blackwell, 1995.

SORACE, A. Initial States, End-States, and Residual Optionality in L2 Acquisition. In: GREENHILL, A.; LITTLEFIELD, H.; TANO, C. (Ed.). *Proceedings of the 23rd Boston University Conference on Language Development*. Somerville: Cascadilla Press, 1999. p. 666-674.

_____. Near-Native. In: DOUGHTY, C. J.; LONG, M. H. (Ed.). *The Handbook of Second Language Acquisition*. Malden: Blackwell, 2003. p. 130-151.

- _____. Pinning Down the Concept of “Interface” in Bilingualism. *Linguistic Approaches to Bilingualism*, v. 1, n. 1, p. 1-33, 2011.
- _____.; FILIACI, F. Anaphora Resolution in Near-Native Speakers of Italian. *Second Language Research*, v. 22, n. 3, p. 339-368, 2006.
- TORIBIO, A. J. Setting Parametric Limits on Dialectal Variation in Spanish. *Lingua*, v. 10, p. 315-341, 2000.
- TSIMPLI, I. M.; MASTROPAVLOU, M. Feature Interpretability in L2 Acquisition and SLI: Greek Clitics and Determiners. In: LICERAS, J. M.; ZOBL, H.; GOODLUCK, H. (Ed.), *The Role of Formal Features in Second Language Acquisition*. New York: Lawrence Erlbaum Associates, 2008. p. 142-183.
- _____.; ROUSSOU, A. Parameter-Resetting in L2? *UCL Working Papers in Linguistics*, 1991. p. 149-170.
- VALENZUELA, E. On Complementizer Phrase Positions in L2 Spanish. In: LICERAS, J. M.; ZOBL, H.; GOODLUCK, H. (Ed.). *The Role of Formal Features in Second Language Acquisition*. New York: Lawrence Erlbaum Associates, 2008. p. 535–560.
- WHITE, L. The Pro-Drop Parameter in Adult Second Language Acquisition. *Language Learning*, v. 35, n. 1, p. 47-62, 1985.
- _____. *Universal Grammar and Second Language Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, 1989.
- _____. On the Nature of Interlanguage Representation: Universal Grammar in the Second Language. In: DOUGHTY, C. J.; LONG, M. H. (Ed.). *The Handbook of Second Language Acquisition*. Malden: Blackwell, 2003a. p. 19-42.
- _____. *Second Language Acquisition and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b.
- _____. Grammatical Theory: Interfaces and L2 knowledge. In: RITCHIE, W. C.; BHATIA, T. K. (Ed.). *The New Handbook of Second Language Acquisition*. Bingley: Emerald Group Publishing, 2009. p. 49-68.

GRAMÁTICA GERATIVA E DIALETOLOGIA DOS PRINCÍPIOS E PARÂMETROS AOS ATLAS SINTÁTICOS

Rerisson Cavalcante de Araújo

INTRODUÇÃO

Poucas áreas da ciência da linguagem pareceriam, à primeira vista, mais incomunicáveis do que a Dialetoлогия e a Gramática Gerativa. A primeira é uma área eminentemente empírica, aparentemente pouco preocupada com as especulações teóricas da linguística geral, com especial interesse pelo trabalho de campo e pelas técnicas de registro e armazenamento de formas linguísticas alternantes, dedicada especialmente ao estudo lexical e fonético e com uma concepção intrinsecamente heterogênea da linguagem humana. A segunda é um programa de investigação prioritariamente teórico e abstrato, com foco na sintaxe, e que aparentemente não se preocupa com o desempenho ou o chamado “uso linguístico real”, tendo como ideal de investigação um “falante-ouvinte ideal em uma comunidade homogênea” e como objetivo a caracterização de uma hipotética Gramática Universal que não pode ser diretamente observada.

Os estereótipos dessas duas áreas da linguística aparecem em completa oposição um ao outro. Ainda assim, desde a década de 1990, as preocupações e os métodos da Dialetoлогия e o arcabouço da Gramática Gerativa não apenas têm se conjugado, mas produzido resultados frutíferos, como nos casos dos projetos de atlas linguísticos dedicados especificamente a questões sintáticas.

Este artigo tratará dessa articulação entre a Gramática Gerativa e a Dialetologia na construção de atlas linguísticos de natureza sintática. Para isso, na seção 2, tratarei da questão geral da relação da Gramática Gerativa com o fenômeno da variação linguística; na seção 3, do desenvolvimento da perspectiva micro-paramétrica a partir do modelo de Princípios e Parâmetros e de sua articulação com a Dialetologia espacial; na seção 4, a principal parte desse trabalho, tratarei da metodologia de alguns projetos de atlas linguísticos sintáticos de línguas europeias. Por fim, na seção 5, encerro o artigo com uma avaliação sobre as contribuições da geolinguística sintática e as possibilidades para o mapeamento sintático do português brasileiro.

1. GERATIVISMO E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Uma visão bastante comum entre profissionais e estudantes de Letras é opinião de que a Gramática Gerativa “não trabalha com variação”. Não é incomum se ouvir objeções ou indagações que soam bastante estranhas aos ouvidos dos adeptos dessa teoria, como “a gerativa não trata da linguagem falada”, “não gosto da gerativa, porque não lida com a variação”, “se a gerativa não lida com a língua falada, lida com o quê, então?”.

Esse tipo de questionamento é resultado de um equívoco terminológico quanto ao conceito de *variação* e quanto à vagueza e à ambiguidade da expressão *linguagem falada*. Ocorre que a Gramática Gerativa não possui “variação” como um de seus termos técnicos da mesma forma que outras teorias. Ou seja, este não faz parte do seu conjunto de conceitos explícitos para o tratamento das propriedades sintáticas **internas a uma língua particular**. Dessa forma, muitos fenômenos que são descritos por *outras* correntes teóricas como casos de “variação linguística” simplesmente não recebem esse qualificativo no gerativismo. Assim, persiste a confusão de que a teoria simplesmente exclui de seu campo de estudo todos os fenômenos que outras teorias chamam por esse rótulo.

Um exemplo. Uma teoria variacionista pode lidar com a alternância entre as ordens VS e SV no português brasileiro (PB) (cf. (1)), descrevendo-a como um fenômeno de “variação linguística” e procurando os condicionamentos sociais e linguísticos para a escolha das *variantes* (outro termo técnico da Teoria da Variação, ausente na Teoria da Gramática).

- (1) a. A carta chegou.
b. Chegou a carta.

Para os variacionistas, este é um caso típico de variação linguística, que interessa à teoria não por si mesmo, mas pelo que pode dizer sobre o fenômeno da mudança linguística. Ao rotular a alternância em (1) como *variação*, o sociolinguista está interessado na possibilidade de traçar um processo em que uma das formas talvez venha a suplantará a outra e tornar-se ou a única alternativa disponível na comunidade ou, ao menos, a forma quase *categórica*. É esse processo de difusão das variantes por grupos sociais e contextos de uso no meio de uma comunidade de fala (em direção a uma possível mudança) que interessa à Sociolinguística.

Para o gerativista, o foco é a descrição e explicação adequada das estruturas sintáticas da língua, da sua gramática, entendida como um mecanismo mental, interno e, acima de tudo, *individual*. Diante das formas em (1), o gerativista não está interessado no qualificativo de “variação linguística”, mas se elas pertencem ou não à mesma língua, se elas são geradas pela *mesma* gramática internalizada. No par de exemplos em questão, há três situações possíveis:

- I) **UMA GRAMÁTICA, DOIS FENÔMENOS:** as duas ordens são produzidas e aceitas pelos mesmos falantes. Nesse caso, o gerativista deve tratá-las como **dois fatos sobre a mesma gramática**. A atribuição do rótulo “variação” é irrelevante ou indiferente. O teórico **deve** fornecer a caracterização adequada do estado de gramática capaz de gerar as *duas* estruturas.
- I) **UMA GRAMÁTICA, UM FENÔMENO:** apenas uma delas é produzida e julgada aceitável pelos falantes. Nesse caso, a tarefa essencial do gerativista continua bastante semelhante: fornecer a descrição e explicação adequada dessa gramática internalizada que gera uma estrutura. Mas, agora, o gramático também deve fornecer uma descrição que explicita por que a outra forma é bloqueada naquela gramática (ou em todas as gramáticas).
- I) **DUAS GRAMÁTICAS, DOIS FENÔMENOS:** ambas as estruturas são produzidas e julgadas aceitáveis, mas por grupos *diferentes* de falantes (pertencentes a grupos sociais ou regiões ou gerações diferentes etc). Nesse caso, o gramático gerativista tem diante de si a mesma tarefa delineada em II, mas agora de modo duplo. Ele deve tentar caracterizar adequadamente *duas* gramáticas distintas, uma **Gramática A**, que permite a estrutura SV, mas bloqueia VS; e uma **Gramática B**, que permite VS, mas bloqueia SV.

Para os variacionistas, todos esses casos podem ser caracterizados como variação. Por um lado, os sociolinguistas, especificamente, dariam esse rótulo para os casos I e III, pois dizem respeito à distribuição de formas em uma

mesma comunidade.¹ O caso II, porém, seria uma situação de não-variação, que dispensaria e impossibilitaria qualquer trabalho de descrição sociolinguística, por envolver comunidades distintas. Por outro lado, os dialetólogos, interessados prioritariamente na distribuição espacial de variantes, dariam especial atenção ao caso III (principalmente, se a distribuição for geográfica), que seria visto como a situação típica de variação linguística que lhes interessa analisar². O caso II também seria considerado pelos dialetólogos como variação se envolvesse uma oposição a qualquer outra localidade que se comportasse diferentemente.

Já para o gerativista, com sua perspectiva mentalista individual, a atribuição ou não do termo variação não é particularmente importante em nenhum dos três casos. Mas a equiparação dos casos I e III é especialmente problemática. No caso III, a alternância entre SV e VS simplesmente não é um fenômeno da mesma língua ou gramática, mas de gramáticas distintas entre si, diferentemente do caso I. Para o caso III, portanto, o gerativista simplesmente não pode aceitar a caracterização de variação “na língua”; essa situação poderia, no máximo, ser concebida como variação “na sociedade”, por esta conter grupos que possuem línguas/gramáticas diferentes.³ Variação linguística para o formalista, então, não é variação: seria diversidade de formas linguísticas entre línguas *diferentes*, não na mesma língua.

Aqui, chegamos ao ponto em que o termo *variação* tem seu uso mais frequente dentro das pesquisas gerativistas, que são as **ampliações do caso III**, quando lidamos com línguas *distintas* possuindo propriedades sintáticas *diferentes*. Isso fica claro quando se fala da ordem VO (Verbo-Objeto) em português *versus* a ordem OV (Objeto-Verbo) em japonês, ou quando lidamos com a diferença entre

¹ Note-se, porém, que, se o caso III ocorrer em regiões, comunidades, cidades ou países distintos, ainda que oficialmente falantes da mesma língua, não teremos um caso de variação para o sociolinguista, mas, como apontado à frente, o teremos para o gerativista.

² Embora, tradicionalmente, os dialetólogos se interessem mais por variação fonética e lexical.

³ Há, ainda, uma confusão mais pueril quanto ao conceito de variação, que é a ideia de que esta não consistiria na alternância entre quaisquer duas ou mais formas, mas apenas nos fenômenos da linguagem não-padrão. Assim, entre os exemplos (i) e (ii), abaixo, o caso (i) é considerado erroneamente como “a forma padrão” e o caso (ii) como “a variação linguística”.

(i) Os meninos saíram.

(ii) Os menino saiu.

Nessa situação, não temos mais um conceito de *variação*, mas uma simples incompreensão do conceito variacionista de variação. Infelizmente, apesar de sua falta de valor teórico, é perceptível que esta confusão está presente entre muitos estudantes de Letras e de línguas que se formam em nossas universidades.

SVO em (algumas) línguas românicas e V2 em (algumas) línguas germânicas, pois não existe o risco de considerar esses fenômenos como alternâncias internas à mesma língua. Mas também se aplica a casos de diferenças gramaticais entre o que apenas politicamente pode ser considerado como uma única língua, como no caso do português brasileiro (PB) e do português europeu (PE); ou do espanhol platense e do europeu etc., em que, apesar da nomeação política, podemos facilmente conceber que estamos lidando com gramáticas/línguas ligeiramente distintas. Nas palavras de Benincà e Poletto:

[...] language variation can itself be conceived as the result of processes that follow logical patterns, and produce only grammars that are submitted to general principles, thus revealing the universal grammar lying behind it. (BENINCÀ; POLETTTO, 2007, p. 36).

Curiosamente, esses casos de diferenças sintáticas entre línguas diferentes são justamente aqueles que não receberiam na Sociolinguística o rótulo de variação (pois não ocorrem na mesma comunidade de fala), mas são os exemplos típicos dos fenômenos que os gerativistas considerariam como variação linguística. Assim, em resumo, o sociolinguista utiliza o termo variação para os casos de (i) alternância de formas por parte dos **mesmos indivíduos** falantes da **mesma língua** na mesma comunidade; (ii) alternância de formas na **mesma comunidade** de fala. O dialetólogo utiliza o termo para a alternância de formas em indivíduos diferentes de **comunidades distintas** da **mesma língua**. E o gerativista utiliza o mesmo termo para os casos de (i) diferenças entre **línguas distintas**; (ii) alternância de formas entre (grupos de) falantes **diferentes** da mesma língua, que podem ser considerados como portadores de gramáticas distintas.

Apesar dessa diferença no conceito de variação para a teoria gerativa e para as abordagens variacionistas, esse conceito foi o ponto que permitiu a aproximação entre o gerativismo, primeiramente, com a Sociolinguística e, posteriormente, com a Dialetologia espacial, como veremos nas próximas seções.

2. GRAMÁTICA GERATIVA E DIALETOLOGIA

2.1 O modelo de microparâmetros

A articulação dos pressupostos da Gramática Gerativa com os da Sociolinguística é bastante conhecida sob o nome de Sociolinguística Paramétrica, mas a

discussão sobre esse tipo de abordagem está fora dos objetivos desse artigo (re-meto o leitor a BORGES NETO, 1989), que focará na relação entre gerativismo e Dialetoлогия espacial.

A incursão da Gramática Gerativa no campo da Dialetoлогия espacial pode ser vista como um desenvolvimento natural (i) de sua preocupação com a sintaxe comparada e (ii) do desenvolvimento do Programa Minimalista.

O objetivo último da Gramática Gerativa é desenvolver uma teoria sobre o formato da Gramática Universal (GU), que deve ser compatível tanto com o que há de universal quanto com o que há de particular e *diferente* em cada língua. A caracterização adequada da GU abrange, então, a identificação dos **limites de variação** que as línguas exibem, que são tidos como (possibilidades e) restrições impostas pelo próprio formato da Faculdade da Linguagem. Disso decorre a importância dos conceitos de Princípios e Parâmetros na teoria gerativa. Eles não foram forjados apenas com o objetivo de serem rótulos para a classificação de propriedades universais e particulares, mas serem uma ferramenta para auxiliar na captação de conjuntos de propriedades que estejam relacionadas entre si — seja por se manifestarem sempre simultaneamente (resultando, talvez, da uma mesma propriedade abstrata, de um mesmo valor paramétrico), seja por serem necessariamente opostas (resultando de valores paramétricos opostos).

Assim, por exemplo, a formulação original do Parâmetro do Sujeito Nulo não tinha o objetivo de descrever apenas a possibilidade ou impossibilidade de se omitir o sujeito, mas captar (pelo menos) quatro propriedades que seriam relacionadas entre si: (i) a omissão/realização do sujeito pronominal referencial; (ii) a omissão/realização do sujeito não-referencial; (iii) a inversão livre do sujeito; (iv) o efeito *that-trace*.

Na investigação sobre os possíveis Parâmetros e Princípios postulados pela pesquisa teórica, a comparação de dados de línguas distintas é essencial. Essa necessidade é a primeira janela de abertura da pesquisa gerativista para a pesquisa dialetal, uma vez que a investigação de línguas ou dialetos muito próximos entre si é um excelente campo de pesquisa para a verificação do comportamento paramétrico e a identificação dos limites de variação sintática. A perspectiva paramétrica clássica tem o pressuposto de que os parâmetros linguísticos devem ser em número restrito, para que possam dar conta da rapidez da aquisição da linguagem pelas crianças.

Mas a interação entre teoria gerativa e pesquisa dialectal se inicia, de fato, a partir do desenvolvimento da perspectiva **microparamétrica**, que é, em parte, consequência de aspectos da visão minimalista quanto à marcação das proprieda-

des sintáticas. A tese minimalista importante aqui é a ideia de que os parâmetros não dizem respeito ao funcionamento do chamado *sistema computacional* da linguagem humana. Este seria invariante, com operações (por exemplo, *Merge*, *Move*, *Copy*, *Agree* etc.) que se aplicam em todas as línguas da mesma forma. Por exemplo, se há uma operação de *Move(ment)*, esta não teria propriedades distintas em cada língua, mas seria aplicada sempre que houvesse o traço, a propriedade ou a configuração relevante para a sua aplicação.⁴

Nessa perspectiva, a hipótese é que a variação estrutural entre as línguas se daria, essencialmente, na morfologia de cada língua, no léxico não-substantivo, ou seja, entre as categoriais funcionais. Assim, uma categoria como T^o (Tempo) poderia, por exemplo, possuir ou não possuir um traço [D] (Determinante), que exigiria o movimento, uma categoria DP para entrar em relação de concatenação/*merge*, produzindo o movimento de um dos argumentos do VP (na sintaxe visível) para seu especificador, gerando a ordem SV.

A transferência do lócus da variação paramétrica para o léxico, o lugar das idiosincrasias, abre a possibilidade para uma multiplicação indefinida do número de parâmetros. Cada categoria funcional é potencialmente uma fonte de variação paramétrica. Sacrifica-se, então, a noção de parâmetro como um conjunto inter-relacionado de propriedades e passa-se à investigação de diferenças sintáticas mínimas entre as línguas. Para essa tarefa, além da comparação entre línguas diferentes, entra em jogo também a comparação de dialetos, entendidos como línguas muito próximas entre si.

Essa incursão dialetal tem dois objetivos: (i) testar hipóteses teóricas sobre os limites de variação sintática entre as línguas, ou seja, sobre os tipos de gramáticas possíveis; (ii) descobrir mais fatos sintáticos sobre as línguas. Ao apresentar a justificativa teórica para a elaboração de um atlas sintático do norte da Itália, Benincà e Poletto afirmam que:

Dialectology constitutes a privileged observation point for determining language variation, just because it studies minimally different systems. As such, it is as close as possible to a scientific experiment where variables (intended as differences in grammar) are controlled and few independent factors interfere with the study of a single grammatical property. (BENINCÀ; POLETO, 2007, p. 36).

⁴ Por exemplo, quando houvesse um traço formal não-interpretável que precisasse ser checado antes das interfaces fonética e semântica, em uma implementação baseada em eliminação de traços não-interpretáveis. As diferenças notacionais e/ou substantivas entre implementações diferentes do minimalismo (movimento por eliminação de traços não-interpretáveis, movimento por *Agree* mais EPP, etc.) não são relevantes para essa exposição.

2.2 A sintaxe dialetal

O interesse de gerativistas por Dialectologia se funda na concepção de que a língua não é uma entidade abstrata, que se encontra “acima dos indivíduos”, mas uma entidade mental, individual. A princípio, essa concepção mentalista e, sobretudo, individual da linguagem pode parecer oposta e incompatível com a preocupação dialetal, mas não o é inteiramente. É justamente o caráter individual da gramática que livra a gerativa do compromisso de que o sistema linguístico seja homogêneo em uma sociedade, em um estado, em um país como um todo. Nada impede que a gramática do indivíduo A seja ligeiramente diferente daquela de um indivíduo B, que pertence à mesma unidade político-administrativa e que fala o que é, oficialmente, considerado o mesmo idioma.

Como a gramática interna(lizada) se forma a partir da interação da GU com os dados linguísticos primários (DLP), e como os DLP refletem apenas indiretamente as estruturas linguísticas mentais, nada garante que a gramática internalizada adquirida por falante em Salvador seja exatamente igual à gramática adquirida por um falante em Florianópolis ou em Manaus. A rigor, nada garante que dois falantes soteropolitanos desenvolvam uma gramática internalizada 100% igual. Assim, a caracterização individualista da gramática abre espaço para uma variação indefinida na distribuição de gramáticas pela comunidade social.

Podemos trabalhar com a hipótese de que a proximidade geográfica, o fato de se viver na mesma comunidade de fala etc., contribui para a semelhança dos DLP e, assim, para a probabilidade de maior proximidade entre as gramáticas dos indivíduos. A distância geográfica, assim, não determina diferenças de gramática, mas pode torná-las mais prováveis.

Um ponto muito importante a se considerar é que a articulação entre Gramática Gerativa e Dialectologia também recupera a motivação original da constituição da ciência dialetal, dos métodos geolinguísticos e da criação de atlas linguísticos, que é a verificação empírica de hipóteses da linguística teórica. O desenvolvimento da Dialectologia, no século XIX, esteve intimamente ligado à testagem da hipótese neogramática sobre a absoluta uniformidade da aplicação das leis fonéticas, que não possuiriam exceções além das falsas irregularidades causadas por empréstimos linguísticos, analogia ou por influência de processos de standardização. A investigação de dados de dialetos rurais isolados era, em parte, uma maneira adequada de verificar a validade de tal hipótese, ao se focar em variedades linguísticas com menos influência dos processos de empréstimos linguísticos e de standardização. Depois que os dados dialetais ajudaram a invalidar a hipótese neogramática, a Dialectologia se afastou das preocupações

com hipóteses abstratas da linguística geral⁵, uma vez que estas não pareciam contribuir para o estudo da variabilidade linguística com que a disciplina lidava.

Nesse quadro, além de diversas pesquisas específicas voltadas para analisar fenômenos linguísticos em dialetos ou línguas muito próximas, a preocupação microparamétrica levou a realização de empreendimentos de natureza especificamente geolinguística, voltados para a tentativa de construção de atlas linguísticos de natureza sintática, como veremos na próxima seção.

3. OS ATLAS SINTÁTICOS

Tradicionalmente, os trabalhos da geolinguística e os atlas linguísticos estão voltados para a descrição de fenômenos de natureza fonética, lexical e morfológica. O nível sintático sempre foi pouco desenvolvido nesse tipo de empreendimento, por um conjunto de fatores. Primeiramente, o próprio desenvolvimento de teorias e pesquisas sintáticas robustas é tardio na história da linguística em relação às pesquisas e teorias sobre fonética, fonologia, léxico e morfologia. A própria Gramática Gerativa só surge em meados da década de 1950, quando a geolinguística já tinha mais de meio século de vida.

Em segundo lugar, a pesquisa geolinguística se inicia no século XIX, tendo como um de seus objetivos testar hipóteses com relação à realidade fonética, mais especificamente quanto à natureza da mudança sonora, levantadas pela gramática histórico-comparativa e pelo movimento neogramático. Para esse objetivo fonético, a coleta de informações lexicais era ao mesmo tempo um pré-requisito e um complemento natural, dado o fato de que a irregularidade de distribuição de algum traço fonético poderia estar associada a fatos lexicais, como empréstimos de uma área para outra, neologismos, desuso de certas formas ou a perda de distinção entre termos foneticamente semelhantes como consequência de alterações sonoras.

Em terceiro lugar, os próprios instrumentos de pesquisa desenvolvidos pela geolinguística não se adéquam tão facilmente à pesquisa sintática. A aplicação oral ou escrita de questionários previamente elaborados, em que se coletam respostas curtas, que, geralmente, correspondem a itens ou expressões lexicais

⁵ “The first reaction of the dialect geographers seems to have been a profound suspicion of linguistic theorising under almost any guise. This came about partly because general linguistic theories shed very little light on the kind of variability that dialectologists encountered in their field studies. In any case, dialect geography, for much of its history, scarcely involved itself with general linguistic issues. Some of its practitioners became preoccupied with the study of minutiae that could hardly affect our understanding of language as human knowledge.” (cf. CHAMBERS; TRUDGILL, 1998, p. 15).

específicas, não pode ser estendida para a pesquisa sintática sem considerável adaptação. A esse respeito:

In 1994, Werlen presented an astucious analysis of the malaise preventing prosperous research in dialect syntax at that time. He diagnosed that the traditional dialectologist's methods weren't suitable to describe syntax. Written questionnaires, the translation of orally given word lists in interviews, the reading out of texts or word lists, the so called *conversation dirigée* or the reporting of events: each one of these methods produced some results but not the desired data set for syntax (Werlen 1994: 52). (GLASER; BUCHELI BERGER; SEILER, 2012, p. 97).

Os projetos com articulação entre teoria da gramática e geolinguística a partir da década de 1990 invertem isso, dedicando-se exclusivamente ao nível sintático. Essa articulação não se dá apenas na mudança de foco sobre o nível de estrutura da língua a ser analisado.

O objetivo dos atlas sintáticos não é apenas marcar a distribuição de um fenômeno ou estrutura específica ao longo de um território. Quando falamos de variação lexical, um item de vocabulário “A” ocorrendo em duas localidades distintas pode ser considerado, em certo sentido, a *mesma* unidade lexical.⁶ Não ocorre assim com um fenômeno sintático. Um sujeito nulo ou uma inversão VS em uma língua ou dialeto pode possuir características muito diferentes do seu suposto equivalente em outra língua/dialeto.

Tomemos o exemplo das estruturas de negação sentencial no PB e no PE. A estrutura com dois marcadores negativos (um pré-VP e outro pós-VP), como em (2), está presente nos dois dialetos/línguas (apesar de os linguistas terem, por muito tempo, considerado que ela era exclusiva do PB). Entretanto, elas possuem propriedades bem diferentes entre si. Cavalcante (2007, 2012) mostra que [não VP não] ocorre no PB em declarativas, interrogativas polares e imperativas, em sentenças matrizes e em subordinadas completivas, mas não ocorre em interrogativas QU e em subordinadas não-completivas. Já Martins (2010, 2012) e de Pinto (2010) mos-

⁶ Aqui há, claramente, uma simplificação da questão. Uma pesquisa dialetal/geolinguística influenciada pelo estruturalismo e pela teoria dos campos lexicais negaria esse pressuposto, pois seria necessário verificar como esse item lexical está relacionado com os demais itens do mesmo campo, a que elementos ele se opõe. Uma mesma forma lexical poderia ocorrer em duas regiões com mais ou menos o mesmo significado referencial, mas ter valores bastante diferentes (cf. WEINREICH, 1954 para a discussão equivalente no campo fonético-fonológico). Entretanto, essa perspectiva estruturalista não é dominante na geolinguística. Mesmo as pesquisas que entram na descrição pormenorizada das relações lexicais em dialetos distintos não deixam de considerar que a mesma forma ocorrendo em diferentes dialetos com valores distintos ainda é, em certo sentido, o mesmo item lexical.

tram que, no PE, [não VP não] ocorre exclusivamente em sentenças declarativas matrizes. Em todos os demais contextos (interrogativas polares e QU, imperativas e subordinadas, mesmo completivas), essa negativa sentencial é inaceitável.

(2) João **não** foi ‘pra’ aula hoje **não**.

Uma caracterização adequada da distribuição geolinguística de [não VP] e [não VP não] nos diferentes dialetos do português não pode apenas mostrar os pontos do território brasileiro e do lusitano em que essas estruturas aparecem, mas deve mostrar os domínios sintáticos e semânticos em que essas formas ocorrem. É o que tenta fazer Cavalcante (2016; em preparação) ao examinar a distribuição da negação pós-verbal na região Sul do Brasil a partir dos dados do *Projeto Atlas Linguístico do Brasil*.

Outro exemplo pode ser visto no fenômeno dos complementos dativos sem preposição em diferentes dialetos brasileiros. Scher (1996) mostrou que, na Zona da Mata de Minas Gerais, a ausência da preposição em dativos é perfeitamente aceitável, seja na ordem $V + DP_{\text{tema}} + DP_{\text{dativo}}$ ou na ordem $V + DP_{\text{dativo}} + DP_{\text{tema}}$, como nos exemplos em (3):

(3) Dialeto mineiro

- a. João deu um livro o pai.
- b. João deu o pai um livro.

O fenômeno já chama a atenção por não apresentar a restrição de adjacência do dativo ao verbo, como ocorre em outras línguas, como o inglês, o que levanta, de imediato, a questão sobre se estaríamos lidando com o mesmo evento conhecido como “construções de duplo objeto” ou com um fenômeno distinto. Mas o ponto importante aqui não é a diferença entre o dialeto mineiro e o inglês, e sim a variedade entre dialetos distintos dentro do próprio PB. Cavalcante (2009) e Cavalcante e Barros (2012) defendem que a ausência da preposição também ocorre em Helvécia (BA), mas com características diferentes: o dativo ocorre sem preposição apenas em adjacência ao verbo, o que é um indício de que o fenômeno é qualitativamente distinto em Helvécia e na Zona da Mata. O que é, aparentemente, o mesmo traço morfossintático (ausência da preposição em dativos) pode, na verdade, ser gerado por diferentes gramáticas subjacentes, por diferentes valores paramétricos ou microparamétricos.

Mais do que isso, Scher (1996) havia apontado a existência de uma restrição à queda da preposição no dialeto mineiro, que – parece-me – não tem recebido a devida atenção em outros estudos sobre o fenômeno, que é a impossibilidade

da queda da preposição diante de quantificadores e indefinidos, como exemplificado em (4). Com base nisso, Cavalcante (2009) defende que a ausência da preposição “a” em Minas Gerais está condicionada à adjacência entre o núcleo preposicional e elementos de natureza D^o (sejam determinantes ou pronomes pessoais). O ponto principal nesse caso é a investigação da distribuição da queda da preposição dativa nos dialetos do português, que não pode, então, apenas identificar as localidades em que a omissão é possível, mas deve verificar se as restrições são as mesmas nos diferentes locais, de modo a confirmar ou negar hipóteses como essas.

- (4) a. O Marcos deu *(a) todos os seus irmãos um presente.
b. A Maria enviou *(a) alguns de seus amigos o seu convite de casamento.
(SCHER, 1996, p. 41-42).

Assim, a pesquisa em sintaxe dialetal tem como tarefa identificar as isoglossas de distribuição dos fenômenos sintáticos, mas também verificar as restrições e condicionamentos estruturais a que estes estão submetidos. Adicionalmente, deve buscar descobrir novos fenômenos que não sejam conhecidos de antemão.

É justamente esse tipo de diferenças nas propriedades sintáticas que é o foco da perspectiva comparativista da sintaxe gerativa, em seu modelo paramétrico ou microparamétrico. E é esse foco que traz uma contribuição importante para a constituição dos atlas sintáticos em parceria com a Dialectologia.

Assim, diferentemente dos atlas linguísticos tradicionais e modernos, os atlas especificamente sintáticos não têm como objetivo apontar os locais de presença e ausência dos fenômenos ou das variantes de um fenômeno, mas identificar o “domínio de variação” (cf. BENICÀ; POLETTI, 2007), ou seja, os contextos sintáticos e semânticos de distribuição do fenômeno a ser documentado.

Outro aspecto em que os atlas sintáticos diferem dos não-sintáticos está diretamente relacionado ao ponto anterior, quanto à investigação do domínio estrutural de ocorrência do fenômeno. Para isso, é necessário mais do que o levantamento de informações positivas em relação aos usos linguísticos em cada local, mas informações negativas sobre as estruturas inaceitáveis ou marginais. Ou seja, atlas sintáticos precisam, necessariamente, aplicar ou se basear em *testes de aceitabilidade* das formas por parte dos informantes.

O casamento da Gramática Gerativa e a Dialectologia é, portanto, proveitoso para as duas áreas dos estudos linguísticos. A sintaxe gerativa acede a técnicas para o acesso a um volume muito maior de dados linguísticos, que permitem a verificação de hipóteses e a descoberta de novos fenômenos. A Dialectologia tem

sua metodologia enriquecida através de recursos que abrem a possibilidade de investigação de outro nível de estruturação da língua.

Em resumo:

- I) A articulação entre Geolinguística e Gramática Gerativa produz projetos em que há mudança de foco no nível de análise linguística.
- II) O mapeamento sintático não se limita à identificação da presença *versus* ausência do fenômeno em certos pontos do território, mas busca a caracterização da distribuição desse fenômeno pelos diversos contextos estruturais (sintáticos e semânticos) em que pode ou não ocorrer.
- III) Os dados negativos assumem uma grande importância.
- IV) É necessário adotar testes de reconhecimento de formas e de aceitabilidade em vez do formato tradicional de perguntas indiretas.

Veremos, nas próximas subseções, informações sobre projetos de atlas linguísticos sintáticos e como eles tentaram lidar com esses problemas. Tratarei de projetos específicos:

- I) Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses (SAND)
- II) Atlas Sintático da Itália Setentrional (ASIS)
- III) Atlas Sintático do Espanhol (ASinEs)

3.1. Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses (SAND)

O *Syntactische Atlas van de Nederlandse Dialecten* (Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses), abreviado SAND (cf. BARBIERS et al., 2007), é resultado de um grande projeto de levantamento de dados de 267 dialetos holandeses, não apenas na Holanda, mas também em partes da Bélgica e da França.⁷

Os informantes consultados possuíam entre 55 e 70 anos e pertenciam à classe média baixa. Esse critério de seleção mostra uma aproximação com a metodologia mais tradicional da geolinguística, que priorizava informantes mais velhos, com menor escolaridade e menor mobilidade, de modo a coletar aspectos característicos dos dialetos locais. Ao mesmo tempo, o critério se distancia da geolinguística moderna, que, influenciada pela Sociolinguística, busca uma abordagem pluridimensional, em que predomina a tendência para a escolha de informantes com perfis sociais e faixas etárias diferentes.

⁷ O site do projeto pode ser acessado em: <<http://www.meertens.knaw.nl/sand/zoeken/index.php>>. Sua versão *online* também é chamada de DynaSAND – *Dynamische Syntactische Atlas van de Nederlandse Dialecten* (Atlas Sintático Dinâmico dos Dialectos Holandeses).

Segundo Barbiers et al. (2007), a pesquisa para o atlas focou em fenômenos de quatro domínios sintáticos:

- (a) periferia esquerda da sentença.
- (b) periferia direita da sentença.
- (c) negação e quantificação.
- (d) referência pronominal.

Dentre os fenômenos investigados, estão: concordância no complementizador; redobro do complementizador; redobro do pronome sujeito; sentenças relativas e QU; ordem de palavras em compostos verbais; morfossintaxe verbal; concordância negativa; partículas negativas; distribuição de pronomes e reflexivos.

Para a coleta de dados positivos e negativos sobre esses fenômenos, a metodologia do projeto adotou os seguintes recursos: coleta de dados por múltiplas formas, incluindo telefone e correio; aplicação de testes de reconhecimento da existência e da frequência de formas sentenciais. Desse modo, os dados foram levantados através de três instrumentos de coleta, aplicados em três fases distintas do projeto:

- (i) questionários por correio.
- (ii) entrevistas orais.
- (iii) entrevistas por telefone.

Segundo Barbiers et al. (2007), **questionários aplicados por correio** representaram uma fase preliminar da pesquisa, em que foi realizado um estudo inicial para se obter uma primeira impressão quanto à distribuição das variáveis. Nessa fase, 424 sentenças-testes foram apresentadas a 368 informantes, gerando cerca de 156 mil respostas.

A principal fonte dos dados para o DynaSAND foram as **entrevistas orais**, conduzidas *in loco*. Estas proporcionaram cerca de quarenta e cinco mil respostas. Além disso, antes de cada entrevista, há dez minutos de diálogo no dialeto local, conduzido de modo a criar um clima de maior espontaneidade na condução dos inquéritos, mas que também constituem uma fonte adicional de dados para registro e análises.

Já as **entrevistas por telefone** ocorreram em um momento posterior ao levantamento principal dos dados, com o propósito específico de perguntar novamente por dados não obtidos nas entrevistas orais. Para isso, foram elaboradas novas perguntas, para a complementação dos paradigmas levantados. As consultas por telefone proporcionaram 26 mil respostas (105 sentenças teste aplicadas a 252 dialetos).

Quanto ao método de indução das respostas, a metodologia do projeto (para os três instrumentos de coleta) consistiu na apresentação de sentenças formuladas em holandês padrão, para que os falantes nativos de cada localidade (i) ou traduzissem para seus dialetos locais (ii) ou informassem se elas ocorriam (produtivamente, raramente) no dialeto local.

A figura 1, a seguir, exemplifica o formato das perguntas voltadas para os informantes identificarem a ocorrência ou não no seu dialeto dos tipos de frases/fenômenos investigados.

<p>In some dialects we encounter sentences such as:</p> <p>Misschien ga'k 'et (e) (k) ik wel krijgen</p> <p>Betekenis: Misschien gaik het wel krijgen</p> <p>meaning: "maybe, I'll get it"</p> <p>(i) Do you encounter sentences such as (1) in your local dialect?</p> <p>Yes/No</p>

Fig. 1: Teste de julgamento de aceitabilidade aplicado no SAND. Fonte: Barbiers et al. (2007).

figura 2 exemplifica o instrumento para a identificação da produtividade ou frequência relativa entre diferentes construções.

	Encounter	Uncommon-common
a. Ik weet dat Jan hard <i>moet kunnen werken</i> I know that Jan hard, must, can, work	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
b. Ik weet dat Jan hard <i>moet werken kunnen</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
c. Ik weet dat Jan hard <i>kunnen moet werken</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
d. Ik weet dat Jan hard <i>kunnen werken moet</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
e. Ik weet dat Jan hard <i>werken kunnen moet</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
f. Ik weet dat Jan hard <i>werken moet kunnen</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5

Fig. 2: Teste de julgamento relativo. DynaSAND. Fonte: Barbiers et al. (2007).

3.2. Atlas Sintático da Itália Setentrional (ASIS)

O ASIS — *Atlante Sintattico dell'Italia Settentrionale* (Atlas Sintático da Itália Setentrional) é um projeto do Centro di Studio per la Dialettologia Italiana, da Universidade de Pádua, sob a coordenação da professora Paola Benincà.⁸ De acordo com Benincà e Poletto (2007), a elaboração do ASIS foi guiada pelas seguintes preocupações quanto ao levantamento e comparação dos dados:

- (i) Coleta de dados comparáveis entre si.
- (ii) Controle dos dados agramaticais.
- (iii) Acesso a informações sobre eventual opcionalidade nos fenômenos.
- (iv) Acesso a dados de interface entre fonologia e morfologia.
- (v) Controle de informações sobre etimologia de termos relevantes.
- (vi) Acesso a dados de interface entre semântica e pragmática.

Foi elaborado, inicialmente, um primeiro *questionário geral*, contendo cerca de 107 sentenças para testar a distribuição e a aceitabilidade dos sujeitos clíticos em diferentes contextos (negação, interrogação, exclamação, relativas, com verbos principais e auxiliares; em combinação com vários tipos de sujeitos: nulos resultantes de traços de movimento QU, pronomes tônicos, DPs definidos e indefinitos, quantificadores, em posição pré- e pós-verbal).

A comparação e o controle de dados gramaticais e agramaticais recebeu bastante importância na elaboração dos métodos do ASIS. Dessa forma, segundo as autoras, o questionário geral, mesmo focando um fenômeno específico, proveria informações sobre vários outros fenômenos, como: tipo sentencial, morfosintaxe de itens QU; negação sentencial; a sintaxe e o léxico dos quantificadores; o sistema verbal de tempo e modo.

Esse primeiro questionário foi escrito e aplicado a linguistas, falantes dos dialetos a serem examinados, para *feedback* e refinamento das questões. Depois, elas foram apresentadas aos demais informantes, que deveriam traduzi-las para o seu dialeto nativo. A seguir, a título de amostra, as cinco primeiras sentenças do primeiro questionário:

⁸ Demais integrantes do projeto: Alessandra Giorgi, Cecilia Poletto, Davide Bertocci, Diego Pescarini, Giorgio M. Di Nunzio, Jacopo Garzonio, Laura Bafile, Laura Vanelli, Leonardo Savoia Florence, Maria Rita Manzini, Mariachiara Berizzi, Maristella Agosti, Massimo Vai, Michela Cennamo, Nicola Munaro, Silvia Rossi. Endereço eletrônico do projeto: <<http://asit.maldura.unipd.it/>>.

1. Il direttore è arrivato
2. Me li sono letti tutti.
3. I commercianti hanno aumentato i prezzi.
4. Ci siamo vestiti in fretta.
5. Gli devo parlare subito, (a Mario).

Posteriormente, foram elaborados dois outros *questionários gerais*, voltados para testar os seguintes fenômenos: clíticos objetos e grupos de clíticos; seleção de auxiliares; modais e modalidade; complementação.

Ao final, de acordo com as informações disponíveis no *site* oficial do projeto, o ASIS contou com a aplicação de sete questionários diferentes. O segundo questionário contou com 127 questões; o terceiro, com 72; o quarto, com 73 questões; o quinto, com 66; o sexto, com 53; e o sétimo, com 79. Os três últimos questionários foram dedicados, respectivamente, ao comportamento da exclamação, dos imperativos e da negação. A seguir, as cinco primeiras sentenças dos questionários 5, 6 e 7:

Questionário 5 (exclamação)

1. Che bel libro ha scritto!
2. Cosa non è saltato fuori!
3. Chi non è andato a quella festa! (nel senso di: “Ci sono andati proprio tutti!”)
4. Vedessi quanto scrive male!
5. Cosa erano disposti a fare (per ottenere quel posto)!

Questionário 6 (imperativos)

1. Lo prenda pure, signor Antonio!
2. Ne prenda pure anche il vostro amico.
3. Prendine pure.
4. Prendetene pure.
5. Lo prendano pure, signori.

Questionário 7 (negação)

1. Oggi Carlo non viene, ma domani sì.
2. Non vogliono andarci.
3. Carlo non mangia la frutta.
4. Carlo non ha mangiato la frutta.
5. Non fa mica freddo qui!

Esses questionários mais específicos foram aplicados aos informantes oralmente, de modo a controlar a interação entre aspectos sintáticos, semânticos e, principalmente, pragmáticos, uma vez que:

Written questionnaires are perfectly adequate to investigate obligatory phenomena, but optional phenomena do not always surface in written questionnaires, or they may surface in a non-systematic way. In other words, optionality needs to be resolved before firm empirical generalizations can be drawn. (BENINCÁ; POLETTO, 2007, p. 40).

A aplicação destes resultou também na descoberta de vários novos fenômenos, envolvendo, por exemplo, partículas sentenciais e tipo oracional; QU *in situ* e redobro de QU; *do*-suporte em interrogativas matrizes; tipos distintos de marcadores negativos pré- e pós-verbais.

A partir dos fatos documentados por meio dos questionários gerais, foram construídos questionários especiais, para levantar as restrições e condicionamentos sintáticos dos fenômenos descobertos.

3.3. Atlas Sintático do Espanhol (ASinEs)

Um empreendimento mais recente em sintaxe dialetal é o projeto para a elaboração do ASinEs, o *Atlas Sintático del Español*, coordenado por Ángel J. Gallego, da Universidade Autônoma de Barcelona.⁹ Também no ASinEs, há uma busca explícita pela conjugação da Gramática Gerativa e da Geolinguística, como apontam Cerrudo et al. (2015).

A metodologia desse projeto, ao menos nessa fase inicial de execução, se afasta das opções adotadas nos dois atlas descritos anteriormente, pois se baseia no levantamento de dados geográficos, não diretamente através de novos instrumentos de coleta, mas na coleta de variação sintática registrada na literatura linguística acadêmica.

Segundo Cerrudo et al. (2015), a primeira fase é a constituição de base de dados a partir de fatos linguísticos registrados em gramáticas de referência do espanhol, em teses, monografias e artigos publicados. Dessa forma, os dados positivos e negativos sobre os fenômenos são conseguidos indiretamente, uma vez que foram controlados nos estudos e descrições particulares.

Dentre as fontes de levantamento de dados para esse atlas, encontram-se:

⁹ Equipe: Ángel J. Gallego, Maria Bañeras, Alba Cerrudo, Maria Pilar Colomina, Ana Estrada, Carlota de Benito, Irene Fernández Serrano, María Jesús Machuca, Samanta Planells. *Site*: <<http://www.asines.org>>.

- (i) atlas linguísticos: o *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Castilla la Mancha*; o *Atlas Lingüístico de Chile*; o *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*.
- (ii) *corpora*: o *Corpus de Referencia del Español Actual*; o *Corpus del Español del Siglo XXI*; o projeto Varigrama (Variación Gramatical del Español en el Mundo); o *Corpus Oral y Sonoro del Español Rural*; o projeto ESLORA (El *Corpus* para el Estudio Del Español Oral).
- (iii) gramáticas de referência: a *La Nueva Gramática de la Lengua Española* (2009-2011); *La Gramática Descriptiva de la Lengua Española* (1999).

Essa opção tem a vantagem de possibilitar a elaboração de cartas linguísticas em um prazo bem mais curto e com um custo financeiro bastante reduzido em relação ao procedimento usual de elaboração de atlas, a partir de novos dados coletados especificamente para este fim. Por outro lado, tem a desvantagem da perda da sistematicidade das comparações, uma vez que os diferentes estudos tomados como referência podem ter se concentrado em aspectos distintos dos fenômenos. Também há o ponto negativo de não possibilitar a descoberta de novos fenômenos como fruto justamente do trabalho de campo.

De qualquer modo, esse procedimento faz parte apenas da primeira etapa de constituição do ASinEs. Como apontam Cerrudo et al. (2015), as fases posteriores do projeto preveem a ampliação do banco de dados pela realização de trabalho de campo por meio de entrevistas e aplicação de questionários, bem como a consulta a *corpora* variados que tenham codificação da informação sintática e levantamento de dados de redes sociais.

5 CONCLUSÕES

Meu objetivo neste artigo foi apresentar como duas áreas aparentemente bastante opostas dos estudos linguísticos – a pesquisa gerativa e a pesquisa dialetal – puderam articular-se para o desenvolvimento de pesquisas de Dialetologia gramatical, com a elaboração de atlas linguísticos de natureza sintática.

Para isso, abordei aspectos da evolução da concepção de variação trans-linguística na Gramática Gerativa, através do desenvolvimento da perspectiva paramétrica e microparamétrica, que serviu de ponte para a busca de comparação de dados de dialetos próximos, fonte da articulação com a metodologia dialetal. Tratei também de como esse novo objetivo de produzir uma sintaxe dialetal e elaborar atlas linguísticos sintáticos levou à adaptação dos métodos geolinguísticos tradicionais, com a necessidade de uma ênfase sobre os julgamentos de aceitabilidade dos falantes sobre os dados e da coleta de dados negativos sobre as variedades. Apresentei três exemplos de atlas sintáticos de línguas europeias, para ilustrar como esses objetivos foram buscados em cada caso.

Esse quadro internacional de desenvolvimento de atlas sintáticos levanta a questão sobre a necessidade ou não de uma articulação entre os linguistas formalistas e os dialetólogos brasileiros para a elaboração de um atlas sintático do Brasil, tendo em vista: (i) a forte tradição de pesquisa dialetal no Brasil, com a existência de diversos projetos de atlas regionais em execução recente, além do próprio *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB); (ii) a existência de diversos grupos de pesquisa bastante atuantes em sintaxe gerativa sobre o português brasileiro, em comparação com o português europeu e outras línguas; (iii) as dimensões continentais do território brasileiro, diante das quais uma descrição adequada das propriedades do português exigiriam pesquisas sistemáticas e comparáveis das variedades linguísticas de diversas regiões.

Esse tema não poderá ser explorado em detalhes no espaço que resta desse artigo (cf. CAVALCANTE, no prelo, a respeito), mas seguintes pontos devem ser levados em consideração, seja em favor ou contra a ideia de necessidade de criação de um atlas nacional especificamente sintático: (i) o fato de os chamados dialetos examinados nos atlas sintáticos europeus corresponderem muito mais a línguas distintas, porém muito aparentadas, do que a dialetos de uma única língua no sentido em utilizados aqui no Brasil, ao falar de dialeto baiano e carioca, por exemplo; (ii) o fato de que o português no Brasil está em processo de diferenciação regional há muito menos tempo do que as línguas examinadas nos atlas citados na seção 4; (iii) o fato de que alguns linguistas consideram que a variação gramatical no português brasileiro é muito mais social (entre as classes altas *versus* baixas) do que geográfica; (iv) por outro lado, existe o fato de que um dos principais fatores de diferenciação regional no Brasil é a prosódia e também o sotaque, e isso pode influenciar nas propriedades semânticas e sintáticas das construções gramaticais, atribuindo valores funcionais diferentes a fenômenos aparentemente homogêneos; (v) a existência de muitas áreas de contato linguístico do português com línguas indígenas, com línguas de imigração e com o espanhol, pode ser um fator importante de diferenciação gramatical entre as diversas regiões.

Fatores como esses devem ser levados em consideração para uma avaliação e uma decisão sobre a necessidade de se levantar um empreendimento de tal magnitude como um atlas sintático do Brasil. Os parágrafos finais deste texto não são nem uma defesa nem uma oposição a um projeto de tal natureza, mas um convite ao levantamento sistemático da questão¹⁰.

¹⁰ Essa questão da necessidade de um maior conhecimento da sintaxe dialetal brasileira também foi levantada recentemente pela professora Charlot9te Galves, no *Encontro Intermediário do Grupo de Trabalho de Teoria da Gramática* da ANPOLL (5 a 7 de julho de 2017, na UFBA), embora não tenha sido apresentada em termos da elaboração de um atlas sintático. A pesquisa que gerou o presente artigo foi motivada em parte pela questão apresentada por Galves.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Gilce de Souza. Quem te viu, quem lhe vê: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2009.
- ARAÚJO, Francisco Jardes Nobre de; CARVALHO, Hebe Macedo de. TE e LHE como clíticos acusativos de 2ª pessoa em cartas pessoais cearenses. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 62-80, jan-jun de 2015.
- BARBIERS, S. et al. The Syntactic Atlas of the Dutch Dialects (SAND): a corpus of elicited speech and text as an online dynamic atlas. In: BEAL, J.; CORRIGAN, K., MOISL, H. (ed.). *Creating and digitizing language corpora*. V. 1: Synchronic Databases. 2007. p. 54-90.
- BENINCÀ, Paola; POLETTI, Cecilia. The ASIS enterprise: a view on the construction of a syntactic atlas for the Northern Italian dialects. *Nordlyd*, n. 34, p. 35-52, 2007.
- CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afranio; LOPES, Célia. O português do Brasil: polarização sociolinguística. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: FunCultura, 2006.
- CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- CAVALCANTE, Rerisson. A negação pós-verbal na região sul. Comunicação apresentada no 13º Workshop do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Universidade Federal da Bahia, 07-09 de dezembro de 2016.
- CAVALCANTE, Rerisson; BARROS, Isis. Construções de duplo objeto em dois dialetos brasileiros. *Domínios de Linguagem*, v. 6, n. 1, p.477-499, 2012.
- CERUDO, A. et al. ASinEs: Prolegómenos de un atlas de la variación sintáctica del español. *Linguamática*, v. 7, n. 2 - Dez 2015, p. 59-69.
- CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P. *Dialectology*. Cambridge, 1998.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas Linguístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina: UEL, 2001.
- DUARTE, Inês. O problema da unificação em Linguística: a resposta generativista. In: MOURA, M. D.; FARIAS, J. (Org.). *Reflexões sobre a sintaxe do Português*. Maceió: EDUFAL, 2005.

FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane Romani. A entonação das sentenças clivadas em português brasileiro e a interface sintaxe-fonologia. *Filologia e linguística portuguesa*, n. 14, v. 1, p. 37-56, 2012.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; SEARA, Izabel Christine. Mais sobre a entonação das sentenças com ordem VS. *Revista Letras*, Curitiba, v. 75/76, p. 171-181, 2009.

GALVES, Charlotte. Princípios, parâmetros e aquisição da linguagem. *CADERNOS de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 29, p. 137-152, jul/dez. de 1995.

KAYNE, Richard. Microparametric Syntax: Some Introductory Remarks. In: BLACK, James R.; MOTAPANYANE, Virginia. (Org.). *Microparametric Syntax and Dialect Variation*. John Benjamin, 1996.

MOTA, Jacyra; CARDOSO, Suzana. A construção de um Atlas Linguístico do Brasil: o percurso do ALiB. *Signum: Est. Ling.*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 237-256, jul. 2009.

ROMANO, Valter; et al. [SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 119-151, jan./jun. 2014

SIMIONI, Leonor. Critérios sintáticos para a definição do Português Uruguaio. Comunicação apresentada no VI Congresso Internacional de Estudos Linguísticos, Universidade de Brasília, 23 -25 de agosto de 2017.

SCHER, Ana Paula. As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo. Dissertação de mestrado. Campinas (SP): Unicamp, 1996.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Daisy Bárbara Borges; LUNGUINHO,

Marcus Vinicius da Silva; SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. Reflexões sobre o imperativo em português. *D.E.L.T.A.*, v. 23, n. especial, p. 193-241, 2007.

OS AUTORES

CARLOS FELIPE PINTO

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Tem como principais áreas de atuação Gramática (sintaxe) e Linguística Histórica. É Professor Adjunto de Língua Espanhola da Universidade Federal da Bahia, Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura e líder do “Grupo de Estudos Linguísticos Hispânicos” (UFBA/CNPq).

DANNIEL DA SILVA CARVALHO

Possui graduação em Letras (2004) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2008), com período sanduíche na Queen Mary, Univeristy of London, onde desenvolveu também estágio de pós-doutoramento (2014-2015). É Professor Associado da Universidade Federal da Bahia e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura. É líder do Grupo de Pesquisa “A Sintaxe-Phi das Línguas Naturais”. Desenvolve pesquisas na área da Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: linguística lavanda, traços-phi e seu impacto na morfossintaxe das línguas naturais, sistema pronominal do português e suas interfaces morfossintáticas e sintático-semântica.

JULIANA ESCALIER LUDWIG GAYER

Doutora em Letras, na especialidade Estudos da Linguagem/Teoria e Análise Linguística/Fonologia e Morfologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Atualmente, é Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia, atuando nas áreas de Linguística, Fonologia e Variação.

LÍLIAN TEIXEIRA DE SOUSA

Atua como Professora Adjunta na Universidade Federal da Bahia, onde também integra o Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura. É doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2012), com período sanduíche na Universidade Livre de Berlin. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto (2004) e mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007). Tem experiência na área de Teoria e Análise Linguística, com ênfase em Sintaxe Gerativa e suas interfaces.

CRISTINA FIGUEIREDO

É graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994), possui Mestrado (2004) e Doutorado (2009) em Análise e Descrição e Linguística, pela Universidade Federal da Bahia. Pós-doutoranda na Universidade de São Paulo, desenvolvendo projeto sobre nominalização e sua interface sintático-semântica na perspectiva da Morfologia Distribuída. É Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da mesma universidade. Atua nas áreas de Sociolinguística Histórica e Teoria da Gramática.

RERISSON CAVALCANTE DE ARAÚJO

Possui doutorado em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo (2012), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2006) e graduação (Licenciatura e Bacharelado) em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (2004). Atualmente é Professor Adjunto de Linguística da Universidade Federal da Bahia. Foi professor de Linguística e Língua Portuguesa do Centro Universitário Jorge Amado (UniJorge) e da União Metropolitana de Educação e Cultura (Unime). Atua principalmente nas áreas de linguística formal (sintaxe e semântica) e sociolinguística.

SAMARA RUAS

É graduada em Letras (Português-Espanhol) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010), Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013) e Doutora em Linguística pela mesma instituição (2017). Realizou estágio doutoral na University of Massachusetts Amherst e no El Colegio de

México. Atuou como professora de língua portuguesa e espanhola na Educação Básica. Atualmente, é professora efetiva no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Integra o Grupo de Estudos Linguísticos Hispânicos (certificado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq). Seu campo de pesquisa está voltado para Aquisição de Segunda Língua (ASL), descrição e análise do espanhol e do português brasileiro, quanto à sintaxe e suas interfaces, em uma abordagem teórica e experimental.

